



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

VALTER DE CARVALHO DIAS

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO
EM TEXTOS BAIANOS DOS SÉCULOS XIX E XX:
UM ESTUDO SOCIOFUNCIONALISTA**

Salvador
2017

VALTER DE CARVALHO DIAS

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO
EM TEXTOS BAIANOS DOS SÉCULOS XIX E XX:
UM ESTUDO SOCIOFUNCIONALISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Doutor em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza

**Salvador
2017**

VALTER DE CARVALHO DIAS

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO
EM TEXTOS BAIANOS DOS SÉCULOS XIX E XX:
UM ESTUDO SOCIOFUNCIONALISTA**

Tese aprovada como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Doutor em Letras, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia – UFBA, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Cristina dos Santos Carvalho
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Profa. Dra. Norma da Silva Lopes
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Profa. Dra. Jacyra Andrade Mota
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profa. Dra. Therezinha Maria Mello Barreto
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profa. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 05 de maio de 2017.

*À Norma Lopes,
minha mãe acadêmica,
por segurar a minha mão e me acompanhar em todo
o meu percurso acadêmico.*

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de um trabalho tão importante como este na vida de um professor não é tarefa fácil, pois os caminhos para se concretizar este sonho são recheados de contribuições nos mais variados graus.

Assim, é necessário começar. E no topo da lista está Deus e Nossa Senhora Aparecida, energias soberanas em minha vida em todos os sentidos de ser. A força que sempre precisei. A fé delineada na pele, marcada para toda a vida.

Abaixo das divindades celestiais, a minha divindade na terra: minha, Dona Vita. Quem soube guiar meus passos desde o primeiro sopro de vida. Quem pegou a minha mão e me fez atravessar os mares turbulentos da vida sem fraquejar. Os mimos do dia a dia as lutas constantes são as marcas encravadas em meu coração para todo e sempre. Uma vida ainda será muito pouco para agradecê-la.

À minha orientadora, Profa. Emília Helena Portella Monteiro de Souza, pois acreditou em meu trabalho desde a graduação, quando avaliou um TCC sem nem saber quem eu era. O conhecimento “virtual” passou a ser real em uma disciplina de um curso de especialização e, de lá para cá, não só um trabalho de parceria foi criado, mas um laço de amor e carinho, uma amizade floresceu. Muito obrigado por sempre acreditar e fazer desta tese algo real. O título de doutor só foi possível por que você acreditou em mim.

Às professoras Norma da Silva Lopes e Therezinha Maria Mello Barreto pelas contribuições tão necessárias para o delineamento deste trabalho durante o exame de qualificação. Todas as contribuições foram recebidas com entusiasmo e empenho.

Ao Programa Para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR, que permitiu, através das professoras Therezinha e Emília, que eu participasse do grupo Funcionalismo e Gramaticalização, carinhosamente chamado de GRAM, e nele conhecer tantos outros caminhos para a compreensão da nossa querida língua portuguesa.

À Profa. Célia Telles por me mostrar como ser um professor-pesquisador no Ensino Superior através de seu exemplo, como também por me orientar adequadamente em procedimentos da pós-graduação.

À Profa. Edivalda Araújo que colaborou com a ampliação do *corpus* de investigação, enriquecendo ainda mais os dados sobre o português da Bahia.

A Ricardo, técnico-administrativo do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, por toda assistência e paciência ao longo dos quatro anos de doutoramento.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, meu *locus* de trabalho e crescimento profissional, especialmente os *Campi* Jequié e Simões Filho, ao permitirem a flexibilização e redução da jornada de trabalho a fim de possibilitar a participação nos estudos e na elaboração desta pesquisa.

À Josane Oliveira, amiga, companheira de viagens acadêmicas e, também, minha “coorientadora”. As ideias lançadas em conversas informais fomentaram parte das concepções que permitiram melhor compreensão dos meus dados.

Às amigas Lorena Nascimento e Deise Viana, membros do nosso carinhoso “Trio Ternura”, companheiras de todas as horas, sempre preocupadas comigo, cada uma com seu jeito único de ser, presentes das mais variadas formas.

À Lucas Pandini responsável por trazer mais emoção à minha vida, iluminar os meus dias, alegrar os meus finais de semana, fazer do sonho uma realidade e ser um parceiro para tudo nesta vida.

À Eliéte Oliveira, pelo incentivo na realização deste sonho e por ser um exemplo de luta e conquista, como também de professora e pesquisadora.

À Franciane Rocha (Fran) pela disponibilidade em revisar o *abstract* desta tese, como também pela delicadeza nas sugestões para melhor adequação à língua inglesa.

*“Non siamo angeli in volo venuti dal cielo
Ma gente comune che ama davvero
Gente che vuole un mondo più vero
La gente che insieme lo cambierà”*

(Laura Pausini - Gente)

RESUMO

A presente pesquisa investigou as principais estratégias para marcar a indeterminação do sujeito em textos escritos na Bahia (Cartas de Leitores, Cartas de Redatores e Peças Teatrais), nos séculos XIX e XX. Buscaram-se não só as formas consideradas canônicas pelas gramáticas normativas, tais como as formas verbais sem sujeito lexical exposto como o verbo na 3ª pessoa do plural (\emptyset +V3PP), o verbo na 3ª pessoa mais o pronome “se” (\emptyset +V+SE) ou ainda o verbo no infinitivo impessoal (\emptyset +VINFIN); mas também outras estratégias como o uso de “você”, “a gente”, “nós”, “eles”, voz passiva sem agente (VPSA), o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexicalmente exposto (\emptyset +V3PS) e sintagmas nominais como, por exemplo, “o sujeito”, “o indivíduo” e “um homem”. O trabalho foi desenvolvido à luz do Sociofuncionalismo, no qual se tem o enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista e a compreensão dos usos linguísticos na perspectiva do Funcionalismo. Identificaram-se os contextos extralinguísticos (período de publicação das cartas/peças teatrais e o gênero textual), linguísticos (flexão do verbo, tipo de oração, transitividade verbal, preenchimento do sujeito, estrutura do núcleo do predicado, concordância com o argumento interno do verbo, posição do argumento interno do verbo, e a ausência *versus* presença de preposição antes do verbo no infinitivo mais o emprego do “se”) e funcionais (função da indeterminação e o grau de indeterminação). Os dados, após sua coleta, foram submetidos à quantificação através do programa estatístico-probabilístico GoldVarb X. Os resultados mostraram que os textos baianos, publicados entre nos séculos XIX e XX, registram maior uso da forma canônica \emptyset +V+SE e inovam ao considerar a estratégia pronominal “nós”, como a segunda mais usada. Além disso, analisar as variáveis funcionais que tratam da função e do grau de indeterminação é imprescindível para melhor compreender a indeterminação do sujeito nesse período

PALAVRAS-CHAVE: Indeterminação do sujeito. Língua Portuguesa. Sociolinguística. Funcionalismo. Séculos XIX e XX.

ABSTRACT

This research investigated the main strategies to mark the indetermination of the subject in written texts in Bahia - Brazil (Letters of Readers, Letters of Writers and Theatrical Texts), in the 19th and 20th centuries. We intended not only the forms considered canonical by normative grammars, such as verbal forms without lexical subject expressed as the verb in the 3rd person plural (\emptyset +V3PP), the verb in the 3rd person plus the pronoun *se* (\emptyset +V+SE) or the verb in the impersonal infinitive (\emptyset +VINFIN); but also other structures such as the use of *você, a gente, nós, eles*, passive without agent (VPSA), the 3rd person singular verb without subject lexically expressed (\emptyset +V3PS) and noun phrases such as *o sujeito, indivíduo* and *um homem*. This work was developed in the light of Sociofunctionalism, which has the theoretical-methodological framework of Variationist Sociolinguistics and the understanding of linguistic uses in the perspective of Functionalism. The extralinguistic contexts were identified (the period of publication of the letters/theatrical texts and the textual genre), as well as the linguistic contexts (inflection of the verb, type of sentence, verbal transitivity, subject filling, predicate nucleus structure, concordance with the internal argument of the verb, position of the internal argument of the verb, and absence *versus* presence of preposition before the verb in the infinitive plus the use of the *se*) and functional contexts (function of indetermination and degree of indetermination). After their collection, the data were submitted to quantification through the statistical-probabilistic program GoldVarb X. The results showed that the Bahian texts, published between the 19th and 20th centuries, register greater use of the canonical form \emptyset +V+SE. In addition, they innovate to consider the pronominal strategy *nós* as the second most used. In addition, analyzing the functional variables that deal with the function and the degree of indetermination is essential to better understand the indetermination of the subject in this period.

KEY-WORDS: Indetermination of the Subject. Portuguese. Sociolinguistics. Functionalism. 19th and 20th centuries.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais distinções entre indeterminação e indefinição segundo Milanez (1982).	26
Quadro 2 - Distribuição dos jornais e seus respectivos anos de publicação.....	103
Quadro 3 - Distribuição das peças teatrais.....	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Folha de rosto da Gramática Filosófica da Linguagem Portuguêsa de João Crisóstomo do Couto e Melo, 1818.	30
Figura 2 - Folha de rosto da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á nossa Linguagem de Jerônimo Soares Barbosa, 1822.	31
Figura 3 – Folha de rosto da obra <i>Genio da Lingua Portugueza, ou Causas Racionaes e Philologicas</i> de Francisco Evaristo Leoni, 1858.	32
Figura 4 - Folha de rosto do Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza de Laurindo José da Silva Rabello, [1867] 1872.	33
Figura 5 - Folha de rosto da <i>Grammatica Portugueza</i> de Júlio Ribeiro, [1881] 1899.	33
Figura 6 – Folha de rosto dos <i>Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza</i> de Ernesto Carneiro Ribeiro, [1890] 1956.	37
Figura 7 - Folha de rosto da <i>Grammática Histórica da Língua Portuguêsa (VI e VII Classes do Curso dos Lyceus)</i> de António Garcia Ribeiro de Vasconceloz, 1900.	38
Figura 8 - Esquema resumitivo das gramáticas consultadas dos séculos XIX e as estratégias de indeterminação do sujeito que são mencionadas.	39
Figura 9 - Folha de rosto da <i>Grammatica Expositiva</i> de Eduardo Carlos Pereira, 1907.	40
Figura 10 – Capa da <i>Grammatica Portugueza – Curso Superior</i> de João Ribeiro, 1909.	43
Figura 11 – Folha de rosto da <i>Grammatica Historica</i> de Eduardo Carlos Pereira, [1916] 1935.	45
Figura 12 – Folha de rosoto da <i>Grammatica Secundaria da Lingua Portugueza</i> de Manuel Said Ali, 1923.	47
Figura 13 – Folha de rosto da <i>Grammatica Historica da Lingua Portugueza</i> de Manuel Said Ali, 1931.	48
Figura 14 – Folha de rosto da obra <i>Origem da lingua portuguesa</i> de Alpheg Tersario, [1965] 1969.	50
Figura 15 - Esquema resumitivo das gramáticas consultadas do século XX e as estratégias de indeterminação do sujeito que são mencionadas.	51
Figura 16 – Esquema da hierarquia referencial adaptado e traduzido de Cyrino, Duarte e Kato (2000, p. 57)	106
Figura 17 - Representação de um <i>continuum</i> da indeterminação do sujeito.	126
Figura 18 - Grade do contínuo de gêneros reproduzida de Marcuschi (2008, p. 193).	145
Figura 19 - Distribuição das estratégias de indeterminação em tradicionais e inovadoras.	161

Figura 20 - Distribuição das estratégias de indeterminação na representação de um <i>continuum</i>	211
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das estratégias de indeterminação quanto à frequência....	141
Gráfico 2 - Distribuição das estratégias de indeterminação ao longo de cada metade dos Séculos XIX e XX.	143
Gráfico 3 - Distribuição da frequência de sujeito pleno ao longo dos Séculos XIX e XX.	152
Gráfico 4 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação à sua função.	207
Gráfico 5 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação ao seu grau.	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência dos recursos de indeterminação levantados no corpus.	141
Tabela 2 - Gêneros epistolares e a função da indeterminação.....	148
Tabela 3 - Gêneros epistolares e o preenchimento do sujeito.....	149
Tabela 4 - Gêneros epistolares e o período.	150
Tabela 5 - Os gêneros textuais em relação ao cruzamento das variáveis preenchimento do sujeito com o período.....	152
Tabela 6 - Gêneros epistolares e os tipos de oração.	153
Tabela 7 - Aplicação das variáveis pronominais em relação à função da indeterminação.	155
Tabela 8 - Aplicação das variáveis pronominais em relação ao grau de indeterminação.	157
Tabela 9 - Aplicação das variáveis pronominais em relação ao período.	158
Tabela 10 - Aplicação das variáveis pronominais em relação ao gênero textual. ...	158
Tabela 11 - Cruzamento das variáveis gêneros textuais e o período em relação às variantes pronominais versus não-pronominais.....	159
Tabela 12 - Aplicação das variáveis pronominais em relação ao gênero textual. ...	160
Tabela 13 - Aplicação das variantes inovadoras em relação ao período.....	162
Tabela 14 - Aplicação das variantes inovadoras em relação ao grau de indeterminação.	163
Tabela 15 - Aplicação das variantes inovadoras em relação à função da indeterminação.	164
Tabela 16 - Aplicação das variantes inovadoras em relação à flexão do verbo.....	165
Tabela 17 - Aplicação das variantes inovadoras em relação aos tipos de oração. .	165
Tabela 18 - Aplicação das variantes inovadoras em relação ao gênero textual.....	166
Tabela 19 - Cruzamento das variáveis gêneros textuais e o período de publicação em relação às variantes inovadoras versus tradicionais.....	166
Tabela 20 - Aplicação das variantes inovadoras em relação ao grau de indeterminação.	167
Tabela 21 - Seleção e ordem de seleção das variáveis de cada estratégia de indeterminação do sujeito em relação às demais.....	171
Tabela 22 - O uso do "Ø+V+SE" nas cartas de leitores em relação ao grau de indeterminação.	173
Tabela 23 - O uso do "Ø+V+SE" no gênero epistolar em relação à função da indeterminação.	174
Tabela 24 - O uso do "Ø+V+SE" no gênero epistolar em relação ao período.	175
Tabela 25 – Distribuição da frequência de uso de "Ø+V+SE" em relação aos gêneros textuais e o período de publicação.	176

Tabela 26 - O uso do "Ø+V+SE" no gênero epistolar em relação aos tipos de oração.....	177
Tabela 27 - O uso do "Ø+V+SE" no gênero epistolar em relação à estrutura do núcleo do predicado.....	178
Tabela 28 - O uso de "nós" X "Ø+V+SE" em relação à função da indeterminação.	180
Tabela 29 - O uso de "nós" X "Ø+V+SE" em relação ao grau de indeterminação. .	180
Tabela 30 - O uso de "nós" X "Ø+V+SE" em relação ao período.	182
Tabela 31 - O uso de "nós" X "Ø+V+SE" em relação ao gênero textual.	182
Tabela 32 - O uso de "nós" X "Ø+V+SE" em relação à flexão verbal.	183
Tabela 33 - Frequência de "nós" em relação ao preenchimento do sujeito em cada metade dos Séculos XIX e XX.....	185
Tabela 34 - O uso de "Ø+V3PP" X "Ø+V+SE" em relação à função da indeterminação.	186
Tabela 35 - O uso de "Ø+V3PP" X "Ø+V+SE" em relação ao gênero textual.....	187
Tabela 36 - O uso de "Ø+V3PP" X "Ø+V+SE" em relação ao período.	188
Tabela 37 - Distribuição da frequência de uso de "Ø+V3PP" X "Ø+V+SE" em relação aos gêneros textuais e o período.....	188
Tabela 38 - O uso de "Ø+V3PP" X "Ø+V+SE" em relação à flexão do verbo.	189
Tabela 39 - O uso de "Ø+V3PP" X "Ø+V+SE" em relação ao grau de indeterminação.	190
Tabela 40 - O uso dos "SN" X "Ø+V+SE" em relação à função da indeterminação.	191
Tabela 41 - O uso dos "SN" X "Ø+V+SE" em relação ao período.	193
Tabela 42 - O uso dos "SN" X "Ø+V+SE" em relação à transitividade verbal.....	193
Tabela 43 - O uso dos "SN" X "Ø+V+SE" em relação ao gênero textual.	194
Tabela 44 - O uso dos "SN" X "Ø+V+SE" em relação ao tipo de oração.	195
Tabela 45 - O uso de "Ø+VINF" X "Ø+V+SE" em relação aos tipos de oração.	196
Tabela 46 - O uso de "Ø+VINF" X "Ø+V+SE" em relação ao período.	197
Tabela 47 - O uso de "Ø+VINF" X "Ø+V+SE" em relação ao gênero textual.....	198
Tabela 48 - O uso de "Ø+V3PS" X "Ø+V+SE" em relação ao período.	199
Tabela 49 - O uso de "Ø+V3PS" X "Ø+V+SE" em relação ao gênero textual.....	200
Tabela 50 - O uso de "a gente" X "Ø+V+SE" em relação ao período.	201
Tabela 51 - O uso de "a gente" X "Ø+V+SE" em relação à estrutura do núcleo do predicado.	202
Tabela 52 - O uso de "a gente" X "Ø+V+SE" em relação ao gênero textual.....	202
Tabela 53 - O uso de "a gente" X "Ø+V+SE" em relação à flexão do verbo.	203
Tabela 54 - Frequência de "a gente" em relação ao preenchimento do sujeito em cada metade dos Séculos XIX e XX.....	204

Tabela 55 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação à sua função.	209
Tabela 56 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação ao seu grau.	212
Tabela 57 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação à sua função e ao seu grau.	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apl.	Aplicação
Cf.	Conferir
GoldVarb X	Versão Gold X do programa <i>Variable Rules</i> (Regras Variáveis)
GT	Gramática(s) Tradicional(is)
Nº	Número
NURC	Projeto da Norma Urbana Culta
Ø+V+SE	Verbo na terceira pessoa mais a partícula “se” sem sujeito lexical
Ø+V3PP	Verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito lexical
Ø+V3PS	Verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexical
Ø+VINF	Verbo no infinitivo sem sujeito lexical
OSV	Ordem da oração: Objeto – Sujeito – Verbo
PB	Português brasileiro
P.R.	Peso Relativo
P6	Verbo na terceira pessoa do plural
PEPP	Programa de Estudo sobre o Português Popular Falado de Salvador
PEUL	Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, Rio de Janeiro
PHPB	Projeto Para a História do Português Brasileiro
SN	Sintagma(s) Nominal(is)
SN	Sintagma Nominal
SSENYC	<i>The social stratification of English in New York City</i> (LABOV, 2006)
T.	Total
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
VARBRUL	<i>Variable Rules</i> (Regras Variáveis)
VARSUL	Projeto Variação Linguística Urbana da Região Sul
VPSA	Verbo na voz passiva sem agente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: POR UMA COMPREENSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA.....	25
1.1 A CONCEPÇÃO DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO AO LONGO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	27
1.1.1 O testemunho das gramáticas do século XIX	30
1.1.2 Os registros das gramáticas do século XX	40
1.2 A VISÃO DAS GRAMÁTICAS QUE AINDA SÃO PUBLICADAS NO SÉCULO XXI	51
1.3 AS PESQUISAS AVANÇAM.....	60
2 O SOCIOFUNCIONALISMO: UM ENTREMEIO TEÓRICO PARA MELHOR COMPREENDER A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO.....	68
2.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	68
2.1.1 A variação no nível morfossintático	76
2.2 O FUNCIONALISMO: UMA BREVE INTRODUÇÃO	84
2.3 JUNTANDO AS PEÇAS: O SOCIOFUNCIONALISMO	87
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS: PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A ANÁLISE DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NOS SÉCULOS XIX E XX NA BAHIA	101
3.1 DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	102
3.2 PARÂMETROS DE SELEÇÃO DAS OCORRÊNCIAS	105
3.3 VARIÁVEL DEPENDENTE.....	108
3.3.1 Verbo mais a partícula “se” - Ø+V+SE.....	109
3.3.2 Verbo na terceira pessoa do plural - Ø+V3PP	110
3.3.3 Verbo no infinitivo impessoal - Ø+VINF.....	111
3.3.4 Verbo na terceira pessoa do singular - Ø+V3PS.....	112
3.3.5 Voz passiva sem agente - VPSA.....	113
3.3.6 Nós	114
3.3.7 Você.....	115
3.3.8 A gente	117
3.3.9 Eles.....	118
3.3.10 Sintagmas Nominais (SN).....	119

3.4	VARIÁVEIS INDEPENDENTES.....	119
3.4.1	Extralinguísticas.....	119
3.4.1.1	<i>Período.....</i>	120
3.4.1.2	<i>Gênero textual.....</i>	122
3.4.2	Funcionais	123
3.4.2.1	<i>Grau de indeterminação</i>	124
3.4.2.2	<i>Função da indeterminação</i>	126
3.4.3	Linguísticas	129
3.4.3.1	<i>Flexão do verbo.....</i>	129
3.4.3.2	<i>Tipo de oração</i>	130
3.4.3.3	<i>Transitividade verbal</i>	131
3.4.3.4	<i>Preenchimento do sujeito</i>	132
3.4.3.5	<i>Estrutura do núcleo do predicado.....</i>	133
3.4.3.6	<i>Concordância com o argumento interno do verbo</i>	134
3.4.3.7	<i>Posição do argumento interno do verbo</i>	135
3.4.3.8	<i>Ausência X presença de preposição</i>	136
3.5	A QUANTIFICAÇÃO COMO SUPORTE QUALITATIVO.....	137
4	ANÁLISE DE DADOS: DESCREVENDO OS USOS DOS RECURSOS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NOS SÉCULOS XIX E XX NA BAHIA.....	139
4.1	AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES NEM SEMPRE FICAM.....	140
4.2	DIZ-ME QUAL É O GÊNERO TEXTUAL QUE TE DIREI COMO SE INDETERMINA O SUJEITO	147
4.2.1	Função da indeterminação	148
4.2.2	Preenchimento do sujeito.....	149
4.2.3	Período.....	150
4.2.4	Tipos de oração.....	153
4.3	O USO DAS ESTRATÉGIAS NÃO-PRONOMINAIS <i>VERSUS</i> AS PRONOMINAIS É O QUE CONTA OU SERIA TRADIÇÃO <i>VERSUS</i> INOVAÇÃO?	154
4.3.1	Função da indeterminação	155
4.3.2	Grau de indeterminação.....	156
4.3.3	Período.....	157
4.3.4	Gênero textual	158
4.3.5	Flexão do verbo.....	159
4.3.6	Período.....	162

4.3.7	Grau de indeterminação	162
4.3.8	Função da indeterminação	163
4.3.9	Flexão do verbo	164
4.3.10	Tipos de oração	165
4.3.11	Gênero textual	166
4.3.12	Transitividade verbal	167
4.4	UM DIA DE ANÁLISES MAIS AMPLAS, OUTRO DE PORMENORIZADAS	168
4.4.1	O “se” não morreu de velho	172
4.4.1.1	<i>Função da indeterminação</i>	174
4.4.1.2	<i>Período</i>	175
4.4.1.3	<i>Tipos de oração</i>	176
4.4.1.4	<i>Estrutura do núcleo do predicado (verbo)</i>	177
4.4.2	“Nós”, uma inovação do século XIX?	178
4.4.2.1	<i>Função da indeterminação</i>	179
4.4.2.2	<i>Grau de indeterminação</i>	180
4.4.2.3	<i>Período</i>	181
4.4.2.4	<i>Gênero textual</i>	182
4.4.2.5	<i>Flexão do verbo</i>	183
4.4.3	A estratégia “Ø+V3PP”	185
4.4.3.1	<i>Função da indeterminação</i>	186
4.4.3.2	<i>Gênero textual</i>	187
4.4.3.3	<i>Período</i>	188
4.4.3.4	<i>Flexão do verbo</i>	189
4.4.3.5	<i>Grau de indeterminação</i>	189
4.4.4	Sintagmas nominais – SN	191
4.4.4.1	<i>Função da indeterminação</i>	191
4.4.4.2	<i>Período</i>	192
4.4.4.3	<i>Transitividade verbal</i>	193
4.4.4.4	<i>Gênero textual</i>	194
4.4.4.5	<i>Tipos de oração</i>	195
4.4.5	O infinitivo impessoal – Ø+VINF	196
4.4.5.1	<i>Tipos de oração</i>	196
4.4.5.2	<i>Período</i>	197
4.4.5.3	<i>Gênero textual</i>	197

4.4.6	Verbo na terceira pessoa do singular - Ø+V3PS	198
4.4.6.1	<i>Período.....</i>	199
4.4.6.2	<i>Gênero textual.....</i>	200
4.4.7	“A gente”: uma característica do século XX	200
4.4.7.1	<i>Período.....</i>	201
4.4.7.2	<i>Estrutura do núcleo do predicado (verbo).....</i>	202
4.4.7.3	<i>Gênero textual.....</i>	202
4.4.7.4	<i>Flexão do verbo.....</i>	203
4.4.8	E as outras estratégias, o que aconteceu com elas?	204
4.5	O QUE OS OLHOS NÃO VÊM, OS RESULTADOS MOSTRAM.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEM PESQUISA SEMPRE ALCANÇA.....		216
REFERÊNCIAS		222

INTRODUÇÃO

A motivação pelo estudo da indeterminação do sujeito começou em trabalho anteriormente desenvolvido por Carvalho (2010), no qual a observação se deu em *corpus* oral da cidade de Salvador. Na ocasião, constatou-se que os usos concretos pelos falantes, tais como as formas pronominais “você” (33,6%) e “a gente” (25,7%), se distanciavam dos casos tratados pelas gramáticas normativas na atualidade, como o uso do verbo na terceira pessoa com o “se” (3,0%) e o verbo na terceira pessoa do plural (3,0%).

Como essa pesquisa teve um recorte temporal muito preciso, a década de 1990, algumas questões ainda ficaram sem respostas, tal como verificar se as diferentes estratégias para marcar esse tipo de sujeito encontradas nessa época estariam presentes em sincronias pretéritas.

A abordagem da maioria das gramáticas brasileiras, até onde se sabe, possui uma característica própria das gramáticas portuguesas da Europa, inclusive a maioria dos exemplos ainda remete a autores portugueses.

É sabido que o português brasileiro – PB vem se distanciando cada vez mais do português de Portugal, é o que diversos estudos sobre os mais variados fenômenos linguísticos vêm detectando. Tarallo (1993, p. 99), a partir da análise de quatro fenômenos, a saber: objeto nulo, sujeitos lexicais, transição de língua “pro-drop” para “não pro-drop” e a mudança no padrão da ordem de palavras em perguntas diretas, concluiu que os resultados desses estudos permitem afirmar que há “[...] evidência quantitativa de que mudanças gramaticais aconteceram na passagem do século XIX para o atual [XX]”.

Dessa forma, acredita-se que a indeterminação do sujeito também seja um desses fenômenos no nível morfossintático capaz de contribuir para uma melhor compreensão do PB. Por isso, o presente trabalho investigou quais são as estratégias de indeterminação do sujeito encontradas em textos dos séculos XIX e XX, publicados na Bahia.

A escolha por textos escritos encontra respaldo na seguinte assertiva:

Todas as línguas vivas experimentam mudanças constantes. A mudança linguística é mais aparente na escrita, o que pode ser percebido, por exemplo, quando se lê Shakespeare. Menos aparente

é a mudança que está efetivamente ocorrendo, ou “mudança em processo”. (FISCHER, 2009, p. 220)

Além disso, “no português brasileiro há, na transposição de expressões orais, para a forma escrita, mecanismos típicos de adequação às necessidades do meio escrito” (NOLL, 2008, p. 92).

Por esse motivo, a hipótese inicial desta pesquisa se alicerça ao se acreditar que os mecanismos linguísticos para se indeterminar o sujeito na fala de Salvador, detectados por Carvalho (2010), estariam presentes em textos escritos baianos, na mudança do século XIX para o século XX, necessitando, portanto, descrevê-los ao longo desse período.

Para isso, a análise empreendida levou em consideração os pressupostos teóricos e metodológicos do Sociofuncionalismo, os quais estão consolidados na Sociolinguística Variacionista e no Funcionalismo norte-americano. Desse modo, a variável dependente é composta por dez estratégias para se indeterminar o sujeito, tais como: o verbo na 3ª pessoa do plural sem sujeito lexical expresso (\emptyset +V3PP); o verbo na 3ª pessoa do singular mais o pronome “se”, sem sujeito lexical expresso (\emptyset +V+SE); o verbo no infinitivo impessoal (\emptyset +VINFIN); o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexicalmente expresso (\emptyset +V3PS); a voz passiva sem agente (VPSA); “você”; “a gente”; “nós”; “eles”; e sintagmas nominais como, por exemplo, “o sujeito”, “o indivíduo” e “um homem”.

As variáveis independentes foram estabelecidas de maneira a possibilitar não só a análise variacionista, como também a funcionalista, constituindo, para esse fim, três categorias: (i) os contextos extralinguísticos (período de publicação das cartas/peças teatrais e o gênero textual), (ii) os linguísticos (flexão do verbo, tipo de oração, transitividade verbal, preenchimento do sujeito, estrutura do núcleo do predicado, concordância com o argumento interno do verbo, posição do argumento interno do verbo, e a ausência *versus* presença de preposição antes do verbo no infinitivo mais o emprego do “se”); e (iii) os funcionais (função da indeterminação e o grau de indeterminação).

O *corpus* de análise é constituído de cartas de leitores e cartas de redatores dos dois séculos supracitados, os quais compõem os *corpora* do PHPB – Projeto

Para a História do Português Brasileiro, como também de peças teatrais publicadas na Bahia nesse mesmo período.

Uma vez mencionados os objetivos gerais e hipótese inicial, bem como o escopo teórico e metodológico desta pesquisa, parte-se para a apresentação dos quatro capítulos que compõem esta tese:

O primeiro capítulo, intitulado *A indeterminação do sujeito: por uma compreensão ao longo da história*, apresenta o objeto linguístico de investigação desta tese, o sujeito indeterminado, como ele é entendido conceitualmente, quais os aspectos que o diferenciam, por exemplo, dos pronomes indefinidos. Faz-se também um panorama sobre o seu tratamento por diversas obras gramaticais dos séculos XIX e XX, bem como em gramáticas normativas e descritivas publicadas no século XXI ou que ainda possuem edições publicadas nesse período. Além disso, apresentam-se alguns trabalhos acadêmicos que já abordaram esse tema em outras sincronias e/ou *locus*.

A base teórica se encontra fundamentada no segundo capítulo, *O Sociofuncionalismo: um entremeio teórico para melhor compreender a indeterminação do sujeito*. Constitui-se de uma breve história e revisão dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, evidenciando-se o debate acerca da análise sobre a variação no nível morfossintático, no qual se encontra o objeto de análise deste trabalho. Avança-se sobre os aspectos que compõem a perspectiva Funcionalista, a qual se associa à Sociolinguística e propõe uma abordagem dialógica, entendida aqui como sociofuncionalista.

Em seguida, o terceiro capítulo *Caminhos metodológicos: procedimentos adotados para a análise da indeterminação do sujeito nos séculos XIX e XX na Bahia* esclarece os procedimentos gerais que permitiram a análise sociofuncionalista sobre as estratégias de indeterminação do sujeito, as quais foram descritas e exemplificadas devidamente nesta parte.

O ponto mais relevante da tese é o quarto capítulo, *Análise de dados: descrevendo os usos dos recursos de indeterminação do sujeito nos séculos XIX e XX na Bahia*, no qual traz à baila todos os resultados alcançados nas diversas análises realizadas, desde maneiras mais abrangentes, permitindo saber a

frequência das estratégias, às investigações mais detalhistas, levando-se em consideração cada variável observada e descrita na metodologia.

Por fim, as *Considerações finais*, que trazem à tona os principais resultados da pesquisa empreendida ao longo desta tese.

1 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: POR UMA COMPREENSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

Compreender a noção de sujeito parece ser a primeira tarefa necessária para o entendimento do conceito fim deste trabalho, o sujeito indeterminado. Segundo Duarte (2007, p. 195), há um equívoco ao se “misturar critérios sintáticos (estruturais) e semânticos” para a tradicional “classificação do sujeito em ‘simples’, ‘composto’, ‘oculto’, ‘indeterminado’, além de podermos ter a ‘oração sem sujeito’”.

De acordo com essa mesma autora, a classificação do sujeito em “simples” e “composto” é algo irrelevante, uma vez que se trata de “dois ou mais sintagmas coordenados”, assim como a denominação de sujeito “‘oculto’ (ou ‘subentendido’, ‘desinencial’, entre outros tantos nomes’ só faz sentido se a ele se opuser o sujeito ‘expresso’”) (DUARTE, 2007, p. 195). Assim, percebe-se que essas classificações dizem respeito à estrutura, ou seja, atendem aos critérios sintáticos, conforme mencionado anteriormente.

Contudo, ao tratar da classificação de “indeterminado”, o critério semântico se faz necessário, além de só fazer sentido em oposição “ao sujeito ‘determinado’, isto é, o sujeito que tem referência definida no contexto discursivo” (DUARTE, 2007, p. 195), ou seja, o sujeito considerado “determinado” o é por que o próprio contexto de uso faz com que se compreenda qual é o seu referente, enquanto o sujeito “indeterminado” ultrapassa o plano do discurso e recai no contexto extralinguístico, do qual o usuário da língua faz parte. Dessa forma, percebe-se a necessidade de se compreender a indeterminação como algo que extrapola o texto, uma vez que em qualquer tentativa de resgatar esse tipo de sujeito, isto é, qualquer que seja a empreitada para determiná-lo, especificá-lo, o falante deverá recorrer ao contexto extralinguístico.

Partindo dessa reflexão inicial, a determinação ocorre, segundo Milanez (1982, p. 26), quando os interlocutores especificam e identificam uma das três pessoas do discurso, ao contrário da indeterminação, cujas pessoas não são especificadas e identificadas, podendo abranger qualquer uma delas indistintamente, havendo, portanto, uma generalização.

Porém, é importante também perceber a distinção entre “indeterminação” e “indefinição”. A “indefinição” é um termo empregado pelas gramáticas normativas para se referir aos pronomes ditos como indefinidos. Segundo Santana (2006, p. 43), na indefinição

[...] a referência diz respeito exclusivamente a formas lexicais de terceira pessoa: tudo, nada, alguém, ninguém etc., enquanto na indeterminação a generalização é essencial, podendo envolver qualquer pessoa (primeira, segunda e terceira) de forma isolada ou simultânea. (SANTANA, 2006, p. 43, grifos da autora).

Assim, Milanez (1982, p. 38-42) propõe alguns critérios que devem ser observados para a distinção entre a indeterminação e a indefinição, os quais serão elencados no quadro a seguir, sintetizado por Carvalho (2010, p. 35):

Indeterminação	Indefinição
Restringe-se apenas aos seres humanos.	Não se restringe apenas aos seres humanos, pois pode se referir também aos não-humanos.
Apresenta recursos sintaticamente distintos entre si, referindo-se a qualquer pessoa do discurso, independente de sua marca pertencer a uma das três pessoas.	Envolve formas lexicais exclusivas de terceira pessoa, tal como <i>alguém, algo, todo, nada</i> etc., não podendo se remeter a outras pessoas do discurso.
A generalização é uma condição essencial para que a indeterminação ocorra.	A generalização é apenas uma possibilidade.
A quantificação não importa, pois tanto o singular quanto o plural têm referência genérica.	A quantificação é importante para diferenciar a indefinição da definição.
Depende do contexto para sua interpretação.	Pode ser interpretado no nível frasal.
Não é possível identificar de modo preciso as pessoas do discurso.	Está no campo da determinação, uma vez que é possível identificar uma das pessoas do discurso.

Quadro 1 - Principais distinções entre indeterminação e indefinição segundo Milanez (1982).

A partir dessa reflexão inicial, percebe-se que há um princípio geral para a compreensão da indeterminação como um recurso linguístico que permite não mencionar qual foi o ser humano que realizou a ação proposta pelo verbo, levando

os interlocutores a pensar que pode ser qualquer um dentro ou fora do discurso, sendo, portanto, a generalização esse princípio.

Evidentemente, em muitos casos, os interlocutores até sabem quem é esse sujeito, mas há a intenção em não deixar claro, conforme aponta Menon (2006, p. 129), ao dizer que

Para mim, indeterminação do sujeito concerne os casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de 'referente extralinguístico'. No entanto, o referente é conhecido pelo locutor (e em certos casos, também do interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua) e se ele quisesse ou se isso lhe fosse conveniente ou interessante, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo. Nesse sentido, o referente pode ser recuperado pelo locutor a qualquer hora. Trata-se, antes de tudo, de uma maneira de escamotear o sujeito extralinguístico por meio de uma forma de expressão linguística, em função da situação de comunicação. (MENON, 2006, p. 129).

Enfim, se a indeterminação do sujeito é um recurso linguístico usado pelos falantes de uma língua, neste caso específico, a língua portuguesa, e, tomando como ponto de partida esse princípio da generalização, ele fez parte da constituição histórica dessa língua. Sendo assim, é necessário realizar uma reflexão sobre o seu emprego ao longo do tempo, a fim de melhor compreendê-lo na análise dos recursos de indeterminação da Bahia nos séculos XIX e XX.

1.1 A CONCEPÇÃO DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO AO LONGO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Uma vez delineada a ideia do sujeito indeterminado, pode-se verificar a sua compreensão ao longo da história na língua portuguesa. Para isso, parte-se do português arcaico¹ para compreender o fenômeno objeto desta pesquisa nos séculos XIX e XX.

Em sua obra, Mattos e Silva (1989, p. 513) aponta o sujeito indeterminado como sendo o “sujeito não-determinado” em “estruturas em que o sujeito é genérico,

¹ Mattos e Silva (1989, p. 15) considera como “português arcaico” o período que abarca os séculos XIII, XIV e XV, embora seus estudos tenham sido apenas do século XIV, cujo *corpus* é composto pelos “Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório.

não-especificado”, podendo ele ocorrer de três maneiras: (i) verbo na terceira pessoa do plural, (ii) uso de “homen”, e (iii) passiva analítica sem agente explícito². Ainda de acordo com Mattos e Silva (1989, p. 515, grifos da autora), o verbo na terceira pessoa do plural, ou como a autora o denomina, o “verbo em P6”, é a “forma mais frequente no *corpus* de indicar o sujeito não-especificado”, conforme os exemplos citados por ela a seguir³:

- (01) “Aqui se começa hũ livro que *dizen* Dialago.”
- (02) “E porende seja teu prazer, senhor, que o *tragan* ante ti.”
- (03) “Acaeceu que hũ homen perdeu lume de seus olhos e *trouveran*-no a este santo bispo Fortunado.”
- (04) “Acaeceu ainda que hũ cavalo dũ cavaleiro foi ravioso e adur o *podian* teer.”
- (05) “Queria, padre, que me *provassen* mais abertamente.”
- (06) “Hũa alfaia que avia mester, que *chaman* criva ou jueira.”

A forma de indeterminação “homen”, segundo Mattos e Silva (1989, p. 517, grifos da autora), é empregada em seu estágio gramaticalizado, ou seja, “desprovido dos seus semas característicos enquanto vocábulo lexical, funcionando como um pronome genérico”, de acordo com os exemplos:

- (07) “Ca se esforça *homen* pera fazer bem.”
- (08) “E portanto as *homen* cree por mais verdadeiras quanto el foi mais presente.”
- (09) “E depois que *homen* passa per cincoenta anos a caentura maa da carne vai escaecendo e morrendo no homen.”

Ainda em relação ao uso de “homen”, Mattos e Silva (1989, p. 518, grifos da autora) acrescenta que “veio a desaparecer no decorrer da história da língua portuguesa em proveito do pronome *se*”, podendo, inclusive, ser comparado:

² Neste trabalho, adotaram-se as seguintes nomenclaturas e abreviaturas para fins de comparação: (i) verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito lexicalmente expresso (\emptyset +V3PP); (ii) qualquer uso nominal como “homem” foi agrupado em uma única estratégia: os Sintagmas Nominais (SN); (iii) e verbo na voz passiva sem agente explícito (VPSA).

³ Chama-se a atenção para todas as citações, especialmente para o português em outras épocas que não a atual, nas quais se respeitou a grafia apresentada nas obras consultadas.

No *corpus* sob análise se documenta com alto índice de ocorrência (cerca de 50 nos dois primeiros livros dos *Diálogos* que constituem 37% aproximadamente do total da obra) a estrutura passiva pronominal em que o sujeito lógico do enunciado pode estar expresso ou não sintacticamente pelo complemento denominado de agente da passiva e o objecto lógico concorda com o verbo que é sempre transitivo. Esse tipo de estrutura alterna com a estrutura de sujeito não-determinado expresso por *homen* e pode ser considerada também um tipo de estrutura em que o sujeito sintáctico é não-especificado, não-determinado. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 518, grifos da autora).

Dessa maneira, a chamada “passiva analítica sem agente explícito” será considerada por Mattos e Silva (1989, p. 521) como “uma das formas de expressão do sujeito não-determinado no *corpus*”, segundo a qual

A relação descritiva 1 biactancial é sempre expressa pelo verbo SEER seguido de atributo expresso por participio passado de um verbo transitivo o que permite a presença do chamado agente da passiva, sujeito lógico, segundo actante nessa estrutura, já que nas estruturas descritivas até agora analisadas o único actante era o sujeito sintáctico e lógico da frase. Esse tipo de relação descritiva 1 é tradicionalmente denominado de passiva analítica ou passiva perifrástica em face da chamada passiva reflexiva. O agente, sujeito lógico, está representado por um sintagma nominal introduzido pela preposição *per(a)* ou pela preposição *de(b)*, podendo também ser omitido(c), mas pelo contexto se pode inferi-lo (MATTOS E SILVA, 1989, p. 571-572, grifos da autora).

Nota-se, portanto, que alguns exemplos citados por Mattos e Silva (1989, p. 572, grifos da autora) não apresentam o esperado “agente da passiva”:

- (10) “E depois que Basílio *foi deitado* do moesteiro.”
- (11) “Este prestumeiro non *foi chamado* antr’os outros.”
- (12) “De Libertino como seendo presente non *foi achado*.”
- (13) “Pode entender que o pecado da desobedeença lhi *foi perdoado*.”

Diante desses exemplos, a autora conclui que “a ausência de agente implica na não-determinação do sujeito lógico da frase; é esse sem dúvida um dos mecanismos utilizados para expressar a não-determinação do sujeito” (MATTOS E SILVA, 1989, p. 574).

Compreender como se deu os processos de indeterminação do sujeito no português arcaico contribui para um melhor entendimento de sua realização nos séculos XIX e XX. Para isso, trazem-se à baila as ideias difundidas sobre o objeto desta pesquisa por alguns gramáticos nesses períodos. Dessa forma, as gramáticas consultadas serão apresentadas respeitando-se o ano da publicação de sua primeira edição ou da edição consultada⁴, partindo-se cronologicamente do século XIX para o XX.

1.1.1 O testemunho das gramáticas do século XIX



Figura 1 - Folha de rosto da Gramática Filosófica da Linguagem Português de João Crisóstomo do Couto e Melo, 1818.

A primeira gramática consultada foi a “Gramática Filosófica da Linguagem Português composta e oferecida a El Rei Nosso Senhor” do Capitão de Engenharia e Diretor das Escolas Militares de Primeiras Letras João Crisóstomo do Couto e Melo, publicada em Lisboa em 1818. Nessa obra, não há qualquer tipo de informação sobre a indeterminação do sujeito. Investigaram-se, inclusive, nas seções que tratam dos pronomes, dos verbos, ou mesmo, da sintaxe a fim de encontrar qualquer indício do tema.

Os pronomes e verbos figuram no capítulo que trata da “Etimologia”. O gramático só apresenta cinco classes de palavras como as que servem para a “construção do discurso”: substantivos, adjetivos, verbos, preposições e conjunções (MELO, 1818, p. 59). Nesse mesmo capítulo, na seção V, ao tratar “Das variações dos substantivos”, apresenta os pronomes pessoais como sendo “vocábulos substantivos” (p. 71). Em nenhum momento,

⁴ Respeitou-se os anos de publicação da primeira edição, identificando-a entre “colchetes” [xxxx]. Quando não foi possível identificar a primeira edição, respeitou-se o ano de publicação da edição consultada.

mesmo em notas de rodapé, aparece qualquer menção à possibilidade desses pronomes serem empregados para indeterminar o sujeito.

Ao partir para a sintaxe, última seção de sua obra, a preocupação maior do gramático foi tratar da concordância que deve haver entre o sujeito e o verbo. Menciona a construção da voz passiva com o emprego do “se”, tratando-o apenas como uma maneira de formar essa voz, também sem qualquer posicionamento sobre a indeterminação:

7º...adjetivo em forma passiva com um sujeito simples: *Conformo-me com o parecer d'Antônio: Faça-se justiça*: onde o verbo *Conformo-me* está concordado com o sujeito *eu* em número singular, e em primeira pessoa; e o verbo *Faça-se* está concordado com o sujeito *justiça* em número singular e em terceira pessoa: pois vale o mesmo que dizer, *eu sou conforme com o parecer d'Antonio; e seja feita justiça*.

8º... adjetivo em forma passiva com um sujeito composto: *A sabedoria e a virtude não se-deixam em testamento*: onde o verbo *se-deixam* está concordado com o sujeito composto dos sujeitos simples *a sabedoria, a virtude, a sabêr êstes bens* número plural, e terceira pessoa (MELO, 1818, p. 232).

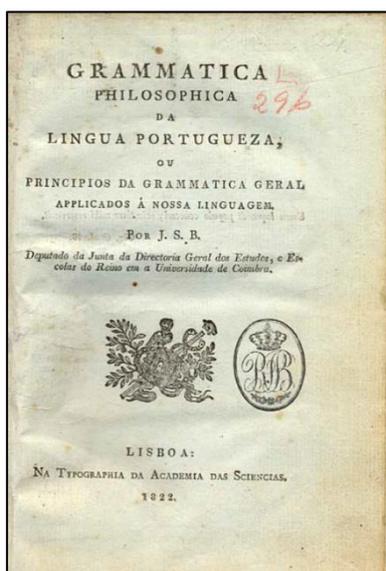


Figura 2 - Folha de rosto da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral Applicados á nossa Linguagem de Jerônimo Soares Barbosa, 1822.

Em seguida, analisaram-se as duas edições da “Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral Applicados á nossa Linguagem” do professor de Retórica e Poética do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), publicadas em Lisboa em 1822 e 1830 respectivamente. Tratam-se, portanto, de edições *post mortem*, tendo em vista que seu autor faleceu em 1816.

Essas duas edições não apresentaram acréscimos ou modificações nas seções consultadas, inclusive a numeração das páginas foi mantida, por isso será registrada apenas um número para especificá-las.

No que diz respeito à indeterminação do sujeito, o gramático não tratou diretamente a

respeito. Ao tratar do infinitivo no parágrafo III “Das linguagens do modo infinito” dos verbos, Barbosa (1822; 1830, p. 207) diz:

O modo Infinito tem Linguagens, porém não tem tempos. Porque o seu caracter he enunciar pura e simplesmente a coexistencia do attributo em hum sujeito qualquer, abstrahindo os tempos, numeros, e pessoas; e posto que a nossa Lingua faça huma exceção nesta regra, ella comtudo he geral em todas as mais. Porisso este modo se chamou *Infinito*, isto he, indeterminado; porque não determina circunstancia alguma daquelas, que os mais modos determinão; participando assim da natureza do nome appellativo e adjectivo para, como eles, poder ser complemento de outros verbos, e das preposições (BARBOSA, 1822; 1830, p. 207).

Percebe-se que o uso do infinitivo, de acordo com Barbosa, não trata claramente do sujeito da sentença, mas apresenta o caráter indeterminado vinculado a essa expressão de tempo verbal, uma vez que não há qualquer relação com as “pessoas” e nem “números”, podendo, portanto, relacionar-se a qualquer pessoa do discurso.

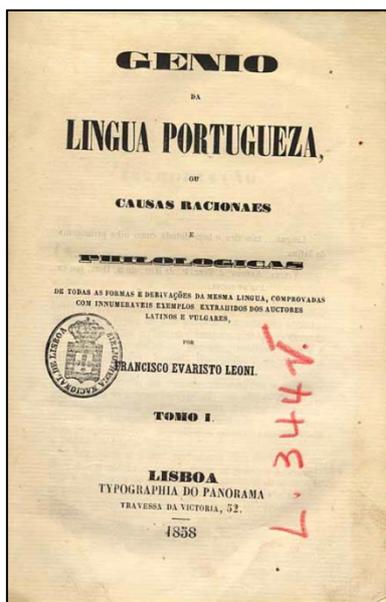


Figura 3 – Folha de rosto da obra *Genio da Lingua Portugueza, ou Causas Racionaes e Philologicas* de Francisco Evaristo Leoni, 1858.

Por sua vez, o Militar, poeta e autor de obras de gramática e filologia, Francisco Evaristo Leoni (1804-1874), em sua obra intitulada “Genio da Lingua Portugueza, ou Causas Racionaes e Philologicas”, publicada em Lisboa em 1858 não trata da sintaxe como uma parte autônoma na gramática, mas ela figura em seus comentários e descrições em toda sua obra, ao explicar cada classe gramatical.

A única contribuição identificada sobre a indeterminação do sujeito foi o emprego da forma “homens” no exemplo: “Pela fortaleza se derramou logo esta nova, (a de lhe vir soccorro por mar) que foi festejada dos soldados: tam credulos sam homens em qualquer esperança. (J. Freie, Castr. L. 2.º n.º 101 p. 135)”, que, segundo Leoni, “[...] não tem determinativo, porque o A. [se referindo aos autores do exemplo] na preposição que enuncia, generalisa a idéa do

homens falando de todos, e não em particular dos que se achavam cercados em Diu” (LEONI, 1858, p. 204).

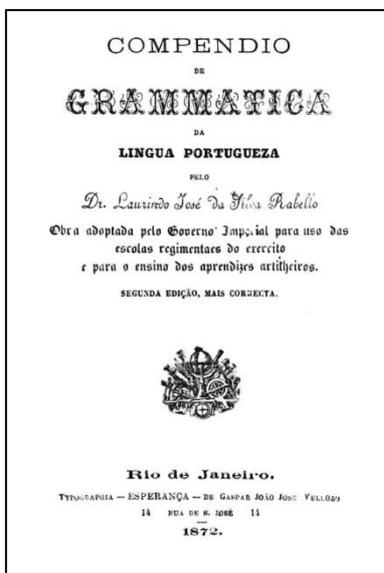


Figura 4 - Folha de rosto do Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza de Laurindo José da Silva Rabello, [1867] 1872.

O emprego do infinitivo é mais uma vez contemplado em gramáticas do século XIX, agora no “Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza” do poeta brasileiro, carioca, que viveu e se formou em Medicina na Bahia, Laurindo José da Silva Rabello. Em sua obra, Rabello ([1867] 1872, p. 26) menciona que “No infinito quando exprime a sua significação de um modo vago e indeterminado”. Percebe-se o não aprofundamento nesse emprego indeterminado, como também não há outras referências ao longo de sua obra.

Com a aproximação do final do século XIX, a indeterminação começa a ser mencionada de maneira mais clara e em um espaço apropriado, talvez pela própria concepção dessas obras, que até então são denominadas de “gramáticas filosóficas”, e a partir de Júlio Ribeiro têm-se as “gramáticas científicas”.



Figura 5 - Folha de rosto da Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro, [1881] 1899.

Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890), mais conhecido como Júlio Ribeiro, Patrono da cadeira 24 da Academia Brasileira de Letras, em sua “Grammatica Portugueza”, publicada em São Paulo em 1881, (p. 286) acrescenta o “anexo” para tratar de “Diatrise sobre a maneira latina e romântica de exprimir em abstracto a pluralidade indeterminada do agente de um verbo”⁵.

⁵ O texto completo foi escrito precisamente em 27 de agosto de 1881, conforme datação presente na obra, e publicado integralmente também em sua quinta edição em 1899, também consultada.

O estudo apresentado por Júlio Ribeiro na quinta edição da “Grammatica Portugueza” ([1881] 1899, p. 340) é comparativista, conforme ele mesmo afirma, tratando do “agente indeterminado em Romanico”, ou seja, levando-se em consideração também outras línguas românicas, não só o português, pois ele acredita que “Os factos de uma lingua qualquer, só pódem ser cabalmente elucidados, pelo estudo historico comparativo da grammatica dessa lingua”.

Em seguida, após justificar o seu estudo comparativo a partir dos estudos de Diez, Bopp e outros, Ribeiro ([1881] 1899, p. 341) se aproxima daquilo que foi identificado por Mattos e Silva (1989) no português arcaico:

O primeiro meio de indicar em Baixo Latim, e nas linguas romanicas, a indeterminação do agente de um verbo, é dar por sujeito a esse verbo o substantivo *homo*, em Latim: *uomo* em Italiano, *hombre* ou *ome* em Hespanhol; *homem* em Portuguez; *on* em Francez; *omul* em Valaquio.

Taes substantivos assumem neste caso verdadeiro caracter pronominal, e equivalem exactamente ao *man* alemão (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 341).

A inovação parece começar a se fazer presente na obra de Ribeiro ([1881] 1899, p. 342), quando comenta sobre a possibilidade de uso indeterminado no francês com o emprego do “on”, dizendo que

[...] o Francez é a unica lingua romanica que no periodo actual ainda conserva vigente este modo de expressão: aplica-o elle a ambos os generos, a ambos os numeros – *On doit être bom; On doit être bonne. On se battit eu désespères* (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 342)

O mérito da inovação não se encerra nessa explanação, mas no comentário que a segue, revelando que “Em Portuguez a palavra *gente* presta-se a uso idêntico: Quando *a gente* tem tutor ou padrinho” (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 342), considerando a expressão “gente/a gente” equivalente ao “on” francês e sendo empregada na língua portuguesa.

Vê-se, portanto, que Ribeiro ([1881] 1899) traz à baila uma expressão de indeterminação muito presente na atualidade, conforme atestou Carvalho (2010), ao mencionar que foi a segunda forma mais empregada na fala de Salvador na década de 1990.

O caráter inovador em sua obra não para por aí. O gramático considera o emprego do “se” como uma estratégia de indeterminação. Segundo ele,

Indica-se também nas línguas românicas a indeterminação do agente de um verbo, unindo-se a esse o pronome reflexivo *se*, considerado como mera partícula apassivadora (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 342).

Ribeiro ([1881] 1899, p. 342) continua explicando que esse uso remonta a um período mais antigo denominado “domínio românico”, e chama a atenção que há dois casos distintos que precisam ser levados em consideração. O primeiro como “expressão impessoal”, sendo empregado com verbos transitivos, tais como “Diz-se. Crê-se. Sabe-se.”, ou com verbos intransitivos, como em “Vai-se. Vem-se. Vive-se.” (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 342). E o segundo uso como de “expressão pessoal”, que segundo o gramático,

Neste caso o verbo, que só transitivo pôde ser, regula-se pelo número do sujeito.
 ITALIANO. Il libro non si trova. I libri non si trovano.
 HESPANHOL. Se teme uma borrasca. Si dicen muchas cosas.
 PORTUGUEZ. Dá-se um baile. Plantam-se árvores.
 FRANCEZ. Cela se fait. La Maison se bâtit. (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 342-343).

A reflexão do gramático sobre o sujeito ainda continua após essa exemplificação. Ele chama a atenção para os exemplos citados que tratam de nomes de coisas, portanto, “nada se oppõe a esta construção” (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 343), mas considera que pode haver equívoco se se tratar de nome de pessoa ou algum ser vivo, ou seja, ele diz que não se dirá em “Portuguez – Ferem-se os soldados”.

Ribeiro ([1881] 1899, p. 343) diz que

Segundo Diez, a grammatica italiana prescreve o emprego da voz passiva própria em vez desta construção com *si*, sempre que a phrase contém um pronome pessoal, ensina o douto mestre que se deve dizer – *Mi é stata tagliata la borsa*, e não *Mi si taglió*. Todavia Silvio Pellico escreveu: *Mi si fece un lungo interrogatório* (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 343).

Após esse comentário, Ribeiro ([1881] 1899, p. 343) questiona se essas formas são de fato estruturas passivas, recorrendo-se ao latim no que diz respeito à voz

passiva a fim de constatar que “Fica, pois, demonstrado que as fórmulas românicas construídas com *se*, bem como as fórmulas latinas passivas, servem para exprimir a acção, sem trazer a lume o agente”, portanto, um sujeito indeterminado.

Além do emprego do “*se*”, Ribeiro ([1881] 1899, p. 347) revela que é possível também empregar o verbo na terceira pessoa do plural sem qualquer tipo de agente explícito:

Em Latim e Grego, a terceira pessoa do singular da voz passiva, quando se tracta de indicar a indeterminação do agente, póde ser trocada pela terceira pessoa do plural da voz activa sem sujeito claro: em Latim, *dicítur* equivale a *dicunt*; em Grego *legutai* tem a mesma força que *legousi*.

O mesmo dá-se na mór parte das linguas românicas, o mesmo acontece em Inglez; em Italiano *si dice* vale tanto como *dicono*; em Inglez *credit is given to this* e *they give credit to this* são expressões idênticas.

Em Portuguez e Hespanhol, são vernaculíssimas construcções como estas:

Mataram o general em Pariz.

Me han convidado para las cinco menos cuarto. (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 347)

Ribeiro ([1881] 1899, p. 348) conclui sua reflexão mostrando que nesse último caso apresentado não é possível identificar quem executou a acção do verbo, sabe-se que foi “uma sô pessoa”, e acrescenta que

Frequentemente, dá-se em Portuguez á terceira [sic] pessoa do plural da voz activa um sujeito que, sendo incapaz de exercer a acção do verbo, indica por isso mesmo a indeterminação do agente (RIBEIRO, [1881] 1899, p. 348).

Em síntese, percebe-se que o gramático apresentou e defendeu o emprego do “*se*” como uma forma de indeterminar o sujeito, além do verbo na terceira pessoa do plural e a forma “a gente”.

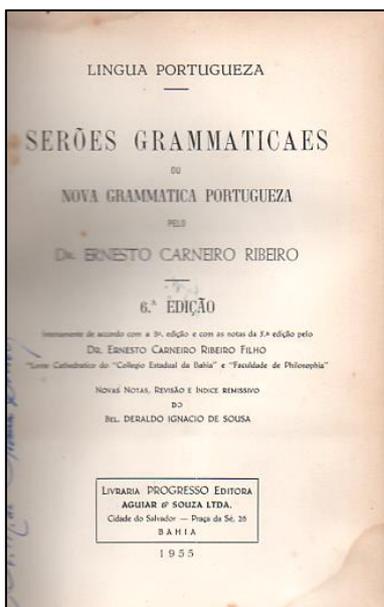


Figura 6 – Folha de rosto dos *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* de Ernesto Carneiro Ribeiro, [1890] 1956.

Contrariamente ao que foi dito sobre o *se* como uma forma correspondente ao *on* francês, o baiano nascido em Itaparica Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), médico e professor, em sua obra intitulada “*Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*”, republicada em Salvador em 1956⁶ (p. 641, grifos do autor), afirma que esse pronome *se* é “a variação oblíqua do pronome da terceira pessoa o qual serve para ambos os numeros [sic] e ambos os generos [sic], derivado do latim *sui, sibi, se*”. Ele ainda acrescenta que esse termo “variação oblíqua” se justifica

[...] porque quer um uso, contrário à maneira como se exprimam sempre nossos melhores escriptores, que o *se* possa ser variação directa, estabelecendo-se uma falsa analogia entre este nosso pronome e o vocabulo indefinito *on* da língua franceza.

No uso actual de nossa lingua não há palavra alguma que corresponda exactamente ao substantivo *on* da lingua franceza. (RIBEIRO, [1890] 1956, p. 641, grifos do autor).

O retrato da indeterminação apresentada por esse gramático diz respeito a meados do século XIX, repercutindo ainda no século XX com a publicação de outras edições de sua obra, porém ele não descarta os usos que foram registrados no português, em seu período arcaico, conforme mencionado por Mattos e Silva (1989).

Ao continuar sua explicação sobre o uso do pronome *se*, Ribeiro ([1890] 1956, p. 641) retoma a ideia de que havia no português a palavra *hom*, *homem*, com “sentido geral e indefinito”, utilizada sem o determinante, derivada, assim como o *on* francês, do latim *hominem*. Contudo, ele afirma que aos poucos foi deixando de ser usada e novas formas passaram a fazer parte do repertório linguístico do falante, substituindo as estratégias *hom* e *homem* “pelas expressões o homem, um homem,

⁶ A primeira edição dessa obra de Ernesto Carneiro Ribeiro foi publicada em 1890. A edição aqui consultada foi publicada em 1956, exatamente 36 anos após sua morte (1920).

a gente, um, alguém, uma pessoa, qualquer, todos, ninguém, eu, nós, etc.” (RIBEIRO, [1890] 1956, p. 642).

Ribeiro ([1890] 1956, p. 642-668) dedica algumas páginas de sua gramática para defender que o *se* no português é um pronome reflexivo, não podendo ser comparado ao *on* do francês. Ele busca exemplos da própria língua francesa e ainda faz comparações com inglês, espanhol e italiano a fim de constituir todo material necessário para confirmar o que pretende:

Entretanto não faltará, entre os que perfilham a opinião oposta á que sustentamos neste nosso trabalho, quem, lendo a tradução portugueza dessas mesmas phrases, attribúa ao *se* a função subjectiva que lhe contestamos. (RIBEIRO, [1890] 1956, p. 654).

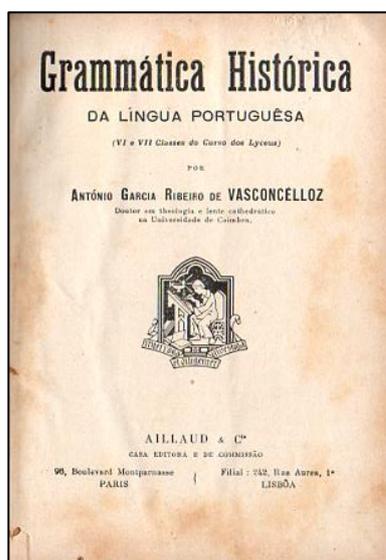


Figura 7 - Folha de rosto da *Grammática Histórica da Língua Portuguesa (VI e VII Classes do Curso dos Lyceus)* de António Garcia Ribeiro de Vasconcelloz, 1900.

As reflexões das gramáticas do século XIX analisadas se encerram com a “Grammática Histórica da Língua Portuguesa (VI e VII Classes do Curso dos Lyceus)” de António Garcia Ribeiro de Vasconcelloz (1860-1941), publicada em 1900 em Paris/Lisboa⁷, apresentando uma outra estratégia de indeterminação que até então não tinha sido tratada por gramáticas antecessoras, o emprego do pronome “nós”, ou até mesmo do verbo na primeira pessoa do plural:

Houve porém tempo, em que as auctoridades mais elevadamente collocadas principiaram a usar nos actos officiais a fórmula *nós queremos, nós mandamos*, apesar de ser um só o que queria ou mandava.

Na adopção desta fórmula não houve a intenção da apotheóse, nem sequer o intuito de dar a entender que um só valia por muitos; quem assim fazia tinha apenas o propósito de dar a seus actos, mesmo os mais arbitrários, a apparencia de um decreto impessoal ou colectivo, como se decretasse em nome de todos e fôsse intérprete da vontade ou conveniência da sociedade (VASCONCELLOZ, 1900, p. 211).

⁷ A obra apresenta Paris como sede da editora Aillaud & CIA e Lisboa como filial, sem determinar ao certo o local de impressão.

Vasconcelloz (1900) não faz menção a outra maneira de indeterminação. Na verdade, ele nem trata diretamente sobre o assunto, apenas percebe-se o seu emprego pela forma como considera o emprego do “nós” como sendo de caráter “impessoal” ou “collectivo”, o que implica dizer que se trata do emprego genérico, servindo-se a qualquer agente do verbo.

As estratégias de indeterminação tratadas pelas obras consultadas do século XIX foram organizadas através de um esquema, a fim de sintetizar o levantamento realizado (cf. Figura 8 a seguir):



Figura 8 - Esquema resumitivo das gramáticas consultadas dos séculos XIX e as estratégias de indeterminação do sujeito que são mencionadas.

1.1.2 Os registros das gramáticas do século XX

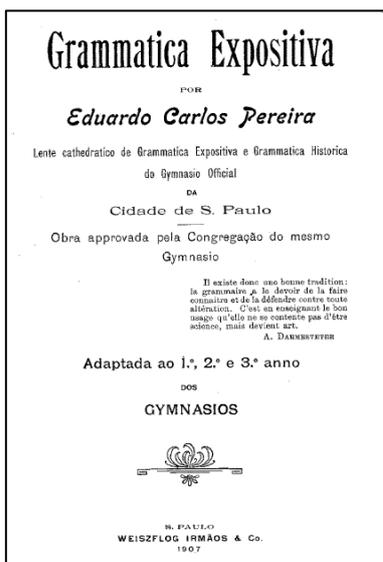


Figura 9 - Folha de rosto da *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira, 1907.

O gramático mineiro, ministro evangélico presbiteriano, professor e escritor, Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), na edição de sua “Grammatica Expositiva”, publicada em São Paulo, em 1907, não menciona a possibilidade de se empregar pronomes ou substantivos como sujeito indeterminado de uma oração. Contudo, ao tratar do infinitivo na seção sobre os verbos, ele afirma que o infinitivo “enuncia o facto verbal de modo vago, indefinido, indeterminado”, exemplificando com a oração “Viver é lutar” (PEREIRA, 1907, p. 93), o que se leva a crer na aceitação da indeterminação do sujeito.

Ao tratar da “conjugação dos verbos defectivos”, Pereira (1907, p. 116) esclarece que esses tipos de verbos “são aquelles que não se usam em todos os *modos, tempos* ou *peçoas*”, podendo ser divididos em “impessoaes” e “peçoaes”. Sobre o primeiro, o autor afirma que “os impessoais, que teem a peçoas do sujeito desconhecida, isto é, que teem *sujeito indeterminado*, como: *chove, anoitece, etc.*”, porém sabe-se que, pelos exemplos do próprio estudioso, não se trata do objeto observado neste trabalho, mas daqueles verbos que exprimem eventos atmosféricos, da natureza, entre outros, não podendo, pois, considerá-los como de sujeito indeterminado, mas constituem os ditos sem sujeito.

Na seção sobre a sintaxe, Pereira (1907, p. 194, grifo do autor) apresenta os diferentes tipos de sujeito, inclusive o indeterminado, exemplificando com a oração “Não sabe A GENTE que fazer”, salientando a possibilidade do emprego do sintagma nominal “a gente”. Mais adiante, ele especifica o que chama de sujeito indeterminado, “quando não é enunciado nem conhecido, sendo o verbo *impessoal*” (PEREIRA, 1907, p. 195), exemplificando com os verbos impessoais “Chove a

cântaros – Anoitece cedo no inverno” e com o verbo na terceira pessoa do plural “Dizem que haverá abundancia este anno”⁸.

Pereira (1907, p. 224) ainda menciona a possibilidade de os impessoais figurarem na voz passiva com o emprego do “se”, tal como em “Queremos ir ao céu, mas não queremos ir por onde se vae ao céu”. Na mesma página, ele menciona a possibilidade de se empregar o verbo impessoal na voz ativa de verbos como “dizer, contar, relatar, julgar, etc.” como na oração citada por ele “*Dizem* que ha gozos no correr da vida”. Contudo, logo adiante, ele afirma que “Tornam-se *unipessoais* estes verbos na fórmula passiva: ‘*Diz-se* que ha gozos no correr da vida’ – ‘*Conta-se* que elle falleceu” (PEREIRA, 1907, p. 224).

Pereira (1907, p. 281) dedica algumas linhas para refletir sobre o “reflexivo se”. Inicialmente, ele afirma que

Este pronome, chamado reflexivo pela propriedade característica de recambiar a acção verbal para o mesmo sujeito que a practica, não possui em latim, donde nos veio, caso recto. Dahi o principio acceto pela maioria dos grammaticos de não poder ser elle sujeito do verbo no modo finito (PEREIRA, 1907, p. 224).

Nessa primeira reflexão, o gramático apresenta-se de acordo com as ideias defendidas por outros autores em sua época, acrescentando logo em seguida uma crítica, dizendo que

Querem, entretanto, alguns que em certos casos, como – *faz-se a barba*, seja **se** pronome indefinido, significando *alguem*, sujeito do verbo, correspondendo ao *on* francez. Tal analyse é artificial, está em antagonismo com os factos actuaes da lingua e com os seus antecedentes historicos (PEREIRA, 1907, p. 281).

A exposição sobre o emprego do “se” não se encerra. Ele apresenta alguns exemplos e passa a explicar cada função exercida pelo “se”. O que chama a atenção é a explicação do 4º caso, referente à oração “Alugam-se quartos”:

Neste caso a acção reflecte-se para o sujeito – *quarto*, porém este é incapaz de a practicar por ser *inanimado*, só a recebe, não pode ser *agente*, só é *paciente*: o verbo ou a voz torna-se *passiva* e o pronome reflexivo assume o nome de particula *apassivadora* ou

⁸ Percebe-se que há uma mistura do que os gramáticos na atualidade classificam como “oração sem sujeito”, quando faz referência a verbos que envolvem fenômenos da natureza, e o “sujeito indeterminado”.

apassivante – “Alugam-se quartos equivale – a Quartos são alugados” (PEREIRA, 1907, p. 283).

Vê-se, portanto, que o gramático em questão não assume a ideia de considerar o uso do “se” como uma possibilidade de se indeterminar o sujeito. E ainda não consegue definir se há ou não sujeito na oração apresentada, contudo admite que é possível haver dificuldade em definir o “se” como indicador de “passividade, reflexibilidade ou reciprocidade” em oração como “Castigaram-se os culpados” (PEREIRA, 1907, p. 284).

Ao findar suas explicações do 4º caso, Pereira (1907, p. 284) admite haver a possibilidade de se indeterminar o agente da oração em casos como “*Conta-se que elle vive*, em que a oração *que elle vive* é o sujeito-paciente de *conta-se*, equivalente a *é contado*.”. Nesse caso, o autor admite que há, portanto, um “agente” considerado “indeterminado”, e explica que “por isso o sentido desta ultima phrase pode ser expresso na seguinte fórma activa de sujeito indeterminado: *Contam que elle vive*”.

Felizmente, Pereira (1907, p. 285) não para por aí. Sobre exemplos como “Vive-se” e “Entra-se na sala” ele admite também que o pronome se refere a um “sujeito indeterminado: é uma *passiva impessoal*, assim como o antecedente é uma *passiva pessoal*”.

Acrescenta-se ao que foi exposto por Pereira (1907, p. 286) uma observação, a qual está transcrita a seguir *ipsis litteris*:

A theoria que ahi fica exposta se acha desenvolvida no interessante opusculo – *Ensaio linguistico*, de Othoniel Motta, onde encontramos valiosos subsidios para as soluções do intrincado problema sobre a funcção do pronome *se*. E’ manifestamente erronea a theoria de alguns grammaticos que chamam ao *se* pronome *indefinido*, dão-lhe a significação arbitraria de – *alguem*, e fazem-n-o *sujeito* do verbo, auctorizando os seguintes *solecismos*: *Corta-se arvores*, *concerta-se relogios*, *compra-se livros usados*, *applica-se bixas*, *ferra-se cavallos*, *aluga-se quartos*. Em bom portuguez se dirá: *Cortam-se arvores*, *concertam-se relogios*, *compram-se livros usados*, *applicam-se bixas*, *ferram-se cavallos*, *alugam-se quartos*.

Esta nossa construcção *passiva* com o *reflexivo se* corresponde, quanto ao sentido, á construcção franceza com o pronome indefinido *on*, porém mui diversa é a syntaxe (PEREIRA, 1907, p. 286).

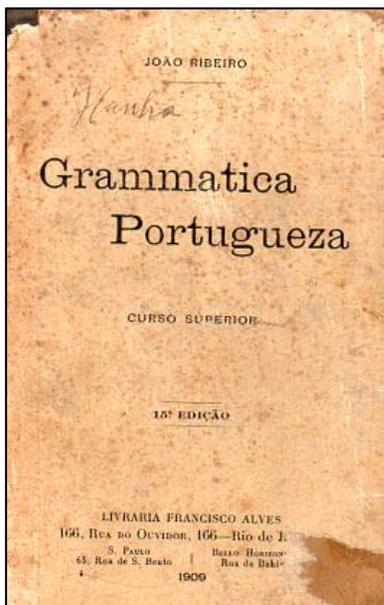


Figura 10 – Capa da *Grammatica Portugueza – Curso Superior* de João Ribeiro, 1909.

João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934), mais conhecido como João Ribeiro, filólogo e historiador, na décima quinta edição de sua “Grammatica Portugueza – Curso Superior”, publicada no Rio de Janeiro em 1909⁹ (p. 220) resgata a associação com a língua francesa no que diz respeito o emprego do “se” para caracterizá-lo como uma expressão de indeterminação do sujeito, embora não mencione tal acepção:

Por influencia da lingua franceza, pela analogia ideológica que existe entre *on dit* e *diz-se*, o modismo francez introduziu-se na lingua, e ha escriptores que empregam a syntaxe: *diz-se cousas* (dizem-se cousas). Os defensores d’esse gallicismo syntactico procuram explicar a dificuldade considerando como sujeito o pronome *se*. (RIBEIRO, 1909, p. 220, grifos do autor).

Assim como outros autores mencionados, verifica-se uma tradição gramatical no que diz respeito ao uso da partícula “se” como índice de indeterminação do sujeito, uma vez que essa estratégia figurou no português arcaico, conforme menção feita por Mattos e Silva (1989), anteriormente citada.

Além do emprego do “se”, Ribeiro (1909, p. 171) trata do uso de “homem” como também uma estratégia para se indeterminar o sujeito:

A palavra *homem* (*homo*, lat.) algumas vezes representa o equivalente do indefinido: *Não sei de homem que soffra... De memoria de homem*, etc.

Sabe-se que o *on* francez deriva de *homo*; a forma vernacula é *um* confundida com o partitivo *um* (*unus*). Os exemplos nos seculos XIII e XIV são abundantes: << *Não póde hum estar que não censure.*>>(1) (RIBEIRO, 1909, p. 171).

⁹ A primeira edição foi publicada em 1887, mas optou-se em manter a data da edição consultada porque, de acordo com Fávero e Molina (2014, p. 52), “[...] as edições de suas obras divergem muito entre si [...]”.

Percebe-se nessa citação que há uma marca de nota de fim de página “(1)”, na qual Ribeiro (1909, p. 171) traz à baila um comentário de Ruy Barbosa como resposta a Ernesto Carneiro Ribeiro, elucidando o emprego de “homem”, como também outras expressões equivalentes. Por se tratar de uma informação deveras importante para a compreensão do sujeito indeterminado no início do século XX (período de publicação da obra analisada), a nota está transcrita integralmente a seguir:

(1) Leia-se, que vem ao caso e a propósito, a nota de Ruy Barbosa (na sua *Replica*):

«O dr. CARNEIRO e, como elle, outros grammaticos têm por «não tolerada hoje» (*Serões*, p. 28-9) a construcção portugueza, em que *homem* entra na accepção indeterminada e vaga do *on* no francez e da particula apassivadora *se* em nossa linguagem, onde tem ainda os succedaneos de *um homem*, *uma pessoa*, ou simplesmente *um*. Mas, clássicos de nosso tempo, como CASTILHO e C. CASTELLO BRANCO, ainda usaram d’esta fórma portugueza, cuja elegancia era pena se deixasse perder:

«Tediosa e impolida coisa é falar *homem* de si mesmo.»

(CASTILHO: *As Metamorph.*, prol., p. XI).

«O que *homem* herda.»

(*Fausto*, p. 46)

«É mais facil cortar fundo nos outros do que arranhar *homem* em si proprio». (*Ib.*, p, 414)

«Deserto é estar *homem* só, como succede a toda pessoa que não tem aquillo com que mais se accende o engenho.»

(C. CASTELLO BRANCO: *Noites de Insomnia*, n.2, p.41-2)

«Mas, se ha temeridade ao desabar das velhas coisas.»

(C. CASTELLO BRANCO: *Prologo dos Combates e Criticas* de SILVA PINTO, PORTO, 1882, p. XXIII.) (RIBEIRO, 1909, p. 171).

Pereira e João Ribeiro registram usos do “se” como sujeito e dão exemplos como “corta-se árvores” e “diz-se cousas”. Eles não aprovam esses usos, um justifica dizendo que se trata de solecismo, o outro galicismo. O mais interessante é que já é um registro de usos, presentes na fala.

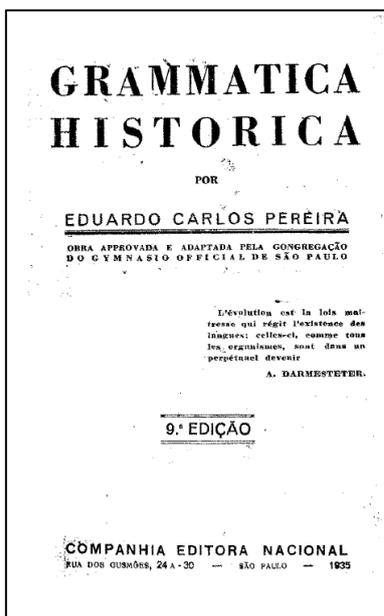


Figura 11 – Folha de rosto da *Grammatica Historica* de Eduardo Carlos Pereira, [1916] 1935.

O gramático Eduardo Carlos Pereira (mesmo autor da “Grammatica Expositiva” mencionada anteriormente), em sua nona edição da “Grammatica Historica”, publicada em São Paulo em 1935¹⁰ (p, 283), apresenta o sujeito indeterminado antepondo-o ao determinado, dessa forma, o determinado, referindo-se aos gramáticos, o é por ser “expresso”; enquanto o indeterminado ocorre “[...] quando não é nem pôde ser *expresso*, é um mero sujeito psychologico, que a lingua sempre subentendeu, e nunca enunciou, a não ser por pronome”. Acrescenta ainda o gramático que “este phenomeno, commum de todas as linguas aryanas, com os verbos chamados por isso mesmo *impessoais*: *Chove* e (pop. e arch.) *elle chove* – *Faz calor* – *Dizem que elle morreu* (cf. *il pleut* fr., *it rains* ingl.)”.

No item 400, Pereira ([1916] 1935, p. 285) trata da indeterminação do sujeito e do agente, o qual conceitua:

Chama-se, em grammatica, sujeito indeterminado o sujeito dos verbos impessoaes, reclamado pela analogia syntactica dos outros verbos, e normalmente inexpressão na proposição; é um sujeito psychico, que se annuncia vagamente no dominio do espirito, mas que não faz sua aparição na esfera da linguagem ou no dominio da grammatica. Com certos verbos, empregados impessoalmente na 3ª pessoa do plural, na voz activa, e na 3ª pessoa do singular na voz passiva, podemos perceber mais claramente a existencia desse sujeito ou agente indeterminado (PEREIRA, [1916] 1935, p. 285).

O gramático, além de mencionar o que considera como sujeito indeterminado, especifica quais são as formas de empregá-lo na língua portuguesa. Em seguida, ele justifica que esses usos encontram suas bases no latim, como uma herança linguística. Dessa forma, a indeterminação do sujeito pode ocorrer com o verbo na 3ª pessoa do plural na voz considera ativa, como em “Contam que fulano morreu” e na 3ª pessoa do singular na voz passiva e com o uso da partícula “se”, como em “Conta-se que fulano morreu” (PEREIRA, 1935, p. 285).

¹⁰ A primeira edição foi publicada em 1916.

Assim, para Pereira ([1916] 1935, p. 286), “este *sujeito* ou *agente*, que, embora francamente suspeitado, a lingua normalmente não enuncia, é o que se chama *sujeito e agente indeterminado*”.

Cabe ainda salientar a crítica que o gramático lança para os gramáticos:

[...] E se, por esse motivo, é indeterminado, deve ser grammaticalmente *indeterminável*, pois qualquer determinação *analytica* é arbitraria e artificial. Portanto, procurar um termo que faça o papel de sujeito ou agente, como fazem Moraes, Sotero e os velhos grammaticos da escolastica, é desconhecer o phenomeno linguistico da indeterminação do sujeito ou do agente, os quases nessas phrases verbaes se acham ausentes não por uma ellipse conveniente ao estylo, mas pela inconveniencia ou dificuldade de se achar um que possa bem caracterizar o seu objeto. [...] (PEREIRA, [1916] 1935, p. 286)

A obra de Pereira ([1916] 1935) também se volta para a história da língua portuguesa. Por isso, após explicar e defender o que entende por sujeito indeterminado, passa a explorar como esse tipo de sujeito se dava no latim até chegar à língua portuguesa, incluindo aí os verbos impessoais, os quais ele considera também como de sujeito indeterminado, especialmente os chamados acidentalmente impessoais, tais como os verbos “haver, fazer, estar, ser, rir, soar, pesar, etc.” (PEREIRA, [1916] 1935, p. 287). Ele ainda faz uma análise sobre o que os filólogos dizem sobre esses verbos impessoais que expressam, principalmente, fenômenos da natureza, buscando justificar o porquê de considerá-los também de sujeito indeterminado.

Por fim, as formas “homem” e “a gente” também foram contempladas por Pereira ([1916] 1935, p. 290). O gramático explica que teve sua origem no latim a expressão “homo”, significando “homem”, cujo valor era idêntico ao pronome indefinido. Após exemplificar, acrescenta uma observação:

Obs. Como se vê, *homem* usado pronominalmente ora vem precedido do artigo, ora não. Deste uso de *homo* na baixa latinidade veio o pronome indefinido francez – *on* = *homo*. Hoje nesta accepção emprega-se – *a gente*: *A’ gente que lhe importa que a roubassem ou não... E’ que a gente estava no quintal* (A. C.; *Doent.*, 5) - Já é velho na lingua o emprego de *uma pessoa* em accepção pronominal: *Não havia onde hũa pessoa se pudesse assentar* (F. M. P., *Per.* 1. 341) (PEREIRA, [1916] 1935, p. 290).

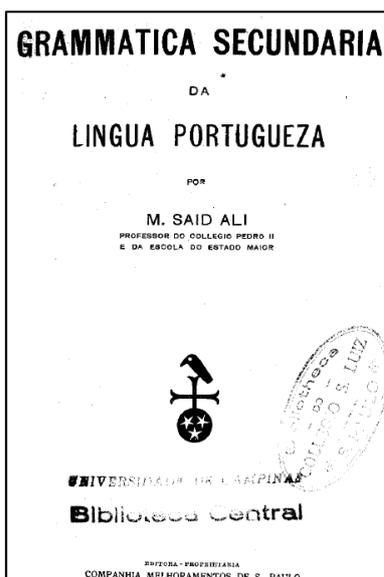


Figura 12 – Folha de rosoto da *Grammatica Secundaria da Lingua Portuguesa* de Manuel Said Ali, 1923.

Manuel Said Ali (1861-1953), filólogo e considerado o maior sintaxista da língua portuguesa, autor da “Grammatica Secundaria da Lingua Portuguesa” publicada em São Paulo em 1923 (p. 173), informa que o “Sujeito indefinido é o que indica ente humano que não podemos ou não queremos especificar”, sendo, portanto, a mesma noção que se tem aqui sob a nomenclatura de sujeito indeterminado. O autor acrescenta que há três formas de empregá-lo: “[...] o verbo na 3ª pessoa do plural, ou na forma reflexiva, ou usa-se o verbo na forma activa dando-lhe por sujeito um pronome indefinido”. Elucida-se, ainda, com exemplos:

Assassinaram o ministro.
 Estão batendo á porta.
 Morre-se de frio.
 Alugam-se cadeiras.
 Desistiu-se da empresa.
 Alguem está batendo. (SAID ALI, 1923, p. 174)

O assunto não é mais aprofundado, contudo percebe-se que o emprego do infinitivo impessoal também poderia ser considerado por esse autor como uma estratégia de indeterminação, pois sobre essa forma verbal, diz: “[...] sempre que o verbo indicar a acção em geral, como se fora um nome abstracto, ou quando não se cogita da pessoa, ex.: estudar (=o estudo) é util” (SAID ALI, 1923, p. 239).



Figura 13 – Folha de rosto da *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* de Manuel Said Ali, 1931.

Já em sua “Grammatica Historica da Lingua Portugueza”, publicada em São Paulo em 1931, Said Ali apresenta detalhadamente o que considera como “pronomes indefinidos”:

A par destes pronomes [referindo-se aos pronomes pessoais] existe um grupo de vocabulos de caracter pronominal que, como a palavra «elle» requerem o verbo na 3ª pessoa, diferindo todavia do pronome pessoal por indicarem um ente vagamente, como a palavra *alguem*, ou um ente qualquer, que recordará, mas não necessariamente, algum nome enunciado antes. Constituem taes vocabulos o grupo dos pronomes *indefinidos* (SAID ALI, 1931, p. 120).

Inicialmente seus exemplos referem-se exatamente ao que se chama hoje de pronomes indefinidos, exemplificados pelas expressões “alguem, outrem, ninguém”, entre outros. Contudo, mais adiante, ele acrescenta as formas “homem” e “a gente”, dizendo que

Tem de commum estes dois pronomes o mostrarem visivelmente que se originaram cada qual de um substantivo; ou, melhor, são nomes que assumem caracter pronominal quando usados, não já na accepção propria, mas para indicar agente vago e indeterminado (SAID ALI, 1931, p. 127).

Por se tratar de uma obra voltada para a história da língua portuguesa, Said Ali (1931, p. 127-128) explica que as expressões “homem” e “a gente” foram empregadas de formas diferentes, ocupando polos opostos na história da língua. Para ele, “homem” teve um uso comum no que considera de “portuguez primitivo”, diminuindo sua frequência no século XV, restringindo-se ao uso tido como popular e deixando vestígios no século XVI, o que já é de conhecimento tendo em vista o estudo de Mattos e Silva (1989) apresentado. Sobre a forma “a gente”, apenas menciona que seu uso é restrito à linguagem familiar.

Após apresentar uma série de exemplos sobre o uso de “homem” com caráter indeterminado, Said Ali (1931, p. 128) faz uma distinção dos empregos provavelmente populares e vernaculares dos que são encontrados nos textos escritos, sobretudo nos textos literários:

A linguagem literaria, principalmente a partir da era camoniana, prefere indicar o agente indeterminado por outro modo. Os recursos mais communs são: a forma reflexiva do verbo, o verbo na 3ª pessoa do plural sem nomear sujeito algum, o verbo na 1ª pessoa do plural (SAID ALI, 1931, p. 128).

Percebe-se, portanto, que Said Ali considera a forma pronominal “nós” como uma possibilidade de se indeterminar o sujeito e ele ainda chama a atenção que isso passou a ocorrer a partir de Camões, ou seja, século XVI, muito anterior aos séculos aqui observados.

Tendo-se em vista que as gramáticas de João Ribeiro apresentam divergências entre uma edição e outra (FÁVERO; MOLINA, 2014, p. 52), elenca-se também outra edição da “Grammatica Portugueza – Curso Superior” de sua autoria, publicada no Rio de Janeiro em 1933. Embora haja semelhanças com a edição já mencionada, publicada em 1909, são os aspectos que as diferenciam que a fez ser mencionada novamente.

Ribeiro (1933, p. 330), em nota de rodapé, comenta sobre o trabalho desenvolvido por Said Ali sobre os “verbos sem sujeito”, e o considera como sendo “excellente e contém observações originaes e interessantes. Essa nota está justamente na página na qual o gramático inicia a abordagem sobre o emprego da partícula “se”, informando que a língua portuguesa apresenta uma voz dita “média passiva” fazendo uso desse pronome. Para isso, ele cita exemplos do tipo “Fizeram-se casas”. Quando ele traz um exemplo de Barros “...*Se nota pelos marcantes os perigos do mar.*”, chama a atenção para um “erro” de concordância, afirmando que “deveria dizer se notam (notam-se)” (RIBEIRO, 1933, p. 331).

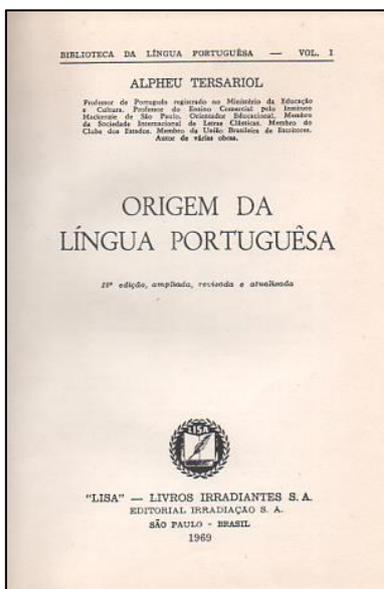


Figura 14 – Folha de rosto da obra *Origem da língua portuguesa* de Alpheu Tersariol, [1965] 1969.

Por fim, a obra “Origem da língua portuguesa” de Alpheu Tersariol (1922-), cuja décima edição consultada foi publicada em 1969 (a primeira edição data de 1965), no Brasil. Embora não seja enquadrada no gênero gramática, a sua organização interna revela ser um livro que pode ser considerado como tal.

A única menção à indeterminação do sujeito está na seção que trata do “infinitivo impessoal”. O livro de Tersariol ([1965] 1969, p. 170) traz como

uma das possibilidades de emprego desse tempo verbal “[...] quando se usa de modo independente sem referência a qualquer sujeito determinado”, o que se entende, portanto, como uma das estratégias

de indeterminação, uma vez que não se pode recuperar o agente. Para ilustrar esse uso, o próprio autor cita “Praticar o altruísmo é dever de todos”.

Tendo em vista as reflexões sobre as gramáticas consultadas do século XX, a figura 15 (na próxima página), assim como foi feito para as gramáticas do século XIX, busca expor de forma clara e objetiva quais foram as estratégias mencionadas pelos gramáticos em suas respectivas obras a fim de possibilitar um melhor diálogo com os dados de uso real obtidos em textos publicados na Bahia e vislumbrados no Capítulo IV.



Figura 15 - Esquema resumitivo das gramáticas consultadas do século XX e as estratégias de indeterminação do sujeito que são mencionadas.

Após análise das gramáticas, tendo em vista os esquemas resumitivos apresentados (cf. figura 8 e figura 15), percebe-se que não há um consenso entre os gramáticos sobre o que poderia ser considerada uma estratégia de indeterminação do sujeito ou não. Dessa maneira, conforme pode ser constatado na metodologia apresentada no terceiro capítulo desta tese, todas as possibilidades de se indeterminar o agente da ação verbal foram levadas em conta na obtenção dos dados, esperando com isso ter-se uma descrição dos usos concretos na Bahia dos séculos XIX e XX.

1.2 A VISÃO DAS GRAMÁTICAS QUE AINDA SÃO PUBLICADAS NO SÉCULO XXI

A pesquisa empreendida nesta tese versa sobre os usos concretos da indeterminação do sujeito nos séculos XIX e XX. Contudo, se considerou também

importante apresentar como esse tema tem sido abordado nas gramáticas contemporâneas, sejam elas normativas ou descritivas.

No final do século XX¹¹ e início do século XXI, começam a publicar, no Brasil, gramáticas que dedicam algumas páginas, mesmo de forma ainda restrita, à indeterminação do sujeito¹².

A nomenclatura de “indeterminado” é atribuída por Almeida (2005, p. 414), em sua “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, a um tipo de sujeito, situando-o como de “impossível identificação”, podendo ser empregado com verbos tidos como “ativos, acidentalmente impessoalizados na 3ª pessoa do plural”, conforme exemplo 14, ou com verbos “acidentalmente impessoalizados na passiva”, e refutado por Ribeiro (1956), conforme mencionado anteriormente, o qual o considera um pronome reflexivo, como o exemplo 15:

(14) “*Dizem* que ele vem.”

(15) “*Assim se vai* aos céus.”

Expressando-se da mesma forma que o gramático anterior, Rocha Lima (2008, p. 235) diz que é sujeito indeterminado “se não pudermos ou não quisermos especificá-lo”, podendo representá-lo de duas maneiras:

[...]

- 1) Empregar o verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência anterior ao pronome *eles* ou *elas*, e a substantivo no plural [cf. exemplos 16 e 17];
- 2) Usá-lo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *se*, desde que o verbo seja intransitivo, ou traga complemento preposicional [cf. exemplos 18 e 19]. (ROCHA LIMA, 2008, p. 235, grifos do autor).

Para melhor compreender as possibilidades consideradas, Rocha Lima (2008, p. 235) dá alguns exemplos, a saber:

(16) “*Falam* mal daquela moça.”

¹¹ Chama-se a atenção aqui para as gramáticas publicadas ainda no século XX, porém com edições no século XXI, muitas vezes sem qualquer tipo de alteração no que diz respeito à indeterminação do sujeito.

¹² Refere-se aqui às gramáticas que têm uma seção ou tópico para tratar do sujeito indeterminado.

- (17) “*Mataram* um guarda.”
 (18) “*Vive-se* bem aqui.”
 (19) “*Precisa-se* de professores.”

Por sua vez, Cunha e Cintra (2001, p. 128), em “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, expõem sobre o sujeito indeterminado afirmando que “algumas vezes, o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento”, podendo, ainda segundo os autores (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 128, grifos dos autores), figurar de duas maneiras: colocando o verbo na “3ª pessoa do plural” (ver exemplos 20 e 21) ou na “3ª pessoa do singular, com o pronome *se*” (cf. exemplos 22 e 23):

- (20) “- **Contaram-me**, quando eu era pequenina, a história duns naufragos, como nós.”
 (21) “**Reputavam-no** o maior comilão da cidade.”
 (22) “Ainda **se vivia** num mundo de certezas.”
 (23) “**Precisa-se** do carvalho; não **se precisa** do caniço.”

Nota-se no último exemplo (cf. 23) a presença de preposição exigida pela regência do verbo “precisar”, o que condiciona o emprego também da partícula “se”, embora não mencionado pelos gramáticos Cunha e Cintra.

Cegalla (2008, p. 325), na “Novíssima Gramática da Língua Portuguesa”, afirma de modo objetivo que o sujeito indeterminado é “quando não se indica o agente da ação verbal” e, para isso, a língua portuguesa oferece três maneiras:

Em português, assinala-se a indeterminação do sujeito de três modos:

a) usando-se o verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência a qualquer agente já expresso nas orações anteriores. Exemplos:
 Na rua *olhavam-no* com admiração.

“*Bateram* palmas no portãozinho da frente.” (Josué Guimarães)

“De qualquer modo, foi uma judiação *matarem* a moça.” (Rubem Braga)

b) com um verbo ativo na 3ª pessoa do singular, acompanhado do pronome *se*. Exemplos:

Aqui *se vive* bem.

Devagar *se vai* ao longe.

Quando *se é* jovem, a memória é mais vivaz.

Trata-se de fenômenos que nem a ciência sabe explicar.

“E *passou-se* a falar em internacionalização da Amazônia.” (Tiago de Melo)

[...]

c) deixando-se o verbo no infinitivo impessoal. Exemplos:
Era penoso *carregar* aqueles fardos enormes.
É triste *assistir* a estas cenas repulsivas. (CEGALLA, 2008, p. 325, grifos do autor).

Percebe-se que Cegalla se diferencia dos gramáticos brasileiros anteriormente citados, por conceber também a possibilidade de se indeterminar o sujeito colocando o verbo no chamado “infinitivo impessoal”, conforme item “c” da citação anterior, além do verbo na terceira pessoa do plural (item “a”) e do emprego do “se” (item “b”).

Bechara (1966, p. 247), na décima edição de sua “Moderna Gramática Portuguesa”, diz que o sujeito indeterminado é o “que não se nomeia ou por não se querer ou por não se saber fazê-lo”, podendo a língua portuguesa apresentar duas formas:

a) pondo o verbo da oração (ou o auxiliar, se houver locução verbal) na 3ª pessoa do singular ou, mais frequentemente, do plural, sem referência a pessoa determinada:

Diz que eles são bem (diz = dizem)
Dizem que eles vão bem
Estão chamando o vizinho

b) empregando o pronome *se* junto a verbo de modo que a oração passe a equivaler a outra que tem por sujeito alguém, a gente ou expressão sinônima:

Vive-se bem aqui
Precisa-se de bons empregados

O pronome *se* nesta aplicação sintática recebe o nome de *índice de indeterminação do sujeito*. (BECHARA, 1966, p. 247, grifos do autor).

Mais uma vez, o emprego do “se” aparece condicionado também pela regência do verbo “precisar” que exige uma preposição. Eis um dos motivos que levaram a colocar a variável “presença/ausência de preposição” na análise dos dados, conforme pode ser verificado na metodologia deste trabalho.

Contudo, ao consultar a sua mesma obra publicada em 2009, Bechara (2009, p. 410) não trata mais do sujeito indeterminado, o que se justifica ao caracterizar o que se entende por sujeito, afirmando que:

[...] *sujeito* é uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de *agente* e *paciente*. Assim, o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal. (BECHARA, 2009, p. 410).

O domínio da sintaxe parece que está bem definido nessa citação de Bechara, havendo consonância inclusive com o registro de Haury (1986, p. 58):

Nota – Quando o sujeito da oração é um indefinido, há apenas indeterminação psicológica. Na análise sintática de – “Alguém terminou o trabalho” – por exemplo, devemos declarar: *sujeito simples*, representado pelo pronome indefinido alguém. Não podemos esquecer que a análise sintática se fundamenta na *sintaxe*, que é uma das partes em que se divide a Gramática. (HAURY, 1986, p. 58, grifos do autor).

Ao rever a ideia de sujeito indeterminado apresentado pelas gramáticas supramencionadas, percebe-se uma consonância no que diz respeito ao conceito, ou seja, a intenção de não mencionar o agente da ação verbal. Pode-se, pois, considerar três possibilidades de acordo com elas: o uso do “se”, o verbo na terceira pessoa do plural e ainda o infinitivo impessoal, mesmo sendo ele mencionado apenas por Cegalla (2008).

Essas não são as únicas maneiras de representar o tipo de sujeito ora em estudo, caberá ampliar a discussão a partir do olhar de outras obras gramaticais não normativas, a fim de se perceber como a indeterminação do sujeito vem se comportando ao longo do tempo, o que será levado a cabo a seguir.

Neves (2000, p. 463-465, grifos da autora) apresenta em sua obra “Gramática de usos do português” outras estratégias de indeterminação que estão ligadas aos usos encontrados, os quais podem figurar com representações preenchidas, ou seja, com um elemento lexical que preenche a posição de sujeito, conforme os exemplos

24, 25 e 26, sendo que esse último ela considera como indeterminação parcial¹³, uma vez que ele “só abrange o universo das terceiras pessoas”, o que contraria o princípio da generalização reportado na apresentação deste capítulo:

- (24) “**VOCÊ** vai lá, fica dois dias fazendo curso, eles te catequizam, fazem **VOCÊ** comprar uma tonelada de sabão e abrir o seu negócio. (OMT)”
- (25) “**EU** vou lá, fico dois dias fazendo curso, eles **ME** catequizam, **ME** fazem comprar uma tonelada de sabão e abrir o meu negócio.”¹⁴
- (26) “Sabe como é, quando a gente se acostuma com uma coisa, **ELES** inventam outra. (E)”

Além dessas formas lexicalmente preenchidas ou de sujeito pleno, Neves também traz exemplos de sujeito nulo ou não preenchido lexicalmente, conforme exemplos 27, 28 e 29. Percebe-se nos exemplos 27 e 28 a consonância com algumas gramáticas já citadas, como, por exemplo, Almeida (2005) e Rocha Lima (2008).

Além desses exemplos, há um que a própria autora considera “menos comum e de registro mais popular” (NEVES, 2000) que é o exemplo 29. O exemplo 30, por sua vez, também é considerado por Neves (2000) como de indeterminação parcial, uma vez que, segundo a autora, “pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante (o eu)”:

- (27) “**Jogaram** alguém na piscina; a velha cena da festinha em que todo mundo cai na piscina. (BL)”
- (28) “Falava-**SE** de Pedro. (A)”
- (29) “Lá **tira** título de eleitor, documento. (HO)”
- (30) “**NÓS**, todos **NÓS**, o ser humano não suporta o sucesso de outro ser humano, **NÓS** odiamos o Pelé. (OMT)”

¹³ Vê-se aqui que a questão do “grau de indeterminação” atribuído por Neves (2000) está ligada diretamente à forma, como se fosse uma condição intrínseca ao pronome “eles”. Nesta pesquisa, o grau de indeterminação não ficou restrito apenas à forma, mas aos empregos nos mais diferentes contextos.

¹⁴ Neves (2000, p. 463-464) faz referência ao emprego do pronome de primeira pessoa “eu” como sendo uma das formas de indeterminação. O negrito das formas “ME” foram mantidos conforme a autora empregou, mas não se tratam do sujeito e sim como uma maneira de enfatizar as ações que recaem sobre o sujeito expresso por “eu”.

Azeredo (2008, p. 225), na “Gramática Houaiss da Língua Portuguesa”, expõe da seguinte forma sobre a indeterminação do sujeito:

Orações de sujeito indeterminado são empregadas por motivos cognitivos ou discursivos variados, e a língua oferece a seus usuários diferentes meios para indeterminar, dissimular ou mesmo ocultar a identidade do ser humano a quem o sujeito da oração se refere. A razão cognitiva óbvia é o desconhecimento da identidade do ser de que se fala. As razões discursivas, por sua vez, são variadas: a conveniência ou oportunidade da omissão da identidade do sujeito é uma delas, o registro de linguagem empregado ou o gênero de texto produzido é outra. (AZEREDO, 2008, p. 225).

Para esse autor, além das estratégias vislumbradas até então pelas gramáticas mencionadas, há ainda que tratar também de sintagmas nominais com significação genérica ou indeterminadora, tal como “a gente, muita gente, todo mundo no papel de sujeito simples”, que, segundo ele, trata-se de uma “interação mais espontânea” (AZEREDO, 2008, p. 225).

Perini (2010, p. 83-85, grifos do autor) dedica um capítulo de sua “Gramática do Português Brasileiro” para tratar da indeterminação do sujeito e, para tanto, vai apresentar algumas possibilidades de uso, tais como: (i) “o sintagma nominal sem determinante” (cf. exemplo 31); (ii) “o verbo sem sujeito na terceira pessoa do plural” (cf. exemplo 32); (iii) “o verbo sem sujeito na terceira pessoa do singular” (cf. exemplo 33); (iv) “o infinitivo sem sujeito” (cf. exemplo 34); (v) alguns SNs, tais como “a pessoa, o sujeito, o cara; e pronomes pessoais como você, a gente, eles, tu” (cf. exemplos de 35 a 37).

(31) “Criança suja muito o chão.”

(32) “Quebraram a janela.”

(33) “Para ir na pracinha segue essa rua até o final e vira à direita.”

(34) “Nadar é bom para a saúde.”

(35) “Na calada da noite, o cara chega, invade sua casa, você vê o cara e tem que afinar.”

(36) “É melhor a gente levar uma vaia do que ser aplaudido contando mentira.”

(37) “Eles fecharam a passagem por essa rua.”

Perini (2010), mesmo com um capítulo inteiro para tratar da indeterminação, não menciona a estratégia com o “se”. Por se tratar de uma gramática descritiva que leva em consideração principalmente a língua falada, essa pode ser uma forma de marcar que essa estratégia já não está sendo empregada com alta frequência na atualidade, o que foi constatado por Carvalho (2010) sobre o português falado em Salvador.

Dando continuidade à análise de gramáticas descritivas do século XXI, Castilho (2010, p. 297), em sua “Nova Gramática do Português Brasileiro”, afirma que “a propriedade semântica mais explorada na Gramática Tradicional é a da indeterminação do sujeito”, situando o objeto de estudo deste trabalho no campo da semântica, contrariando toda uma tradição que sempre o situou no campo da sintaxe. Isso é uma inovação, ou ainda melhor, é tratar deste tema no espaço que lhe cabe de fato, o da semântica.

Essa foi a principal contribuição de Castilho (2010) para a compreensão da indeterminação do sujeito, porém ainda seriam necessárias mais informações para compreender melhor o fenômeno, não se restringindo a mencionar as três possibilidades de se indeterminar o sujeito:

(i) sujeito expresso por pronomes pessoais de “referenciação genérica”, rótulo que tomo de Neves (2000: 463), exemplificados em (51a e 51b), (ii) sujeito expresso pelo pronome *se*, exemplificado em (51c), (iii) sujeito elíptico, com o verbo na terceira pessoa do plural, como em (51d):

(51)

a) Normalmente, quando **você** não sabe o que fazer, é melhor não fazer nada. (no contexto, esse *você* não remete à P2)

b) Depois da crise econômica, **eles** deram de dizer que as centrais de atendimento não podem passar de um minuto para te atender, (eles - autoridades não identificadas no contexto)

c) Falou-**se** muito numa solução para o caso.

d) Ø Pediram *agasalhos para os flagelados*. (CASTILHO, 2010, 297, grifos do autor).

É interessante constatar que esse linguista menciona o uso do clítico “se” sem mencionar sua restrição defendida pelos gramáticos tradicionais citados anteriormente, de que só pode ocorrer com os verbos “acidentalmente impessoalizados na passiva” (ALMEIDA, 2005, p. 414), “intransitivo” ou que “traga complemento preposicional” (ROCHA LIMA, 2008, p. 235) ou “com um verbo ativo na 3ª pessoa do singular” (CEGALLA 2008, p. 325). Dessa forma, parece que

Castilho entende que o “se”, quando não é reflexivo, atua, portanto, como índice de indeterminação do agente da ação verbal.

Cabe ainda ressaltar que Castilho (2010, p. 297) apresenta outros pronomes pessoais sendo empregados como uma forma de indeterminação do sujeito, como é o caso de “você” e “eles”, sendo esse diferente do verbo na terceira pessoa do plural sem o preenchimento (cf. item “d” da citação anterior).

Por fim, apresenta-se a “Gramática Pedagógica do Português Brasileiro” de Bagno (2011, p. 803). Este concebe a indeterminação do sujeito como algo semântico, como Castilho, e não estritamente sintático:

A indeterminação do agente é um traço semântico, isto é, tem a ver com o signo linguístico e suas relações com o referente no mundo real. Quando não sabemos, não podemos ou não queremos enunciar esse agente, empregamos formas que expressam essa indeterminação — indeterminação que também empregamos para generalizar ações que, para nós, podem ser desempenhadas por qualquer pessoa. (BAGNO, 2011, p. 803).

Bagno (2011, p. 803-818) realiza um estudo histórico-descritivo sobre o emprego da partícula “se” a fim de refutar aquilo que foi apontado por Ribeiro (1956) como um pronome reflexivo, buscando outras análises para confirmar que na atualidade sua interpretação é de “sujeito indeterminado”, tendo uma visão inovadora, indo de encontro a uma tradição.

Todos os estudos científicos empreendidos em torno desse tema, de Said Ali até hoje, têm se empenhado em demonstrar a urgente necessidade de interpretar o se nessas orações como um recurso de que a língua dispõe para indicar a indeterminação do sujeito. A nomenclatura que ainda usa conceitos como “se apassivador”, “passiva sintética” e “passiva pronominal” é inteiramente descabida e tem de ser abandonada de uma vez por todas, junto com a concordância bizarra que ela implica. (BAGNO, 2011, p. 807).

Outras estratégias também são apresentadas por Bagno (2011, p. 818, grifos do autor) para marcar a indeterminação do sujeito: (i) “o verbo na não-pessoa do singular” (cf. exemplo 38 com o verbo “ter”); (ii) “o verbo na não-pessoa do plural” (cf. exemplo 39); (iii) “eles” (cf. exemplo 40); e (iv) “termos genéricos”, tais como “a criatura”, “a pessoa”, “o maluco”, “o sujeito”, “nequinho” etc. (cf. exemplos 41 e 42).

- (38) “são as escolas técnicas que tem uma série aí agora, né?... (NURC/SSA/231)”
- (39) “é um negócio sensacional, sabe **serviram** um chazinho especial também. (NURC/ POA/291)”
- (40) “eu acho que hoje em dia já é...porque **eles** fizeram aquela retificação (no traçado) et cetera e tal então não sei. (NURC/SSA/098)”.
- (41) “e quando ele tava morrendo procuravam a vela "comade, cadê a vela?" sempre tinha uma comadre que tá ali ajudando o sujeito a morrer...porque tudo se ajuda até morrer... (NURC/REC/005)”.
- (42) “o grande mal das estradas brasileiras é o mesmo troço do sujeito fazer uma casa...entendeu...com uma lagezinha bem fininha e botar em cima um depósito de/ de/ de peso muito grande...a casa cai... (NURC/SSA/098).”

Percebe-se que houve uma ampliação das estratégias de indeterminação. As gramáticas descritivas rompendo com uma tradição, validando os usos reais, evidenciando-se as diferentes formas para se indeterminar o sujeito da oração.

Empreendeu-se até aqui uma análise da indeterminação do sujeito ao longo do tempo, a partir de obras de referências, como as gramaticais (normativas e descritivas), as quais dedicaram, em maior ou menor grau, um espaço para refletir sobre o objeto linguístico de investigação desta tese. Contemplam-se também, a seguir, alguns estudos acadêmicos que se debruçaram quase que exclusivamente na descrição e análise do sujeito indeterminado em diferentes sincronias e espaços.

1.3 AS PESQUISAS AVANÇAM

A indeterminação do sujeito tem sido objeto de estudos em várias teses e dissertações pelo Brasil a fora, especialmente sobre a língua falada, a partir do século XX, quando já era possível fazer uso de gravadores para se registrar a fala. Contudo, é na perspectiva histórica que este estudo, assim como os que serão mencionados a seguir se diferenciam: NUNES (1990), CAVALCANTE (1999), FAGGION (2008), PONTES (2008), CAMPOS (2010) e VARGAS (2010).

Nunes (1990), em sua dissertação de mestrado intitulada “O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e

indeterminador”, buscou delinear o “estatuto teórico das construções que envolvem se apassivador e se indeterminador”, a partir da Teoria de Regência e Ligação. Além disso, fez-se uma análise diacrônica de ambas as construções no português empregado no Brasil. Um dos seus objetivos também foi de estabelecer uma relação entre o modelo formal da Teoria da Regência e Ligação e o modelo variacionista.

Os corpora foram de duas naturezas: oral, a partir de entrevistas que compõem o banco de dados da PUC-SP e também de um *corpus* oral europeu com vistas à análise comparativa; e escrito, composto por cartas, diários e documentos escritos entre 1555 e 1989, e reportagens da revista *Veja* entre maio/1988 e maio/1989.

A análise empreendida por Nunes (1990, p. 9) partiu de duas variáveis dependentes: a primeira composta por “concordância entre o verbo e o argumento interno” (p. ex.: “Sendo medidas as ditas terras *se intregassem as quinhentas braças de terras* aos ditos Padres’ (Livro do tomo, 1677)”; discordância entre o verbo e o argumento interno (p. ex.: “Também *desenterrou-se outras coisas semelhantes* em diversos lugares.’ (Processo contra escravos, 1863)”; e “não-se aplica”, como uma neutralização da concordância (p. ex.: “As testemunhas depõem que se não deu cauza alguma aos índios Muras para fazerem os excessos referidos’ (Autos da devassa contra os índios Mura, 1738)”).

A segunda variável dependente estabelecida por Nunes (1990, p. 9) é composta pela “presença do clítico se”, como no exemplo “Agora *se* descobria quais eram os outros autores da morte do Tenente.’ (Processo contra escravos, 1863)”; e a “ausência do clítico se”¹⁵.

No que diz respeito ao “se” indeterminador (tratado nesta tese como Ø+V+SE), após mapear a discordância do verbo em passivas pronominais ao longo dos séculos XVI ao XX, Nunes (1990, p. 77) concluiu que:

[...] o surgimento da passiva pronominal sem concordância [...] desencadeou um processo de mudança linguística no português brasileiro em que a forma conservadora (com concordância) foi paulatinamente perdendo terreno para sua concorrente, culminando no momento sincrônico, em que deve sua sobrevivência na modalidade escrita à renitência da gramática normativa. [...] no século XIX as passivas pronominais sem concordância superaram as passivas com concordância, tornando-se a forma canônica do século XX (84%). Dessa porcentagem, resultado da análise de dados

¹⁵ O exemplo mencionado na versão digitalizada da dissertação de Nunes (1990) está incompleto, por esse motivo não foi mencionado nesta tese.

provenientes de cartas pessoais e entrevistas, a parte relativa a entrevistas revela totalidade na discordância (100%: 15 ocorrências de discordância em 15 construções) (NUNES, 1990, p. 77).

Após estabelecer todas as variáveis ¹⁶para empreender a sua análise, Nunes (1990, p. 161) chegou à principal conclusão de que:

[...] a indeterminação produzida em construções com se indeterminador é regida mais por rearranjos sintáticos provocados por processos de mudança linguística do que propriamente por algum princípio geral (NUNES, 1990, p. 161).

Embora esse autor tenha se debruçado apenas na estratégia de indeterminação com o “se”, Cavalcante (1999), em sua dissertação de mestrado intitulada “A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX”, buscou, além dessa possibilidade, outras formas de sujeito com referência indeterminada, ou “arbitrária” como ainda define a autora, as quais foram distribuídas conforme os tipos de sentenças: finitas (além do clítico *se*, analisou também as formas pronominais *nós*, *eles*, *a gente* e *você*) e as não-finitas, nas quais considerou as mesmas estratégias das sentenças finitas mais o que ela considerou como PRO¹⁷ dentro da Teoria Gerativa, conforme o exemplo dado pela própria autora “___ **Entregar** à justiça togada o ofício de apurar uma eleição é sem duvida ___ **garantir** a pureza dos resultados.’ (273-4,O,III)” (CAVALCANTE, 1999, p. 57).

Como principal objetivo, Cavalcante (1999, p. 51), após perceber, através de leituras, que há um processo de mudança em curso do português falado, ela buscou “[...] tentar investigar até que ponto essas mudanças estão implementadas na escrita padrão”. Para isso, ela se debruçou sobre editoriais, opinativos e crônicas publicadas em jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, no período que compreende os anos de 1848 e 1998.

¹⁶ Nunes (1990) estabeleceu dois tipos de análise. A primeira tem-se a seguinte variável dependente: (i) concordância entre o verbo e o argumento interno; (ii) discordância entre o verbo e o argumento do verbo; e (iii) neutralização da concordância. A segunda: (i) presença do clítico “se”; e (ii) ausência do clítico “se”. As variáveis independentes são: (i) posição do argumento interno; (ii) realização do argumento interno; (iii) sintagma agentivo em construções com verbos transitivos diretos; (iv) tipo de construção; (v) tipo de verbo; e (vi) flexão do verbo.

¹⁷ De acordo com Conceição (1999, p. 28), “[...] PRO e *pro* apresentam algumas propriedades em comum. Ambos ocupam a posição sujeito, recebem papel temático, têm Caso e apresentam traços de pronome. Mas PRO não pode ser identificado como *pro* porque há uma diferença básica entre eles: *pro* é o sujeito de oração que tem tempo enquanto PRO é o sujeito de oração que não tem tempo”, o qual é atribuído aos verbos no infinitivo impessoal.

Após o desenvolvimento do trabalho, Cavalcante (1999, p. 104) chegou à seguinte conclusão geral:

[...] se de um lado a língua padrão do jornal ainda reflete as normas prescritas pela GT, principalmente no que tange ao uso do se como estratégia preferida para indeterminação, já encontramos indícios de implementação de uma mudança já averiguada para a fala nas formas pronominais, principalmente nas crônicas. Até mesmo nos editoriais, apesar de baixo percentual, encontramos uso de formas não prescritas pela gramática, como a primeira pessoa do plural. Desse modo, consideramos que a implementação e propagação da mudança verificada no PB com relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo esteja ocorrendo primeiramente nas crônicas (CAVALCANTE, 1999, p. 104).

Por sua vez, Faggion (2008), em sua tese de doutorado intitulada “A indeterminação em português: uma perspectiva diacrônico-funcional”, analisou o “ambiente morfossintático e histórico (ou sócio-histórico) de ocorrência da Frase Nominal Indeterminada, ou Sintagma Nominal indeterminado” (FAGGION, 2008, p. 67)¹⁸, em cinco séculos diferentes (do século XVI ao XX), e em diferentes gêneros textuais. Cada século foi estudado separadamente e depois houve uma análise verticalizada desses períodos, a fim de verificar a mudança linguística.

Os dados foram tratados pela pesquisadora segundo critérios morfossintáticos e sociolinguísticos, descritos a partir do aporte teórico da Gramática Funcional. Dessa maneira, ela acreditou que:

A comparação entre séculos diferentes tem em vista detectar, se não a mudança, ao menos a diferença na proporção de usos de dadas expressões: os recursos lexicais variam ao longo do tempo. Os sintáticos também [...] (FAGGION, 2008, p. 67).

As estratégias observadas foram o “verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito exposto” (tratada nesta tese como Ø+V3PP), o “se indefinidor” (visto aqui como Ø+V+SE), o “verbo no infinitivo” (também investigado como Ø+VINFIN), “expressões nominais de interpretação arbitrária ou genérica” (consideradas como os Sintagmas Nominais – SN), os “pronomes pessoais” e “elipses que não reportam a outros elementos do texto” (FAGGION, 2008, p. 68).

¹⁸ O que a autora trata de “Frase Nominal Indeterminada” ou “Sintagma Nominal Indeterminado” é o que se chama aqui de “sujeito”, conforme explicado por Faggion (2008, p. 4): “[...] Falo em indeterminação de SN, e não do sujeito, porque pode haver outros termos – como é o caso por si mesmo evidente do agente da passiva – que fiquem na mesma situação de elemento não-dito ou não-declarado”.

Após suas análises pormenorizadas de cada século, Faggion (2008, p. 185) identificou que houve:

[...] o abandono do arcaico homem, que no século XVI foi substituído por a gente e se e, depois, por se, este passando a expandir sua área de aplicação. Após séculos de predomínio do se e manutenção das outras formas, vê-se, no século XX, a ascensão de uma frase de estrutura ambígua e de novas expressões generalizantes” (FAGGION, 2008, p. 185).

Além disso, Faggion (2008, p. 186) constatou que há formas de indeterminação que foram constantes ao longo do período analisado por ela, tais como o verbo na terceira pessoa do plural (\emptyset +V3PP) e a passiva analítica sem agente (VPSA). Além disso, ela acrescenta que “[...] as expressões em processo de gramaticalização são instáveis, matêm seus usos originais, assumem outros. O verbo no infinitivo parece ter seu emprego aumentado, no século XX”.

Assim como Nunes (1990), Faggion (2008, p. 186) afirmou que “[...] uma dupla possibilidade de inserção sintática possibilitou que o se reflexivo fosse utilizado como se passivo, e a partir deste engendrou-se o se indeterminador”.

A dissertação de mestrado de Pontes (2008), intitulada “As estratégias de indeterminação do sujeito: tradição textual e mudança linguística” propôs estudar as estratégias de indeterminação do português arcaico até o português contemporâneo, a partir de diversas versões de fábulas de Esopo. Para isso, ela estabeleceu as seguintes formas: o “se” (\emptyset +V+SE); “nós”; o “verbo na terceira pessoa do plural sem referência anterior ao pronome *eles, elas*” (\emptyset +V3PP); “homem indefinido (ambíguo)”; “homem substantivo”; “a(s) pessoa(s)”; “o(s) indivíduo(s)”; e “aquele(s) que”.

A autora constatou que os recursos empregados para se indeterminar o agente da ação verbal foram praticamente os mesmos tanto no português arcaico, quanto no português contemporâneo. Assim como Faggion (2008), Pontes (2008, p. 115) identificou o desaparecimento da forma “homem”, a qual concedeu espaço para outras estratégias nominais, tais como “pessoas” e “indivíduos” que não foram registradas por ela no português arcaico.

Em relação ao grau de indeterminação, Pontes (2008, p. 115) concluiu que:

[...] Não houve então significativas diferenças entre os dois períodos em relação aos graus de indeterminação do sujeito, parecendo assim

que o uso das estratégias, nesse caso, é condicionado pelo gênero textual (PONTES, 2008, p. 115).

A pesquisa que foi empreendida por Campos (2010), e concretizada em sua dissertação de mestrado intitulada “Estratégias de indeterminação em cartas do século XIX”, levou em consideração o gênero textual epistolar, tanto as cartas pessoais quanto as publicadas em jornal no século XIX. A principal hipótese levantada pelo autor seria de que o gênero textual influenciaria os resultados obtidos, uma vez que um gênero textual teria o caráter mais informal (cartas pessoais) e outro o caráter mais formal (cartas de jornais).

O trabalho se desenvolveu observando as estratégias em estruturas finitas, tais como o “verbo na terceira pessoa do plural” (\emptyset +V3PP), “verbo na primeira pessoa do plural” (nesta pesquisa considerou-se a forma pronominal “nós” preenchida ou não), “a gente”, “você”, o “se” (\emptyset +V+SE) e a “estrutura de voz passiva analítica sem a presença do termo ‘agente da passiva’” (VPSA). Campos (2010, p. 73) incluiu também as estruturas infinitas em relação ao uso do “se”.

A partir da análise dos dados em relação a essas estratégias de indeterminação, Campos (2010, p. 92) concluiu que o uso do clítico “se” teve a maior frequência nos dados levantados, com 48% dos casos. Em seguida, a “primeira pessoa do plural” ou o “nós” com 33% de frequência.

Ao se levar em consideração os gêneros textuais analisados, Campos (2010, p. 93) percebeu que “[...] existe uma leve diferença entre as [cartas] consideradas *pessoais* e as redigidas a *jornal*, o que, na verdade, não configura distinções percentuais significativas”. Ele ainda acrescentou que

O fato de a sociedade brasileira estar passando por um processo de lusitanização naquela época, as cartas terem sido escritas, em sua grande maioria no Rio de Janeiro, os remetentes apresentarem alto grau de instrução, [...] fez com que observássemos um processo de variação discreto e mais semelhanças do que diferenças entre os textos analisados. (CAMPOS, 2010, p. 93).

Por fim, e não menos importante, uma vez que os comentários foram organizados em ordem cronológica de publicação dos trabalhos ora contemplados, Vargas (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada “Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico”, também verificou as estratégias de

indeterminação numa abordagem diacrônica, nos séculos XIX e XX, em peças teatrais de caráter popular, escritas no Rio de Janeiro, e suas representações orais gravadas.

A análise é desenvolvida em dois grupos: de um lado as sentenças finitas, com as seguintes estratégias: *eles, se, nós, você a gente* e *zero*, sendo essa última, segundo Vargas (2010, p. 57), a que “[...] abarca as construções que contêm verbo na terceira pessoa do singular sem qualquer pronome [...]” (Nesta tese considera-se Ø+V3PS); e do outro lado as sentenças infinitivas, com as formas *se, você, a gente, nós* e *eles*.

Após a análise quantitativa e qualitativa, Vargas (2010, p. 88) constatou haver diferenças importantes nos usos das estratégias pronominais entre a fala e a escrita. Além disso, Vargas (2010, p. 91) chama a atenção para os resultados relacionados à sua hipótese central de que “[...] a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência definida nas peças é acompanhada de perto pela mudança na representação dos sujeitos de referência arbitrária”.

Além disso, ao tomar os resultados que dizem respeito às sentenças finitas, Vargas (2010, p. 89) percebeu que:

Até a década de 50, a preferência é realmente pelo uso de *se* e pela terceira pessoa do plural. Nos dois períodos subsequentes, observou-se (1) uma queda brusca do *se*, (2) a resistência da terceira pessoa do plural para o tipo de indeterminação que exclui o falante em construções com verbo no pretérito perfeito e clítico acusativo o que impede o emprego de *se*, (3) a implementação gradativa da estratégia com *a gente*, que alcança seu ponto mais alto no último período se tornando a estratégia mais empregada nessa década, (4) a entrada da forma *você* a partir do período VI (década de 70) com índices bastante expressivos e sua permanência no período VII ainda que não tão expressiva quanto no período anterior e (5) a inexpressiva ocorrência (três dados) da estratégia com o verbo na terceira pessoa do singular e uma posição vazia (lembramos de que essa estratégia é muito restrita, ocorrendo em construções que veiculam aspecto durativo, modalidade deôntica e discurso de procedimento) (VARGAS, 2010, p. 89).

No que diz respeito ao preenchimento do sujeito, uma das variáveis observadas nesta tese, Vargas (2010, p. 91) acrescenta

De modo geral, podemos dizer que os resultados apresentados confirmam a hipótese central desta pesquisa: a de que a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência definida nas peças é

acompanhada de perto pela mudança na representação dos sujeitos de referência arbitrária. Foi possível observar o encaixamento dessas mudanças e acompanhar, na linha do tempo, sua implementação no sistema (VARGAS, 2010, p. 91).

Percebe-se, portanto, que mesmo em perspectivas teóricas distintas, a indeterminação do sujeito do século XVI ao XX vem sendo vista de formas diferenciadas, distanciando-se da tradição gramatical, mesmo sendo ela posterior a muitos textos que foram analisados pelas pesquisas citadas, ou seja, recursos outros que não apenas o “se”, o verbo na terceira pessoa do plural, ou ainda o infinitivo fazem parte da cultura escrita de gerações pretéritas, mesmo em textos de escritores considerados mais especializados, como o caso de editores de jornais responsáveis pela elaboração dos editoriais, como também os autores de peças teatrais e os tradutores das fábulas de Esopo em diferentes épocas.

2 O SOCIOFUNCIONALISMO: UM ENTREMEIO TEÓRICO PARA MELHOR COMPREENDER A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

No capítulo anterior, foi apresentado o objeto desta pesquisa, sua caracterização e como ele foi concebido em gramáticas dos séculos XIX e XX (após mencionar o que já ocorria no próprio português arcaico), assim como também em pesquisas desenvolvidas sobre o português brasileiro. Neste capítulo, por sua vez, será apresentada a perspectiva teórica de análise e como ela contribuiu para a interpretação dos dados.

O Sociofuncionalismo, termo que faz referência à Sociolinguística Variacionista e ao Funcionalismo norte-americano, é o olhar teórico escolhido para analisar os usos das formas de indeterminação do sujeito encontrados em textos produzidos nos séculos XIX e XX na Bahia. Não se trata de uma mera junção de teorias, mas dos diálogos possíveis a fim de permitir outra análise linguística que uma ou outra teoria de forma isolada não daria conta dos objetivos pretendidos neste trabalho.

Para se compreender o Sociofuncionalismo, faz-se necessário realizar uma breve revisão do que se entende por Sociolinguística Variacionista e, também, por Funcionalismo. Desse modo, parte-se das concepções que permeiam o olhar da Sociolinguística sobre os fenômenos que envolvem a língua, passando pelo Funcionalismo, como surgiu e como esse termo é compreendido pelos cientistas da linguagem e chega-se às relações possíveis entre essas áreas para esta pesquisa, constituindo-se, portanto, no chamado Sociofuncionalismo.

2.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O termo “sociolinguística” foi empregado pela primeira vez em 1952, por H. Currie, de acordo com Londoño, Estupiñán e Idárraga (2012, p. 2), em seu artigo publicado no “Southern Speech Journal”. Ainda segundo esses autores, Currie

definiu a sociolinguística como “[...] la disciplina que estudia las ‘relaciones entre lengua y sociedad’.”¹⁹.

Embora o termo já tenha sido empregado, foi em 1964 que ele de fato se efetivou amplamente, em um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), que teve entre seus participantes John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fisher e José Pedro Rona, os quais já entendiam os seus estudos a partir da relação existente entre linguagem e sociedade. Os trabalhos apresentados nesse congresso foram publicados, em 1966, sob o título “Sociolinguistics”, cujo capítulo introdutório “As dimensões da Sociolinguística”, escrito por Bright, definiu e caracterizou este novo ramo dos estudos linguísticos, estabelecendo a diversidade linguística como seu objeto de estudo (ALKMIM, 2005, p. 28).

Ainda sobre esse capítulo, Villegas (1970, p. 84) afirma que Bright

[...] no parece establecer distinción entre la “sociolinguística” y la “sociología del lenguaje”, pero juzga que es demasiado vago asignarles sólo, como contenido, la relación entre la lengua y la sociedad. Piensa que para poder precisar este contenido, se deben de aceptar las teorías modernas, que hacen tanto de la lengua como de la sociedad, sendas estructuras (VILLEGAS, 1970, p. 84)²⁰.

O emprego do termo “sociolinguística” não foi bem aceito por esses estudiosos, porém não conseguiram encontrar um outro que pudesse dar conta das intenções pretendidas quando da realização do congresso e publicação do livro. Labov (1972, p. xiii), inclusive, declarou:

I have resisted the term *sociolinguistics* for many years, since it implies that there can be a successful linguistic theory or practice which is not social. [...] In spite of a considerable amount of sociolinguistic activity, a socially realistic linguistics seemed a remote prospect in the 1960’s (LABOV, 1972, p. xiii, grifo do autor)²¹.

¹⁹ [...] a disciplina que estuda as relações entre ‘língua e sociedade’ (LONDOÑO, ESTUPIÑÁN E IDÁRRAGA, 2012, p. 2, tradução nossa).

²⁰ [...] não parece estabelecer distinção entre “sociolinguística” e “sociologia da linguagem”, mas considerou ser demasiado vago atribuir apenas como conteúdo, a relação entre linguagem e sociedade. Ele acha que para esclarecer este conteúdo, se deve aceitar as teorias modernas, que tornam tanto a linguagem e a sociedade caminhos estruturais (Villegas 1970, p. 84, tradução nossa).

²¹ “Por vários anos, resisti ao termo sociolinguística, já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social. [...] Apesar de um considerável volume de atividade sociolinguística, uma linguística socialmente realista parecia uma perspectiva remota nos anos 1960 (LABOV, 2008, p. 13),

Por esse motivo, Calvet (2002, p. 12) afirmou que “se a língua é um fato social, a linguística então só pode ser uma ciência social, isto significa dizer que a sociolinguística é a linguística”. Assim, chamar os estudos que tem por finalidade analisar a relação entre língua e sociedade de “sociolinguísticos” seria redundante.

Os estudos linguísticos desenvolvidos nessa área, portanto, têm como foco os aspectos sociais relacionados com os usos reais de uma língua, conforme esclarecem Cezario e Votre (2008, p. 142):

[...] é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 142).

Desse modo, para os estudiosos supracitados, a língua é percebida como sendo heterogênea, e não homogênea como propagam os normativistas. A variação linguística, entendida como “[...] many alternate ways of saying ‘the same’ thing” (LABOV, 1972, p. 188)²², passa a ser vista como o principal objetivo de estudo da área da linguística tratada aqui.

Uma vez creditada à Sociolinguística esse propósito, os estudiosos que se dedicam a desenvolver estudos nessa área, o fazem buscando “analisar e aprender a sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala” (TARALLO, 2003, p. 6) ou “comunidade linguística” (ALKMIN, 2005, p. 31).

Eis um outro termo bastante recorrente nos estudos sociolinguísticos, a comunidade de fala ou comunidade linguística. Qualquer ouvido mais atento percebe que as pessoas fazem uso da sua língua de formas diferentes em uma mesma cidade, bairro ou até mesmo rua. Contudo, há algo nesses usos que os fazem serem reconhecidos como de uma determinada área e não de outra. Assim, uma “comunidade de fala”, como define Fernández (2009, p. 19),

[...] está formada por un conjunto de hablantes que comparten efectivamente, al menos, una lengua, pero que, además, comparten un conjunto de normas y valores de naturaleza sociolingüística: comparten unas mismas actitudes lingüísticas, unas mismas reglas de uso, un mismo criterio a la hora de valorar socialmente los hechos

²² “[...] diversas alternativas de dizer ‘a mesma’ coisa” (LABOV, 2008, p. 221).

lingüísticos, unos mismos patrones sociolingüísticos (FERNÁNDEZ, 2009, p. 23)²³.

Em relação a isso, no Brasil, é muito fácil distinguir, por exemplo, quem é falante do Nordeste e do Sul/Sudeste. Um traço bastante empregado é a pronúncia aberta das vogais “é” e “ó” no Nordeste, enquanto nas outras áreas a pronúncia tende a ser fechada como “ê” e “ô”. Isso é apenas um dos aspectos distintivos, já caracterizado por Antenor Nascente no meado do século passado.

Voltando-se para o cerne da explanação aqui, a Sociolinguística é amparada não só por uma base teórica consolidada pela variação linguística, mas sobretudo por possuir um modelo próprio de análise linguística, desenvolvido pelo seu principal precursor, Labov. O modelo criado por ele serviu de base para vários estudos desenvolvidos ao longo de décadas até os dias atuais, convencendo-se chamá-lo de “modelo teórico-metodológico”, isso por se tratar de uma teoria que explica as diferentes formas de os falantes fazerem uso de uma dada língua e, também, fazer uso de uma metodologia para a coleta e análise de dados.

O modelo se tornou mais conhecido há cinquenta anos, a partir dos estudos desenvolvidos por Labov e publicados em sua célebre obra “The social stratification of English in New York City”, em 1966. O livro “SSENYC”, como o próprio autor se refere no prefácio de sua segunda edição de 2006, foi fruto de sua tese apresentada em 1964, na Universidade de Columbia, sob a orientação de Uriel Weinreich (LABOV, 2006).

Labov também desenvolveu outros estudos, tais como o inglês falado na ilha de Martha’s Vineyard, em Massachusetts-EUA (1961) e o inglês falado por adolescentes negros do Harlem, também em Nova Iorque. Nesses estudos, Labov coletou os dados *in loco* e os quantificou, a fim de perceber qual era a forma mais empregada e quem fazia mais os usos encontrados.

Os pressupostos teóricos e, sobretudo, metodológico desenvolvidos por Labov repercutiram em outras obras posteriores, as quais servem de base aos mais

²³ [...] é formada por um conjunto de falantes que compartilham efetivamente, pelo menos, uma língua, porém que, além disso, compartilham um conjunto de normas e valores de natureza sociolinguística: compartilham as mesmas atitudes linguísticas, as mesmas regras de uso, o mesmo critério quanto à avaliação dos fatos linguísticos, os mesmos padrões sociolingüísticos (FERNÁNDEZ, 2009, p. 23, tradução nossa).

diversos estudos em Sociolinguística que se considera Quantitativa ou Variacionista, como “Sociolinguistics Patterns” (1972), “Principles of Linguistic Change – Internal Factors” (1994), “Principles of Linguistic Change – Social Factors” (2001) e “Principles of Linguistic Change – Cognitive and Cultural Factors” (2010).

A quantificação dos dados oferece a possibilidade de uma análise matemática que confere a essa área de estudo maior rigor científico e uma ferramenta importante para análise qualitativa dos dados. Por esse motivo, é comum atribuir à Sociolinguística o adjetivo Quantitativa, assim como se aplica também laboviana, claramente entendido o porquê.

O lidar com números numa análise linguística foi explicado por Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006, p. 107), em sua obra clássica “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística”, ao afirmarem que

[...] não basta apontar a existência ou a importância da variabilidade: é necessário lidar com os fatos de variabilidade com precisão suficiente para nos permitir incorporá-los em nossas análises da estrutura linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, [1968] 2006, p. 107).

Conforme foi visto, os números são obtidos através de uma coleta de dados realizados por um linguista. Todavia a obtenção das informações necessárias para uma análise linguística não é obtida a partir de características individuais de uso. Ao linguista, que busca estudar a variação, importa investigar as características linguísticas que são comuns a uma comunidade de fala, pois é vivendo em grupo que há ou não a manutenção linguística das características dessa comunidade. Por exemplo, dentro de uma comunidade de fala haverá pessoas mais escolarizadas, e elas tentarão preservar a variante tida como padrão; sendo assim, o condicionante dessa variante não será uma delimitação geográfica, mas, nesse caso, social. Porém isso não implica que um determinado falante dessa mesma comunidade não possa fazer uso de uma variante menos prestigiada, pois isso dependerá também das relações sociais que ele possui, afinal ele não vive em uma ilha isolada do restante dos membros da sociedade.

A Sociolinguística une em seus estudos observações sociais que refletem nos usos linguísticos, por esse motivo, é importante também observar os aspectos da própria língua que podem favorecer os usos, os quais, associados também aos

próprios anseios sociais, poderão sofrer variação. Por isso, ela buscará “verificar de que modo fatores de natureza linguística e extralinguística estão correlacionados ao uso de variantes nos diferentes níveis da gramática da língua – a fonética, a morfologia e a sintaxe” (BELINE, 2003, p. 125).

Uma vez tratada como um modelo teórico-metodológico, a Sociolinguística faz uso de nomenclaturas próprias para melhor facilitar as análises que se empreendem em seus estudos. Cabe, portanto, explicitá-los neste capítulo a fim de se fazer entender nos capítulos posteriores, quando for se tratar da metodologia desenvolvida nesta pesquisa e também na análise dos dados.

Ao longo das últimas linhas, falou-se de variação linguística como o centro das atenções dos estudos sociolinguísticos, tratando-se, pois, de um fenômeno intrínseco a toda e qualquer língua, contudo ela “não é aleatória, mas sim governada por restrições linguísticas e não linguísticas” (SILVA; SCHERRE, 1998, p. 39). Ao agir em sociedade, na interação social do dia-a-dia, os falantes vão modificando os seus comportamentos, adequando-se aos grupos sociais aos quais pertencem ou mantêm contato, e isso irá refletir na forma como utiliza a sua língua. Essa alternância de uso para denominar as coisas, por exemplo, denomina-se variantes linguísticas, e nos estudos sociolinguísticos, esse conjunto de variantes constitui a “variável dependente”, ou seja,

[...] uma variável é concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural (MOLLICA, 2004, p.11).

Essas nomenclaturas de variável dependente e variáveis independentes foram emprestadas da estatística, por fazer uso das técnicas numéricas, e em certos aspectos apresentar exatamente a ideia que a Sociolinguística tem dos seus dados.

A variável dependente diz respeito à forma linguística que está em variação, ou seja, que está fazendo parte do repertório linguístico dos falantes, os quais fazem escolhas quanto ao uso de uma ou outra forma. Vale ressaltar que essas escolhas, normalmente, são inconscientes. Os dados que são coletados para os estudos sociolinguísticos são, em sua maioria, de contextos naturais de uso, quando a fala não é tão monitorada, assim os falantes utilizam a língua com espontaneidade, sem

sofrer qualquer tipo de pressão imposta por regras estruturais dos estilos formais de fala.

Contudo essa escolha não é aleatória, depende dos fatores externos (ou sociais) à língua e dos fatores internos ou linguísticos, uma vez que a própria língua pode condicionar determinados usos. Sobre esse aspecto, Milroy (1980, p. 10) retoma alguns tópicos que já foram abordados e descreve melhor quais são os possíveis aspectos levados em consideração numa análise sociolinguística:

The key to direct analysis and systematic comparison of this very large amount of data is the concept developed by Labov of the sociolinguistic variable as a unit of analysis. A sociolinguistic variable is a linguistic element (phonological usually, in practice) which co-varies not only with other linguistic elements, but also with a number of extra-linguistic independent variables such as social class, age, sex, ethnic group or contextual style [...] (MILROY, 1980, p. 10)²⁴.

Constata-se, portanto, que diversos são os fatores externos à língua que podem determinar essas escolhas, mas não só em fenômenos fonológicos, mas também em outros níveis da língua, como o morfossintático que será discutido mais adiante.

Diante do exposto, cabe ao sociolinguista, segundo Silva e Scherre (1998, p. 43),

[...] identificar os fenômenos linguísticos variáveis de uma dada língua, inventariar suas variantes, definindo as variáveis dependentes, levantar hipóteses que dêem conta das tendências sistemáticas da variação linguística, operacionalizar as hipóteses através de variáveis independentes ou grupos de fatores de natureza linguística e não linguística, identificar, levantar e codificar os dados relevantes, submetê-los a tratamento estatístico adequado e interpretar os resultados obtidos à luz das hipóteses levantadas (SILVA; SCHERRE. 1998, p. 43).

Os pressupostos dos estudos sociolinguísticos demonstram maior desenvolvimento nos aspectos que envolvem o uso predominantemente oral. Porém percebe-se que há quem faça uso desse modelo teórico-metodológico para

²⁴ A chave para a análise direta e a comparação sistemática dessa grande quantidade de dados é o conceito desenvolvido por Labov da variável sociolingüística como uma unidade de análise. Uma variável sociolingüística é um elemento lingüístico (fonológico geralmente, na prática) que co-varia não só com outros elementos linguísticos, mas também com um número de variáveis extra-lingüísticas independentes, como classe social, idade, sexo, grupo étnico ou estilo contextual [...] (MILROY, 1980, p. 10, tradução nossa).

compreender também sincronias passadas, em um estudo predominantemente histórico, como é o caso desta pesquisa.

Tal escolha é claramente justificada pelo próprio surgimento recente dessa perspectiva de estudo linguístico e os dados históricos não estarem disponíveis em gravações orais em mídias digitais, obviamente por ainda não terem sido criados tais recursos na época em observação. E é necessário também estudar o passado para colaborar no entendimento do presente.

Ao tratar da variação linguística, pensa-se também na mudança linguística. Afinal, as línguas se modificam através do tempo. Pensar em mudança linguística é também levar em consideração a variação, pois, apesar de que “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, [1968] 2006, p. 126). Dessa forma, a variação pode chegar a se concretizar como uma mudança, que a médio ou longo prazo, ficará registrado nos usos atuais.

A mudança linguística não se dá de maneira aleatória, de qualquer maneira, assim como a variação; ela sofre influência de diversos fatores, sejam linguísticos ou extralinguísticos. Daí Weinreich, Herzog e Labov ([1968] 2006, p. 122) dizerem que

[...] a mudança linguística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada (WEINREICH; LABOV; HERZOG, [1968] 2006, p. 122).

A língua, principal ferramenta de comunicação dos membros de uma sociedade, também passa por mudanças para atender às necessidades de seus usuários. E isso se dá tanto na língua falada quanto na língua escrita. Em relação à falada, há uma adaptação mais rápida às alterações sofridas nos hábitos dos indivíduos. Contrariamente, a escrita tende a ser mais resistente às inovações linguísticas, por esse motivo este trabalho está analisando textos de dois séculos, ampliando o seu alcance para compreender como a indeterminação do sujeito aconteceu ao longo dos anos na Bahia.

2.1.1 A variação no nível morfossintático

Os aspectos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista até então abordados chamam a atenção para os estudos iniciais desenvolvidos por Labov e seus seguidores, os quais se encontram sobre o escopo da fonética/fonologia. Nesses estudos iniciais, os dados coletados eram analisados de maneira quantitativa com a possibilidade de aplicar ou não a regra, ou seja, se os falantes faziam uso de determinada forma ou não.

Quando a análise passa para um nível mais complexo, como o morfossintático, essa pode não ser mais binária (se aplica ou não). Outras nuances poderão fazer parte dos dados, inclusive sobre o aspecto semântico, o que poderá fazer com que uma mesma palavra ou expressão, por exemplo, não seja realizada da mesma forma, a depender do contexto de uso, ao menos é o que se espera ao analisar as formas de indeterminação do sujeito, objeto desta pesquisa.

Pensado nisso, Beatriz Lavandera, discípula do próprio Labov, escreveu o artigo intitulado "Where does the sociolinguistic variable stop?", em 1978, voltando-se para um questionamento postulado por seu mestre em 1972 (LABOV, 1972, p. 207) sobre a base da sociolinguística que diz "posed by the need to understand why anyone says anything".

A crítica levantada por ela trata mais que perguntar "Why", é necessário entender "What for", reformulando em seguida o questionamento: "What does anyone say anything for?". Desse modo, Lavandera acredita que se pode colocar a análise sociolinguística em uma "functional framework": "If sociolinguistics looks for answers to the 'why' of saying something, it is seeking functional explanations." (LAVANDERA, 1978, p. 171).

Essa reflexão inicial leva Lavandera (1978, p. 171) a afirmar que

I want to show that it is inadequate at the current state of sociolinguistic research to extend to other levels of analysis of variation the notion of sociolinguistic variable originally developed on the basis of phonological data. The quantitative studies of variation which deal with morphological, syntactic, and lexical alternation suffer from the lack of an articulated theory of meanings. While the analysis of variation in phonology by defining phonological variables can be accepted as contributing to a better understanding of the kinds of information that differences in form may be conveying, the parallel

extension of the notion of variable to non-phonological variation may in many cases be unrevealing (LAVANDERA, 1978, p. 171)²⁵.

Com isso, Lavandera (1978) traz a reflexão da dificuldade que se tem em pensar numa variação estritamente laboviana no nível morfossintático, uma vez que uma sentença, por exemplo, dificilmente irá encontrar uma outra que corresponda exatamente à mesma coisa, tendo em vista ao que propõe Labov (1972, p. 271), ao dizer que "social and stylistic variation presuppose the option of saying 'the same thing' in several different ways: that is, the variants are identical in reference or truth value, but opposed in their social and/or stylistic significance".

Dessa maneira, pensar na variação linguística, segundo Lavandera (1978, p. 181) é pensar efetivamente nas funções que o objeto de estudo exerce em suas realizações, conforme explicita em dizer "I propose to relax the condition that the referential meaning must be the same for all the alternants and substitute for it a condition of functional comparability".

Ao final de seu artigo, Lavandera (1978, p. 182) conclui, chamando a atenção para a variação no nível que não seja fonológico, dizendo que

Finally, for non-phonological variation, quantitative statements can certainly still be treated as data which call for interpretation, and probabilistic rules can still serve as heuristic devices. The regularities and tendencies illustrated by probabilistic analysis must be subject to formal and substantive explanation. Substantive explanation will have to draw from linguistics, sociology, psychology, and anthropology. However, clear cut disciplinary boundaries are much less interesting than explanation (LAVANDERA, 1978, p. 182)²⁶.

²⁵ Quero mostrar que é inadequado no estado atual da pesquisa sociolinguística estender a outros níveis de análise de variação a noção de variável sociolinguística originalmente desenvolvida com base em dados fonológicos. Os estudos quantitativos de variação que tratam da alternância morfológica, sintática e lexical sofrem da ausência de uma teoria articulada de significados. Embora a análise da variação fonológica pela definição de variáveis fonológicas possa ser aceita como contribuição para uma melhor compreensão dos tipos de informação que as diferenças de forma podem estar transmitindo, a extensão paralela da noção de variável para a variação não-fonológica pode, em muitos casos, não ser revelada (LAVANDERA, 1978, p.171, tradução nossa).

²⁶ Finalmente, para a variação não-fonológica, os enunciados quantitativos podem ainda ser tratados como dados que exigem interpretação, e as regras probabilísticas podem ainda servir como dispositivos heurísticos. As regularidades e tendências ilustradas pela análise probabilística devem estar sujeitas a explicações formal e substantiva. A explicação substantiva terá que extrair da linguística, da sociologia, da psicologia e da antropologia. No entanto, limites disciplinares bem definidos são muito menos interessantes do que explicações (LAVANDERA, 1978, p.118, tradução nossa).

Por sua vez, Labov escreve um outro artigo em resposta à Lavandera intitulado "Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera" (1978). Nesse texto, ele chama a atenção para a importância dos dados quantitativos por apresentarem respostas às mais diversas pesquisas sobre a linguagem:

Linguistic variables or variable rules are not in themselves a "theory of language". They are all heuristic devices. But it is not accidental that linguistic theory has profited from the analysis of variable ways of saying the same thing. Powerful methods of proof proceed from quantitative studies, and this fact is itself a significant datum for our understanding of language structure and language function. Sociolinguistic analysis is normally and naturally associated with a broader view of the use of language than an introspective approach (LABOV, 1978, p. 6)²⁷.

Labov ainda chamou a atenção, como se pode verificar na citação anterior, para a questão que envolve os estudos da variação linguística ou das regras variáveis, os quais não se tratam de uma "teoria da linguagem", mas de uma metodologia de análise linguística.

Labov (1978) retoma a pergunta de Lavandera (1978) a qual questiona "Por que alguém diz alguma coisa?", afirmando que a resposta mais frequente seria "para comunicar", mas que isso não trataria de informações significantes. O que realmente seria importante é compreender "Para comunicar que tipo de informação?". Nesse sentido, ele caminha para uma conclusão que, de certeza forma, corrobora com as conclusões de Lavandera:

It is obvious that Lavandera is correct in saying that the result of an analysis of syntactic variation is not in itself an interpretable finding. It is the explanation of the variable constraints that lead us to conclusions about the form of the grammar. When we reach these conclusions we will no hesitate to place probabilistic weights upon our grammatical rules, no matter where they occur. There is ample evidence that human linguistic competence includes quantitative constraints as well as discrete ones, and that the recognition of such constraints will allow us to build our grammatical theory on the

²⁷ As variáveis linguísticas ou regras variáveis não são em si mesmas uma "teoria da linguagem". São todas dispositivos heurísticos. Mas não é acidental que a teoria linguística tenha lucrado com a análise de formas variáveis de dizer a mesma coisa. Poderosos métodos de prova provêm de estudos quantitativos, e este fato é em si um dado significativo para a nossa compreensão da estrutura da linguagem e função da linguagem. A análise sociolinguística é normalmente e naturalmente associada a uma visão mais ampla do uso da linguagem do que uma abordagem introspectiva (LABOV, 1978, p.6, tradução nossa).

evidente of production and perception in every-day life (LABOV, 1978, p. 18)²⁸.

Percebe-se, pois, que Labov está de acordo com Lavandera no que diz respeito à análise no nível morfossintático, mas que os estudos nesse nível podem apresentar resultados para uma melhor compreensão das estruturas gramaticais, tendo em vista a possibilidade de obtenção de pesos relativos e a descrição que se pode fazer também dos usos cotidianos. A partir daí o pesquisador poderá levantar outros tipos de análise talvez até mais minuciosa ou que leve em consideração outros aspectos que vão além da análise variacionista.

Por esse motivo, torna-se também importante trazer à discussão outros pesquisadores que ora estão de acordo com os questionamentos sobre a análise variacionista no nível não-fonológico, ora não estão, tendo em vista que é possível sim fazer um estudo quantitativo de dados não-fonológicos como formas alternativas de dizer "a mesma coisa".

Romaine (1981, p. 117), em seu texto intitulado "The status of variable rules in sociolinguistic theory", após algumas reflexões sobre pesquisas no campo da Sociolinguística, especialmente no nível sintático, chega à conclusão de que "Apparent successes with analytical devices cannot be regarded as an indication of truth or a correspondence with the nature of language". Nesse aspecto, ela concorda com Lavandera ao afirmar que não há qualquer "indicação de verdade ou uma correspondência com a natureza da linguagem" nos resultados quantitativos obtidos em uma pesquisa sociolinguística.

Ainda sobre os aspectos negativos da análise variacionista no que diz respeito ao nível sintático, García (1985, p. 218), em seu texto "Shifting variation", tece sua principal crítica à Sociolinguística, dizendo que

Most fundamentally, sociolinguistics has never even attempted to develop the required analytical categories which, by providing an original view of language, would have made it possible to integrate

²⁸ É óbvio que Lavandera está correta em dizer que o resultado de uma análise da variação sintática não é, em si mesmo, um achado interpretável. É a explicação das restrições variáveis que nos levam a conclusões sobre a forma da gramática. Quando chegamos a essas conclusões, não hesitamos em colocar pesos probabilísticos sobre nossas regras gramaticais, não importa onde elas ocorram. Há ampla evidência de que a competência linguística humana inclui restrições quantitativas e discretas e que o reconhecimento de tais constrangimentos nos permitirá construir nossa teoria gramatical sobre a evidência de produção e percepção na vida cotidiana (LABOV, 1978, p 18, tradução nossa).

qualitative judgments on linguistic structure with quantitative data on language use (GARCÍA, 1985, p. 218)²⁹.

Talvez não fosse a intenção dos precursores da sociolinguística delinear todos os aspectos necessários para o desenvolvimento de pesquisas nessa área, uma vez que, a depender do nível linguístico em que se encontra o objeto linguístico observado, várias possibilidades de investigação são possíveis, de acordo com os objetivos pretendidos por cada pesquisador. Assim, não há um engessamento do método, podendo ser aplicado às mais diversas circunstâncias, em todos os níveis, inclusive podendo aliar a outras teorias, como é o caso do Funcionalismo, já mencionado diretamente por Lavandera.

Caminhando para uma visão mais equilibrada sobre os estudos variacionistas, BENTIVOGLIO (1987, p. 8) tece uma reflexão que diz

É um fato muito conhecido que a grande maioria dos estudos variacionistas se desenvolveram no campo da fonologia e não no da sintaxe. Isto é certo não somente no que diz respeito ao espanhol, senão também para o inglês, o alemão, etc. O porquê desta preferência é obvio: primeiro, porque as análises empíricas necessitam grandes quantidades de dados, e estes se conseguem muito mais facilmente quando se trata de sons/fonemas do que quando se trata de construções sintáticas. [...] Segundo, os estudos fonológicos estão em geral muito mais desenvolvidos que os sintáticos, e constituem o campo ideal para o estudo da variação, que de fato nasceu com eles (BENTIVOGLIO, 1987, p. 8).

Uma vez retomada a história dos estudos variacionistas e sua importância, BENTIVOGLIO (1987, p. 18) mostra-se favorável para os estudos sintáticos nessa perspectiva, pois para ela

[...] não importa se são variacionistas ou não-variacionistas, se atendem fielmente os requisitos de um enfoque ou de outro; o que interessa é que contribuam em algo para os nossos conhecimentos da língua que estamos estudando (BENTIVOGLIO, 1987, p. 18).

Callou, Omena e Paredes (1991, p. 20) fazem uma ponderação que corrobora com a visão estabelecida por Labov (1978), no que diz respeito à importância dos dados quantitativos para uma análise linguística de cunho variacionista, não por

²⁹ Mais fundamentalmente, a sociolinguística nem sequer tentou desenvolver as categorias analíticas necessárias que, ao proporcionar uma visão original da linguagem, teria tornado possível integrar juízos qualitativos sobre a estrutura linguística com dados quantitativos sobre o uso da linguagem (GARCÍA, 1985, p.218, tradução nossa).

serem eles os portadores da verdade sobre os usos da linguagem, mas por mostrarem aspectos passíveis de uma interpretação:

[...] A abordagem variacionista, vista por muitos como uma metodologia de pesquisa que privilegia o quantitativo em detrimento do qualitativo, na verdade exige do pesquisador uma investigação aprofundada na busca dos condicionamentos de um determinado fenômeno, busca esta que muitas vezes não estabelece fronteiras entre os diversos níveis de análise (fonético, prosódico, morfológico, sintático discursivo). Finalmente, a grande vantagem que vemos na metodologia é que ela permite uma avaliação mais precisa, menos impressionística, obrigando o linguista a buscar categorizações mais objetivas. Neste sentido, os números não valem por si mas funcionam como ponto de referência para a interpretação (CALLOU; OMENA; PAREDES, 1991, p. 20).

Cheshire (2005, p. 4) concorda com Lavandera no que diz respeito à possibilidade de se estabelecer uma relação entre forma e significado em um estudo variacionista no nível fonológico, diferente do que se pode dizer no nível sintático:

Crucially, the variants are considered to be semantically equivalent: in other words, they are alternative ways of 'saying the same thing'. Semantic equivalence can be established easily for phonological variables, where the form-meaning relationship is at its most arbitrary, but there has been much controversy about whether it can also be established for syntactic variation (CHESHIRE, 2005, p. 4)³⁰.

Desse modo, ainda de acordo com Cheshire (2005, p. 23), torna-se viável, e até mesmo necessário, uma análise variacionista em combinação com outras metodologias ou teorias que possam contribuir para uma melhor fluidez da análise sintática empreendida:

Many of these issues will require both a qualitative and a quantitative dimension to the analysis, with a combination of methodologies including corpus analysis and the elicitation of intuitions. If we are to gain insights from such different research traditions we need to be aware that the forms of spoken language may result as much from interactional and social factors as from biological factors. In this way we may at last succeed in understanding how the cognitive and the social aspects of language are integrated as part of the human experience (CHESHIRE, 2005, p. 23)³¹.

³⁰ Crucialmente, as variantes são consideradas semanticamente equivalentes: em outras palavras, são formas alternativas de "dizer a mesma coisa". A equivalência semântica pode ser facilmente estabelecida para variáveis fonológicas, onde a relação forma-significado é a mais arbitrária, mas tem havido muita controvérsia sobre se ela também pode ser estabelecida para a variação sintática (CHESHIRE, 2005, p.4, tradução nossa).

³¹ Muitas destas questões exigem uma dimensão qualitativa e quantitativa da análise, com uma combinação de metodologias, incluindo a análise de *corpus* e a elicitación de intuições. Se quisermos

Gadet (1997, p. 9), em seu texto, dedica uma reflexão especial sobre a variação em sintaxe. Inicia afirmando que para haver um estudo da sintaxe da mesma forma que ocorre com os estudos fonológicos faz-se necessário atender a três questões: se há relação semântica com o nível referencial; se se trata de fato de uma regra variável; e se a variação sintática é socialmente reveladora como a variação fonológica. Desse modo, percebe-se que ele concorda com os questionamentos levantados por Lavandera (1978) sobre a variação linguística no nível sintático.

Milroy e Gordon (2003), em seu livro “Sociolinguistics: method and interpretation”, dedicam um capítulo para refletir sobre a variação linguística em um nível superior ao fonológico. Logo na introdução, afirmam sobre os possíveis problemas metodológicos que podem ocorrer em análises que vão além do nível fonológico:

[...] It is generally agreed that the pragmatic or semantic considerations which often constrain the occurrence of specific syntactic variants create methodological problems for a quantitative analysis, but some scholars further argue that almost all cases of variation are accounted for by such factors (MILROY; GORDON, 2003, p. 169-170)³².

Esses autores realizam uma revisão bastante vasta sobre alguns estudos nos mais diferentes níveis de análise linguística que vão além do fonológico, e concluem afirmando que há diferentes possibilidades de realizar uma análise quantitativa e qualitativa, mas que não é claro como aplicar a noção de variação sociolinguística na fase de análise de dados. Milroy e Gordon (2003, p. 197) ainda acrescentam:

[...] Sometimes it is not easy to specify what elements might be said to constitute variants of an underlying variable, and in the case of syntax and discourse-related variation, the extent to which variants might be said to be semantically equivalent is also nuclear (MILROY; GORDON, 2003, p. 197)³³.

obter percepções de diferentes tradições de pesquisa, precisamos estar cientes de que as formas de linguagem falada podem resultar tanto de fatores sociais e interacionais como de fatores biológicos. Desta forma, podemos finalmente compreender como os aspectos cognitivos e sociais da linguagem são integrados como parte da experiência humana (CHESHIRE, 2005, p.23, tradução nossa).

³² [...] Geralmente é acordado que as considerações pragmáticas ou semânticas que muitas vezes limitam a ocorrência de variantes sintáticas específicas criam problemas metodológicos para uma análise quantitativa, mas alguns estudiosos argumentam ainda que quase todos os casos de variação são explicados por tais fatores (MILROY, GORDON, 2003, página 169-170, tradução nossa).

³³ [...] Às vezes não é fácil especificar quais elementos podem ser ditos como variantes de uma variável subjacente e, no caso da sintaxe e da variação relacionada ao discurso, a extensão em que

Oliveira (2006, p. 53), ao realizar um estudo sobre as diferentes formas de expressão de futuro no português, concorda que não é possível realizar um estudo de mudança morfossintática em curso sem levar em consideração que “essa mudança passa também pelo domínio semântico, pragmático e discursivo”.

Hasty (2014) realiza um estudo no nível sintático buscando aliar a teoria e a prática. Para isso, ele chama a atenção para as principais diferenças entre as características fonológicas e sintáticas. A primeira apresenta uma frequência bastante alta quando se trata de dados de fala, enquanto a segunda há poucos dados. Ele ainda chama a atenção para a questão semântica, pois no nível fonológico, inerentemente, os recursos fonológicos não possuem significado em si mesmos; diferente dos sintáticos, os quais possuem inerentemente significados diferentes, a depender do contexto.

Assim, Hasty (2014, p. 18) conclui que “not all syntactic variation should be thought of in the same way”, cabendo a cada pesquisador buscar os meios para que seja possível fazer uma análise variacionista. Ele acrescenta no final que

[...] the study of syntactic variation must of necessity unite the efforts of theoretical syntacticians and variationist sociolinguistics if it is to allow us to fully understand and model the variation apparent in syntax (HASTY, 2014, p. 19)³⁴.

Diante do breve levantamento dos prós e contras do desenvolvimento de uma pesquisa no nível morfossintático como propõe o presente estudo, cabe resgatar o entendimento de Lavandera (1978, p. 171) sobre a importância em se considerar as “explicações funcionais” para a compreensão da indeterminação do sujeito em textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX, por considerar a hipótese de que os dados de fato não constituem variantes que tratam exatamente da mesma coisa, mas que apresentam aspectos que se aproximam nos mais diferentes contextos de uso, possibilitando, portanto, trazer a contribuição do funcionalismo.

as variantes podem ser consideradas semanticamente equivalentes também é nuclear (MILROY, GORDON, 2003, p 197, tradução nossa).

³⁴ [...] o estudo da variação sintática deve unir necessariamente os esforços dos teóricos sintáticos e da sociolinguística variacionista, se for para nos permitir compreender e modelar plenamente a variação aparente na sintaxe (HASTY, 2014, p.19).

2.2 O FUNCIONALISMO: UMA BREVE INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a língua/linguagem que passaram a vigorar a partir do início do século XX, se definiram como do âmbito da Linguística, ciência definida a partir da obra póstuma de Ferdinand de Saussure, em 1916, o *Cours de linguistique générale*, no qual se apresentam os fundamentos que fizeram com que essa área se tornasse de fato uma ciência autônoma.

Para tanto, a principal contribuição foi definir seu objeto de pesquisa: a língua, essa vista como um sistema independente, estruturado, que funciona independente de seus usuários. Por outro lado, a fala, a parte que diz respeito aos usos concretos de uma língua, tendo em vista as formas como a língua é empregada numa sociedade e que serve como meio de comunicação, foi deixada de lado.

Essa é uma crítica que não pode ser levada a cabo como negativa sobre o mestre genebrino, uma vez que era necessário, naquele momento, definir um objeto que fosse capaz de ser investigado por uma ciência exclusiva da linguagem.

A fala, pensada como os usos reais de uma dada língua, por sua vez, tornou-se alvo de outros estudiosos, os quais buscaram compreendê-la sobre diferentes perspectivas, incluída aí os estudos voltados para os aspectos pragmático-discursivos, portanto, a função.

O termo “função” parece não demonstrar consenso em relação ao seu conceito, por apresentar um caráter polissêmico. De acordo com Martelotta e Kenedy (2015, p. 12), citando Nichols (1984),

[...] *função* é um termo polissêmico e não uma coleção de homônimos. Todos os sentidos do termo de certa forma se relacionam, por um lado, com a dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não estrutural) e, por outro lado, como o papel desempenhado por um elemento estrutural no processo comunicativo, ou seja, função comunicativa do elemento (NICHOLS, 1984, *apud* MARTELOTTA; KENEDY, 2015, p. 12).

Ainda sobre o termo “função”, Castilho (2012, p. 17) declara que esse termo se refere a, pelo menos, três concepções distintas. A primeira ao uso das línguas com o objetivo específico; a segunda diz respeito às relações que os signos linguísticos

estabelecem entre si; e a terceira que reflete sobre “os papéis assumidos pelos constituintes de uma sentença”. Ainda segundo esse estudioso, é a primeira concepção que é atribuída ao funcionalismo, ou seja, aos estudos que se voltam aos usos linguísticos com propósitos definidos, evidenciando-se, portanto, a competência comunicativa do falante, uma vez que é através da linguagem que a comunicação se efetiva.

Nessa perspectiva, houve vários estudiosos que levaram em consideração a função comunicativa da linguagem, no qual repensar o contexto de uso de uma língua passou a ser o centro das preocupações, dentre eles destaca-se Martinet (*apud* NEVES, 1997, p. 5, grifo da autora), para o qual o termo “*funcional* só tem sentido para os linguistas ‘em referência ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros’”.

Neves (1997, p. 2) acrescenta que

[...] qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam diferentemente (NEVES, 1997, p. 2).

Percebe-se que há uma distinção significativa aos ideais propostos por Saussure, enquadrando-se seus pensamentos no que se convencionou chamar de formalismo, em oposição ao funcionalismo.

Conceber a língua como um sistema autônomo, fechado em si mesmo, era a principal concepção formalista, ou seja, preocupava-se com a “forma”, as estruturas linguísticas, a língua em si mesma. O funcionalismo, por sua vez, “privilegia a função comunicativa como papel predominante das línguas” (REGO, 2009, p. 53).

Sendo assim, pode-se entender o funcionalismo como uma corrente linguística que

[...] se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Assim, a abordagem funcionalista apresenta não apenas propostas teóricas distintas acerca da natureza geral da linguagem, mas diferentes concepções no que diz respeito aos objetivos da análise linguística, aos métodos nela utilizados e ao tipo dos dados utilizados como evidência empírica (CUNHA, 2008, p. 158).

O Funcionalismo, a partir de 1970, nos Estados Unidos ganhou vários adeptos, entre eles Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón. O pensar nos usos de uma língua passou a ser o centro dos estudos linguísticos considerados funcionalistas, principalmente por haver uma concepção de língua/linguagem comum a todos os trabalhos que se inserem nessa área, conforme aponta Givón (1995, p. xv) no prefácio de sua obra,

All functionalists subscribe to at least one fundamental assumption *sine qua non*, the non-autonomy postulate: that language (and grammar) can be neither described nor explained adequately as an autonomous system (GIVÓN, 1995, p. xv)³⁵.

Além disso, segundo Givón (1995, p. 9), algumas premissas são frequentemente mencionadas pelos linguistas que se consideram funcionalistas. São elas:

- language is a socio-cultural activity
- structure serves cognitive or communicative function
- structure is non-arbitrary, motivated, iconic
- change and variation are ever-present
- meaning is context-dependent an non-atomic
- categories are less-than-discrete
- structure is malleable, not rigid
- grammars are emergent
- rules of grammar allow some leakage (GIVÓN, 1995, p. 9)³⁶

Pensar nos usos linguísticos é pensar na competência comunicativa dos falantes e nos contextos de uso, sejam eles internamente (ou seja, refletir sobre a estrutura linguística e de que maneira ela se modifica para dar conta dos mais variados objetivos de realização) e externamente (considerando os papéis sociais experimentados por seus usuários).

Com essa breve reflexão sobre o funcionalismo, percebe-se que há vários caminhos de observação, tendo em vista os objetivos pretendidos por qualquer estudioso dos fenômenos da língua. Evidentemente, há uma base comum nessa

³⁵ Todos os funcionalistas subscrevem pelo menos um pressuposto fundamental *sine qua non*, o postulado de não-autonomia: que a língua/linguagem (e a gramática) não podem ser nem descritas nem explicadas adequadamente como um sistema autônomo (GIVÓN, 1995, p. xv).

³⁶ “• a linguagem é uma atividade sociocultural; • a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; • a estrutura é não arbitrária, motivada, icônica; • mudança e variação estão sempre presentes; • o sentido é contextualmente dependente e não atômico; • as categorias não são discretas; • a estrutura é maleável e não rígida; • as gramáticas são emergentes; • as regras de gramática permitem algumas exceções.” (MARTELOTTA; KENEDY, 2015, p. 11).

corrente para classificar os mais diversos estudos como pertencentes a ela: a interação social, ou seja, “a consideração metodológica de que o componente discursivo desempenha um papel preponderante na gramática de uma língua” (PEZATTI, 2004, p. 176).

Uma vez compreendido como se dão os estudos sociolinguísticos de forma breve, e apresentados os pressupostos do funcionalismo, cabe pensar na relação existente nessas duas áreas, culminando no que se denomina como Sociofuncionalismo, a ser tratado no tópico seguinte.

2.3 JUNTANDO AS PEÇAS: O SOCIOFUNCIONALISMO

O Sociofuncionalismo, como fruto da relação entre o funcionalismo e a sociolinguística, foi empregado pela primeira vez no âmbito do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, o conhecido PEUL, do Rio de Janeiro. Seus integrantes concebiam essa relação como a análise da variação linguística levando em consideração a função discursiva e tecendo explicação a partir dos princípios funcionais.

Contudo, de acordo com Tavares (2003, p. 115), ao realizar a análise de alguns trabalhos que se assumiram numa postura sociofuncionalista, ela percebeu que eles não estão situados na mesma perspectiva teórica. Alguns se colocaram dentro dos pressupostos da sociolinguística variacionista com aspectos funcionalistas incorporados ao estudo, resultando “em uma espécie de sociolinguística variacionista estendida”. Tavares (2003, p. 115) ainda aponta outros pesquisadores que

[...] parecem assumir um lugar no entremeio, asseverando uma abordagem teórica dupla: “teoria funcionalista” com “orientação variacionista dominante”, “princípios e métodos da sociolinguística laboviana associados a interpretações funcionalistas dos resultados”, “incorporação de aspectos discursivos e de processamento na análise variacionista, que alinha o grupo a paradigmas funcionalistas de estudo da linguagem” (TAVARES, 2003, p. 115).

Tavares (2003, p. 115) ainda faz algumas indagações sobre a postura defendida nos trabalhos observados, percebendo que o entremeio ora parece voltar-se mais para a sociolinguística, aí ela questiona se se trata de “uma extensão da sociolinguística”, ora a aproximação é do funcionalismo, o que a levou a perguntar se se trata de “uma extensão do funcionalismo”.

Em verdade, não se trata da extensão dessas áreas de estudo, mas dos diálogos que são possíveis. Em toda e qualquer associação teórica, todos os aspectos de uma ou de outra teoria não poderão ser levados em conta, pois a divergência sempre irá ocorrer. É nesse ponto que é importante o olhar do pesquisador em perceber que uma ou outra teoria irá contribuir para a análise que pretende realizar. É pensar mesmo nos diálogos teóricos possíveis, nas contribuições mútuas das teorias envolvidas a fim de refletir sobre os dados linguísticos em observação. Os estudos na modernidade são interdisciplinares por natureza. Uma teoria já não dá conta dos diversos fenômenos da linguagem, por exemplo.

Por esse motivo, Tavares (2003, p. 124-5) chama a atenção para a própria configuração do que se entende aqui por Sociofuncionalismo:

Da conversa na diferença entre o funcionalismo e a sociolinguística podem derivar, então, graus variados de convergência, como se houvesse uma escala entre uma e outra das perspectivas teóricas, com vários pontos possíveis para o estabelecimento de abordagens casadas. O pressuposto básico para a constituição do sociofuncionalismo - ou de um sociofuncionalismo - é o de que algum traço funcional seja levado em conta, caso contrário não teríamos como justificar o - funcionalismo do rótulo. Desde a seleção de uma função como variável dependente, à inclusão de motivações funcionais, princípios, hipóteses e até explicações de base funcional, temos diferentes graus de absorção do aparato funcionalista. O mesmo é válido para a parte sócio- do rótulo: algo terá de vir da sociolinguística, sejam aspectos metodológicos, achados quanto aos condicionamentos sociolinguísticos, princípios e explicações [...] (TAVARES, 2003, p. 124-5).

O pesquisador, ao fazer as suas escolhas, irá optar por um ou outro caminho teórico predominante, envolvendo aspectos da área que está em diálogo. Quando se decidiu manter relações com outra teoria é por que se percebeu nela algum ou alguns aspecto(s) necessários para a análise linguística pretendida. Nessa relação, não se espera empregar todos os aspectos.

Assim, alguns trabalhos serão citados com o intuito de torná-los mais acessíveis, contribuindo para um levantamento das pesquisas desenvolvidas à luz do Sociofuncionalismo. Não se tem como objetivo exaurir toda a reflexão possível sobre essa área, como também trazer à tona todas as pesquisas já desenvolvidas (são muitas), todavia é importante apontar tantos outros caminhos que possam elevar o *status* dos estudos que se pretendem ser chamados de sociofuncionalistas.

Braga, em 1989, publicou um estudo sobre a ordem da sentença do tipo OSV – Objeto – Sujeito – Verbo, relacionando a análise variacionista a uma abordagem funcionalista. Para isso, Braga (1989, p. 269-270) investigou 130 ocorrências de OSVs obtidas de uma amostra de fala de 36 falantes cariocas, cujas gravações e transcrições compõem o banco de dados do “Projeto Censo da Variação Linguística do Rio de Janeiro”. Os informantes são equitativamente distribuídos entre homens e mulheres, diferentes graus de escolaridade e de faixas etárias.

A fim de tornar mais claro o seu objeto de análise, vê-se o exemplo a seguir extraído da publicação de Braga (1989, p. 269, grifos da autora): “F - ... Não quero forçar ela ser uma coisa que eu não fui. Eu quero que ela siga o destino dela, a vida dela. Mas pelo menos, *uma orientação, eu dou, sabe?* (JO)”.

Durante a análise variacionista, Braga (1989, p. 279) se deparou com restrições para esse tipo de abordagem, conforme ela mesma chama atenção:

[...] mostrei como uma mesma OSV se presta ao desempenho simultâneo de várias funções e o obstáculo que esta característica constitui para uma abordagem quantitativa. Embora, em princípio, seja possível separar domínios ou dimensões em que uma construção não-neutra atua, por exemplo, sinalização de fim de tópico, contraste, reiteração de uma OSV anterior, etc., uma análise que não considere a simultaneidade das funções ou dos condicionamentos me parece inadequada. (BRAGA. 1989, p. 279).

[...] gostaria de me referir a outro aspecto que inviabiliza a aplicação da teoria da variação à análise funcional das OSVs, aspecto este relacionado à identificação dos contextos em que uma OSV poderia ocorrer. A inexistência de um mapeamento único entre função e forma e nosso precário conhecimento do funcionamento discursivo dificultam sobremaneira tal tarefa (BRAGA, 1989, p. 280).

Embora tais restrições tenham sido identificadas, em alguns aspectos, a autora conseguiu desenvolver um estudo sociofuncionalista, ao levar a cabo uma análise

que contava com uma variável constituída de quatro fatores, a saber: (i) traço [-referencial], (ii) traços [+referencial] [+genérico], (iii) traços [+referencial] [-genérico] [-identificável], e (iv) traços [+referencial] [-genérico] [+identificável]. Dessa forma, Braga (1989, p. 281) concluiu que

[...] a maioria dos objetos diretos que aparecem à esquerda do verbo tendem a apresentar ou o traço [+genérico], ou o traço [+identificável]. Referentes com o traço [-identificável] ou com o traço [-referencial] tendem a ser evitados nesta posição (BRAGA, 1989, p. 281)

Por fim, Braga (1989, p. 281) concluiu também que “a capacidade de desempenhar simultaneamente diversas funções no discurso” é o principal obstáculo para se empreender uma análise quantitativa no que diz respeito à ordem da sentença do tipo OSV.

Gryner (1995), em seu artigo intitulado “Graus de vinculação nas cláusulas condicionais”, busca perceber as relações entre as cláusulas condicionante e condicionada, nas quais Gryner (1995, p. 70) acredita não haver vínculo necessário de subordinação entre elas.

Assim, no que diz respeito às relações entre essas cláusulas, Gryner (1995, p. 69) afirma que os estudos recentes³⁷ propõem que há *continuum*, “[...] isto é, estágios intermediários de vinculação, que variam desde o elo mais frágil até a coesão mais estrita”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, Gryner (1995) utilizou 76 horas de entrevistas semiformais obtidas de falantes homens e mulheres do Rio de Janeiro, distribuídos igualmente em quatro níveis de faixa etária e quatro níveis de escolaridade, o que possibilitou uma análise quantitativa à luz da Sociolinguística Variacionista, cujas variantes de tempo-modo e conexão ocorrentes em condicionais potenciais são: futuro do subjuntivo precedido do conectivo -se (FS), presente do indicativo precedido do conectivo -se (PI), e presente do indicativo em justapostas (JUST). Os exemplos extraídos do texto da própria autora servem para ilustrar melhor o seu objeto de análise linguística (GRYNER, 1995, p. 70-71):

- Conectivas no futuro do subjuntivo:

³⁷ Chama-se a atenção que o que a autora considera recente está relacionado ao ano de 1995, ano de publicação do estudo.

- – Você acha que a mulher deve casar virgem?
- Eu não sou contra a virgindade. Eu acho que se a pessoa for (FS) virgem, tudo bem, casa. Se não for (FS), tudo bem: o rapaz gostou, casa. (67:37:1496-7)
- Conectivas no presente do indicativo:
 - – Você acha que o Brasil ganha a Copa?
- É só o pessoal querer... . Então, se eles (es)tão (PI) ofendido, eles vão lá e joga e ganha. (34:16:1231)
- Justapostas no presente do indicativo:
 - – Você olha (JUST) nesses morro aí, naqueles casebre lá em cima, primeiro troço que você vê é as anteninha de televisão lá em cima (34:15:1234).

Além de uma análise quantitativa de base Variacionista, Gryner (1995, p. 70) também leva em consideração uma abordagem funcionalista, afirmando que as cláusulas complexas apresentam tendência a uma gradual gramaticalização, essa entendida como

[...] the process whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions, and, once grammaticalized, continue to develop new grammatical functions (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. xv)³⁸.

Nessa perspectiva, Gryner (1995, p. 70) afirma que a gramaticalização “[...] se processa tanto na passagem do tempo quanto num mesmo estágio da língua, não havendo, a rigor, uma oposição entre mudança sincrônica e diacrônica”. Por esse motivo, a autora retoma Hopper e Traugott que afirmam que a trajetória da gramaticalização ocorre em três etapas graduais: parataxe, hipotaxe e subordinação. Ainda ambientada nos pressupostos funcionalistas, mais uma vez Gryner (1995, p. 72-73) cita os quatro critérios para identificar os graus de vinculação propostos por Hopper e Traugott, a saber: conectividade; o encaixe da margem dentro de um constituinte do núcleo; a concordância de tempos entre as cláusulas; e a experiência do sujeito.

³⁸ [...] o processo pelo qual itens lexicais e construções, em determinados contextos linguísticos, vêm para servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. xv, tradução nossa).

Após uma análise que parte da obtenção de dados (análise quantitativa) e os interpreta sob o prisma do funcionalismo, a autora conclui que

[...] a análise probabilística do uso das variantes no contexto é um instrumento valioso para uma descrição dinâmica das relações interclausais. Ao sub-categorizar os parâmetros apontando o efeito de cada fator, ela permite não apenas sistematizar o conjunto variável de traços distintivos que tipificam os diferentes estágios nos graus de vinculação mas, ao mesmo tempo, identificar – quantitativa e qualitativamente – os passos da trajetória de um estágio a outro” (GRYNER, 1995, p. 82-83).

Por sua vez, Paiva (1995, p. 59) analisou a “organização sintagmática de enunciados que expressam causalidade sob a perspectiva de dois princípios funcionalistas: o princípio de iconicidade e o princípio de distribuição de informação”, tais como os exemplos a seguir:

- “Ela – ela arreventou meu cordão, porque eu uso. Ela estava ali na cozinha, eu fui lá, **dei uns tapa nela**, abriu a boca. A minha mãe num fez nada. (C., Ad. L., 57, 61-62)
- E – E brigam muito lá no recreio, é?
F- As vezes brigam. *Outro dia cada um ficou com a camisa toda molhada de sangue. **Bateu o nariz um do outro.***

Trata-se de um trabalho que pode se inserir na perspectiva sociofuncionalista, uma vez que fez uso da teoria e metodologia circunscritas na Sociolinguística tida como Quantitativa, como também se insere nos pressupostos funcionalistas, como destaca a própria autora que “uma explicação alternativa para as variações de posição das cláusulas se inscreve em uma perspectiva funcionalista, buscando identificar as motivações cognitivas e discursivas subjacentes a distintas ordenações” (PAIVA, 1995, p. 61).

Os dados de análise foram obtidos através da Amostra Censo, do Projeto NURC-RJ e uma amostra de dados de conversação espontânea, conforme nota de rodapé de Paiva (1995, p. 61). Segundo a autora, perfizeram 758 enunciados de justaposição e 2376 enunciados com conectores. Após a análise quantitativa e a análise qualitativa com base funcionalista, a autora chegou às seguintes conclusões:

Os resultados [...] mostram que a aparente liberdade de organização sintagmática dos enunciados é condicionada pela superposição de efeito dos dois princípios enfocados:

- a- Princípio de iconicidade – relacionado à própria conceptualização da relação de causalidade;
- b- Princípio de distribuição de informação – em termos de fluxo das ideias no discurso” (PAIVA, 1995, p. 67)

Outro estudo que se pode considerar sociofuncionalista foi desenvolvido por Roncarati (2003), intitulado “Domínios referenciais e a hipótese da trajetória universal”. Nele, a autora buscou

[...] levantar evidências a favor da tese de que em categorias cognitivamente tão próximas como ESPAÇO>TEMPO, a transferência de um domínio para outro é especialmente comum. [...] Em face dessa migração entre domínios, é de se supor que, no âmbito da referenciação, a tradicional noção de dêixis e da foricidade como processos polarizados tenha de ser revista, admitindo-se um continuum entre ambos os processos e transferências intermédias e/ou híbridas de domínios.” (RONCARATI, 2003, p. 145).

Após análises quantitativas e funcionais das proformas pronominais *isso/aquilo*, do marcador gramatical *aquele*, da forma pronominal *isso*, do pronome adverbial *isso*, Roncarati (2003, p. 156) chegou à conclusão de que “o conjunto de evidências aqui ilustrado sugere, então, que a gramaticalização do demonstrativo procede do dêitico exofórico > dêitico discursivo endofórico”.

Nesse mesmo ano, SOUZA (2003, p. 11) estudou, em sua tese de doutorado, “A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador”, com o objetivo de se “verificar quais ambientes sintático-discursivos são favorecedores dos usos do ONDE, e que fatores cognitivos, linguísticos e sócio-interacionais são motivadores desses usos”.

Os exemplos a seguir, citados pela própria autora, esclarecem melhor o seu objeto de investigação linguística:

- **ONDE indicando espaço físico:** “...pelo menos no Costa e Silva **onde** eu estudo, no Heloísa já é do governo também, o colégio que eu estudei não exigia tanto, eu sei... [M1C02]”
- **ONDE indicando noção:** “...mas aí na, no,no,no curso Básico, tinha o curso Básico né, **onde** a gente tinha que aprender eletricidade, mecânica, de tudo a pessoa tinha que saber. [H4C14]”

- **ONDE indicando tempo:** “...eu distingo bem a minha fase de infância **onde** os bondes transitavam, onde eu estudava nos bondes... [M4U13R]”

A Souza (2003, p. 11) situa seu trabalho dentro do Sociofuncionalismo ao assumir na introdução de sua tese que

O material de análise deste trabalho consta de *corpora* orais de fala de Salvador, e as bases teóricas que subsidiam a análise e interpretação do ONDE são o Funcionalismo Linguístico na linha da Gramaticalização e a Sociolinguística Variacionista, constituindo um trabalho de caráter Sociofuncional (SOUZA, 2003, p. 11).

Esses *corpora*, de acordo com Souza (2003), são constituídos de inquéritos do PEPP (Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador), e amostra do NURC-SSA (Projeto Norma Urbana Culta de Salvador) na década de 1990.

A análise quantitativa empreendida por Souza (2003, p. 14) tem por referência a Sociolinguística Variacionista, focalizando especialmente o “princípio do Uniformitarismo, a mudança em tempo aparente e em tempo real”, bem como o aparato metodológico de análise de dados numéricos através do conjunto de programas que compõem o VARBRUL.

Dessa forma, Souza (2003, p. 213-221) estabeleceu e apresentou as seguintes variáveis: faixa etária, gênero, escolaridade, foricidade, referenciação, tipos de frase, tipos de oração, o “onde” em outras realizações sintático-discursivas, correlação com preposições e elementos discursivos – a repetição.

Além dessa perspectiva Variacionista, já na introdução, Souza (2003, p. 14) esclarece que

No que diz respeito ao Funcionalismo Lingüístico, vão-se focar a Escola Lingüística de Praga e seus seguidores, e principais postulados da interface sintaxese-semântica e sintaxe-conversaão. Vai ser dada relevância à proposta da Teoria Modular da língua, com a descrição dos módulos discursivo, semântico e gramatical (sintaxe) (SOUZA, 2003, p. 14).

Após uma análise do ponto de vista de vários autores, Souza (2003, p. 209) sintetiza a ideia do “onde” afirmando que

Para efeito de uma análise sincrônica, tudo leva a se admitir ser o ONDE, do ponto de vista gramatical, um pronome, mais

propriamente uma pró-forma, por se assemelhar a elementos mais prototípicos da classe escopo dos pronomes. Esse constitui um ponto de partida a ser considerado. Também o fato de que o ONDE é, do ponto de vista de seu sentido básico, fundante, um indicador de lugar genérico, referente a espaço físico e que, paradigmaticamente, está relacionado à em que, no qual e flexões, com os quais deve comutar em contextos (SOUZA, 2003, p. 209).

Dentre as conclusões apresentadas por Souza (2003, p. 269), destaca-se o sentido de “espaço físico” atribuído ao uso de “onde”, sendo este o sentido mais básico, é o que se conserva mais, tendo em vista a frequência elevada em todos os grupos que foram analisados pela pesquisadora. Além disso, os falantes considerados cultos na fala de Salvador “[...] desencadeiam um processo de mudança, entendida como a convencionalização de usos potenciais” (SOUZA, 2003, p. 269).

Sob o ponto de vista da gramaticalização, a autora conclui que

[...] do ponto de vista semântico, o ONDE Noção emerge como um uso potencial, um candidato a se convencionalizar, ao lado do sentido mais básico e mais convencional do ONDE, que é o valor Espaço Físico, conforme se apresentam os dados analisados” (SOUZA, 2003, p. 271).

A pesquisa desenvolvida por Tavares (2003), concretizada em sua tese de doutorado intitulada “A gramaticalização de *e*, *aí*, *daí* e *então*: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista”, se insere também na perspectiva sociofuncionalista já bastante nítida no próprio título, como também em toda produção textual. Na introdução, ela afirma que

A batalha travada por um lugar ao sol no domínio da seqüenciação é abordada à luz de um referencial teórico constituído pela articulação de pressupostos teórico-metodológicos de duas teorias lingüísticas: o funcionalismo, especialmente no que diz respeito à gramaticalização, e a sociolingüística variacionista (TAVARES, 2003, p. 11).

A função gramatical a que ela se refere como “sequenciação retroativo-propulsora de informações” é percebida “quando um falante estabelece uma relação coesiva de continuidade e consonância entre informações sequenciadas no discurso” (TAVARES, 2003, p. 11).

O seu objeto linguístico é exemplificado pela autora em diversas passagens, por exemplo:

- “O menino terminou o segundo grau e tentou duas vezes o vestibular. (est) **E** a menina está na sexta série primária. (PE/FLP02:47)” (TAVARES, 2003, p. 204, grifo da autora).
- “Trabalhava na lanchonete, né? Um ano eu trabalhei. **Daí** eu fui pra rua, peguei quatro meses de segurodesemprego. (JR/FLP02J:1638)” (TAVARES, 2003, p. 203, grifo da autora).
- “Agora têm muitas que estão nessa vida porque gostam disso aí, gostam de zoeira, essas coisas, e muitas estão ali obrigadas, tá? **Então**, eu respeito todo ser humano, agora, pra mim, eu acho isso assim, pra mim, a minha índole, eu acho errado. Que eu acho tem tanto serviço que a pessoa, né? podia ter mais- São- todo ser humano é capaz a qualquer coisa que quer na vida. (TE/FLP16:1186)” (TAVARES, 2003, p. 198, grifo da autora).
- “**Então** às vezes- quebramos uma telha da vizinha, a vizinha foi fazer queixa pro pai. Mas a mãe não fez nada, não. Ele- ela veio fazer queixa pra mãe, mas a mãe não contou nada. Mas ela sabia que a mãe não fazia nada, ela foi fazer queixa pro pai. **Aí** o pai deu uma surra em nós tão grande, que só vendo. (ED/FLP18:1242)” (TAVARES, 2003, p. 197, grifos da autora).

Os dados de fala atuais de Florianópolis foram obtidos do Banco de Dados do Projeto VARSUL, constituídos de 36 entrevistas, distribuídas entre três níveis de escolaridade (Primário, Ginásio e Colegial³⁹), os sexos feminino e masculino, e três faixas etárias (de 15 a 21 anos, de 25 a 45 anos e mais de 50 anos. Além dos dados de fala, Tavares (2003) ainda utilizou diferentes textos escritos do século XIII ao século XX. Ainda segundo a autora,

Essa abordagem incorporando dados de diferentes épocas, desde os primeiros textos escritos em língua portuguesa até textos orais e escritos de hoje, proporciona o recolhimento de uma coleção de vestígios acerca dos aclives de gramaticalização rumo à

³⁹ Nomenclatura adotada na ocasião. Atualmente, o sistema de ensino brasileiro adota Ensino Fundamental I para o antigo “Primário”, Ensino Fundamental II para o Ginásio e o Ensino Médio para o que era conhecido como Colegial.

seqüenciação percorridos por *e*, *aí*, *daí* e *então* (TAVARES, 2003, p. 130).

Sobre os capítulos que compõem a sua tese, Tavares (2003, p. 264-5) resume em sua conclusão da seguinte forma:

Esse conjunto de seis capítulos constituiu um mosaico de descobertas instigantes, das quais cito apenas algumas: (i) a proposição, com o maior detalhamento possível, dos passos das trajetórias de gramaticalização seguidas por *e*, *aí*, *daí* e *então*; (ii) a análise dos padrões da distribuição sociolingüística de *e*, *aí*, *daí* e *então* em dois períodos de tempo – final da primeira metade e final da segunda metade do século XX; (iii) o mapeamento das rotinas e das novidades referentes às especializações dos conectores para diferentes espaços pertinentes à seqüenciação; (iv) a coleta de evidências de mudanças em tempo aparente e em tempo real que atingiram a seqüenciação no século XX; (v) a análise do papel de motivações funcionais variadas sobre os rumos dos desenvolvimentos da seqüenciação (TAVARES, 2003, p. 264-5).

Por fim, Tavares (2003, p. 265-266) estabelece algumas generalizações que, segundo ela, “sintetizam algumas tendências gerais referentes aos padrões de distribuição sociolingüística dos sequenciadores, subjacentes às quais está a ação de princípios funcionais universais, bem como princípios sociolingüísticos universais”, sendo portanto, (1) “as tendências gerais quanto à distribuição dos sequenciadores em grupos sociais obedecem a duas motivações”: (i) valorização social atribuída aos conectores; (ii) Marca de identidade; (2) “as tendências gerais quanto à distribuição dos sequenciadores nos grupos lingüísticos obedecem às seguintes motivações: (i) O princípio da marcação; (ii) O princípio de persistência; (iii) O princípio da marcação e o princípio da persistência podem atuar como forças em competição ou como forças complementares ou como ambas, isto é, atuando coadunadas para alguns dos conectores e como opostas para outros.

O último trabalho a ser citado foi desenvolvido por Santana (2014) sobre o uso de “*Seu* e *dele* em correspondências de professores na Bahia do século XIX”, que culminou em sua tese de doutorado. O objetivo principal de seu trabalho foi

[...] descrever e analisar como se comportam as variantes *seu* e *dele* como possessivos de terceira pessoa, em *corpus* do século XIX, buscando identificar os níveis de variação dessas formas e o processo de mudança, considerando-se o fato da forma *dele* ser considerada a inovadora. (SANTANA, 2014, p. 135).

Santana (2014) desenvolveu a sua pesquisa a partir de um *corpus* constituído por várias correspondências escritas por professores primários no século XIX, mais especificamente entre as décadas de 1950 e 1990, os quais se encontram disponíveis na Seção Colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Justamente esse período que norteou a principal hipótese de seu trabalho, pois a pesquisadora acreditou que

“[...] os professores primários usariam, preferencialmente, a forma conservadora *seu*, expressando a norma culta escrita de então, embora pudessem também expressar-se com a forma inovadora *dele*, provavelmente já de uso frequente na fala (SANTANA, 2014, p. 135).

Para melhor compreensão do seu objeto linguístico, eis dois exemplos mencionados por Santana (2014, p. 145, grifos da autora):

- [...] Não me surpreheo a vossa accusação ao muito zeloso e justiceiro **Sr Commissario Pe Jose Lourenço Vieira Geraldo** porque é assaz conhecida a perseguição calculada que me faz [...], para dest’arte saciar **seos caprichos mesquinhos** em detrimento do precioso tempo do expediente da Directoria [...]. (João Baptista Aragão Pedra e Cal Camamu. Professor. São Gonçalo dos Campos. 18/08/1861).
- [...] **As matérias do ensino** correrão, quanto esteve ao alcance de minha fraca intelligencia, e sobre **o merecimento dellas**, fica livre ao Senr Dr Inspector Geral das aulas, que se dignou visital-a no dia 18 de maio [...]. (Francisco Gonsalves de Senna. Inhambupe. 08/07/1875). (p. 145)

O trabalho desenvolvido por Santana (2014) se insere também na perspectiva sociofuncionalista por conceber as duas abordagens em sua análise. No que diz respeito à Sociolinguística Variacionista, a investigação quantitativa levou em consideração a variação das formas possessivas de terceira pessoa, seu e dele (cf. exemplos citados anteriormente nesta página), constituindo, portanto, a variável dependente. As variáveis independentes elencadas são linguísticas de duas naturezas: (i) traços semânticos do referente: grau de ambiguidade do contexto, personalização, grau de definitude, grau de especificidade e grau de concretude; e (ii) morfossintática – presença no sintagma possessivo de artigo definido e de

quantificador indefinido e a posição das duas formas no sintagma do possessivo. Já numa abordagem Funcionalista, Santana (2014) também analisou os princípios que regem o processo de gramaticalização a fim de explicar o percurso empreendido pelos possessivos objetos de sua investigação.

Em sua análise, Santana (2014, p. 136) considerou também os fatores extralinguísticos, uma vez que “[...] permearam a escrita dos professores têm importância fundamental para se compreender com mais clareza a escolha de determinados elementos linguísticos por esses professores”.

Ao fim de sua pesquisa, Santana (2014, p. 186) constatou que “[...] os possessivos de terceira pessoa, *seu* e *dele*, se comportam de maneiras diversas ao longo do tempo”. Além disso, tendo em vista os dados que foram analisados e os traços semânticos, o uso de “seu” foi muito maior que o uso de “dele” no *corpus* que foi analisado. Embora a frequência seja maior, foi através do refinamento da análise que Santana (2014, p. 190) concluiu que

[...] Nas variáveis levantadas neste estudo, o que se verifica são as tendências de uso do *dele* que vão se ampliando até assumir os contextos em que se apresentam no PB contemporâneo. Contextos com referentes mais especificados tendem a selecionar a forma analítica *dele* como possessivo; já os contextos com referente mais genérico, a tendência é que a forma *dele* seja inibida e seja selecionada a forma sintética *seu* (SANTANA, 2014, p. 190).

Assim como as pesquisas que foram apresentadas até aqui, neste trabalho, por exemplo, quando se estuda a indeterminação do sujeito nos séculos XIX e XX na Bahia, a sociolinguística apresenta-se dominante no que diz respeito ao perceber as diferentes formas de indeterminação do sujeito como formas que estão em variação naquelas sincronias, sendo observadas em *corpora* escritos e analisadas quantitativamente, tecendo variáveis linguísticas e não-linguísticas. A contribuição do funcionalismo será extremamente importante para perceber essas variantes em um contínuo, ao se pensar que elas não são empregadas da mesma forma, percebendo, portanto, uma gradiência, a qual só pode ser explicada nessa perspectiva teórica. Obviamente isso será melhor esclarecido na metodologia.

Por esse motivo, este trabalho encontra-se neste entremeio teórico, com tendências sociolinguísticas, mas contando com a preciosa análise funcionalista

para compreensão da indeterminação do sujeito na Bahia dos séculos XIX e XX como um todo.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS: PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A ANÁLISE DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NOS SÉCULOS XIX E XX NA BAHIA

Busca-se, neste capítulo, delinear todo percurso empreendido para se desenvolver a presente pesquisa, ou seja, as etapas que foram necessárias para obtenção e análise dos dados.

Conforme visto nas seções anteriores, a pesquisa possibilitou uma revisão da literatura acerca do que se entende por sujeito indeterminado, através de obras de referência publicadas ao longo dos séculos XIX e XX, depois uma breve análise de gramáticas contemporâneas a fim de compreender o atual processo e, por fim, a contribuição dada por outras pesquisas de cunho histórico.

Em seguida, apresentou-se o arcabouço teórico fundamentado no Sociofuncionalismo, esse entendido como uma abordagem que

[...] toma como objeto diferentes camadas/variantes que partilham e/ou disputam determinada função, realizando o controle de grupos de fatores linguísticos e sociais passíveis de influenciar a opção dos falantes por uma delas. O resultado desse controle é o quadro da distribuição das camadas/variantes quanto aos diversos traços envolvidos em seu contexto de uso, que pode ser lido como reflexo de estágios passados do desenvolvimento do domínio em si e de cada uma das formas, bem como pode ser lido como espelho de seus desenvolvimentos futuros. (TAVARES, 2003, p. 104)

Percebe-se, portanto, que há uma interface das duas correntes teóricas: a Sociolinguística Variacionista e/ou Laboviana, e o Funcionalismo. É nesse viés dialógico que o presente estudo encontra suas bases para as análises que serão empreendidas.

Desse modo, partiu-se para a definição de quais estratégias de marcação da indeterminação do sujeito seriam levadas em consideração durante a coleta de dados e quais os procedimentos adotados para sua seleção nos *corpora* escolhidos para esse fim.

3.1 DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Para definir as estratégias de indeterminação do sujeito que seriam levadas em conta ao longo da coleta de dados e, posteriormente, na sua análise, considerou-se, inicialmente, a observação de outros trabalhos existentes sobre o sujeito indeterminado em perspectiva histórica, tais como NUNES (1990), CAVALCANTE (1999), FAGGION (2008), PONTES (2008), CAMPOS (2010) e VARGAS (2010). Fazendo uma análise comparativa entre eles, foi possível depreender as seguintes estratégias: o verbo na terceira pessoa mais o “se” ($\emptyset+V+SE$), o verbo na terceira pessoa do plural ($\emptyset+V3PP$), verbo no infinitivo impessoal ($\emptyset+VINFIN$), a voz passiva sem agente (VPSA), as estratégias pronominais “nós” e “eles”, além dos sintagmas nominais (SN), tais como “(o) sujeito”, “(o) indivíduo”, entre outros.

Além dessas estratégias, a partir da coleta dos dados, especialmente nos textos do século XX, outras formas de indeterminação do sujeito também foram incorporadas ao trabalho, tais como o pronome “você”; a forma gramaticalizada “a gente”, que foi empregada não apenas como alternância com o “nós”, mas por apresentar o caráter genérico da indeterminação; e o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito explícito ($\emptyset+V3PS$).

O *corpus* é constituído de cartas de leitores e redatores de jornais baianos, publicadas nos séculos XIX e XX, as quais fazem parte dos *corpora* do projeto “Para a História do Português Brasileiro – PHPB”, organizados por Afranio Gonçalves Barbosa (UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro), José da Silva Simões (USP – Universidade de São Paulo), Maria Clara Paixão de Sousa (USP), Verena Kewitz (USP) e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana)⁴⁰.

Os jornais consultados e seus respectivos anos de publicação estão distribuídos no quadro 2 na página seguinte. Ressalta-se que alguns jornais tiveram mais de uma edição consultada em determinados anos. As datas foram agrupadas por ano para melhor compreender sua distribuição ao longo dos séculos XIX e XX.

⁴⁰ Os corpora estão disponíveis no site: <https://sites.google.com/site/corporaphpb>.

JORNAIS		ANOS
SÉCULO XIX	Correio da Bahia	1876
	Diário da Bahia	1836, 1868, 1869, 1870, 1871 e 1881
	Diário da Bahia – Jornal Mercantil, Politico, e Litterario	1836
	Echo Sant' Amarense	1881
	Faísca	1887
	Gazeta da Bahia	1830 e 1832
	Jornal da Bahia	1854, 1855, 1857, 1860, 1869 e 1875
	Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia da Bahia	1833 e 1836
	Jornal de Noticias	1894 e 1896
	O Monitor	1876 e 1881
	Pequeno Jornal	1890
	Recompilador Cachoeirense	1832
SÉCULO XX	Folha do Norte	1909, 1910, 1911, 1912, 1926, 1928, 1929, 1930, 1941, 1942, 1944, 1947, 1948, 1949, 1951, 1952, 1953, 1958, 1960, 1961, 1970, 1973, 1974, 1987 e 1997

Quadro 2 - Distribuição dos jornais e seus respectivos anos de publicação.

Compõem o *corpus* também peças teatrais publicadas na Bahia, nesses mesmos séculos, algumas disponíveis em livros impressos no Gabinete Português de Leitura e na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia, *Campus* de Ondina, ambos localizados na cidade de Salvador, capital da Bahia, e outras estão disponíveis na *internet*, sobretudo as que se situam temporalmente no século XX.

O quadro 3 (cf. na próxima página) apresenta a distribuição das peças teatrais nos séculos XIX e XX, respeitando a ordem cronológica por ano de publicação, seus respectivos títulos e autores, cujos nomes foram mencionados conforme constam em suas obras, inclusive alguns abreviados, sem qualquer dado que pudesse resgatar o nome por completo.

	ANO	PEÇA	AUTOR
SÉCULO XIX	1812	Palafox em Saragoça, ou Batalha de 10 de agosto do anno de 1808	A. X. F. A.
	1861	Resultados da Usura	J. L. da Cunha
	1876	O médico dos pobres	Angelo Dourado
	1888	Calabar	Agrario de Souza Menezes
SÉCULO XX	1930	Como se casa um matuto	Jacinto d'Almeida Sampaio
	1939	Lolita	Afonso Ruy
	1991	Essa é a nossa praia	Márcio Meirelles
	1995	Bai bai, Pelô	Márcio Meirelles

Quadro 3 - Distribuição das peças teatrais.

A escolha dos gêneros textuais mencionados anteriormente, bem como o recorte temporal realizado serão melhor discutidos ainda neste capítulo.

As estratégias de indeterminação encontradas no *corpus* foram analisadas sob os pontos de vista extralinguístico, funcional e linguístico, cujas variáveis foram estabelecidas a partir da análise comparativa dos mesmos trabalhos que inspiraram a seleção das estratégias, a saber: NUNES (1990), CAVALCANTE (1999), FAGGION (2008), PONTES (2008), CAMPOS (2010) e VARGAS (2010), como também as pesquisas desenvolvidas por MILANEZ (1982) e PEREIRA (2014).

Assim, as variáveis extralinguísticas são compostas pelo período de publicação das cartas/peças teatrais, conforme divisão proposta pelo PHPB, e o gênero textual. No que diz respeito às variáveis funcionais, estabeleceu-se o grau e as funções da indeterminação. Em relação aos aspectos linguísticos, observou-se a flexão do verbo, o tipo de oração, a transitividade verbal, o preenchimento do sujeito, a estrutura do núcleo do predicado, a concordância com o argumento interno do verbo, a posição do argumento interno do verbo, e a ausência *versus* presença de preposição. Essas variáveis serão melhor descritas mais adiante.

Uma vez delimitadas as formas de se indeterminar o sujeito que seriam levadas em conta neste trabalho, partiu-se para o levantamento das ocorrências no *corpus* constituído.

3.2 PARÂMETROS DE SELEÇÃO DAS OCORRÊNCIAS

Os procedimentos aqui adotados para a análise da indeterminação em perspectiva histórica serão melhor compreendidos, após uma reflexão inicial sobre a tendência da atualidade pelos usos de sujeitos pronominais expressos, evidências essas apontadas por Tarallo (1983 apud DUARTE; MOURÃO; SANTOS, 2012) e Duarte (1993).

Segundo Duarte, Mourão e Santos (2012, p. 22), a redução do paradigma verbal do português brasileiro se iniciou com a introdução da forma “você” no quadro pronominal, sendo empregado alternadamente com o “tu”, cuja forma verbal reflete a flexão de terceira pessoa do singular; como também a inserção da forma gramaticalizada “a gente”, em concorrência com o pronome “nós”, porém com o verbo sendo empregado da mesma forma que o “você”, portanto, conjugado como se fosse de terceira pessoa do singular também.

Os autores Duarte, Mourão e Santos (2012, p. 23), a partir de sua pesquisa, apontam que havia uma preferência no padrão da língua no Brasil pelo uso do sujeito nulo, ou seja, pela oração sem sujeito expresso, até a segunda metade do século XIX e ao início do século XX. Parece que isso se deu, ainda de acordo com o mesmo estudo, quando da introdução do pronome “você”, em substituição ao pronome “tu”, registrado em 1930, em peças teatrais de Armando Gonzaga, no Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, o pronome “tu” já não era mais encontrado nesse mesmo gênero textual.

A forma “a gente”, como uma forma pronominal, tendo em vista ainda as observações de Duarte, Mourão e Santos (2012, p. 25), passa a figurar em peças teatrais nos anos de 1975 e 1990. Com essas observações, os autores consideram que “a 2ª pessoa aciona a mudança, a 1ª pessoa lhe dá continuidade”.

Vargas (2012, p. 46, grifos da autora) chama a atenção de que “tal mudança atinge também os sujeitos de referência arbitrária (indeterminada), que aparecem preferencialmente expressos pelos pronomes **você** e **a gente**”.

Dessa maneira, Duarte, Mourão e Santos (2012, p. 26, sic) retomam as conclusões a que chegou Duarte (1993), afirmando que

[...] a redução no quadro de desinências verbais alterou as características de língua de sujeito nulo do PB e que o comportamento diferenciado da 3ª pessoa revela que o licenciamento e a identificação de um sujeito nulo deixa de depender de um sistema flexional “rico”, passando a depender cada vez mais de um “reforço” externo ao elemento de concordância; o caráter anafórico da 3ª pessoa é, sem dúvida, o elemento a retardar o processo. (DUARTE; MOURÃO; SANTOS, p. 26, sic).

Uma vez perdida a flexão verbal, torna-se difícil a identificação do sujeito ao qual o verbo se refere, exigindo-se, portanto, o preenchimento dessa posição por um pronome sujeito ou qualquer outra forma, ou expressão equivalente que possa exercer essa função sintática. Isso se dá, principalmente, uma vez que “o processo de mudança em direção ao pronome expresso é influenciado fortemente pelo traço [+humano] do antecedente” (DUARTE; MOURÃO; SANTOS, 2012, p. 43).

Sendo assim, Vargas (2012, p. 47) afirma que

[...] o aparecimento dos sujeitos de referência indeterminada/arbitrária expressos [...] não seria outra coisa senão um efeito colateral da mudança que afeta os referenciais definidos, ou seja, um efeito dominó por que passa o PB. (VARGAS, 2012, p. 47).

A partir dessa inferência, Vargas (2012, p. 47) propõe o estudo sobre o sujeito indeterminado, com o objetivo de

[...] observar, ao longo do tempo, como se dá a implementação de formas nominativas expressas para representar os sujeitos indeterminados, em detrimento do uso do se indefinido (apassivador/indeterminador) e do sujeito nulo com verbo na 3ª pessoa do plural. (VARGAS, 2012, p. 47).

Para compreender melhor o tipo de sujeito objeto deste estudo, Cyrino, Duarte e Kato (2000, p. 57) propõem o seguinte esquema:

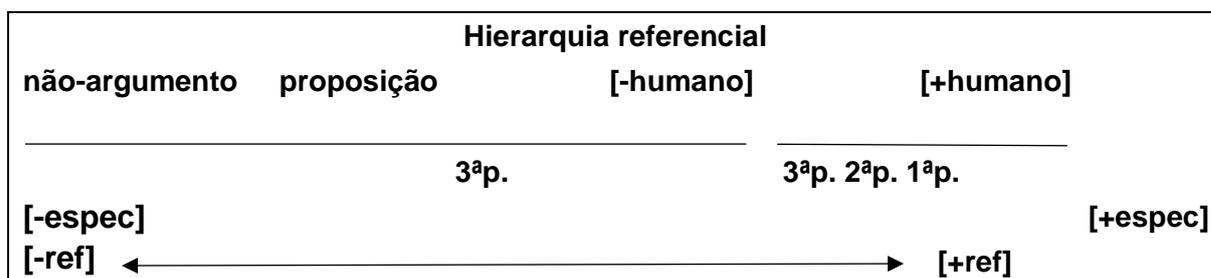


Figura 16 – Esquema da hierarquia referencial adaptado e traduzido de Cyrino, Duarte e Kato (2000, p. 57)

A partir desse quadro (cf. figura 16 na página anterior), percebe-se que não estão contemplados os sujeitos de referência arbitrária, ou seja, os indeterminados, contudo Vargas (2012, p. 47) menciona que eles possuem um traço inerentemente [+humano], afirmando que

[...] os sujeitos indeterminados deveriam apresentar um preenchimento igual aos da 1ª e 2ª pessoas, situadas no ponto mais alto da hierarquia, justamente por não haver, como na 3ª pessoa, a interação com os traços [+/-humano] e [+/-específico]. (VARGAS, 2012, p. 47).

Com esse panorama, Vargas (2012, p. 48) propôs estudar a indeterminação do sujeito tendo como hipótese principal o fato de que as peças teatrais mais antigas evidenciariam uma preferência pela estratégia “se”, como também a 3ª pessoa do plural sem sujeito expreso ou sujeito nulo. Assim, a autora acreditaria que

[...] a confirmação dessa hipótese permitirá relacionar a tendência ao uso de formas pronominais nominativas expressas à mudança na representação dos sujeitos referenciais definidos, uma evidência do “encaixamento da mudança”. (VARGAS, 2012, p. 48).

Vargas (2012), a partir de seu trabalho, confirmou a sua hipótese inicial anteriormente mencionada. Dessa forma, espera-se que a mesma tendência apontada no português falado no Rio de Janeiro também esteja presente em outros espaços brasileiros, como a Bahia, *locus* de investigação deste trabalho.

Sendo assim, esta pesquisa analisou todas as estratégias de indeterminação do sujeito que foram encontradas no *corpus* anteriormente delimitado.

A seleção das ocorrências passou por alguns critérios para estabelecer se elas eram consideradas uma variante das estratégias de indeterminação do sujeito ou não. Assim, algumas restrições para a coleta de dados foram necessárias, tais como:

- Foram descartadas as estratégias cujo referente pode ser recuperado por anáfora ou catáfora tendo em vista a possibilidade de identificação de um sujeito determinado;
- Não foram levadas em consideração também sintagmas nominais compostos por qualquer tipo de elemento que o restringe, tais como

“muitos(as)”, “um(a)” etc.; como também formas indefinidas, como “todo mundo”, “ninguém”, “outro”, entre outras;

- Expressões seguidas de orações relativas/adjetivas restritivas, uma vez que nesses casos a variante perde o aspecto genérico.

Durante a coleta de dados, quando as ocorrências poderiam gerar dúvida quanto ao seu caráter genérico, fato importante para sua definição como uma estratégia de indeterminação do sujeito, optou-se em substituí-la pela forma “se” a fim de assegurar se se trataria de fato de um item a ser analisado ou não. Quando a dúvida persistiu, a ocorrência foi excluída para evitar que os resultados mostrassem uma realidade linguística dos séculos XIX e XX de maneira incerta, o que não se espera de um trabalho de pesquisa com este fim.

Uma vez delineados os procedimentos adotados para seleção das ocorrências nos textos analisados, passa-se a apresentar o que se identificou como sendo uma estratégia de indeterminação do sujeito, sendo essa, portanto, a variável dependente da análise quantitativa.

3.3 VARIÁVEL DEPENDENTE

A variável dependente é um termo que a Sociolinguística Variacionista tomou emprestado da estatística para se referir ao grupo de fatores que será levado em conta em primeiro lugar na análise quantitativa. Neste caso, ela é composta pelas estratégias de indeterminação que ora se observa e para as quais todos os outros grupos de fatores irão se referir, ou seja, o que está em variação linguística.

Inicia-se com as estratégias sem sujeito lexicalmente preenchido, tais como: o verbo na terceira pessoa com a partícula “se” (\emptyset +V+SE), o verbo na terceira pessoa do plural (\emptyset +V3PP), o verbo no infinitivo impessoal (\emptyset +VINFIN), o verbo na terceira pessoa do singular (\emptyset +V3PS) e a voz passiva sem agente (VPSA). Depois, passa-se para as estratégias que podem preencher sintaticamente a posição do sujeito: os pronomes “nós”, “você”, “a gente” e “eles”, além dos sintagmas nominais (SN):

3.3.1 Verbo mais a partícula “se” - Ø+V+SE

Tradicionalmente, tendo em vista o que foi apresentado no primeiro capítulo, o pronome *se* é considerado uma estratégia de indeterminação se empregado com verbos transitivos diretos. Porém, Cyrino (2007, p. 107), ao tratar sobre o uso do pronome “*se*” em textos escritos entre os séculos XVIII e XX, concluiu que, “a partir do século XIX, todo *se* pode ser considerado impessoal [...] o *se* nominativo sempre ocupa a posição de sujeito”.

Em consonância com isso, Said Ali (2006, p. 164) diz que

[...] a linguagem nos ministra pronome pessoal fixo para evitar repetições de nome já conhecido pelo discurso, e expressões várias à escolha quando nos referimos a pessoa ou pessoas que não importa nomear. No caso do verbo conjugado com o pronome reflexivo *se*, a interpretação como voz passiva é falha, já quanto à análise da forma, pois o elemento reflexivo só poderia reflexivar, já quanto à função, visto que a mesmíssima linguagem indiscriminadamente se aplica a verbos intransitivos. O latim *itur* é forma passiva com função do verbo ativo. Se adotássemos em português o mesmo processo, diríamos *é ido*, e não *vai-se* [cf. exemplo 44] no estilo literário, a gente vai na linguagem familiar. (SAID ALI, 2006, p. 164)

Com base nessas informações, o *se* é analisado neste trabalho como uma das possibilidades de indeterminação do sujeito, tendo em vista os exemplos a seguir⁴¹:

- (43) “Que examinados estes autos de | libello de divorcio da A. D. Marianna | Senhora de São Josè, e o Reo Josè Já- | nuario de Lima, **se prova** ter o Réo bar- | baramente civiciado A. dando parto ao | seo genio indocil, e fero, a ponto de | maltratal-a com pancadas d’onde resultou | sofrer A. fracturação no braço esquerdo, | tornando-se defeituosa;” (Carta de Leitor - Recopilador Cachoeirense 12/12/1832).
- (44) “Se a instruccão, que nellas | **se adquire** he limitada em seo objecto, pode a Ad- | ministração bom serviço prestar ao Estado, tendo | cuidado de que ella seja conforme ao desenvolvi- | mento da razão.” (Carta de Redator - Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia da Bahia 15/05/1833).
- (45) “Não é só com empresas que **se ganha** dinheiro; [...]” (Peça Teatral - Personagem Domingos em “Resultados da Usura” de J. L. da Cunha – 1861).

⁴¹ Todos os exemplos apresentados neste capítulo foram extraídos originalmente dos textos-fonte, obedecendo rigorosamente às grafias, não fazendo qualquer tipo de adequação gramatical.

- (46) “Ao mesmo tempo **fizéram-se** inau- | ditos esforços, para levar a frota do mar Ne- | gro a um gráo de efficacia até ahi desconhe- | cido na Russia.” (Carta de Leitor - Jornal da Bahia 20/01/1855).

3.3.2 Verbo na terceira pessoa do plural - Ø+V3PP

Tendo em vista as gramáticas analisadas no primeiro capítulo, faz-se necessário tratar do verbo flexionado na terceira pessoa do plural, sem qualquer tipo de preenchimento lexical na posição de sujeito, mesmo do pronome “eles” (neste trabalho, ele aparece como uma das estratégias, conforme será mencionado mais adiante), uma vez que esta estratégia é abundantemente empregada na língua.

Para melhor compreensão, veem-se os seguintes exemplos extraídos do *corpus* observado:

- (47) “Seja como for: co- | mo os jovens deseirão, que o nosso Con- | gresso mude tudo, de huma só vez; | e mesmo que **mudem** os telhados para | baixo, e os alicerces para cima;” (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 02/01/1830).
- (48) “**Dizem**, que sahíra do Rio | de Janeiro a Fragata Dona Fran- | cisca, e dous Brigues trans- | portando o Batalhão 18 para | Pernambuco, e que o Batalhão | 5 que alí se acha, vem para | esta Cidade.” (Carta de Redator - Gazeta da Bahia 29/05/1830).
- (49) “Homem, **dizem** que elle dá vista aos cegos?” (Peça Teatral - Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

Esta estratégia, de certa forma, entra em competição com a forma pronominal *eles*, uma vez que, segundo Lopes e Rumeu (2007, p.419), “os estudos linguísticos mostram que o português do Brasil estaria passando de uma língua de *sujeito nulo* para uma língua de *sujeito pleno*”, ou seja, estaria a língua falada no Brasil preenchendo lexicalmente a posição de sujeito. Parece, inicialmente, que se pode pensar que se faz necessário analisar esta estratégia juntamente com a forma pronominal *eles*, apenas diferenciando-as quando preenchido ou não. Contudo não é válido, uma vez que o pronome *eles* pode ser empregado como elemento anafórico, de retomada, enquanto o verbo na terceira pessoa do plural por si mesmo

não se caracteriza como anafórico, uma vez que depende exclusivamente do contexto.

Sendo assim, mantem-se a estratégia do verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito lexicalmente preenchido, de acordo com os ditames tradicionais das gramáticas, e observa-se a estratégia pronominal *e/les* separadamente, como uma outra possibilidade de se indeterminar o sujeito, o que será apresentado mais adiante.

3.3.3 Verbo no infinitivo impessoal - Ø+VINF

O infinitivo impessoal não é uma estratégia muito abordada pelas gramáticas tradicionais, de uma forma geral, para indeterminar o sujeito. Dentre as gramáticas analisadas nos séculos XIX e XX, apenas as de Barbosa (1822; 1830), Rabello (1872) e Pereira (1907) mencionam essa possibilidade de indeterminação com o infinitivo. Ao se avançar no tempo, consultando gramáticas normativas e descritivas brasileiras contemporâneas, as únicas que consideram essa possibilidade são as de Cegalla (2008) e Perini (2010), referidas também no primeiro capítulo.

Sendo o infinitivo impessoal, ele não faz menção a qualquer pessoa do discurso, entendendo-se aqui as três mencionadas por Benveniste ([1966] 2005, p. 248), “eu, tu e ele”. Dessa forma, torna-se ele uma alternativa para não se especificar o agente da oração, tendo em vista os seguintes exemplos:

- (50) “**Respeitar** sempre e fazer respeitar os | direitos religiosos de todos, não se faz | mais do que cumprir um dever imposto | pela constituição livre de 14 de feve- | reiro!” (Carta de Leitor - Jornal de Noticias 18/06/1896).
- (51) “Porém **declarar** | a guerra aos governos só porque são | governados, he essencialmente anarquico: [...]” (Carta de Redator - Gazeta da Bahia 14/07/1832).
- (52) “«Talvez que pague no inferno o mal que lhe causou!» É exacto! Que maior inferno do que arrastar-se o fardo da vida sem se ter desejo de viver? **Passar** entre os vivos, alegres, e **ter** o coração despedaçado?! **Buscar varrer** da memoria uma recordação, e amal-a?! Oh! que terrível inferno para os que soffrem é o viver entre os felizes!... E nunca mais teve noticias dele?!” (Peça Teatral – Personagem Médico em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

3.3.4 Verbo na terceira pessoa do singular - Ø+V3PS

Ao longo da coleta de dados do século XIX, esta estratégia não se fez presente, talvez por ser considerada própria da fala, ao menos no português brasileiro contemporâneo, conforme atestado por Carvalho (2010), ao analisar a fala de Salvador na década de 1990, que encontrou 3% de frequência, exatamente a mesma que a variante considerada padrão, o verbo na terceira pessoa do plural.

Contudo, ao ampliar a coleta de dados para o século XX, essa estratégia apareceu, talvez não nas mesmas proporções presentes na oralidade (cf. CARVALHO, 2010), mas faz parte do uso na escrita, o que pode indicar maior emprego também na fala, ao menos é o que se presume.

As gramáticas analisadas dos séculos XIX e XX não cogitam a possibilidade de emprego da terceira pessoa do singular, mesmo as gramáticas normativas e descritivas contemporâneas consultadas (cf. primeiro capítulo), com exceção da “Gramática de Usos do Português” de Neves (2000, p. 464), a qual faz referência a essa estratégia com a ressalva de ser considerada de uso mais popular. Essa assertiva foi refutada por Carvalho (2010), ao encontrar maior peso relativo para os falantes considerados cultos, ou seja, os com nível superior completo.

Como um dos objetivos deste trabalho é descrever os usos para se indeterminar o sujeito nos séculos XIX e XX, coube levar essa estratégia a cabo e analisá-la com as demais, uma vez que

[...] essa construção com forma verbal da chamada 3ª pessoa do singular com sujeito não explícito sem referente poderia ser interpretada quer como expressão do conjunto genérico constituído pelo EU mais o NÃO-EU mais a NÃO-PESSOA – mais uma forma de indeterminação do sujeito –, quer como a tradicionalmente considerada passiva sintética, apresentando-se, entretanto, com ausência do se (FERREIRA, 1991, p. 45, grifos da autora).

Há, portanto, a possibilidade de o uso da terceira pessoa sem sujeito lexicalmente preenchido ser a mesma estratégia com o “se”, trata-se de uma leitura possível como visto na citação, mas ficou constatado o seu uso por falantes considerados cultos na década de 1990, ou seja, final do século XX. Acredita-se, pois, que se trata mesmo de uma estratégia utilizada concomitantemente com o

verbo na terceira pessoa sem sujeito lexical, com a partícula “se”, caracterizando uma variação linguística, ao menos, se pressupõe.

Para ilustrar o que foi apresentado sobre essa estratégia, seguem os exemplos:

- (53) “Cotonete de urubu. Tá vendo aí? Quando acabar **fala** mal do meu interior. Que nós fala errado, nós se veste feio. Mas no meu interior não é assim não. Se nós pede uma ajuda todo mundo dá. Até uma água, uma farinha, nós come, nós bebe, que nós é tratado bem.” (Peça Teatral – Personagem Maria de Bonfim em “Essa é a nossa praia” de Márcio Meirelles – 1991).
- (54) Mas isso tudo depois que eles se envolveram com esse pessoal rastafari, de movimento negro, que gosta de tumultuar. Tudo agora é um negócio de um movimento que vai lutar contra o sistema, contra a opressão social. A onda agora é monopolizar. **Coloca** uma tinta verde, outra amarela na cara, **carrega** uma bandeira e **vem** pra rua protestar, sem saber porquê nem pra quê. (Peça Teatral – Personagem Dona Edna em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).

3.3.5 Voz passiva sem agente - VPSA

A voz passiva, quando abordada pelas gramáticas tradicionais, é tratada como passível de duas possíveis realizações: uma chamada de “sintética”, constituída por “um verbo transitivo direto ou transitivo indireto na terceira pessoa do singular ou do plural (em concordância com o sujeito), seguido do pronome se, apassivador” (HAUY, 1986, p. 169); e a outra de “analítica”, já essa formada, ainda de acordo com Hauy (1986, p. 171), pelos verbos auxiliares ser, estar e ficar, caracterizando a passiva como de ação, de estado e de mudança de estado, respectivamente.

A passiva analítica se diferencia, principalmente, da sintética pelo simples fato de poder “apresentar o verbo em qualquer pessoa” (HAUY, 1986, p. 171). A sintética só ocorre na terceira pessoa.

Agora, o que se chama aqui de “voz passiva sem agente” (VPSA) é quando o agente da passiva está ausente. Não se trata de uma possibilidade abundante de se

indeterminar o sujeito, ao menos, não se espera. Assim sendo, apresentam-se os únicos exemplos obtidos:

- (55) “[...] e 3º fi- | nalmente que, não **tenido sido esse dinheiro | procurado**, mandei-o para terra, por enten- | der que era isso mais acertado que traze- | los para esta cidade.” (Carta de Leitor - Jornal da Bahia 29/03/1855).
- (56) “Como nos **tem sido pedidas** algumas as- | signaturas do jornal para diversos pontos da | Europa, temos em vista igualmente estabelecer | em Paris uma casa onde se recebam as subs- | crições.” (Carta de Redator - Jornal da Bahia 17/01/1854).

3.3.6 Nós

O pronome *nós* também se configura como uma das possibilidades empregadas na língua portuguesa para se indeterminar o sujeito de uma oração. Não é uma das possibilidades mais citadas pelas gramáticas tradicionais, mas os estudos apontados no início deste capítulo o consideram como uma das estratégias, e por isso foi levado em consideração.

Uma vez figurada essa estratégia, percebe-se que um dos agentes do discurso poderá ser determinado, ou seja, pode-se depreender ao menos um dos sujeitos da oração, a própria pessoa que fala. Benveniste ([1966] 2005, p. 256) afirma que

[...] não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. Essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. A presença do “eu” é constitutiva de “nós” (BENVENISTE, [1966] 2005, p. 256).

Assim sendo, o usuário da língua poderá fazer uso dessa estratégia a fim de não possibilitar a identificação completa do sujeito, ou seja, percebe-se o falante como uma das possibilidades de ser o sujeito extralinguístico ao qual o enunciado se refere, mas não se identifica os demais componentes que preenchem o “não-eu”

citado por Benveniste, caracterizando-se, pois, esta possibilidade de indeterminação como de menor grau.

Como ilustração, veem-se os seguintes exemplos:

- (57) “Logo, por | que suppremos **nós** que a sua visita virá antes da | America do Norte, do que da Europa, entretan- | to que o seo trajecto de um e de outro ponto, | seria de duas à trez mil legoas?” (Carta de Leitor - Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio, e Industria da Provincia da Bahia 15/03/1833).
- (58) “**Nós** pois, incensando as cinzas da morte, | não podemos deixar de dirigir os mais sinceros | votos de respeito á virtude que se assenta no | throno do fundador do imperio.” (Carta de Redator - Jornal da Bahia 22/03/1854).
- (59) “Mas cada passo que **Ø damos** para o futuro, descobrimos um dia no passado! [...]” (Peça Teatral – Personagem Guilherme em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

3.3.7 Você

A forma pronominal “você” parece ter sido uma inovação do século XX, ao menos foi o que demonstraram os dados coletados, uma vez que nada foi registrado no *corpus* consultado do século XIX.

Sabe-se que o quadro pronominal do português brasileiro passou por algumas modificações nos últimos anos, principalmente com a entrada do “você” para o quadro dos pronomes pessoais com referência à segunda pessoa, concorrendo com o “tu”. Como esse pronome tradicionalmente possui uma marca própria na desinência verbal, ele poderia ser preenchido ou não e facilmente era reconhecido pelos falantes. Quando o “você” passou para essa categoria, ele assumiu as marcas da terceira pessoa, ou seja, sem qualquer marca desinencial.

A história do “você” na língua portuguesa remonta à corte portuguesa, quando ainda havia a expressão “Vossa Mercê” que lhe deu origem em um processo de gramaticalização. Antes do seu uso, costumava-se empregar abundantemente o pronome “vós”, conforme atesta Sousa (2008, p. 27),

[...] pelos reis, rainhas, nobres para o tratamento com os vassallos e, concomitantemente, também era a forma utilizada pelos vassallos

para se dirigirem aos seus superiores. Além disso, o vós era usado entre os pares eclesiásticos, plebeus e nobres. Mas, como resultado de uma desigualdade social, um desequilíbrio linguístico foi desencadeado e a forma vós, antes usada para fazer referência à figura singular do rei, é substituída por Vossa Mercê, forma que, nesse período, demonstrava ter mais expressividade e dignidade de referência ao Rei (SOUSA, 2008, p. 27).

Assim, o “Vossa Mercê” era empregado como pronome de tratamento direcionado ao rei, portanto, partindo da fala dos vassallos, da criadagem, ou seja, do povo mais simples, ganhando espaço em toda a corte, segundo Sousa (2008, p. 28):

A expressão Vossa + N, Vossa Mercê, formada pelo pronome possessivo vossa adjungido ao nome mercê, teve a sua origem no item linguístico mercê, sinônimo de graça, de favor, de merecimento, de generosidade. Era comum as pessoas dirigirem-se ao rei e solicitarem a ele a “vossa Mercê”. Com esse uso constante e rotinizado, essa expressão transformou-se na expressão ideal para referir-se ao Rei.

Em meio a um processo de gramaticalização, sabendo que um dos passos passa por transformações fonéticas, a forma “Vossa Mercê” passou a “você” ainda como pronome de tratamento, como ainda é tratado em várias gramáticas normativas brasileiras (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 289; ROCHA LIMA, 2008, p. 112). Em geral, principalmente nos grandes centros urbanos do Brasil, nota-se maior uso do “você” em substituição do “tu”, portanto, como pronome pessoal de segunda pessoa, num tratamento de igual para igual.

Uma vez fazendo parte do quadro de pronomes pessoais do português brasileiro, o pronome “você” passou a ser empregado também em caráter genérico, ou seja, indeterminado, assim como o “nós”. Carvalho (2010), por exemplo, atestou que a fala de Salvador apresenta maior uso dessa estratégia para indeterminar o sujeito. Talvez por isso que ele só foi registrado no século XX, mais precisamente na segunda metade, no *corpus* analisado, por ter um caráter inovador. Vejam-se os exemplos:

- (60) “[...] É tanta agonia, tanta consumição no juízo, que se **você** não tiver fé em Deus, **você** sai doída! E ainda para completar me vem este sobrinho pra eu terminar de criar.” (Peça Teatral – Personagem Chandinha em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).

3.3.8 A gente

A estratégia gramaticalizada “a gente” é oriunda da forma nominal “gente”, conforme atestam Omena e Braga (1996, p. 82). Interessante que Lopes (2004, p. 75) detectou que já há registros da forma “a gente” no século XVI:

Coincidência ou não, é por essa época que certas propriedades tipicamente nominais, como o *traço de número*, começam gradativamente a não ocorrer com o substantivo (*a*) *gente*, o que pode ter interferido no processo de pronominalização desta forma, que se tornou forte candidata a ocupar a vaga deixada pelo *homem* indefinido (LOPES, 2004, p. 75).

Dessa forma, entende-se que a forma pronominal “a gente” passou a integrar o quadro dos pronomes pessoas do português após se tornar uma estratégia de indeterminação. De acordo com Lopes (2004, p. 73), “[...] postula-se que *a gente* resultou do seguinte processo: *gente* [nome genérico] → *a gente* [pronome indefinido] → *a gente* [substituto virtual do pronome pessoal nós]”. Assim, a indeterminação do sujeito é um processo concomitante com a forma de pronome pessoal que alterna com o “nós”.

Neste trabalho, interessa a forma que ocupa a função de índice de indeterminação do sujeito, como nos exemplos a seguir:

- (61) “E ele está fallando só, e dizem que quando **a gente** falla só, [Ø] falla com o diabo! Mizericorida!” (Peça Teatral – Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).⁴²
- (62) “Lá isto é verdade! O dinheiro **a gente** ganha até com uma carroça~, mas o amor?! [...]” (Peça Teatral – Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

Sabe-se que as peças teatrais são textos escritos que buscam representar a fala, desse modo, a estratégia “a gente” parece ser comum nessa modalidade da língua. Dessa forma, espera-se que sua frequência seja maior nos textos teatrais que nas cartas de leitores e redatores.

⁴² Nota-se aqui que o exemplo “61” foi contabilizado duas vezes, uma vez com o preenchimento do sujeito “a gente falla” e a segunda ocorrência sem o preenchimento, fazendo-se uso do símbolo “Ø” entre colchetes.

3.3.9 Eles

O pronome “eles” possui intrinsecamente uma função que lhe é peculiar: de não possibilitar, no discurso, a participação da primeira e da segunda pessoas, ou seja, exclui ambas uma vez que só pode fazer referência à “não-pessoa”, mencionada por Benveniste (2005). Isso já é um passo para dificultar a possibilidade de determinação de um agente da ação verbal.

Quando esse pronome deixa de cumprir uma outra função que é da anáfora, cria-se a possibilidade também de torná-lo uma estratégia de indeterminação do sujeito, uma vez que ele poderá manter a marca de referência genérica necessária para esse fim, embora marque exclusivamente a terceira pessoa.

O pronome “eles” poderia concorrer com a forma preenchida da terceira pessoa do plural sem sujeito lexical (\emptyset +3PP), sendo essa uma estratégia canônica, mas isso não é possível uma vez que o preenchimento do sujeito começou a ter um status de importância a partir do século XX, com a alteração do quadro pronominal no português brasileiro e a redução do paradigma verbal, conforme atestado por Duarte, Mourão e Santos (2012). Sendo assim, é importante manter o “eles” separado da terceira pessoa do plural sem sujeito lexical a fim de se verificar se o português da Bahia apresentou também essa tendência no que diz respeito à indeterminação do sujeito.

O exemplo a seguir ilustra essa estratégia. A personagem “Dona Edna” entra na cena reclamando de toda e qualquer pessoa que invade um imóvel e passa a habitá-lo, e que se envolvem em movimentos sociais:

- (63) Mas isso tudo depois que **eles** se envolveram com esse pessoal rastafari, de movimento negro, que gosta de tumultuar. Tudo agora é um negócio de um movimento que vai lutar contra o sistema, contra a opressão social. [...] (Peça Teatral – Personagem Dona Edna em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).

3.3.10 Sintagmas Nominais (SN)

Chamam-se, nesta pesquisa, de “sintagmas nominais” (doravante SN) os sintagmas nominais constituídos ou não de determinantes que apresentam uma ideia generalizadora sobre quem realizou determinada ação, ou seja, “termos genéricos”, como designa Bagno (2011, p. 818), para se indeterminar o sujeito. Vejam-se alguns exemplos:

- (64) “Senhor Redactor || Non est maior iganorantia [ilegível] sua | vitia non sagnósceere – Nada mais estu- | pido, que **o homem** não conhecer seus | proprios vicios!” (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 22/05/1830).
- (65) “E **o sujeito** ficou vendo, está visto.” (Peça Teatral – Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

3.4 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

As variáveis independentes também é outro termo oriundo da estatística para explicar quais grupos de fatores favorecem determinados usos na análise linguística empreendida. Neste trabalho, elas foram definidas e agrupadas a partir do arcabouço teórico assumido – o Sociofuncionalismo: extralinguísticas, funcionais e linguísticas:

3.4.1 Extralinguísticas

As variáveis extralinguísticas, tendo em vista as concepções sociolinguísticas, dizem respeito a toda e qualquer variável que está no âmbito social e/ou que extrapola o contexto linguístico de uso. Nesta pesquisa, serão observados os períodos de publicação dos textos e os gêneros textuais: cartas de leitores e redatores, bem como das peças teatrais.

Entende-se que ao se levar em consideração o período de tempo no qual foram publicadas as cartas e/ou as peças teatrais, pode se verificar possíveis mudanças ocorridas nos usos da indeterminação do sujeito.

Ao se trazer à baila o gênero textual dos textos produzidos nos séculos XIX e XX, espera-se que a organização textual com seus propósitos específicos contribua para as seleções que seus escritores fizeram das estratégias de indeterminação. Por isso, trata-se de uma variável que é linguística, mas que não atua estritamente na composição morfosintática dos enunciados, se não como um todo textual, por isso não figurar nas variáveis linguísticas, pois difere muito das outras variáveis que a compõem.

Uma vez explicado o termo adotado nesta sessão, parte-se para a caracterização de cada uma dessas variáveis:

3.4.1.1 Período

O século XIX é marcado por três momentos históricos de suma importância para a nação brasileira. Primeiro pela Independência do Brasil em 1822; depois pela estabilização do Império durante o chamado Segundo Reinado, que durou de 1852 a 1889; e também pela Proclamação da República em 1889.

Além dos fatores históricos mencionados, Pagotto (1998, p. 67) chama a atenção para a constituição da norma culta brasileira a partir desse século:

[...] a história da norma culta no Brasil poderia ser contada em duas grandes fases: na primeira – que vai da segunda metade do século XIX até os anos trinta – prevalece o discurso polêmico, em que se desenvolve o trabalho de fixar as formas em seu funcionamento, com significado próprio. A segunda, a partir dos anos quarenta, se dá com o crescente predomínio do discurso científico, sendo que os falantes brasileiros já são sujeitos dessas formas linguísticas. A sua manutenção se dá sem mais polêmica (PAGOTTO, 1998, p. 67).

Uma vez definido o século XIX como o ponto de partida para observação linguística, acrescentou-se ainda o século XX, a fim de se perceber como a indeterminação do sujeito ocorreu historicamente no português brasileiro. Para

facilitar a análise, fez-se uma divisão em períodos, até por que se sabe que em duzentos anos de atividade linguística, de comunicação entre falantes, muita coisa muda, pois a língua está em contínua transformação, conforme mencionou Martin (2003, p. 135), “enquanto uma língua permanecer viva, ela não deixará de se transformar, de se adaptar às necessidades de uma comunidade que também evolui, e de refletir uma visão das coisas que se renova continuamente.”.

Sendo assim, optou-se por dividir os séculos XIX e XX em quatro grandes períodos, adotando a mesma divisão do *corpus* do PHPB, uma vez que possibilita perceber qualquer que seja o estado de variação e/ou mudança das estratégias:

- Primeira metade do Séc. XIX (1801-1850);
- Segunda metade do Séc. XIX (1851-1900);
- Primeira metade do Séc. XX (1901-1950);
- Segunda metade do Séc. XX (1951-2000).

Dessa maneira, ao se analisar documentos dos séculos XIX e XX, coloca-se o presente trabalho também sob o olhar da linguística histórica, pois, segundo Martin (2003, p. 142), “a linguística histórica, antes de tudo, tem como objeto sincronias antigas”. Isso implica dizer que há uma grande dificuldade para se fazer uma análise linguística, uma vez que

Historical documents survive by chance, not by design, and the selection that is available is the product of an unpredictable series of historical accidents. The linguistic forms in such documents are often distinct from the vernacular of the writers, and instead reflect efforts to capture a normative dialect that never was a speaker's native language. As a result, many documents are riddled with the effects of hypercorrection, dialect mixture, and scribal error. Furthermore, historical documents can only provide positive evidence. Negative evidence about what is ungrammatical can only be inferred from obvious gaps in distribution, and when the surviving materials are fragmentary, these gaps are most likely the result of chance.⁴³ (LABOV, 1994, p. 11)

⁴³ Documentos históricos sobrevivem por acaso, não pelo projeto, e a seleção que está disponível é o produto de uma série de acidentes históricos imprevisíveis. As formas linguísticas em tais documentos são muitas vezes distintas do vernáculo dos escritores, e em vez disso refletem os esforços para capturar um dialeto normativo que nunca foi uma língua nativa de um falante. Como resultado, muitos documentos estão cheios com os efeitos da hipercorreção, mistura de dialeto, e erro de escriba. Além disso, documentos históricos só podem fornecer evidências positivas. Evidência

Contudo, o objetivo aqui não é estabelecer a norma padrão ou culta sobre a indeterminação do sujeito nos referidos séculos, mas descrever as estratégias utilizadas, buscando justificar os usos encontrados. Assim, acredita-se que a dificuldade apontada por Labov na citação supracitada estará temporariamente resolvida. Além do mais, os gêneros textuais estabelecidos na pesquisa vão balizar mais ou menos os usos.

3.4.1.2 *Gênero textual*

O principal objetivo deste trabalho está vinculado às observações sobre as estratégias de indeterminação utilizadas em um período de tempo definido, ou seja, os séculos XIX e XX, contudo a análise desse objeto em diferentes gêneros textuais é importante para se

[...] estudar a formação do Português Brasileiro, e da norma culta brasileira é necessário triangular resultados em diferentes tipos de textos, diferentes tradições discursivas e diferentes referenciais de norma de erudição escrita". (BARBOSA, 2007, p.489).

Escolheu-se, conforme já mencionado neste capítulo, analisar as cartas de leitores e redatores, assim como peças teatrais publicadas na Bahia nos séculos supracitados.

Sobre a carta do leitor, pode-se refletir sobre uma tentativa de aproximação ao padrão normativo da época:

[...] a situação de escritura de uma carta para ser publicada em um jornal – portanto, mesmo se endereçada a um leitor único, feita para ser lida por muitos – promove a atitude discursiva de maior vigilância na seleção lexical, na elaboração da linguagem lançando mão de recursos retóricos (metataxes, metalogismos, etc.) e na observância dos padrões de escritura considerada erudita à cada época, do que uma carta escrita pela mesma pessoa, contudo, para ser lida exclusivamente pelo destinatário. (BARBOSA, 2007, p. 485)

Dessa forma, a inserção desta variável na pesquisa se justifica pelo

negativa sobre o que é agramatical só pode ser inferida a partir de lacunas óbvias na distribuição, e quando os materiais sobreviventes são fragmentários, essas diferenças são provavelmente o resultado do acaso (LABOV, 1994, p. 11, tradução nossa).

[...] fato de escrever para ser lido publicamente pode tornar a carta de leitor de um jornal do século XIX mais cerimoniosa ou repleta de torneios retóricos do que uma missiva de circulação privado entre chefe e subalterno” (BARBOSA, 2007, p. 485).

Ora, se se afirma isso sobre a carta de leitor, o que dizer então da carta de redator, cuja profissão exige, ao menos se espera, que busque empregar os padrões linguísticos estabelecidos em seu contexto de produção? Assim se justifica também a escolha por esse gênero textual.

A peça teatral foi escolhida, inicialmente, por ser possível a comparação com os resultados encontrados por Vargas (2010), sobre as estratégias de indeterminação do sujeito em peças teatrais nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro.

Depois, percebeu-se que as peças teatrais poderão também dar indícios de como se empregavam essas estratégias no vernáculo, ou, pelo menos, como se esperava que fossem empregadas.

3.4.2 Funcionais

Destacam-se aqui as variáveis tidas como funcionais por haver uma maior preocupação com a função desempenhada pelas estratégias de indeterminação do sujeito em seus contextos de uso, ou seja, pensar na função como “os papéis assumidos pelos constituintes de uma sentença”, sendo essa a terceira concepção mencionada por Castilho (2012, p. 17), retomando o capítulo anterior.

Assim, considerando que cada estratégia de indeterminação do sujeito não é usada exatamente da mesma maneira nos mais diferentes contextos, busca-se analisar em que grau os sujeitos genéricos são empregados e qual função desempenham em seus contextos de uso.

3.4.2.1 Grau de indeterminação

A questão do grau de indeterminação do sujeito no português brasileiro é discutida, até onde se sabe, desde 1982 através da dissertação de mestrado de Milanez, na qual menciona que

[...] a indeterminação não se apresenta como um fenômeno de natureza absoluta, que se opõe à determinação sempre de forma nítida; ao contrário, a mesma comporta *graus* quanto à sua abrangência (MILANEZ, 1982, p. 80, grifo da autora).

Leva-se a crer, portanto, que não é possível atribuir a determinadas expressões a generalização que se espera das estratégias de indeterminação do sujeito, pensando nesse quesito nos fatores semântico-pragmáticos. Assim, Milanez (1982, p. 80) salienta que

O grau mais alto de indeterminação seria expresso pelas três formas despronominalizadas (\emptyset +3ª p.s.), (\emptyset +3ª p.s.+se) + (\emptyset +infinitivo) as quais, conforme explicamos, distanciam-se de referências específicas a qualquer das três pessoas do discurso, uma vez que são marcadas quanto à pessoa.

Outros recursos, como os pronomes *a gente*, *você*, *eu*, *nós* já não apresentam um efeito tão genérico como o das três formas anteriores porque, embora envolvam pessoas não determinadas pelo contexto, ainda mantêm referências *específicas* aos protagonistas da situação dialogal. Assim o uso de *a gente* e *eu* implica obrigatoriamente na inclusão da 1ª pessoa, e *você* sempre envolve a 2ª (MILANEZ, 1982, p. 80, grifos da autora).

Percebe-se, pois, que as próprias estratégias de indeterminação parecem caracterizar por elas mesmas a que grau pertencem, mas não é bem assim. Tudo depende do contexto de uso. O contexto deve ser analisado a fim de se verificar se há alguma referência implícita ou explícita para que se possa determinar qual o grau de abrangência de cada estratégia.

O que se verifica é que há uma “noção funcionalista de que existe um continuum, e não uma divisão absoluta, entre determinação e indeterminação” (PEREIRA, 2013, p. 493), fazendo-se necessário delimitar os graus a partir do que se considera menos indeterminado (quando é possível depreender determinadas pistas no próprio texto), ao mais indeterminado (quando não é possível de forma alguma depreender pistas nem no texto e nem no contexto).

A classificação adotada levou em consideração os estudos desenvolvidos por Cunha (1993, p. 37) e Santana (2006, p. 89), além de Pereira (2013, p. 493):

- **Indeterminação parcial com referência explícita no contexto** – encontra-se no texto qualquer elemento que possibilite uma interpretação desse sujeito por meio de inferência, podendo ser, por exemplo, um locativo, dentre outras possibilidades. A expressão “nosso paiz”, no exemplo 67, torna-se uma marca presente no texto que permite inferir que a generalização da estratégia com o “se” está comprometida, pois restringe, de certa forma, apenas aos habitantes deste país, ainda não sabendo especificar qual, que seria determiná-lo.

(66) “Se desta observação geral confirma- | da em todas as partes pela experiencia, | queremos fazer huma applicação directa | ao que se tem visto, e **se vê** em nos- | so paiz, teremos que confessar com sen- | timento, que não somos a excepção da | regra.” (Carta de Redator - Gazeta da Bahia 14/07/1832).

- **Indeterminação parcial com referência implícita no contexto** – não há, no texto, qualquer elemento que se possa depreender qualquer que seja o referente, a não ser pelo contexto como um todo. No exemplo a seguir (levando em consideração todo o texto de onde foi extraído) não há uma marca textual que possa restringir ou limitar o sujeito indeterminado, porém a estrutura da carta e o contexto de uso é que possibilita reconhecer alguma referência.

(67) “A experiencia nos tem mostrado, que - | em regra - so depois de 15 e mais dias de | demora no porto é que começa a febre | amarella a invadir violentamente, e ás | mais das vezes sem remedio. Pois bem, | remova-se esse mal, visto que o remedio a | **dar-se** não so ha de servir para evitar taes | catastrophes como tambem nos trará o | duplo beneficio de fazer concorrer [...]” (Carta de Leitor - Jornal da Bahia 27/02/1857).

- **Indeterminação completa** – neste caso, não há qualquer tipo de pista para se inferir algo sobre o referente, nem no texto e nem no contexto como um todo. Agora, no exemplo 69, tem-se o emprego do “se”

caracterizando a indeterminação completa, quando não é possível se depreender qualquer que seja o referente ou um possível agente da ação verbal, levando-se em consideração todo o contexto de uso.

- (68) “O qui tem de **se** empenhá **se** vende logo.” (Personagem Antônio na peça “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida – 1930).

Cabe ainda salientar que para atribuir esse ou aquele grau de indeterminação é necessário analisar todo o texto, não só o contexto imediatamente anterior ou posterior. Por esse motivo, os exemplos podem não ser tão claros, por se tratarem de um recorte.

Após esses esclarecimentos, acredita-se que o grau de indeterminação do sujeito apresente um *continuum* de uso no português em uso na Bahia, nos séculos XIX e XX, de acordo com o seguinte esquema:

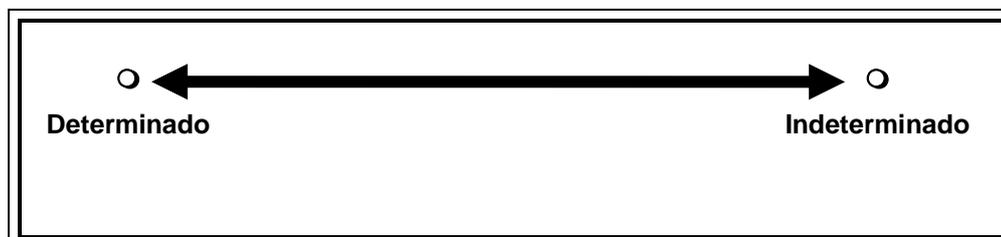


Figura 17 - Representação de um *continuum* da indeterminação do sujeito.

3.4.2.2 Função da indeterminação

Uma vez entendida que a indeterminação não ocorre da mesma forma, dependendo do seu contexto de uso, é preciso voltar-se para o usuário da língua para tentar depreender quais são seus objetivos ao utilizar as diferentes estratégias de escamoteamento do referente extralinguístico.

Para isso, toma-se como ponto de partida o trabalho desenvolvido por Milanez (1982) no qual define as seguintes funções: (i) desfocalização do sujeito; (ii) exemplificação; (iii) descomprometimento; e (iv) ocultação do sujeito. Além dessas, acrescenta-se mais a (v) “economia linguística” definida por Pereira (2013).

De acordo com Pereira (2013, p. 499), “tais funções são hipóteses explicativas dos usos das formas de indeterminação. A classificação das ocorrências se baseia primordialmente no contexto discursivo em que ocorrem”. Essa classificação não é uma tarefa fácil e, também, não é possível identificar de imediato qual a função da indeterminação empregada, pois é necessário observar todo o contexto de uso, assim como foi o grau de indeterminação.

- (i) **Desfocalização do sujeito** – o autor do texto busca empregar uma estratégia de indeterminação que possa tirar o foco do sujeito ou seu referente e voltar-se mais para a ação verbal ou até mesmo para o seu objeto. O foco, portanto, não é o sujeito:
- (69) “**Chumbar** os dentes he uma operação a mais das | vezes dolorosa, e que nem sempre póde ser effectua- | da.” (Carta de Redator - Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia da Bahia 14/04/1836).
- (ii) **Exemplificação** – neste caso, o autor do texto faz referência a ele mesmo ou ao possível interlocutor com o objetivo de exemplificar uma situação bem genérica, que pode ser atribuída a qualquer pessoa, não necessariamente a eles:
- (70) “Para com o Sr. Frederico... Ja é notado? melhor! **Dizem** que é muito rico, e por isso minhas companheiras julgão que eu roubo-lhes o noivo, e os Srs. que eu não desprézo suas finezas.” (Personagem Helena em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).
- (iii) **Descomprometimento** – espera-se, nesta função, que o autor do texto busque estratégias para se descomprometer da ação verbal, mesmo sabendo que foi ele o sujeito. Nesta função, o texto apresenta alguma marca de primeira pessoa:
- (71) “E onde **se encontra** mais volubilidade do que nestas creanças?” (Personagem Guilherme em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

- (iv) **Ocultação do sujeito** – o objetivo aqui é que o autor do texto possa esconder de qualquer maneira o referente do sujeito, não permitindo seu leitor qualquer tipo de identificação. Neste caso, trata-se de escamotear uma terceira pessoa, o que diferencia da função “descomprometimento”:
- (72) “[...] o Senhor secretario, por seu advogado, recusou a responsabilidade assignada por | mim, querendo ficar em campo com o ad- | ministrador da gazeta, sob pretexto de que | a responsabilidade não ia acompanhada de | folha corrida, quando aliás não ha quem | ignore que taes formalidades se dispensam | quando **se escreve** em causa propria. | Foi isto no dia 15 de junho.” (Carta de Leitor - O Monitor 09/07/1881).
- (v) **Economia linguística** – o autor do texto acredita que o contexto oferece possíveis pistas para que o leitor possa inferir qual é a identidade do referente do sujeito, mesmo não podendo ou não querendo determiná-lo:
- (73) “Entretanto nada **se tem feito**, a As- | semblea se tem esquecido de curar com | todo o afinco, como merece esta propos- | ta municipal, quando em nenhuma ou- | tra cousa pode ella dispende o seu tem- | po com melhor proveito.” (Carta de Redator - Jornal da Bahia 21/04/1860).

Uma vez definida as funções observadas neste trabalho, convem ainda uma ressalva no que diz respeito às funções “ocultação do sujeito” e “descomprometimento”, uma vez que parecem tratar da mesma coisa, embora haja qualquer tipo de relação entre elas. Milanez (1982, p. 88, grifo da autora) salienta que

[...] na última [descomprometimento] estariam em jogo os interesses do locutor em subtrair *a sua própria pessoa* do fato relatado, para não ter que assumir a responsabilidade de uma participação intencional no mesmo, enquanto que a ocultação ocorreria motivada pelo interesse do locutor em esconder, por alguma razão, a identidade de uma terceira pessoa (MILANEZ, 1982, p. 88, grifo da autora).

Em outras palavras, enquanto na função “descomprometimento” o autor do texto está focado em escamotear qualquer referência a ele mesmo, em “ocultação do sujeito” o objetivo diz respeito a esconder qualquer que seja o referente, de segunda ou terceira pessoa, menos ele, que seria de primeira pessoa.

3.4.3 Linguísticas

3.4.3.1 Flexão do verbo

Nunes (1990) estudou apenas o emprego do “se” em todas as suas possibilidades, inclusive em seu caráter indeterminador, na fala de São Paulo. O *corpus* analisado é do século XX, principalmente a segunda metade, sendo, portanto, uma variável controlada nesta pesquisa. Do mesmo modo, ela também se mostra importante para se analisar os textos dos séculos XIX e XX na Bahia, uma vez que os dados selecionados têm demonstrado várias ocorrências de “se” com verbos flexionados, além de verbos infinitivos, como também com gerúndios⁴⁴.

A partir dessa informação, os fatores que serão observados são:

a) Tempo finito:

(74) “Mau principio! / Em taes occasiões **furtam-se** moças, / **Esperam-se** rivaes, **abrem-se** covas, / **Enterram-se** cadáveres de homens Tomados á traição....” (Peça Teatral – Personagem 1º Soldado em “Calabar” de A. S. Menezes – 1888);

b) Infinitivo:

(75) “Eu dou... eu dou... não precisa cometer um assassinato (à parte). Muito custa **ganhar-se** um milhão.....” (Peça Teatral – Personagem Domingos em “Resultados da Usura” de J. L. da Cunha – 1861);

⁴⁴ Assim como Nunes (1990), considera-se qualquer estrutura verbal cujo núcleo possua a desinência típica da formação do gerúndio: -ndo.

c) Gerúndio:

- (76) “[...] violam-se as consciencias, **violen | tando-se** os mais puros intuitos; não ha serviços | á patria, não ha glorias para seus servidores, o | ministro a entregar sua pasta deve de passar ao | poder do carrasco; [...]” (Carta de Redator - Correio da Bahia 08/01/1876).

3.4.3.2 *Tipo de oração*

De acordo com Vargas (2010, p. 51), parece haver maior incidência de sujeito nulo em orações coordenadas e subordinadas, principalmente quando o sujeito é correferente com o da oração principal. Além disso, Duarte (1995) afirma que as relativas revelam maior contexto favorecedor para o preenchimento. Dessa forma, para melhor descrever as ocorrências de indeterminação nos diferentes gêneros textuais analisados nos séculos XIX e XX, as orações serão classificadas, de acordo com a Gramática Tradicional, em:

a) Oração absoluta:

- (77) “**Vamos** | a correspondencia do razo e refórmado | soldado (talvez effectivo ás ordens do seo | Superior por quatro annos.) Diz elle | qual será o motivo porque tanto se enco- | lerisou o *Senhor* Tenente Coronel C. M., | contra os G. N. do 1.º Batalhão na oc- ||| casião do insulto que soffreo o Batalhão | no largo de São Bento: [...]” (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 26/09/1832);

b) Oração principal:

- (78) “**Faz-se** publico que se tem marca- | do o dia 31 do corrente para os exa- | mes não só dos Concurrentes ás Ca- | deiras de Latim, que se achão vagas, | como de primeiras Letras das Villas e | Povoações desta Provincia que estão | nas mesmas circunstancias [...]” (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 18/07/1832);

c) Oração coordenada:

- (79) “[...]combata-se, **repro-** | **ve-se** o que for mào; **louve-se** o que for bom; [...]” (Carta de Redator - Diário da Bahia – Politico, Litterario, e Mercantil 20/05/1836);

d) Oração subordinada:

- (80) “MEDICO [...] Aqui é o medico abusando da confiança que nelle **depositão** ou desprezando a miseria do pobre por amor ao oiro do rico!” (Peça Teatral – Personagem Médico em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

3.4.3.3 *Transitividade verbal*

A classificação atribuída ao verbo quanto à sua transitividade (ou predicação, como também é conhecida) foi realizada conforme constam nas mais diversas gramáticas normativas, como a de Almeida (2005), contudo é importante levar em consideração o contexto no qual os verbos foram empregados, pois sua transitividade, segundo Perini (2004, p. 164, grifos do autor), “deve ser feita em termos de **exigência, recusa e aceitação livre** de cada uma das funções relevantes”. Dessa maneira, três tipos serão observados: transitivos, intransitivos e de ligação. No caso da subdivisão dos transitivos em diretos ou indiretos, ela não será levada a cabo, portanto, todos serão classificados apenas como transitivos.

Diante disso, cabe frisar que os verbos serão analisados tendo em vista o seu significado na oração, uma vez que é possível que um verbo considerado transitivo funcione como intransitivo e vice-versa.

Assim, esta variável possui três fatores:

a) Verbo transitivo:

- (81) “de | cuja advertencia particular, e fraternal, | que o actual Juiz lhe fisera por escrip- | ta (publicada indiscretamente pelo mes- || mo Padre Bastos) he de presumir que | **se elevasse** o gaz de sua intriga e cabala. ||

Tornando *Senhor* Redactor, ao nosso | ex-Supplente, como queria elle (ainda es- | tando no goso do seos direitos) ser Juiz | de Paz effectivo se apezar da grande ca- | balla que fica exposta apenas obteve 74 | votos contados segundo a vontade do seo | mentor o reverendissimo Bastos?!! [...]” (Carta de Leitor - Recopilador Cachoeirense 12/12/1832);

b) Verbo intransitivo:

(82) “E em nossas actuaes circumstancias | é agravar cruelmente a sorte da nossa | tão definhada lavoura, sobre quem pezam | ja tantos males, que si se não podem | remover, nem attenuar de prompto, ao | menos **se não devem augmentar.**” (Carta de Redator - Jornal da Bahia 22/01/1857)

c) Verbo de ligação:

(83) “Nunca **se é** médico para os próprios males...” (Peça Teatral – Personagem Arnadlo em “Lolita” de Affonso Ruy - 1939).

3.4.3.4 *Preenchimento do sujeito*

Duarte (1993) realizou um estudo sobre os sujeitos pronominais de referência definida em peças teatrais dos séculos XIX e XX a fim de verificar se haveria um maior uso de preenchimento ou não preenchimento do sujeito, ou seja, se ele seria pleno ou nulo. Ela constatou que do século XIX até início do século XX, havia uma maior preferência pelo sujeito nulo, e que somente a partir de 1918, essa preferência passou a diminuir, ocorrendo um inverso já no final do século XX. A autora chegou à conclusão de que “a redução no quadro de desinências verbais alterou as características de língua ‘pro-drop’ que o português do Brasil apresentava antes de 1937”.

Dessa forma, espera-se encontrar nos textos investigados maior frequência de preenchimento do sujeito (ou sujeito pleno) no que diz respeito às estratégias de indeterminação do sujeito, uma vez que se observam textos escritos no século XIX, portanto, anteriores a 1937, como também no século XX, o que possibilitará possíveis comparações.

Sendo assim, esta variável está composta por:

a) Sujeito pleno:

- (84) “Se igualmente **nòs** **attendermos** ás | modificaçoens infinitas, que á cada momento sobre | veem na composição da atmospherá, á influencia | reciproca dos astros, à posição, que o Brasil oc- | cupa em o nosso planeta, aos mares immensos, | que nos separam dos lugares onde a Cholera faz | os seos estragos, não he de rasão esperar, que **nós** | **não seremos** accommettidos por ella?” (Carta de Leitor - Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio, e Industria da Provincia da Bahia 15/03/1833);

b) Sujeito nulo:

- (85) “Mas cada passo que **Ø damos** para o futuro, descobrimos um dia no passado! [...]” (Peça Teatral – Personagem Guilherme em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

3.4.3.5 Estrutura do núcleo do predicado

Esta variável permite, antes de tudo, confrontar os resultados com os obtidos por Cavalcante (1999, p. 58), uma vez que ela foi analisada a fim de controlar “a ocorrência de verbos auxiliares (de tempo, modo e aspecto) no núcleo do predicado verbal”.

Além disso, Duarte (1995, p. 57), ao analisar o tempo e a forma verbal, constatou que o sujeito nulo é mais frequente em verbos no pretérito perfeito e em locuções verbais, pois parece haver, conforme ainda atesta a autora em nota de rodapé,

Um condicionamento prosódico pode estar colaborando com a preferência pelo sujeito nulo com o pretérito perfeito sobre o presente, afinal, enquanto este tem as formas do singular e a 3a. p. p. rizotônicas, aquele tem todas as formas arrizotônicas. Assim haveria uma preferência por "gostei" sobre "gosto", por "perdeu" sobre "perde", por exemplo. em que há material tônico antes da sílaba tônica, que pode "ocupar" o espaço do pronome. (DUARTE, 1995, p. 57).

Dessa forma, estabelecendo os mesmos fatores que Cavalcante (1999, p. 58), serão verificadas quais são as estruturas do núcleo do predicado que mais favorecem a indeterminação:

a) Estrutura simples - estrutura composta por apenas um verbo:

(86) “Não he, oh! malvados escrevinhado- | res, com o mortifero veneno da male- | dicencia, (sempre em desabono da ver- | dade) que **se faz** a ventura da Patria, | digna de huma sorte mais feliz, que | essa que lhe quereis preparar, quaes | filhos ingratos.” (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 22/05/1830);

b) Estrutura complexa – estrutura composta por mais de um verbo:

(87) “[...]a inverdade corrompendo a opi | nião publica a calumnia e a intriga disputando-nos | as adhesões que **possamos merecer** da nação e de | seu chefe; [...]” (Carta de Redator - Correio da Bahia 08/01/1876).

3.4.3.6 *Concordância com o argumento interno do verbo*

Este grupo de fatores está relacionado unicamente ao uso do “se” em estruturas consideradas como índice de apassivamento, nas quais ele coloca a oração na denominada “voz passiva sintética”, quando “um verbo transitivo direto ou transitivo indireto na terceira pessoa do singular ou do plural (em concordância com o sujeito), seguido do pronome se, apassivador” (HAUY, 1986, p. 169). Assim, só é possível observar se há ou não concordância nos casos em que o argumento interno do verbo está no plural, quando o “se”, seguindo a tradição, seria considerado o sujeito:

a) Concordância:

(88) “Em fim fiseram se observa-(sic) | com mais sangue frio, **multiplicaram-se as utopsias | cadavericas**, e o sabio *Broussais* desenvolveo uma | theoria luminosa, segundo a qual estatue um me- | thodo curativo racional, que numerosos sucessos | parecem justificar.” (Carta de Leitor -

Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio, e Industria da Provincia da Bahia 15/03/1833);

b) Não-concordância:

- (89) “O Rio Grande do Sul cobre-se de ne- | gro crepe com o passamento do general | Telles, porque sua excelencia alli era o chefe de | uma familia illustre, em cujo seio **se | conta as centenas de membros.**” (Carta de Leitor - Jornal de Noticias 04/01/1894).

3.4.3.7 *Posição do argumento interno do verbo*

A posição que o argumento interno ocupa na oração em relação ao verbo parece interferir na concordância ou não-concordância no caso do emprego do “se”. Cavalcante (1999, p. 62) constatou que quando os argumentos internos do verbo são relativizados ou eles não são realizados foneticamente há maior favorecimento pela não-concordância.

Por sua vez, Nunes (1990, p. 80) afirma que o sujeito posposto motiva mais a “discordância verbal”. Ele ainda chama a atenção para o fato de que essa posição apresenta uma característica de “ênfase”, o que é confirmado pela pesquisa desenvolvida por Berlinck (1988, p. 223), sobre a posição do sintagma nominal (SN) posposto ao verbo no português do Brasil, ao informar que

No momento 1 (século XVIII) é uma função discursiva do SN – seu status informacional – que possui o maior peso na determinação de seu posicionamento relativamente ao verbo. Quanto maior for o grau de “novidade” do referente do SN, maior será a probabilidade de que ele ocorra posposto ao verbo, e vice-versa. (BERLINCK, 1988, p. 223).

Assim, espera-se que quando o argumento interno for posposto ao verbo, haverá mais não-concordância com o verbo, da mesma forma quando ele for relativizado ou não realizado foneticamente, em consonância com os dados obtidos por Cavalcante (1999).

Diante do exposto, esta variável buscará os seguintes fatores:

a) SN posposto:

(90) “Em fim fiseram se observa-(sic) | com mais sangue frio, **multiplicaram-se as utopsias | cadavericas**, e o sabio *Broussais* desenvolveo uma | theoria luminosa, segundo a qual estatue um me- | thodo curativo racional, que numerosos successos | parecem justificar.” (Carta de Leitor - Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio, e Industria da Provincia da Bahia 15/03/1833);

b) SN anteposto:

(91) “Não vemos em que esta organização tolha a | liberdade ao cidadão que busca dar extensão aos seus trabalhos, ao contrario, o que verificamos é | que, em tempos em que não sobravam á sua acti | vidade tantas garantias, **grandes fortunas se | fizeram.**” (Carta de Redator - Correio da Bahia 09/01/1876);

c) Relativizado:

(92) “He menos da bondade do ensino, do que | da natureza dos conhecimentos, **que se ensinão** nas | Escolas primarias, que pode depender o desenvol- | vimento da razão; [...]” (Carta de Redator - Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia da Bahia 15/05/1833);

d) Não realizado foneticamente (não se aplica):

(93) “Ora bolas. Quando se está soffrendo como eu estou, não **se espera!**” (Peça Teatral – Personagem Frederico em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

3.4.3.8 Ausência X presença de preposição

A presença de preposição junto ao verbo se dá especialmente em verbos no infinitivo. De acordo com Cavalcante (1999, p. 59), parece ser um contexto favorecedor pela implementação do “se” como uma das estratégias de

indeterminação do sujeito. Espera-se, portanto, que essa hipótese se confirme nos dados da Bahia, ora em observação. Dessa maneira, os fatores são:

a) Presença de preposição:

(94) “Entonce o cumpade é da minha pinião; nem é preciso pau pra se inducá fias.” (Peça Teatral – Personagem Calú em “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida Sampaio - 1930);

b) Ausência de preposição:

(95) “Aí não! Aí, que eu vou ter que falar! Ainda que eles não suportem ouvir a minha voz. Não, porque desde quan-do começou essa reforma do Pelourinho é uma agonia danada em meu juízo desse povinho dizendo que não vai sair. Vejam vocês, meu Deus do céu: entram nas casas dos outros, fica um ano, dois, três ... Brincando, brin-cando, completa quatro, não quer sair que a lei protege. Tem cabimento se passar por dono das casas alheias? Mas vai sair! Nem que seja embaixo de porrada! As cartas estão todas aqui. Eu não sou carteiro, não, mas o Gover-nador mandou entregar. E qual é o meu? "Soldado mandado não tem dono". É uma carta pra ioiô, outra carta pra iaiá e caminho de casa, senhora.” (Personagem Dona Edna em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles - 1995).

3.5 A QUANTIFICAÇÃO COMO SUPORTE QUALITATIVO

O estudo histórico empreendido aqui tem como principal fim uma análise qualitativa, descrevendo os usos da indeterminação do sujeito encontrados em textos dos séculos XIX e XX, publicados na Bahia. Contudo, isso não inviabiliza uma análise quantitativa. Muito pelo contrário, a quantificação dos dados encontrados fornecerá melhores ferramentas para que se possa descrever a realidade linguística nesse período de tempo, de forma mais precisa, uma vez que será possível, de acordo com Guy e Zilles (2007, p.73), “apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística.”.

Isso se tornou possível depois que se definiu o *corpus*, as estratégias de indeterminação e as variáveis sociolinguísticas, funcionais e linguísticas, para, enfim,

fazer uso do aparato que pôde fornecer os resultados quantitativos necessários para melhor se analisar qualitativamente os dados colhidos.

Há alguns anos, foi criado o Varbrul (do inglês *Variable Rules*), que é um pacote ou conjunto de programas computacionais que realiza a análise multivariada, especialmente elaborado para tratar de dados relativos à variação linguística. Esse pacote cresceu com o passar do tempo e se tornou o GoldVarb X, apenas um único programa capaz de desempenhar as mesmas funções que vários programas davam conta na versão primeira.

A análise multivariada, ainda segundo Guy e Zilles (2007, p.105), “permite investigar situações em que a variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes”.

O programa de análise multivariada supracitado fez a leitura dos dados através de códigos empregados pelo pesquisador, os quais foram estabelecidos no momento da coleta e interpretação inicial desses mesmos dados. Dessa forma, o GoldVarb X (versão adotada nesta pesquisa) processou os códigos informados, o que permitiu cruzar todas as variáveis e estabelecer a definição dos grupos de fatores que influenciaram ou não influenciaram os usos linguísticos observados.

Uma vez atribuídos os códigos para cada ocorrência de sujeito indeterminado no banco de dados construído, a partir de uma análise preliminar realizada pelo pesquisador, eles foram copiados para o programa, o qual fez a quantificação dos dados, atribuindo pesos relativos, além, é claro, dos dados totais e percentuais necessários para uma compreensão estatística-probabilística, verificando quais os principais fatores que influenciaram as ocorrências levantadas.

Dessa maneira, os dados foram analisados qualitativamente desde o início de sua coleta, depois de obtidos os dados numéricos, fez-se uma análise quantitativa concomitantemente com a qualitativa a fim de descrever e compreender como as estratégias de indeterminação foram empregadas em textos escritos nos séculos XIX e XX na Bahia. Esses resultados serão apresentados no capítulo seguinte.

4 ANÁLISE DE DADOS: DESCREVENDO OS USOS DOS RECURSOS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NOS SÉCULOS XIX E XX NA BAHIA

No capítulo anterior, foram apresentados os procedimentos para a seleção dos dados, bem como o que seria levado em conta em sua análise. Por sua vez, este capítulo, conforme pressupõe o seu título, tem em vista apresentar os resultados alcançados, evidenciando principalmente quais estratégias de indeterminação foram empregadas em textos dos séculos XIX e XX, na Bahia. O corolário, como já se sabe, advém da análise de gêneros epistolares, como as cartas de leitores e as cartas de redatores de diferentes jornais baianos, e do gênero peças teatrais, publicadas em diferentes meios nesse mesmo período.

Dessa maneira, os resultados serão apresentados em partes, buscando evidenciar detalhadamente as nuances que envolvem o objeto deste estudo, partindo de análises abrangentes dos dados e seus intercruzamentos até chegar às questões particularizadas ou pormenorizadas. Dito de outra maneira, uma vez que o programa utilizado para a obtenção dos dados numéricos limita-se a análise binária, ou seja, a dois fatores que são analisados um em relação ao outro, os dados serão elencados seguindo esta ordem:

- (i) frequência geral de usos;
- (ii) os gêneros epistolares (cartas de redatores e cartas de leitores) *versus* peças teatrais;
- (iii) estratégias pronominais *versus* estratégias não-pronominais;
- (iv) tradição *versus* inovação;
- (v) dados gerais de uma estratégia contra todas as outras;
- (vi) o “se” em relação aos gêneros textuais (gêneros epistolares *versus* peças teatrais);
- (vii) o emprego de “nós”;
- (viii) o verbo na terceira pessoa do plural;
- (ix) os sintagmas nominais;
- (x) o infinitivo impessoal;

- (xi) o verbo na terceira pessoa do singular;
- (xii) a gente;
- (xiii) as outras estratégias de indeterminação do sujeito;
- (xiv) as variáveis funcionais.

Cabe ainda mencionar que para cada análise citada anteriormente, alguns procedimentos metodológicos foram adotados para a obtenção dos dados numéricos. Embora se trate de um aspecto procedimental, eles não foram tratados no capítulo anterior, quando da descrição da metodologia desta pesquisa, por que não é possível prever quais seriam as implicações de cada análise isoladamente. Daí a necessidade de se expor cada forma empregada para se chegar aos resultados de cada tipo de análise pretendida.

4.1 AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES NEM SEMPRE FICAM

Nesta primeira etapa, serão apresentados os dados gerais obtidos que dizem respeito à frequência de usos de cada estratégia de indeterminação investigada neste trabalho.

Registraram-se 750 ocorrências, distribuídas entre dez maneiras de escamotear o sujeito, desde as tradicionalmente conhecidas, como o verbo sem sujeito lexicalmente preenchido com a partícula “se”; o verbo na terceira pessoa do plural, também sem sujeito lexical; o verbo no infinitivo impessoal; a voz passiva sem agente; o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexical expresso; sintagmas nominais; como também as formas pronominais, tais como “nós”, “eles”, “você” e, até mesmo, a gramaticalizada “a gente”.

A Tabela 1, a seguir, expõe todos os dados numéricos relativos à frequência de uso de cada estratégia observada, desde o maior número de dados e percentual ao menor número e percentual encontrados.

Tabela 1 - Frequência dos recursos de indeterminação levantados no *corpus*.

VARIANTES	Nº	%
Ø+V+SE	368	49,1
Nós	151	20,1
Ø+V3PP	97	12,9
Sintagmas Nominais - SN	54	7,2
Ø+VINF	32	4,3
Ø+V3PS	18	2,4
A gente	16	2,1
Eles	5	0,7
VPSA	5	0,7
Você	4	0,5
TOTAL	750	

Esse mesmo resultado foi empregado na construção do Gráfico 1 para melhor ilustrar a frequência de usos:

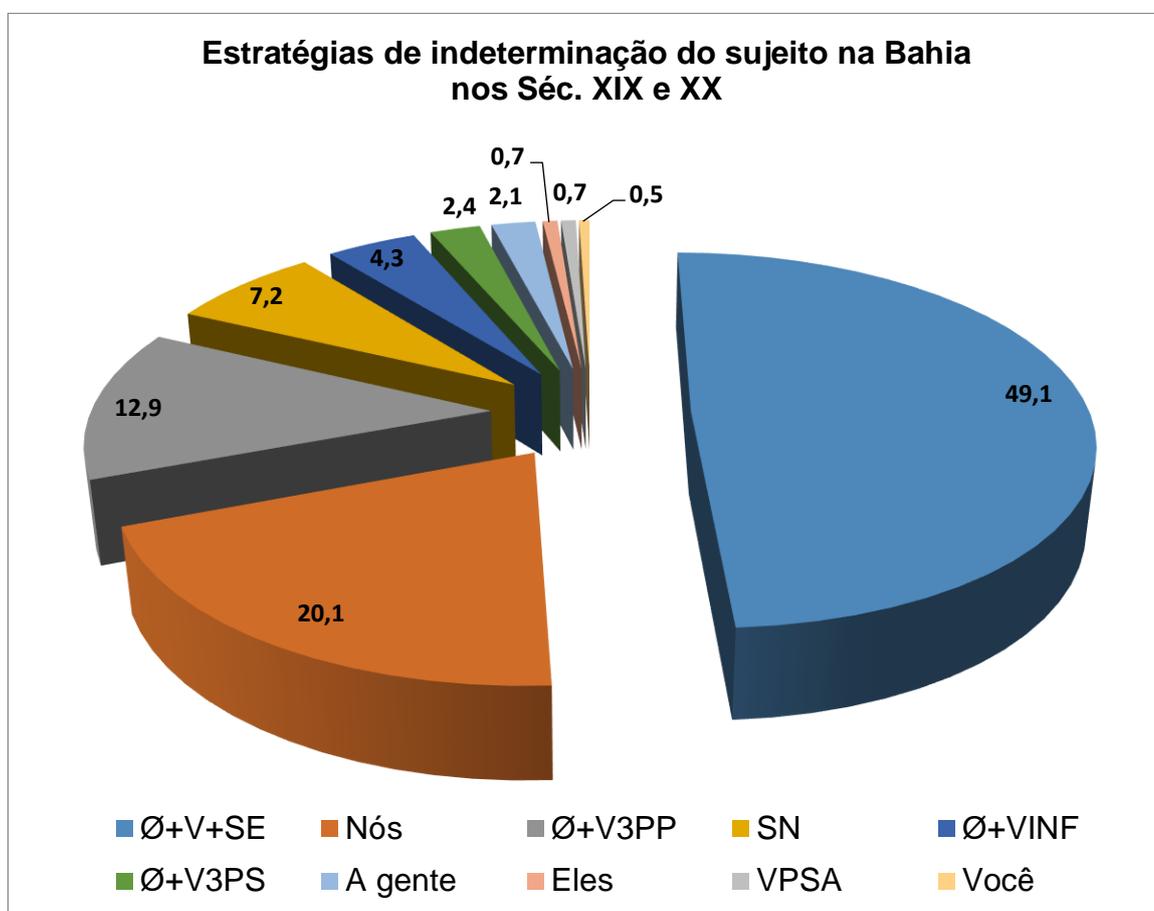


Gráfico 1 - Distribuição das estratégias de indeterminação quanto à frequência.

As três estratégias mais empregadas nos séculos XIX e XX para indeterminar o sujeito na Bahia são, respectivamente, o verbo na terceira pessoa com a partícula “se” (49,1%), seguida pela forma pronominal “nós” (20,1%) e o verbo na terceira pessoa do plural (12,9%).

Nota-se que a forma verbal com o “se” é a mais empregada e é amplamente defendida pela gramática tradicional como uma das possibilidades de classificar o tipo de sujeito objeto deste trabalho. Portanto, o resultado alcançado era esperado, assim como se acreditava também que o verbo na terceira pessoa do plural apareceria praticamente em alternância com o verbo com o “se”, mas não foi isso que os dados revelaram. A estratégia “nós” que se pensava ser uma das inovações do final do século XX, na passagem para o XXI, tendo em vista os estudos sobre a indeterminação do sujeito na oralidade contemporânea, aparece como uma inovação em sincronias pretéritas, talvez até anterior ao século XIX, uma vez que a escrita é mais lenta que a oralidade, não havendo qualquer tipo de registro documental daquela época, para se atestar, o que seria muito importante para um melhor entendimento dos usos da indeterminação no português brasileiro, sobretudo o falado na Bahia.

Os sintagmas nominais aparecem em quarto lugar com 7,2% de ocorrências e eles praticamente não são tratados pelas gramáticas da época, com exceção da estratégia “homem”, voltando a ser comentado apenas em gramáticas contemporâneas do português brasileiro. E o verbo no infinitivo impessoal aparece com 4,3% das ocorrências, frequência essa bem abaixo também do esperado, tendo em vista sua menção em gramáticas normativas. As demais estratégias juntas não atingem nem 10% de frequência, o que não as tornam significativas, mas isso não impossibilita uma análise descritiva, sendo esse um dos principais objetivos desta pesquisa.

Buscando compreender essas estratégias de indeterminação do sujeito isoladamente e ao longo dos quatro períodos investigados, conforme descrito no capítulo anterior, construiu-se o Gráfico 2 a seguir:

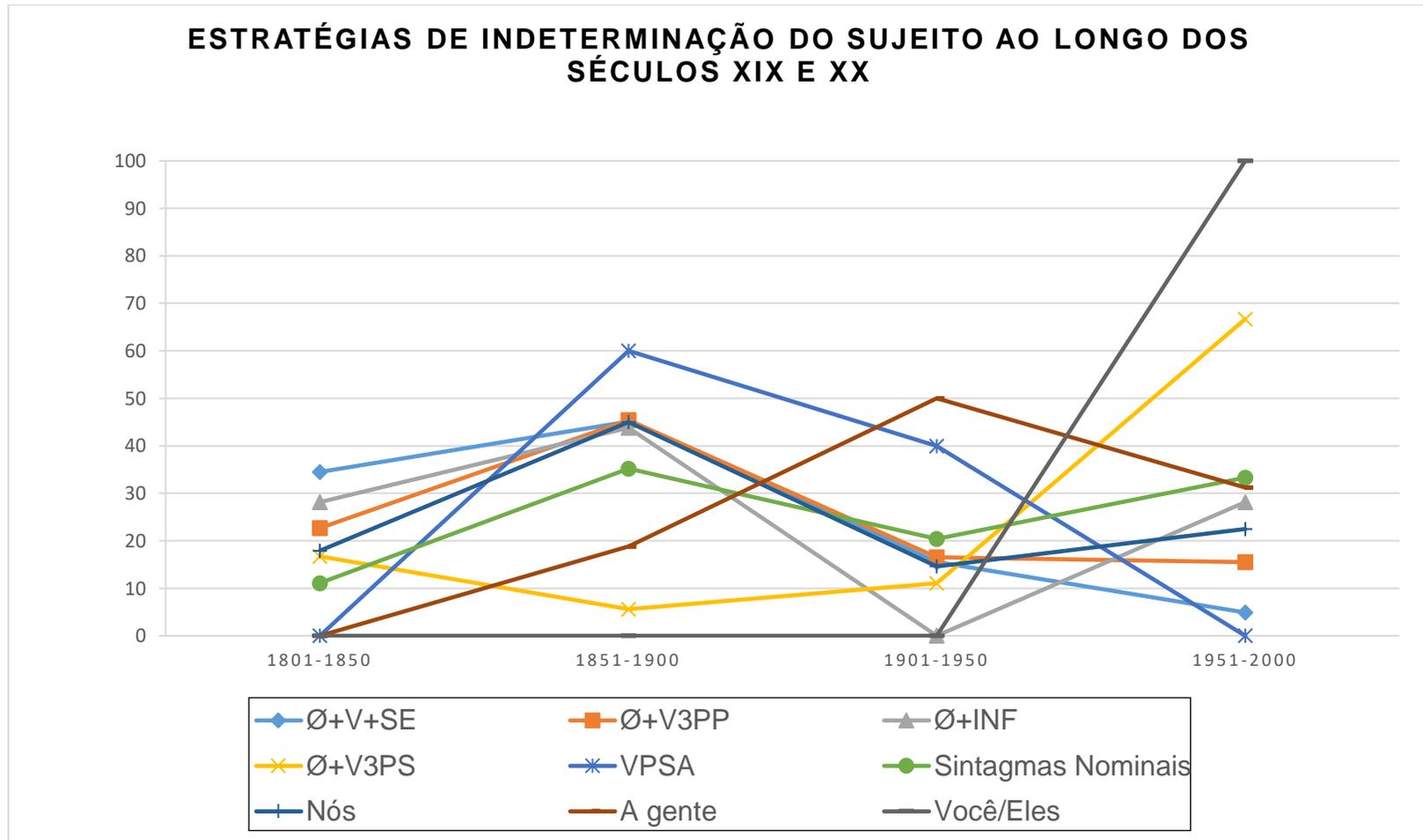


Gráfico 2 - Distribuição das estratégias de indeterminação ao longo de cada metade dos Séculos XIX e XX⁴⁵.

⁴⁵ As estratégias “você” e “eles” foram colocadas juntas por que há uso de 100% no período de 1951-2000, o que faz com que os dados se sobreponham, deixando uma das linhas invisíveis.

Na Tabela 1 e no Gráfico 1 foram apresentados os dados na sua totalidade. No gráfico 2, tem-se a divisão por períodos de 50 anos, conforme já explicitado no capítulo anterior que trata dos procedimentos metodológicos.

A partir da leitura do Gráfico 2, permite-se inferir que as estratégias pronominais “eles” e “você” são próprias do final do século XX, uma vez que se fundem no gráfico por causa desse mesmo comportamento: ambas só aparecem no *corpus* consultado no último período.

Outra estratégia que merece atenção é o verbo na terceira pessoa do singular sem preenchimento lexical do sujeito (\emptyset +V3PS), pois figura nos três primeiros períodos com frequência abaixo de 20% e cresce no último período com mais de 60%, talvez isso seja um reflexo das peças teatrais, tendo em vista que esta estratégia é típica da oralidade, ou de um discurso menos tenso, conforme apontam Neves (2000) e Azeredo (2008), mencionados no primeiro capítulo.

Ainda sobre o Gráfico 2, percebe-se uma mudança em andamento no que diz respeito ao emprego do “se” com verbos que não apresentam sujeito lexical expreso (\emptyset +V+SE), pois era mais usado no século XIX e começou a diminuir na primeira metade do século XX, chegando a menos de 10% na segunda metade desse século. Essa tendência já era de se esperar, uma vez que houve uma ampliação nos tipos de estratégias ao longo do tempo, ou seja, formas pronominais como “você” e “eles”, que não foram encontradas nos textos baianos no século XIX e primeira metade do XX, aparecem na segunda metade do século XX. Aumentando-se o leque de possibilidades, as formas mais tradicionais diminuem seu uso, ao menos é o que se espera.

Uma vez apresentados os dados gerais que dizem respeito à frequência das estratégias que foram encontradas nos textos escritos dos séculos XIX e XX na Bahia, cabe iniciar o refinamento desses dados a fim de descrevê-los sob os pontos de vista que foram delineados no capítulo anterior que versam sobre a metodologia aqui empregada.

Os dados estatístico-probabilísticos foram obtidos nesta pesquisa com o uso do programa GoldVarb X, também mencionado no capítulo anterior, o qual limita-se a uma análise binária, ou seja, somente com a possibilidade de operacionalizar duas

variantes por rodada⁴⁶. Tornou-se necessário, portanto, estabelecer uma variável dependente composta por dois fatores.

Conforme visto, dez foram as estratégias analisadas. Assim, necessita-se realizar análises em que seja possível confrontar apenas dois fatores. Inicialmente, verificaram-se os dados a partir dos gêneros textuais como variável dependente por acreditar que os gêneros textuais apresentam peculiaridades muito distintas: de um lado, os gêneros epistolares redigidos para serem lidos; do outro lado, as peças teatrais, um gênero textual escrito para ser falado.

Assim, os gêneros textuais escolhidos têm uma concepção escrita, embora haja uma intenção por sua “oralização” no que diz respeito às peças teatrais. Desse modo, Marcuschi (2008, p. 192) ressalta que

Uma observação terminológica deve ser aqui feita para evitar mal-entendidos a respeito do que se tem em mente como as expressões “*concepção oral*” e “*concepção escrita*”. Não se trata de postular que o texto é concebido oralmente ou concebido por escrito sob o ponto de vista cognitivo, mas que a forma original de sua produção é escrita ou oral. Assim, a expressão “*concepção*” aponta para a natureza do meio em que o texto foi originalmente expresso ou exteriorizado. É assim que um poema declamado não se torna uma linguagem falada no ato da declamação e sim um texto escrito *oralizado*, já que sua concepção foi no formato escrito (MARCUSCHI, 2008, p. 192).

A partir dessa reflexão, Marcuschi (2008, p. 193) propõe um esquema para representar o “contínuo de gêneros” ao tratar da relação fala e escrita (cf. figura 18):

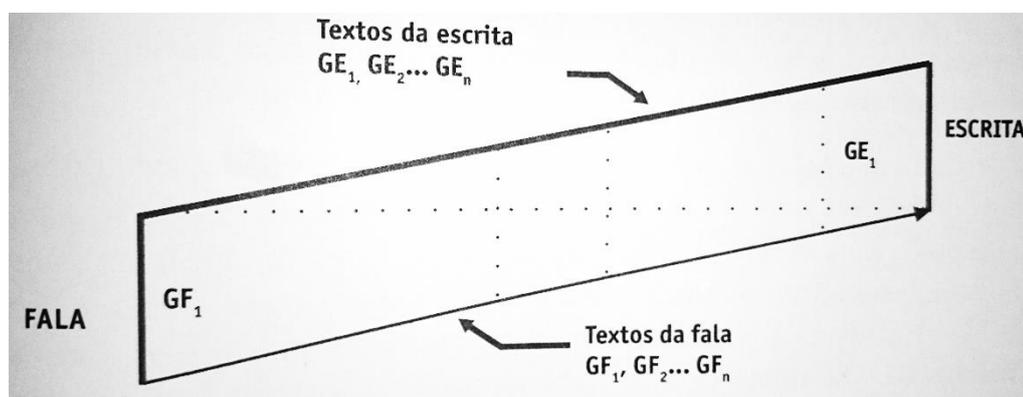


Figura 18 - Grade do contínuo de gêneros reproduzida de Marcuschi (2008, p. 193).

⁴⁶ O que se chama de “rodada” são as análises estatísticas realizadas pelo GoldVarb, uma vez que ele faz leituras das informações de cima para baixo (Step Up) e de baixo para cima (Step Down), cruzando ou não todos os grupos de fatores extralinguísticos e linguísticos estabelecidos pelo pesquisador.

A partir da leitura dessa representação, pode-se inferir que um gênero escrito pode se aproximar de um gênero falado e vice-versa, ora com maior proximidade e ora com maior distanciamento entre eles. Dessa maneira, embora o texto teatral seja um gênero escrito, há peculiaridades nele que perpassam a intenção do autor em oralizá-lo, por exemplo.

Depois dessa primeira reflexão, ainda levando em consideração a limitação do programa, as estratégias foram agrupadas em dois grandes grupos para uma segunda análise macro: de um lado, as estratégias consideradas padrão, uma vez que são tratadas pelas gramáticas normativas consultadas (o verbo na terceira pessoa com a partícula “se” - $\emptyset+V+SE$; o verbo na terceira pessoa do plural - $\emptyset+V3PP$; e o infinitivo impessoal - $\emptyset+VINF$); do outro lado, as demais estratégias, que podem ser consideradas inovadoras por não haver consenso ao serem tratadas pelas gramáticas normativas consultadas, ora são mencionadas, ora não, e outras só aparecem em gramáticas descritivas contemporâneas, conforme visto no primeiro capítulo (verbo na terceira pessoa do singular - $\emptyset+V3PS$; voz passiva sem agente - $VPSA$; “nós”; “você”; “a gente”; “eles”; e os sintagmas nominais - SN).

Ainda pensando na possibilidade de tratar os dados de maneira macro, optou-se também em fazer uma rodada semelhante à adotada por Milanez (1982), constituída por um grupo de estratégias formadas por um núcleo verbal sem preenchimento de um sujeito lexical, incluídas aí as estratégias tidas como tradicionais pelas gramáticas conforme análise anterior ($\emptyset+V+SE$, $\emptyset+V3PP$, $\emptyset+VINF$, $\emptyset+V3PS$ e $VPSA$) e outro grupo formado pelas estratégias pronominais, com exceção dos sintagmas nominais por não se encaixarem nem nesse e nem naquele grupo, já que são constituídos por nomes, não podendo ser classificados como pertencentes aos verbais, nem aos pronominais (nós, você, a gente e eles).

Uma vez realizadas as análises mais gerais, passou-se a uma análise mais individualizada. Primeiro, a fim de se levantar quais variáveis foram selecionadas e em qual ordem por cada variante investigada, procedeu-se a rodadas diversas, confrontando uma estratégia em relação às demais. Em seguida, confrontou-se cada possibilidade de indeterminação do sujeito com a estratégia verbal formada com a partícula “se” ($\emptyset+V+SE$), uma vez que essa foi a mais empregada e também por ser mencionada como uma das possibilidades de indeterminação do sujeito pela maioria

das gramáticas consultadas, o que leva a crer que ela seria a mais “padrão” dentre as demais levantadas⁴⁷.

A partir desses procedimentos de obtenção dos dados e de exposição dos usos da indeterminação do sujeito nos séculos XIX e XX, espera-se uma melhor compreensão das decisões linguísticas adotadas pelos escritores-falantes da Bahia nesses séculos, contribuindo para uma descrição do português brasileiro.

4.2 DIZ-ME QUAL É O GÊNERO TEXTUAL QUE TE DIREI COMO SE INDETERMINA O SUJEITO

A decisão de se analisar a indeterminação do sujeito sob o prisma dos gêneros textuais se deu por se acreditar que eles podem levar o escritor a selecionar essa ou aquela estratégia. Assim, as cartas de leitores e as cartas de editores foram agrupadas em um único fator, ou seja, “gêneros epistolares”, e as peças teatrais foram mantidas. Desse modo, a rodada se deu a partir dos gêneros epistolares *versus* peças teatrais a fim de possibilitar um grupo com dois fatores, conforme mencionado anteriormente.

Inicialmente, os resultados apresentaram alguns nocautes⁴⁸, inviabilizando a obtenção dos pesos relativos. Primeiro, ao tratar da estratégia verbal com a partícula “se” se haveria concordância ou não com o argumento interno do verbo, somente os gêneros epistolares apresentaram a não-concordância, o que impossibilitou levar a cabo a variável, uma vez que haveria apenas um fator. Em seguida, a variável que trata da posição do argumento interno do verbo, também relacionada à estratégia verbal com o “se”, havia apenas um dado da posição “relativizada” nos gêneros epistolares, sendo esse excluído para, enfim, se realizar a rodada.

⁴⁷ Aparentemente, a partir das rodadas com o “se” e uma outra estratégia, seria possível elencar quais variáveis e em qual ordem foram selecionadas pelo programa, porém os procedimentos seriam diferentes para o “se”, uma vez que não poderia executar o programa ele contra ele mesmo. Dessa forma, ao optar inicialmente por uma estratégia contra todas as outras para elaborar esse quadro, investigou-se todas as formas de indeterminação com os mesmos critérios de análise.

⁴⁸ Os nocautes nada mais são que a ausência de variação, ou seja, determinado fator apresenta 100% ou 0% de ocorrência, o que impossibilita uma análise variacional quantitativa.

Os gêneros epistolares foram escolhidos como o fator de aplicação desta rodada, a qual apresentou *input*⁴⁹ geral de 0.767, *Log likelihood*⁵⁰ foi -415.103 e a significância⁵¹ de 0.029. A seguir, serão apresentados os resultados para cada variável selecionada pelo GoldVarb de acordo com a ordem importância atribuída por esse programa:

4.2.1 Função da indeterminação

A função da indeterminação, tendo em vista sua apresentação no capítulo anterior, permite perceber que “[...] um mesmo recurso pode se prestar a indeterminar o sujeito, motivado por diferentes interesses do falante” (MILANEZ, 1982, p. 91). Dessa maneira, ao tratar dos gêneros textuais, especificamente das cartas de leitores e de redatores, a maior preferência é quando há a intenção do escritor em tirar o foco do sujeito que realizou a ação verbal e voltar-se propriamente para a ação, ou ao seu objeto, caracterizado pelo peso relativo de 0.666 (cf. tabela 2).

Tabela 2 - Gêneros epistolares e a função da indeterminação.

Função da indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Desfocalização do sujeito	204/277	73,6	0.666
Economia linguística	24/40	60,0	0.537
Ocultação do sujeito	43/89	48,3	0.484
Descomprometimento	86/135	63,7	0.460
Exemplificação	63/209	30,1	0.307

⁴⁹ “[...] o *input* representa o nível geral de uso de determinado valor da variável dependente.” (GUY; ZILLES, 2007, p. 238)

⁵⁰ Expressão estatística que quer dizer “logaritmo da função de verossimilhança”, ou seja, “este é um número calculado pela rotina do Varbrul que mede a qualidade da aproximação entre o modelo (os fatores que caracterizam os contextos, os pesos associados com os fatores, o *input* e o modelo matemático logístico) e os dados observados” (GUY; ZILLES, 2007, p. 238).

⁵¹ “Significância estatística é essencialmente um modo de estimar a probabilidade de se obter determinada distribuição de dados pressupondo certas características [...] quanto à natureza da fonte de onde os dados foram extraídos” (GUY; ZILLES, 2007, p. 85).

Além da desfocalização do sujeito, o escritor dos séculos XIX e XX, ao redigir as cartas, por uma questão de economia linguística, percebendo que o texto oferece pistas do possível sujeito da ação verbal, resolve indeterminá-lo com peso relativo favorecedor de 0.537. As demais funções da indeterminação, de acordo com a tabela 2, não favorecem a indeterminação nos gêneros epistolares investigados.

4.2.2 Preenchimento do sujeito

Esta variável, apenas salientando o que já foi mencionado, está ligada diretamente com a possibilidade que os pronomes apresentam de preencherem ou não a posição de sujeito dos verbos, ainda que de forma opcional no português brasileiro (doravante PB), de acordo com Duarte (1995). Assim, pode se verificar se ao tratar da indeterminação do sujeito haverá maior preferência pelo seu preenchimento.

Pensando nisso, parece haver ainda em relação aos gêneros epistolares nos séculos XIX e XX, ao menos no que diz respeito à indeterminação do sujeito na Bahia, a preferência pelo sujeito “nulo” (cf. exemplos 96 e 97), com peso relativo de 0.723 (cf. tabela 3).

Tabela 3 - Gêneros epistolares e o preenchimento do sujeito.

Preenchimento do sujeito	Apl./T.	%	P.R.
Nulo	122/136	89,7	0.723
Pleno	26/87	29,9	0.182

- (96) “**Ø Conhecemos** que o Senhor inspector da al- | fandegas principalmente
lucta com grandes | dificuldades, que as capatazias dessa re- | partição
tem grande deficiencia de braços, | e que por tanto a morosidade por
força ha | de presidir aos trabalhos da descarga e | despachos [...]” (Carta
de Leitor - Jornal da Bahia 27/02/1857)
- (97) “**Ø Alludimos** ao principio autoritario, mante | nedor da segurança e
permanencia dos laços | que confraternisam os individuos congregados |
para consecução de um fim commum.” (Carta de Redator - Echo
Sant’Amarense 08/06/1881).

Se as peças teatrais, como já foi dito, é um texto escrito para ser falado, verifica-se, portanto, a tendência oposta, a de torná-lo pleno, ou seja, preenchido (cf. exemplo 98). Isso foi constatado também por Vargas (2010, p. 67) em peças teatrais publicadas no Rio de Janeiro, “uma nítida preferência pelo emprego dos sujeitos plenos”, entrando em consonância também com a pesquisa de Duarte (1995), sobre os sujeitos de referência definida.

- (98) “Cotonete de urubu. Tá vendo aí? Quando acabar fala mal do meu interior. Que **nós** fala errado, **nós** se veste feio. Mas no meu interior não é assim não. Se **nós** pede uma ajuda todo mundo dá. Até uma água, uma farinha, **nós** come, **nós** bebe, que **nós** é tratado bem.” (Personagem Maria de Bonfim em “Essa é a nossa praia” de Márcio Meirelles – 1991)

Esses dados estão ligados ao período de publicação dos textos que foram consultados para levantamento das ocorrências. Talvez por isso, o programa estatístico considerou relevante também a seleção do período das cartas/peças teatrais, sendo a próxima variável selecionada.

4.2.3 Período

A tendência anteriormente apresentada se confirma ao se analisar o período das cartas/peças teatrais como a terceira variável selecionada pelo programa GoldVarb X, em especial o século XIX, que se mostrou favorecedor pelo maior uso da indeterminação do sujeito nos gêneros epistolares, apresentando peso relativo de 0.520 para o primeiro período, de 1801-1850 e ainda mais para o segundo período, de 1851-1900 com peso relativo de 0.604 (cf. tabela 4).

Tabela 4 - Gêneros epistolares e o período.

Período	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	115/194	59,3	0.520
1851-1900	209/318	65,7	0.604
1901-1950	50/118	42,4	0.362
1951-2000	46/120	38,3	0.333

Ao se perceber que há uma relação diretamente entre a variável preenchimento do sujeito com o período de publicação das cartas/peças teatrais, necessitou-se fazer um cruzamento dessas duas variáveis para melhor compreensão.

Duarte (1995, p. 141), ao concluir que “[...] o português brasileiro perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo *pro-drop* por força do enfraquecimento da flexão [...]”, especialmente tratando-se da língua em sua modalidade oral. A escrita baiana, de acordo com o *corpus* de análise, no que diz respeito às cartas, manteve o registro pela preferência nula em relação ao sujeito das orações (cf. exemplo 99).

- (99) “**Ø Aguardemos** que essas virão,| pois, a nossa a nossa prospera e gran-|de Princesa do sertão, não po-|de admitir e suportar esse es|tado de coisa que depõe de| seus foros de civilização.||” (Carta de Leitor - Folha do Norte 21/01/1961)

Inversamente, as peças teatrais mostraram um aumento gradual pelo preenchimento, ou seja, pelo sujeito pleno (cf. exemplo 100), corroborando assim com a conclusão de Duarte anteriormente mencionada.

- (100) “Que água benta o quê, dona Joana? O povo vai a igreja buscar pão, minha filha.” (Personagem Maria em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995)

Essas constatações se deram a partir do cruzamento entre a variável preenchimento do sujeito com o período de publicação dos textos que compõem o *corpus* analisado:

Tabela 5 - Os gêneros textuais em relação ao cruzamento das variáveis preenchimento do sujeito com o período.

Preench. do sujeito	Período / Gêneros textuais	1801-1850		1851-1900		1901-1950		1951-2000	
		Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%
Pleno	Epístolas	8/11	73	11/23	48	2/15	13	5/38	13
	Peças Teatrais	3/11	27	12/23	52	13/15	87	61/87	70
Nulo	Epístolas	22/22	100	58/66	88	21/23	91	21/25	84
	Peças Teatrais	0/22	0	8/66	12	2/23	9	4/25	16

Esses resultados são melhor evidenciados ao se tomar os percentuais de frequência em relação ao preenchimento da posição de sujeito e distribuí-los em gráfico, conforme pode ser conferido a seguir:

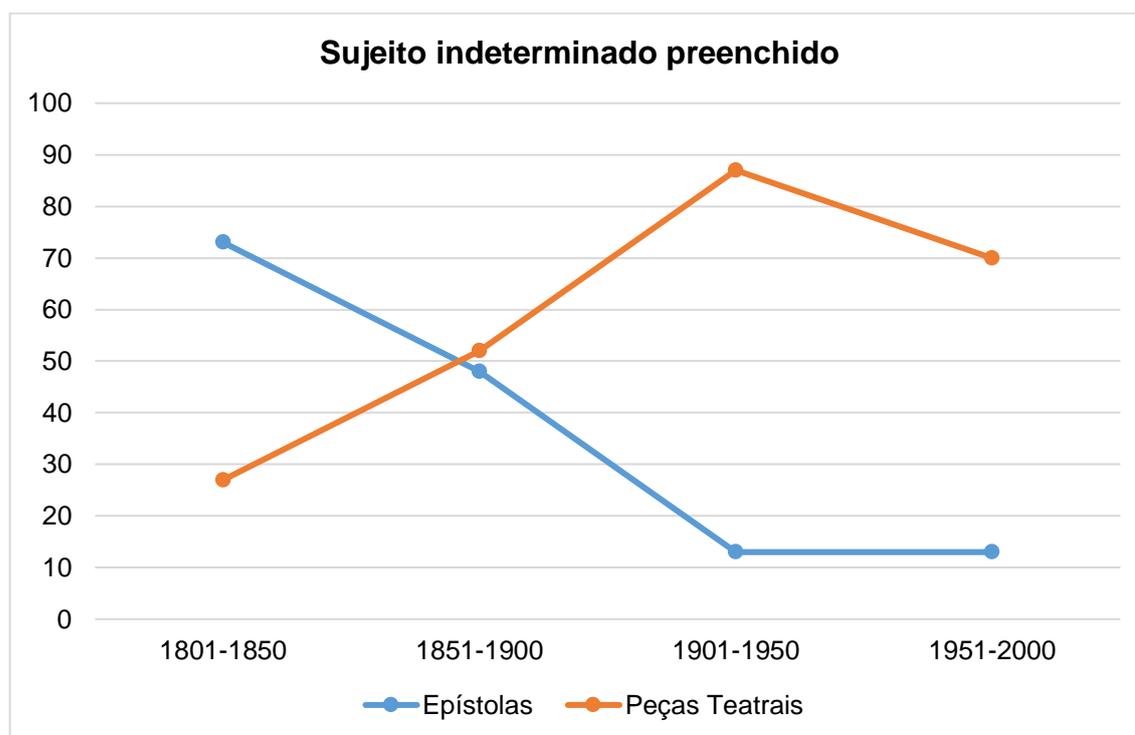


Gráfico 3 - Distribuição da frequência de sujeito pleno ao longo dos Séculos XIX e XX.

Percebe-se, portanto, a tendência mencionada de se preencher mais nas peças teatrais ao longo do tempo, especialmente no Século XX, e a redução do preenchimento nas cartas.

4.2.4 Tipos de oração

A última variável selecionada foi os tipos de oração, apresentando favorecimento do uso da indeterminação em gêneros epistolares apenas quando se trata de orações coordenadas, com peso de 0.565 (cf. tabela 6).

Tabela 6 - Gêneros epistolares e os tipos de oração.

Tipos de Oração	Apl./T.	%	P.R.
Coordenada	169/278	60,8	0.565
Subordinada	84/154	54,5	0.496
Principal	142/252	56,3	0.474
Absoluta	25/66	37,9	0.339

Verifica-se que, embora seja um peso relativo maior que o ponto médio, ainda assim é um resultado próximo a esse ponto, talvez por isso ainda foi selecionada, e por último.

- (101) “Não se contentam com [[com]] o statu quo dos emperra- | mentos ociosos, **Ø levam** con- | sigo esta sagrada ancia de | evoluir para o perfeito, e | **Ø correm** então, ahpedes, para | o seu ideal.” (Carta de Redator - Folha do Norte 25/09/1909).

Ao se levar a cabo uma rodada cujos fatores de aplicação são os gêneros textuais epistolares e as peças teatrais, percebeu-se que a função da indeterminação é preponderante para as escolhas que os escritores fizeram para escamotear o sujeito da oração, principalmente quando a intenção era focar na ação verbal ou em seu objeto, ou por uma questão de economia linguística.

Para melhor conhecer o fenômeno em estudo, cabe ainda realizar outras análises, que possibilitarão uma descrição mais detalhada.

4.3 O USO DAS ESTRATÉGIAS NÃO-PRONOMINAIS *VERSUS* AS PRONOMINAIS É O QUE CONTA OU SERIA TRADIÇÃO *VERSUS* INOVAÇÃO?

O gênero textual, na seção anterior, revelou maior preferência pelo uso da indeterminação a depender da função desempenhada pelas estratégias usadas pelo escritor, principalmente quando se trata de desviar o olhar do próprio sujeito para a ação, ou objeto relacionado à ação verbal.

Esta seção, por sua vez, volta-se para as estratégias de indeterminação empregadas no *corpus* investigado, porém agora agrupadas. De um lado, as estratégias que não apresentam um sujeito lexicalmente preenchido, ou seja, o verbo na terceira pessoa com o “se” (\emptyset +V+SE); o verbo na terceira pessoa do plural (\emptyset + V3PP); o infinitivo impessoal (\emptyset +VINFIN); o verbo na terceira pessoa do singular (\emptyset +V3PS); e a voz passiva sem agente (VPSA). Do outro lado, encontram-se as estratégias que podem preencher ou não a posição de sujeito na oração e que compartilham a mesma função gramatical, portanto, as formas pronominais “nós”, “você”, “a gente” e “eles”⁵².

Tomando-se as variáveis elencadas na pesquisa e apresentadas no capítulo anterior, que versa sobre a metodologia adotada, percebe-se que não é possível empregá-las em sua totalidade na análise aqui empreendida. Primeiro, porque a variável “preenchimento do sujeito” só pode ser atribuída às variantes pronominais, pois somente elas podem ser usadas como pleno ou nulo, o que geraria nocaute na rodada. Segundo, porque há variáveis que estão ligadas diretamente à estratégia verbal que acompanha a partícula “se”, portanto, a “concordância com o argumento interno do verbo” e a “posição do argumento”. Além dessas, exclui-se também a variável “presença/ausência de preposição”, que também só pode ocorrer com o “se” e o verbo no infinitivo, portanto, também não-pronominal.

Uma vez resolvidos esses problemas metodológicos, procedeu-se à rodada para obtenção dos dados necessários para a análise empreendida nesta seção. Ressalta-se que trata, mais uma vez, de uma análise binária, tendo como variável dependente as estratégias pronominais como aplicação *versus* as variáveis não-

⁵² Optou-se não inserir a variante “Sintagmas Nominais” por não se caracterizar como uma estrutura formada por verbo sem sujeito lexical e nem como uma forma pronominal, diferenciando-se de todas as estratégias empregadas na pesquisa.

pronominais (ou as estruturas verbais sem sujeito lexicalmente expresso). A rodada apresentou o *Input* geral de 0.158, com *Log likelihood* de -259.669 e significância de 0.023. O programa estatístico selecionou as seguintes variáveis na ordem de importância: função da indeterminação; grau de indeterminação; período das cartas/peças teatrais; gênero textual; e flexão do verbo.

4.3.1 Função da indeterminação

Mais uma vez, a função da indeterminação foi o primeiro grupo de fatores selecionado, porém o que mais chamou a atenção agora foi o descomprometimento do sujeito da ação verbal, ou seja, indetermina-se mais quando o sujeito tem conhecimento de sua participação na ação verbal devido a marcas apresentadas em todo o texto analisado, porém não quer se comprometer, empregando uma das estratégias pronominais para indeterminar.

Tabela 7 - Aplicação das variáveis pronominais em relação à função da indeterminação.

Função da indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Descomprometimento	72/132	54,5	0.858
Desfocalização do sujeito	84/275	30,5	0.579
Exemplificação	14/172	8,1	0.370
Ocultação do sujeito	5/80	6,2	0.154
Economia linguística	1/37	2,7	0.068

Nota-se, portanto, nessa tabela 7 que o descomprometimento apresentou um peso relativo bastante elevado (0.858) em relação às demais funções. Chama-se a atenção ainda que a desfocalização do sujeito, quando se trata das estratégias pronominais, ainda favorece seus usos, mesmo de maneira suave, tendo em vista a aproximação do ponto neutro, com peso relativo de 0.579.

No exemplo 102 a seguir, no contexto geral, percebe-se que o autor do texto será uma das pessoas que irá fazer uso do “moderníssimo sistema” por outras marcas apresentadas no texto, porém ele emprega uma alternativa generalizadora

para não especificá-lo, o que faz com que a forma não preenchida de “nós” seja uma alternativa de indeterminação do sujeito.

- (102) “**Ø Acreditamos** que em breve as empresas feirenses estarão utilizando es-|se moderníssimo sistema.” (Carta de Leitor - Folha do Norte 08/08/1987).

Já no exemplo 103, o foco recai sobre a ação verbal, desviando a atenção do sujeito, que se torna menos importante:

- (103) “[...]ha so uma queixa, e é, que são prolixos ou | minuciosos de mais, **gastando-se** tempo e | **rompendo-se** bandeiras com signaes inu- | teis, e que so servem para roer a pacien- | cia de quem os observa e anciosamente | espera os signaes de mais importancia.” (Carta de Leitor - Jornal da Bahia 17/02/1857).

4.3.2 Grau de indeterminação

O grau de indeterminação, assim como a função da indeterminação, é uma variável que se considera aqui funcional, por se preocupar, conforme dito no capítulo anterior, com a função desempenhada pelas estratégias de indeterminação, especialmente as pronominais.

Dessa maneira, percebe-se que além da função de “descomprometimento” e “desfocalização do sujeito”, a indeterminação é mais empregada quando de forma parcial, com referência explícita ou não (cf. tabela 8 na próxima página).

Tratar de referência parcial no que diz respeito à indeterminação do sujeito é reconhecer que nem sempre há um “escamoteamento” total do sujeito, podendo se determinar algum elemento que o compõe, porém não é possível determinar em sua totalidade, o que caracterizaria a indeterminação completa.

Tabela 8 - Aplicação das variáveis pronominais em relação ao grau de indeterminação.

Grau de indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Indeterminação parcial com referência explícita no contexto	110/286	38,5	0.712
Indeterminação parcial com referência implícita no contexto	16/30	53,3	0.696
Indeterminação completa	50/380	13,2	0.322

Embora a indeterminação parcial chame a atenção quando se trata das estratégias pronominais, inversamente a indeterminação completa é favorecida quando se trata das variantes não-pronominais, nas quais residem as estratégias consideradas padrão (as mais antigas na língua), tal como o “se” ($\emptyset+V+SE$), a mais frequente. Isso será tratado mais adiante.

O exemplo a seguir (104), embora não deixe claro por se tratar de um recorte, em todo o contexto do qual foi extraído, percebe-se que há a alusão aos moradores de uma cidade, mas não específica quem são, generalizando a qualquer um de um determinado espaço.

- (104) “ \emptyset **Pertencemos** à uma zona do| Estado onde se fazem urgente-|mente imprescindíveis grandes| verbas para a solução de an|gustiantes problemas de inegá-|vel alcance público.” (Carta de Redator - Folha do Norte 05/04/1952).

4.3.3 Período

O período de publicação das cartas e das peças teatrais também foi selecionado e em terceiro lugar, logo após as variáveis funcionais. Observando-se os pesos relativos referentes à aplicação das estratégias pronominais, há um crescimento no uso do primeiro período do Século XIX ao final do Século XX (cf. tabela 9 na próxima página).

Tabela 9 - Aplicação das variáveis pronominais em relação ao período.

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	27/188	14,4	0.205
1851-1900	71/299	23,7	0.499
1901-1950	30/107	28,0	0.688
1951-2000	48/102	47,1	0.844

A frequência de uso está estritamente relacionada ao peso relativo obtido. Na primeira metade do século XIX, menos se empregam as estratégias pronominais e cresce até a segunda metade do século XX. Os pesos relativos marcam essa tendência, apontando favorecimento na primeira metade do século XX, aumentando substancialmente na segunda metade, perfazendo um peso relativo de 0.844.

4.3.4 Gênero textual

A análise realizada ainda apresenta os gêneros epistolares como mais favorecedores pela aplicação de estratégias pronominais quando o intento é indeterminar o agente da ação verbal, constatado na tabela 10 a seguir.

Tabela 10 - Aplicação das variáveis pronominais em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Cartas de Leitores	72/188	38,3	0.627
Cartas de Redatores	65/217	30,0	0.599
Peças Teatrais	39/291	13,4	0.346

Primeiro, despontam as cartas de leitores, com peso relativo de 0.627, seguidas das cartas de redatores com 0.599. Os redatores, como se sabe e espera, são profissionais que lidam com a escrita em seu cotidiano, enquanto os leitores podem ou não ter a escrita como objeto de trabalho. Dessa forma, esperava-se sim que os leitores empregassem mais as estratégias pronominais que os redatores, embora esses também utilizem e favoreçam o seu uso. Isso pode estar relacionado também ao perfil dos escritores no século XX, tendo em vista que esse foi o período de maior destaque, consoante a seção anterior.

A fim de se compreender melhor os resultados obtidos, confrontou-se a variável gênero textual com o período de publicação dos textos (cf. tabela 11):

Tabela 11 - Cruzamento das variáveis gêneros textuais e o período em relação às variantes pronominais versus não-pronominais.

Gêneros textuais	Período Variável dependente	1801-1850		1851-1900		1901-1950		1951-2000	
		Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%
Cartas de Leitores	Pronominais	26/63	41	23/73	32	7/23	30	16/29	55
	Não-pron.	37/63	59	50/73	68	16/70	70	13/29	45
Cartas de Redat.	Pronominais	1/49	2	38/127	30	16/26	62	10/15	67
	Não-pron.	48/49	98	89/127	70	10/26	38	5/15	33
Peças Teatrais	Pronominais	0/76	0	10/99	10	7/58	12	22/58	38
	Não-pron.	76/76	100	89/99	90	51/58	88	36/58	62

As estratégias pronominais aumentam sua frequência com o passar do tempo, enquanto as estratégias não-pronominais diminuem gradativamente. O resultado que chama mais atenção é o das peças teatrais, que não apresentam qualquer uso no *corpus* analisado no primeiro período do século XIX e aumenta significativamente até o segundo período do século XX, embora as estratégias não-pronominais ainda sejam as mais empregadas.

4.3.5 Flexão do verbo

Por fim, a variável flexão do verbo, a última a ser selecionada nesta rodada. Os verbos flexionados em seus respectivos tempos favorecem o emprego das variantes pronominais (cf. exemplo 105 na próxima página), pois são elas que podem preencher ou não a posição de sujeito, tendo em vista o paradigma flexional do verbo.

- (105) “[...] É alli que muitas vezes **Ø privamos** que o anjo despenhe-se para o abysmo! [...]” (Personagem Médio em “O médico dos pobres” de A. Dourado - 1876)

Na tabela 12, atesta-se um leve favorecimento das variantes pronominais pelo uso dos verbos finitos, tendo em vista o peso relativo de 0.526, próximo ao ponto neutro. Esta foi a única variável linguística selecionada e ainda apresentou um resultado não tão saliente. Talvez os resultados sejam outros quando se tratar de cada variante isoladamente, o que será feito mais adiante.

Tabela 12 - Aplicação das variáveis pronominais em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Finito	165/588	28,1	0.526
Gerúndio	5/28	17,9	0.403
Infinitivo	6/48	12,5	0.259

Até aqui, foram analisadas as variantes pronominais, portanto, com sujeito lexicalmente expresso, e as não-pronominais, aquelas formas expressas por um núcleo verbal e sem sujeito preenchido.

Verifica-se que as estratégias de indeterminação tidas como tradicionais são quase todas as não pronominais, enquanto as consideradas inovadoras são as pronominais, mais os sintagmas nominais e o verbo na terceira pessoa do singular, caracterizado como de uso mais popular.

Nesta análise, optou-se em não inserir a voz passiva sem agente (VPSA) por ser uma estrutura identificada na língua portuguesa desde o seu período arcaico, conforme atestado por Mattos e Silva (1989, p. 15), mas não mencionada pelas gramáticas normativas consultadas.

Daí, surgiu a necessidade de se fazer uma nova rodada com um novo agrupamento: as formas de indeterminação tradicionais de um lado e as inovadoras do outro, conforme figura 19 a seguir:

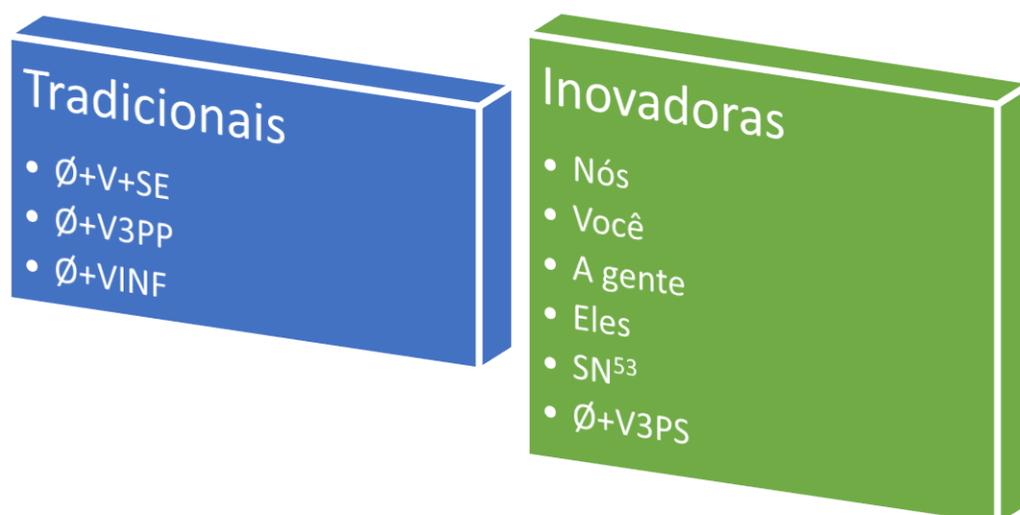


Figura 19 - Distribuição das estratégias de indeterminação em tradicionais e inovadoras.

Objetiva-se apurar se a tendência apresentada pelas estratégias agrupadas em pronominais e não-pronominais se mantém ou não, uma vez que nessa não se levou em conta os sintagmas nominais.

Assim como na rodada anterior, algumas alterações foram realizadas para se evitar nocautes: as variáveis concordância/não-concordância com o argumento interno do verbo e sua posição, como também a presença de preposição diante de verbo no infinitivo mais a partícula “se” foram retiradas pelos mesmos motivos, ou seja, só estão relacionadas à estratégia “Ø+V+SE”. A variável preenchimento do sujeito também foi retirada por ser atribuída apenas às estratégias pronominais.

Feitas as mudanças necessárias, processou-se a rodada com as variantes inovadoras como fator de aplicação, obtendo-se o Input de 0.292, Log likelihood de -350.599 e a significância de 0.009. Desta vez, o programa só não selecionou a estrutura do núcleo do predicado, ou seja, a estrutura do verbo. As demais variáveis foram selecionadas e serão apresentadas na ordem de importância dada pelo GoldVarb.

⁵³ Menon (2011) realiza um estudo sobre “homem” e conclui que era muito empregado até o século XV. Depois, seu uso foi decrescendo com o maior emprego do “se”, passando a admitir, inclusive, determinantes. Por esse motivo, os SN constituídos com o núcleo “homem” e algum determinante foram considerados juntamente com outras formas de SN, portanto, estratégias inovadoras.

4.3.6 Período

Esperava-se que com o passar do tempo as estratégias mais tradicionais fossem deixando de ser usadas, dando mais espaço para os recentes usos linguísticos, isso foi confirmado de acordo com a tabela 13.

Tabela 13 - Aplicação das variantes inovadoras em relação ao período

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	36/194	18,6	0.212
1851-1900	91/315	28,9	0.476
1901-1950	43/116	37,1	0.636
1951-2000	78/120	65,0	0.863

Os resultados se mantiveram os mesmos em relação à rodada anterior, ou seja, quanto mais o tempo avançou, as estratégias padrão diminuíram sua frequência dando espaço para as estratégias inovadoras. O século XX mostrou-se favorecedor pelo uso de maneiras de se indeterminar o sujeito diferentes do que normatizam as gramáticas tradicionais, alcançando no primeiro período desse século peso relativo de 0.636, aumentando na segunda metade para 0.863.

4.3.7 Grau de indeterminação

No que diz respeito ao grau de indeterminação, também retomando os resultados da rodada anterior, os resultados mostraram-se os mesmos, havendo preferência pela indeterminação parcial, no caso das estratégias inovadoras, em detrimento da indeterminação completa, que fica a cargo das estratégias mais tradicionais. Isso ainda será retomado mais adiante, principalmente ao tratar das particularidades de cada estratégia em relação às demais.

Tabela 14 - Aplicação das variantes inovadoras em relação ao grau de indeterminação.

Grau de indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Indeterminação parcial com referência explícita no contexto	137/301	45,5	0.718
Indeterminação parcial com referência implícita no contexto	17/30	56,7	0.561
Indeterminação completa	94/414	22,7	0.332

A tabela 14 evidencia que indeterminação parcial com referência explícita (peso relativo 0.718) e de referência implícita (peso relativo 0.561) favorecem a indeterminação do sujeito, enquanto a indeterminação completa desfavorece.

O exemplo a seguir, inserido em todo o contexto de uso, no qual é possível identificar marcas que estabelecem algum tipo de ideia sobre o possível sujeito, registrando-o a alguma pessoa da cidade de Santo Estevão, embora não especifique:

- (106) “**Nós**, *Senhor* Redactor, em summa | não nos daremos ao trabalho de mais de- | fesas para provar a muito regular con- | ducta do Juiz de Paz de *Santo Estevão*; [...]” (Carta de Leitor - Recopilador Cachoeirense 12/12/1832).

4.3.8 Função da indeterminação

A função da indeterminação, embora não tenha sido a primeira a ser selecionada pelo GoldVarb X, trouxe um resultado quase igual à rodada anterior. O descomprometimento do sujeito da oração ainda lidera como a função que mais favorece o uso das variantes inovadoras, com peso relativo de 0.741, conforme constatado na tabela 15:

Tabela 15 - Aplicação das variantes inovadoras em relação à função da indeterminação.

Função da indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Descomprometimento	75/135	55,6	0.741
Exemplificação	59/209	28,2	0.538
Desfocalização do sujeito	91/277	33,5	0.472
Ocultação do sujeito	17/89	19,1	0.272
Economia linguística	6/40	15,0	0.202

Esta variável se diferencia da rodada anterior porque apresenta favorecimento também quando há a função de exemplificação (cf. exemplo 107), ou seja, quando o escritor relata uma situação considerada genérica (peso relativo 0.538). As demais funções desfavorecem as variantes inovadoras.

- (107) “Esses dois senhores, dignissimos estu- | dantes de direito, moços que, pela car- | reira que abraçam, devem collocar a lei | acima de tudo, foram os primeiros a con- | culcarem-n’a, trazendo para o terreno | da chalaça as entidades do actual gover- | nador do estado, malbaratada com a deno- | minação de <<homem esperança>> e de um | moço bastante conhecido em nosso meio, | cujo nome deixo de declinar por amor | ao respeito que **Ø devemos tributar** a quem | quer que seja.” (Carta de Leitor - Jornal de Noticias 17/06/1896)

Nesse exemplo, o leitor faz uso de uma estratégia de indeterminação para mostrar que qualquer pessoa deve respeitar a qualquer outra pessoa, sendo uma situação bastante genérica.

4.3.9 Flexão do verbo

Quando a questão é a flexão verbal, há um leve favorecimento dos verbos finitos (cf. exemplo 108), em detrimento dos verbos no infinitivo ou gerúndio, equiparando-se, mais uma vez, à rodada anterior.

- (108) “Mais ella bem qui tem sua rezão, gente... ói qui **a gente vive** só no labuto do trabaio de dia e de noite sem tê um forgedozinho pra sá

divirti, é o diaxo. Condo há puraqui corqué ferrobodó, Calú, nem qué quella vá.” (Personagem Euzebio em “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida Sampaio – 1930).

Ao analisar a tabela 16, percebe-se que o peso relativo de 0.526 desta rodada é praticamente o mesmo da rodada anterior para os verbos finitos, sendo mais um indício da possível relação entre as estratégias pronominais e não-pronominais com as formas consideradas inovadoras e tradicionais.

Tabela 16 - Aplicação das variantes inovadoras em relação à flexão do verbo.

Flexão do Verbo	Apl./T.	%	P.R.
Finito	232/634	36,6	0.526
Gerúndio	7/28	25,0	0.378
Infinitivo	9/51	17,6	0.269

4.3.10 Tipos de oração

Os tipos de oração parecem exercer alguma forma de influência nos usos das estratégias inovadoras, principalmente no que diz respeito às orações principal e subordinada (cf. tabela 17).

Tabela 17 - Aplicação das variantes inovadoras em relação aos tipos de oração.

Tipos de Oração	Apl./T.	%	P.R.
Principal	106/249	42,6	0.595
Subordinada	51/153	33,3	0.552
Absoluta	24/66	36,4	0.451
Coordenada	67/277	24,2	0.398

Esta variável não foi selecionada na rodada anterior, o que não permite uma comparação, porém o resultado servirá para compreender cada estratégia em rodadas isoladas que serão vislumbradas nos próximos passos.

4.3.11 Gênero textual

Eis mais um indício da equiparação com as variantes pronominais versus não-pronominais fatores da rodada anterior. O gênero textual apresentou também maior favorecimento no que diz respeito às epístolas (cf. tabela 18).

Tabela 18 - Aplicação das variantes inovadoras em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Cartas de Leitores	83/193	43,0	0.616
Cartas de Redatores	72/222	32,4	0.524
Peças Teatrais	93/330	28,2	0.415

Nessa tabela, os pesos relativos atribuídos às cartas de leitores (0.616) e cartas de redatores (0.524) estão muito próximos aos obtidos na rodada anterior.

Assim como na análise anterior, o cruzamento das variáveis “gêneros textuais” e o “período” de publicação dos textos foi realizado a fim de se perceber o comportamento das variantes tidas como inovadoras e tradicionais (cf. tabela 19).

Tabela 19 - Cruzamento das variáveis gêneros textuais e o período de publicação em relação às variantes inovadoras *versus* tradicionais.

Gêneros textuais	Período Variável dependente	1801-1850		1851-1900		1901-1950		1951-2000	
		Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%	Apl./T	%
Cartas de Leitores	Inovadoras	31/66	47	28/76	37	7/21	33	17/30	57
	Tradicionais	35/66	53	48/76	63	14/21	67	13/30	43
Cartas de Redat.	Inovadoras	1/49	2	43/130	33	17/27	63	11/16	69
	Tradicionais	48/49	98	87/130	67	10/27	27	5/16	31
Peças Teatrais	Inovadoras	4/79	5	20/109	18	19/68	28	50/74	68
	Tradicionais	75/79	95	89/109	82	49/68	72	24/74	32

As cartas de leitores apresentaram os dados equilibrados, com leve aumento no uso das formas inovadoras e um leve decréscimo das tradicionais com o avanço do tempo. Contudo, os dados das cartas de redatores e das peças teatrais apresentaram um aumento considerável das estratégias inovadoras e uma diminuição das consideradas tradicionais do primeiro período do século XIX ao segundo período do século XX.

4.3.12 Transitividade verbal

A transitividade verbal foi o último grupo de fator selecionado no que diz respeito à aplicação das variantes consideradas inovadoras *versus* as tradicionais, a qual não foi selecionada na outra rodada no que diz respeito às formas não-pronominais *versus* pronominais.

Os verbos de ligação (cf. exemplo 109) se destacam com peso relativo de 0.774, talvez por serem eles responsáveis em relacionar as características de um possível sujeito preenchido, que pode ser um pronome ou, até mesmo, um sintagma nominal.

(109) “[...] Foi só um desmaio. Quando pensa que não, ói Collor de novo. Collor é poderoso. E cadê que ninguém tem provas? **Eles são** insistentes, mas vão sair sem muita conversa. [...]” (Personagem Dona Edna em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).

Tabela 20 - Aplicação das variantes inovadoras em relação ao grau de indeterminação.

Transitividade Verbal	Apl./T.	%	P.R.
Ligação	15/26	57,7	0.774
Intransitivo	8/30	26,7	0.581
Transitivo	225/689	32,7	0.485

O resultado da tabela 20 ainda apresenta os verbos intransitivos (cf. exemplo 110 a seguir) como favorecedores também, com peso relativo 0.581. Somente os verbos transitivos não favorecem as variantes inovadoras.

- (110) “[...] Então, aproveitando-se do ensejo, / **Um homem**, que alli stava, deshonrou-a!...” (Personagem Calabar em “Calabar” de A. S. Menezes - 1888).

Ao realizar os dois tipos de rodadas distintas: uma com a variável dependente composta por variantes não-pronominais *versus* variantes pronominais, e outra com a variável dependente formada por variantes tradicionais *versus* variantes consideradas inovadoras, esperava-se que tal divisão pudesse ser equiparada, e isso foi confirmado.

Quando as rodadas selecionaram as mesmas variáveis, a saber: função da indeterminação, grau de indeterminação, período de publicação das cartas/peças teatrais, gênero textual e flexão do verbo, percebeu-se que os dados foram praticamente os mesmos, com leves diferenças.

Assim, tratar das estratégias pronominais é, de fato, tratar de inovação, como também o verbo na terceira pessoa do singular e os sintagmas nominais. Contrariamente, falar da estratégia que envolve a partícula “se”, bem como o verbo na terceira pessoa do plural e o infinitivo impessoal, é caracterizar a tradição no que diz respeito à indeterminação do sujeito, confirmando também com as descrições das gramáticas normativas contempladas no primeiro capítulo.

4.4 UM DIA DE ANÁLISES MAIS AMPLAS, OUTRO DE PORMENORIZADAS

Nas subseções anteriores, as análises foram realizadas de forma mais ampla, partindo-se de agrupamentos das estratégias de indeterminação para se verificar as tendências gerais. Nesta subseção, espera-se lidar com as particularidades que cada forma de se indeterminar o sujeito da oração apresenta.

Inicialmente, buscou-se analisar o comportamento de cada variante frente às demais, não para elencar pesos relativos e/ou frequências de uso, até porque os dados gerais já trazem isso de certa forma, mas para se verificar quais variáveis foram selecionadas e em qual ordem.

Esse procedimento é importante para se ter uma noção geral sobre qual variável mais influenciou nos usos selecionados pelos escritores dos séculos XIX e XX, na Bahia, para indeterminar o sujeito.

O procedimento adotado para que isso fosse possível foi de se fazer tantas rodadas quanto fossem as estratégias de indeterminação elencadas na metodologia (cf. capítulo anterior), ou seja, dez rodadas, uma forma contra as demais.

Cada rodada exigiu eliminar as variáveis que não contemplam de alguma forma a variante em evidência, além da eliminação dos nocautes. Dessa maneira, o preenchimento do sujeito só diz respeito às variantes pronominais, enquanto a concordância com o argumento interno do verbo, posição do argumento interno do verbo e ausência/presença de preposição fazem referência apenas ao “se”.

Os resultados estão representados na tabela 21 (cf. página 171)⁵⁴. Para compreendê-los, faz-se necessário entender os elementos ou símbolos empregados: a numeração indica que a variável foi selecionada e a sua ordem de importância na seleção. Por sua vez, o “xxx” indica que não foi selecionada e o “preenchimento em cinza” que a variável não pode participar da rodada por não contemplar as duas variantes em questão, ou por haver tantos nocautes que impossibilitaram a sua participação, conforme mencionado no parágrafo anterior.

Verificou-se que o gênero textual foi selecionado em praticamente todas as rodadas, com exceção dos sintagmas nominais e do pronome “você”, que devido aos poucos dados, não se fizeram qualquer tipo de seleção. As variáveis período das cartas/peças e grau de indeterminação foram as segundas mais selecionadas.

Em relação ao grau de indeterminação é importante salientar que se trata de uma das variáveis funcionais e que vem revelar como a indeterminação do sujeito ocorre na língua escrita, como já se registra nos séculos XX e XXI na falada, em maior ou menor grau, podendo haver o resgate de um dos referentes indeterminados ou não haver qualquer possibilidade de o determinar.

⁵⁴ Há elementos na tabela que precisam ser esclarecidos para facilitar o seu entendimento, a saber: o fundo cinza indica que a variável que não participou da rodada devido a restrições que causariam nocautes; os três xis “xxx” marcam a variável que não foi selecionada pelo GoldVarb; e a numeração corresponde à ordem de seleção desse programa.

A flexão do verbo parece também concorrer para que haja mais estratégias de indeterminação sendo empregadas nos textos escritos dos séculos XIX e XX na Bahia, assim como o tipo de oração.

A função da indeterminação, embora não tenha sido selecionada pela maioria das variantes nas rodadas isoladas, uma informação importante é que toda vez que foi selecionada, foi a primeira, portanto, de maior importância. Saliente-se, mais uma vez, que se trata de uma variável funcional o que corrobora para que se compreenda a indeterminação como uma estratégia comunicativa dos autores dos textos analisados.

A transitividade verbal e a estrutura do núcleo do predicado apresentaram apenas uma vez e foram colocadas como as segundas variáveis mais importantes. Como foram selecionadas em rodadas cujas variantes foram pouco significativas, ou seja, tiveram poucos dados registrados, esse resultado mostra apenas uma tendência, que pode ou não se confirmar sendo analisado em outro *corpus*.

Tabela 21 - Seleção e ordem de seleção das variáveis de cada estratégia de indeterminação do sujeito em relação às demais.

	Ø+V+SE	Ø+V3PP	Ø+VINF	Ø+V3PS	VPSA	nós	you	a gente	eles	Sintagmas Nominais
Gênero textual	5	2	2	2	2	3	-	1		xxx
Período das cartas/peças	1	xxx	xxx	1	xxx	4		3		4
Grau de indeterminação	3	4	xxx	3	xxx	2		4		xxx
Função da indeterminação	-	1	xxx	xxx		1	xxx	xxx		1
Flexão do verbo	2	3	xxx		1	5	xxx	xxx		xxx
Tipo de oração	4	xxx	1	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	3
Transitividade verbal	xxx	xxx	xxx	xxx		xxx	xxx	xxx	xxx	2
Preenchimento do sujeito										
Estrutura do núcleo do predicado	xxx	xxx	xxx	xxx		xxx	xxx	2	xxx	xxx
Concordância com o argumento interno do verbo										
Posição do argumento interno do verbo										
Ausência X presença de preposição										

Os resultados apresentados são apenas indicativos de quais variáveis podem ou não favorecer o emprego de cada forma de indeterminação do sujeito em investigação nesta pesquisa. Relacionar uma contra todas as outras pode parecer, a princípio, um problema metodológico, tendo em vista que cada variante funciona de uma maneira independente das demais, comportam-se de certa maneira de formas diferentes, por esse motivo, outras rodadas pormenorizadas serão realizadas.

Nesse intento, as estratégias de maior relevância ou maior frequência serão analisadas em relação ao uso do verbo na terceira pessoa com a partícula “se” (\emptyset +V+SE), tendo em vista que essa parece ser a forma de indeterminação mais tradicional, portanto, mais próxima do padrão de uso apontada pelas gramáticas normativas consultadas no capítulo primeiro. Contudo, faz-se necessário compreender o uso do próprio “ \emptyset +V+SE”. Como ele não pode ser analisado em função dele mesmo, elegeu-se mais uma vez o gênero textual para realizar tal tarefa.

4.4.1 O “se” não morreu de velho

A expressão verbal com a partícula “se” sem sujeito lexicalmente preenchido (\emptyset +V+SE) foi a principal escolha pelos escritores para marcar a indeterminação do sujeito no século XIX, diminuindo seu emprego no século XX, conforme resultados apresentados anteriormente.

Nesta seção, ele será tratado de maneira exclusiva, a fim de se perceber seu comportamento ao longo desses séculos e quais seriam as condições de favorecimento de seu uso.

Para se analisar apenas o “se” é inviável, pois o programa não pode fazer análise com uma variável dependente constituída de um único fator. Optou-se, portanto, em se trabalhar com a variável gênero textual. Como ela apresenta três fatores, inicialmente fez-se uma rodada apenas com as cartas de leitores e cartas de redatores. Depois, juntaram-se as cartas de leitores e redatores em um único fator “gênero epistolar” *versus* as peças teatrais.

Na primeira rodada, o único grupo de fatores selecionado foi o “grau de indeterminação”, apresentando maior peso relativo para a indeterminação parcial com referência implícita no contexto (peso relativo 0.826). Esse alto peso relativo diz respeito a um resultado com poucos dados de frequência (cf. tabela 22). A fim de melhor entender os resultados, amalgamaram-se os graus de indeterminação parcial em um único fator contra a indeterminação completa. Dessa forma, o programa estatístico não selecionou nenhuma das variáveis estabelecidas nesta pesquisa.

Tabela 22 - O uso do "Ø+V+SE" nas cartas de leitores em relação ao grau de indeterminação.

Grau de indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Indeterminação parcial com referência implícita no contexto	7/9	77,8	0.826
Indeterminação completa	62/130	47,7	0.553
Indeterminação parcial com referência explícita no contexto	24/79	30,4	0.372

Deu-se continuidade da análise do “se levando-se em consideração o que já foi mencionado, cruzando os gêneros epistolares (lembrando que são constituídos das cartas de leitores e das cartas de redatores) com as peças de teatro. Nesta rodada, optou-se em manter as cartas como fator de aplicação na obtenção dos pesos relativos.

Além de excluir o fator que trata da posição do argumento interno que é relativizado apenas nas cartas, somente as cartas apresentam não-concordância com o argumento interno do verbo. Para não deixar de fora completamente essa variável, percebeu-se que quando se trata de concordância, as cartas fazem mais concordância, com 60% de frequência, que os textos teatrais, os quais apresentaram 39,4%.

Diante das mudanças necessárias no arquivo de condições, processou-se a análise binária, que teve *Input* de 0.616, *Log likelihood* de -196.220 e significância de 0.015, selecionando quatro variáveis, a saber:

4.4.1.1 Função da indeterminação

A função da indeterminação se mostrou a principal razão para se indeterminar o sujeito com a estratégia Ø+V+SE no gênero epistolar dos séculos XIX e XX na Bahia.

Tabela 23 - O uso do "Ø+V+SE" no gênero epistolar em relação à função da indeterminação.

Função da indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Economia linguística	18/22	81,8	0.754
Ocultação do sujeito	30/37	81,1	0.742
Desfocalização do sujeito	107/146	73,3	0.653
Exemplificação	41/108	38,0	0.279
Descomprometimento	22/55	40,0	0.274

Os resultados obtidos e elencados na tabela 23 mostram que o maior peso relativo foi atribuído à função de “economia linguística”, com valor de 0.754. Nesse tipo de função, o escritor não deseja revelar o agente da ação verbal, embora o contexto geral apresente pistas de quem poderia ser ele. É o que acontece no exemplo 111, a seguir. O autor não desejava deixar claro que se tratava de uma crítica ao Inspetor da Alfândega e ao Governo da Província, por isso empregou a estratégia de indeterminação.

- (111) “[...] Ou continúa esse estado de cousas que | tem vigorado até agora, e o nosso commer- | cio se continuará a enlanguecer cada vez | mais - ou, si se quizer que elle prospere, | é mister que **se** tomem medidas immedia- | tamente, sem demora, para que a Bahia | não venha a ser a sepultura certa dos ma- | ritimos que procurarem seu mercado, para | que o estrangeiro estremecido com as no- | ticias do fim de seus infelizes companhei- | ros não fujam espavoridos de nossas | plagas. [...]” (Carta de Leitor - Jornal da Bahia 27/02/1857).

A função “ocultação do sujeito” (quando não há intenção de revelar a todo custo quem é o sujeito, sendo ele uma terceira pessoa) veio logo em seguida, com peso relativo de 0.742 (cf. exemplo 112).

- (112) “[...] e porque os abai- | xo assignados, encarregados em com- | missão pelo Senhor conselheiro Messias de | Leão de concertar a rua da Barra ao | Pharol, fizerão toda a despeza sem au- | xilio do governo, julgam de seu dever | declarar ao publico que ha manifesto | engano em **se** englobar os concertos | feitos na extensão da Barra ao Pharol | na cifra de réis 26:622\$117.” (Carta de Leitor - Jornal da Bahia 21/06/1860)

Existe ainda a função atribuída à necessidade de tirar o foco do sujeito e voltar-se para a ação verbal ou seu objeto. Isso se aplica à função “desfocalização do sujeito” que obteve o peso relativo 0.653 (cf. exemplo 113). As demais funções desfavorecem o emprego do “se” nas cartas.

- (113) “Espera-**se** aqui hum ataque | da expedição Hespanhola, mas | não he provavel que se tente o de- | sembarque precisamente na parte for- | tificada da costa.” (Carta de Redator - Gazeta da Bahia 02/01/1830).

4.4.1.2 Período

O período de publicação das cartas e peças teatrais foi o segundo grupo de fatores selecionado. Na rodada inicial, a primeira metade do século XX apresentou peso relativo de 0.246 (ou seja, uma queda abrupta em relação à segunda metade do século XIX, que teve peso relativo de 0.615), enquanto a segunda metade 0.871. Esse resultado tão alto no final do século XX se deve aos poucos dados da estratégia com o “se”, total de 18, dos quais 88,9% foram registrados nas cartas. Para tentar compreender melhor os resultados iniciais, os dois períodos do século XX foram amalgamados em apenas um fator, cujos dados encontram-se na tabela 24:

Tabela 24 - O uso do "Ø+V+SE" no gênero epistolar em relação ao período.

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	72/127	56,7	0.407
1851-1900	114/166	68,7	0.617
1901-2000	32/75	42,7	0.395

Acreditava-se que haveria um decréscimo do uso do “se” à medida que o tempo avançasse, mas o favorecimento dessa estratégia na segunda metade do século XIX merece melhor detalhamento. Assim, foi necessário verificar a frequência de cada gênero textual investigado (incluindo a separação dos gêneros epistolares em cartas de leitores e cartas de redatores) em relação ao período de publicação (cf. tabela 25):

Tabela 25 – Distribuição da frequência de uso de "Ø+V+SE" em relação aos gêneros textuais e o período de publicação.

Período	Cartas de Leitores		Cartas de Redatores		Peças Teatrais		Total	%
	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%		
1801-1850	31	24,4	41	32,3	55	43,3	127	34,5
1851-1900	42	25,3	72	43,4	52	31,3	166	45,1
1901-1950	9	15,8	7	12,3	41	71,9	57	15,5
1951-2000	11	61,1	5	27,8	2	11,1	18	4,9
Total	93		125		150		368	

A partir da análise dessa tabela, constata-se a baixa frequência da estratégia de indeterminação com o “se” no século XX, principalmente na segunda metade com 4,9%. No que diz respeito ao favorecimento apontado na segunda metade do século XIX (cf. tabela 25), parece que se deveu à alta frequência das cartas de redatores, com 43,4, o que era de se esperar, uma vez que são profissionais que utilizam a escrita como ferramenta de trabalho.

4.4.1.3 Tipos de oração

Os tipos de oração foi a terceira variável selecionada e apresentou favorecimento de uso da estratégia que contempla a partícula “se” apenas em orações coordenadas (cf. exemplo 114).

- (114) “Mau principio! / Em taes occasiões furtam-se moças, / Esperam-**se** rivaes, abrem-**se** covas, / Enterram-**se** cadáveres de homens / Tomados á traição....” (Personagem 1º Soldado em “Calabar” de A. S. Menezes – 1888).

O peso relativo 0.603 chama a atenção das orações coordenadas (cf. tabela 26), pois foi o único fator de favorecimento do uso do “se” nas cartas. Os demais tipos de oração desfavorecem.

Tabela 26 - O uso do "Ø+V+SE" no gênero epistolar em relação aos tipos de oração.

Tipos de Oração	Apl./T.	%	P.R.
Coordenada	108/162	66,7	0.603
Subordinada	49/80	61,2	0.499
Principal	50/94	53,2	0.409
Absoluta	11/32	34,4	0.263

4.4.1.4 Estrutura do núcleo do predicado (verbo)

A estrutura do núcleo do predicado, ou seja, a estrutura do verbo, foi a última variável selecionada, revelando haver favorecimento do uso do “se” em verbos compostos, como o exemplo a seguir:

- (115) “[...]o | Tenente Coronel [ilegível] trilhando sempre, | Senhor Redactor, a estrada da honra, e | coerente com seos principios, não **se pó-** | **de acusar** de haver, ao menos em politi- | ca, dado passos falsos, para senão ver | depois compellido, como Patusca, dos | que se denominão (amigos da ordem) a | figurar em diferentes theatros.” (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 26/09/1832).

Esse favorecimento se deu com a obtenção de peso relativo 0.678 para a aplicação do gênero epistolar em detrimento das peças teatrais (cf. tabela 27 na página seguinte):

Tabela 27 - O uso do "Ø+V+SE" no gênero epistolar em relação à estrutura do núcleo do predicado.

Estrutura do núcleo do predicado	Apl./T.	%	P.R.
Composta	41/55	74,5	0.678
Simples	177/313	56,5	0.467

Os resultados obtidos para a forma de indeterminação do sujeito composta por um verbo e a partícula “se” sem qualquer tipo de sujeito lexicalmente preenchido chamaram a atenção para a importância das funções desempenhadas por essa estratégia e também para o seu emprego ao longo do tempo, revelando haver maior crescimento por sua escolha, quando se trata do gênero epistolar, do século XIX para o XX, contribuindo assim para caracterizá-lo, conforme proposta já mencionada, como uma estratégia mais padrão que as demais. Dessa maneira, as próximas análises levarão em conta o seu uso em detrimento de uma outra estratégia.

4.4.2 “Nós”, uma inovação do século XIX?

O alto índice de frequência do pronome “nós” como estratégia de indeterminação do sujeito na Bahia do século XIX foi surpreendente, tendo em vista que essa estratégia praticamente não é citada nas gramáticas normativas dos séculos XIX e XX consultadas, com exceção da obra de Vasconceloz, de 1900 (cf. quadros resumitivos nas páginas 39 e 51). Se seu índice é alto, por que essa realidade linguística não foi tratada pela maioria das gramáticas consultadas? Cabe, portanto, verificar o que dizem os dados e tentar delinear uma possível resposta para essa pergunta.

Para tentar compreender melhor o seu uso, buscou-se proceder uma análise multivariada, obtendo os pesos relativos. Para isso, tendo em vista o que foi mencionado anteriormente, os dados de “nós” foram cruzados com o do “se”. Eliminaram-se os nocautes fazendo algumas adequações: em relação à variável “função da indeterminação”, apenas o “se” é empregado quando se deseja ocultar o sujeito (sendo ele uma terceira pessoa), portanto, esse fator não se aplica ao “nós”.

Em relação à flexão verbal, apenas o “se” apresentou verbo no gerúndio, mas uma vez isso não se aplica. Sobre a variável sujeito pleno ou nulo, apenas o “nós” possui a possibilidade de preenchimento ou não da posição de sujeito, então não pode fazer parte da rodada. Ainda há três variáveis que dizem respeito apenas ao “se”, as quais foram excluídas também: concordância/não-concordância com o argumento interno do verbo; posição do argumento interno do verbo; e o emprego de preposição quando o verbo está no infinitivo sendo empregado com o “se”.

A partir dessas resoluções, concretizou-se a rodada com *Input* 0.168, *Log likelihood* -174.715 e significância 0.042, cujas variáveis selecionadas serão apresentadas de acordo com a ordem de importância identificada pelo GoldVarb X:

4.4.2.1 Função da indeterminação

Mais uma vez, a função da indeterminação foi a primeira variável selecionada, indicando a importância funcional que ela tem para as escolhas que os escritores dos Séculos XIX e XX fizeram para indeterminar o sujeito na Bahia.

O “descomprometimento” assumido pelo escritor ao redigir seus textos favoreceu mais o emprego da forma “nós”, ou seja, o texto apresentou algum indício da primeira pessoa, mas ao desejar indeterminar, empregou a forma “nós” para evitar qualquer tipo de envolvimento na ação relatada (cf. exemplo 116), ao menos foi o que apontou o peso relativo de 0.809 (cf. tabela 28 na próxima página).

- (116) “Seguir-se-ha daqui, que | os Imperantes devão ou possuem imi- | tar á risca, e inalteravelmente to- | dos os exemplos que **encontramos** | em todas as paginas da revelação?” (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 22/05/1830).

Tabela 28 - O uso de “nós” X “Ø+V+SE” em relação à função da indeterminação.

Função da indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Descomprometimento	67/122	54,9	0.809
Desfocalização do sujeito	80/226	35,4	0.564
Exemplificação	3/111	2,7	0.180
Economia linguística	1/23	4,3	0.055

Além do “descomprometimento”, há um leve favorecimento pelo uso de “nós” em detrimento da forma verbal com o “se” quando a intenção não é chamar a atenção de quem realizou a ação verbal, mas da própria ação ou do seu objeto (cf. exemplo 117), conforme peso relativo de 0.564 apresentado na tabela 28.

- (117) “Não **podemos** portanto dei- | xar de fazer o devido Elogio | ao actual Empresario Domingos | Antonio Zuany, autor desse me- | lhoramento, não duvidando ar- | riscar-se a tomar a empresa do | referido Theatro, porque, ain- | da mesmo considerando que el- | le o fizesse nas vistas de inte- | resse particular, sempre mere- | ce a Gratidão de qualquer Payz, [...]” (Carta de Redator - Gazeta da Bahia 29/05/1830).

4.4.2.2 Grau de indeterminação

No que diz respeito ao grau de indeterminação, segunda variável selecionada (salienta-se que se trata de mais uma variável funcional), o emprego de “nós” em relação ao “se” é favorecido quando a indeterminação é parcial, independente se a referência é explícita ou implícita.

Tabela 29 - O uso de “nós” X “Ø+V+SE” em relação ao grau de indeterminação.

Grau de indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Indeterminação parcial com referência explícita no contexto	109/231	47,2	0.768
Indeterminação parcial com referência implícita no contexto	15/28	53,6	0.727
Indeterminação completa	27/260	10,4	0.237

Os resultados da tabela 29 chamam a atenção para os pesos relativos muito próximos entre o grau de indeterminação parcial com referência explícita (0.768), ou seja, quando há marcas no próprio texto que permitem fazer qualquer tipo de inferência (cf. exemplo 118), e a referência implícita (0.727), quando o contexto geral de uso fornece indícios ao leitor de um possível referente (cf. exemplo 119). Assim, parece haver predileção pelo “se” em relação ao “nós” quando se deseja indeterminar de forma completa, sem qualquer tipo de possibilidade de resgate do referente.

- (118) “Todos os dias os factos comprovam a | necessidade palpitante da aprovação | d’estas medidas municipaes: **cremos**, que | a repartição da policia ja, [...]” (Carta de Redator - Jornal da Bahia 21/04/1860).
- (119) “**Recebemos**, do Sr. Ewerton Valadares, Presi-|dente do Conselho de Representantes do Estado| da Bahia da União dos Vereadores do Brasil, carta| em que nos comunica a inauguração daquele órgão,| que funciona em Salvador, na Rua Chile nº 29,| sala 202. (Carta de Leitor - Folha do Norte 13/10/1973).

4.4.2.3 *Período*

O primeiro capítulo desta pesquisa, revelou que a forma pronominal “nós” praticamente não era tratada pelas gramáticas dos séculos XIX e XX. Assim, não se esperava que ela fosse a segunda estratégia mais empregada nos textos escritos consultados.

Uma vez que os resultados revelaram tal frequência, acreditava-se que o período de publicação das cartas e das peças teatrais iriam revelar um aumento significativo com o passar dos anos, e foi justamente isso que o resultado revelou: o peso relativo acompanhou a tendência de frequência, aumentando da primeira metade do século XIX até a segunda metade do século XX, conforme pode ser constatado na tabela 30 (cf. na próxima página).

Tabela 30 - O uso de “nós” X “Ø+V+SE” em relação ao período.

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	27/154	17,5	0.205
1851-1900	68/234	29,1	0.561
1901-1950	22/79	27,8	0.722
1951-2000	34/52	65,4	0.813

De acordo com os pesos relativos obtidos e vislumbrados nessa tabela, o favorecimento do uso do “nós” ocorre a partir da segunda metade do século XIX (0.561), elevando a sua importância na primeira metade do XX (0.722), atingindo seu ápice na segunda metade do século XX, com peso relativo de 0.813.

Dessa maneira, o “nós” indeterminado pode até não ter surgido no século XIX, mas a partir dos registros escritos consultados na Bahia, ao menos nesse espaço geográfico e nessa época, ele ganhou corpo e se solidificou na escrita, como também na oralidade, conforme já atestado por outras pesquisas, a exemplo de Carvalho (2010).

4.4.2.4 *Gênero textual*

A variável “gênero textual”, a quarta selecionada, também surpreendeu. Esperava-se que as peças teatrais seriam as mais favorecedoras do uso de “nós”, mas foram os gêneros epistolares consultados que ele se revelou, especialmente nas cartas de leitores, conforme pode ser conferido na tabela a seguir:

Tabela 31 - O uso de “nós” X “Ø+V+SE” em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Cartas de Leitores	71/164	43,3	0.697
Cartas de Redatores	64/189	33,9	0.583
Peças Teatrais	16/166	9,6	0.231

As cartas de leitores favoreceram mais o emprego de “nós” com peso relativo de 0.697. As cartas de redatores, embora menos, também favoreceram, com peso relativo de 0.583. Contrariamente, as peças teatrais desfavoreceram. Acreditava-se que, por se tratar de um gênero escrito criado para ser oralizado, o texto teatral buscaria se aproximar da fala vernacular da época, revelando maior uso dessa estratégia que se revelou inovadora para os séculos investigados, especial o século XX, por ser o mais recente.

4.4.2.5 Flexão do verbo

Por fim, a variável “flexão do verbo”, última a ser selecionada, como já era de se esperar, tendo em vista que é mais comum a forma flexionada do verbo em detrimento do seu infinitivo flexionado.

Tabela 32 - O uso de “nós” X “Ø+V+SE” em relação à flexão verbal.

Flexão do verbo	Apl./T.	%	P.R.
Finito	147/454	32,4	0.537
Infinitivo	4/46	8,7	0.189

Observa-se na tabela 32 o leve favorecimento dos verbos finitos, com peso relativo de 0.537, muito próximo ao ponto neutro. Isso explica por que esta foi a última variável selecionada, por apresentar um resultado levemente favorecedor ao tratar da forma “nós”.

A variável preenchimento do sujeito, como já foi explicado no início desta seção, não pode participar da rodada por que a estratégia “Ø+V+SE” não tem a opção de ter a posição de sujeito preenchida na oração. Contudo, é importante trazer os dados de frequência obtidos a fim de se constatar se haveria preferência pelo sujeito nulo do século XIX até início do século XX, conforme atestou Duarte (1993) em sua pesquisa.

Essa variável é composta por dois fatores, a saber:

- (i) o sujeito nulo que está representado nos exemplos 120, 121 e 122, com o símbolo “Ø”, conforme mencionado no terceiro capítulo:

- (120) “Não **Ø sabemos** para que anda | o Senhor Juiz com tão grande numero de Guar- | das, que só servem para fazer pesa- | do o serviço dos Cidadãos, e horri- | sar as familias com aquelle apparato | belicoso, e em quanto o Senhor menino, | Vossa Senhoria não deve consentir que ande mais | na patrulha para não o encommodar.” (Carta de Redator - Recopilador Cachoeirense 12/12/1832).
- (121) “He mui justo que **Ø sigamos** | os costumes da nossa Santa Religião; | mas convém tambem que desappareção | excessos e luxos que acompanhão a al- | guns actos della.” (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 01/08/1832).
- (122) “Mas cada passo que **Ø damos** para o futuro, **Ø descobrimos** um dia no passado! [...]” (Peças Teatrais – personagem Guilherme em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).
- (ii) o sujeito pleno, ou seja, preenchido lexicalmente, vê-se o pronome “nós” em consonância com a desinência verbal (cf. exemplos 123 e 124):
- (123) “Se igualmente **nòs** attendermos ás | modificaçoens infinitas, que á cada momento sobre | veem na composição da atmospha, á influencia | reciproca dos astros, à posição, que o Brasil oc- | cupa em o nosso planeta, aos mares immensos, | que nos separam dos lugares onde a Cholera faz | os seos estragos, não he de rasão esperar, que **nós** | não seremos accommettidos por ella?” (Carta de Leitor - Jornal da Soc. de Agricultura, Commercio, e Industria da Provincia da Bahia 15/03/1833).
- (124) “O nobre senhor barão de Cotegipe escrevendo | cartas a seus amigos e a fazer alarde da confiança imperial! os amigos do digno senhor Cotegipe a mos | trarem essas cartas (aos liberaes, porque não as | temos visto **nós**) nos conciliabulos da cidade | baixa!” (Carta de Redator - Correio da Bahia 08/01/1876).

Os dados de frequência foram organizados na tabela 33 a seguir para melhor ilustrar o comportamento do preenchimento do sujeito nos séculos XIX e XX, a fim de se verificar se haveria ou não consonância com o que foi exposto anteriormente:

Tabela 33 - Frequência de "nós" em relação ao preenchimento do sujeito em cada metade dos Séculos XIX e XX.

Período	Preenchimento do sujeito		Nulo		Pleno	
	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%
1801-1850	22/130	16,9	5/18	27,8		
1851-1900	64/130	49,2	3/18	16,7		
1901-1950	21/130	16,2	1/18	5,6		
1951-2000	23/130	17,7	9/18	50,0		
TOTAL	130/148	87,8	18/148	12,2		

A informação mais importante dessa tabela, o total de ocorrências, permite inferir, a partir do *corpus* de observação deste trabalho, que o sujeito nulo foi mais empregado pelos escritores nos séculos XIX e XX, na Bahia, para se indeterminar o sujeito, confirmando assim a informação de Duarte (1993), no que diz respeito ao uso de “nós”, uma das estratégias pronominais aqui analisadas.

Agora, ao distribuir por todos os períodos analisados, o sujeito nulo apresentou maior frequência na segunda metade do século XIX, enquanto os demais períodos se mantiveram equiparados. Sobre o sujeito pleno, houve poucos dados, apenas 18 ocorrências, o que não se pode dizer se este ou aquele período teve maior frequência.

4.4.3 A estratégia “Ø+V3PP”

A nova análise aqui empreendida diz respeito à estratégia sem sujeito lexicalmente preenchido e o verbo na terceira pessoa do plural – Ø+V3PP, a qual é considerada como uma das possibilidades de se indeterminar o sujeito pela maioria das gramáticas normativas consultadas (cf. primeiro capítulo).

Assim como na seção anterior, a forma Ø+V3PP será verificada em relação à forma verbal, também sem sujeito lexical preenchido, mais a partícula “se” – Ø+V+SE. Certamente, alguns grupos de fatores foram excluídos por não atenderem especificamente à estratégia aqui em pauta, o verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito lexicalmente expresso, como é o caso do preenchimento do sujeito, no

qual para essa estratégia é sempre “nulo” (não preenchido); além de outros grupos que foram estabelecidos exclusivamente para o uso do “se”.

Uma vez definidos quais grupos de fatores fariam parte da análise quantitativa, realizou-se o processamento inicial que identificou que na variável grau de indeterminação somente a estratégia $\emptyset+V+SE$ apresentava indeterminação parcial com referência implícita no contexto, optando-se pela junção das “parciais” (ou seja, indeterminação parcial implícita juntamente com indeterminação parcial explícita) em relação à “completa”.

Além disso, mais uma vez somente a estratégia $\emptyset+V+SE$ apresentou verbo no infinitivo na variável flexão do verbo. Feitas as modificações necessárias, realizou-se a rodada que mostrou *Input* de 0.144, *Log likelihood* de -178.589 e significância de 0.048, selecionando cinco variáveis, as quais serão apresentadas na ordem de importância de acordo com o GoldVarb X:

4.4.3.1 Função da indeterminação

A função da indeterminação tem demonstrado até aqui um papel importante quando se trata em indeterminar o sujeito, especialmente quando se trata em ocultar um possível sujeito de terceira pessoa, o que já era de se esperar tendo em vista que a estratégia em evidência nesta análise marca a terceira pessoa do plural (cf. exemplo 125), ou por uma questão de economia linguística (cf. exemplo 126), ambos fatores tiveram o mesmo peso relativo de 0.851 (cf. tabela 34).

Tabela 34 - O uso de “ $\emptyset+V3PP$ ” X “ $\emptyset+V+SE$ ” em relação à função da indeterminação.

Função da indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Ocultação do sujeito	31/68	45,6	0.851
Economia linguística	9/31	29,0	0.851
Desfocalização do sujeito	26/172	15,1	0.544
Exemplificação	30/138	21,7	0.410
Descomprometimento	1/56	1,8	0.061

Além das funções de indeterminação mais proeminentes, a desfocalização do sujeito (cf. exemplo 127) também favoreceu a indeterminação do sujeito com a estratégia Ø+V3PP com peso relativo 0.544.

- (125) “Dêsse Estado colossal, simpa-|tica amiguinha, me **Ø levaram** para| São Paulo, onde passei alguns| anos em estudos e ligeiras ob-|servações.... enfim, onde o dese-|jo de abraçar um meio me apa-|receu, no proposito de adquirir| o importante para a minha su|bsistencia, não obstante meus| pais me cercaram de tudo, me| nos de idéias, porque ésses se| criam nas pessôas e não vêm| das imposições de outros.||” (Carta de Redator - Folha do Norte 22/02/1947)
- (126) “Não sabes, que pouco tarde o nosso Capitão General, e que deve ver acabada aquella Bataria? Queres que te **Ø criminem** de fraco, de inerte, de... [...]” (Personagem Eugenio em “Palafox em Saragoça, ou Batalha de 10 de agosto do anno de 1808” de A. X. F. A. – 1812)
- (127) “**Ø Chamão-me.**” (Personagem Eulalia em “Palafox em Saragoça, ou Batalha de 10 de agosto do anno de 1808” de A. X. F. A. – 1812)

4.4.3.2 Gênero textual

A segunda variável selecionada mostrou um resultado diferente das estratégias até então analisadas. As peças teatrais foram as que mais favoreceram o emprego da terceira pessoa do plural sem sujeito lexical para indeterminar o sujeito, conforme peso relativo de 0.724 apontado na tabela 35.

Tabela 35 - O uso de “Ø+V3PP” X “Ø+V+SE” em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Peças Teatrais	69/219	31,5	0.724
Cartas de Leitores	14/107	13,1	0.347
Cartas de Redatores	14/139	10,0	0.263

As cartas, tanto de leitores quanto de redatores, desfavoreceram a forma de indeterminação ora em análise. Diferentemente das peças, esses gêneros textuais são escritos para serem lidos e não oralizados, ao menos é o que se espera. Tem-

se aí um resultado interessante, principalmente por considerar uma das estratégias “padrão” mencionadas pelas gramáticas normativas dos séculos XIX e XX.

4.4.3.3 Período

Analisar o período de publicação dos textos que compõem o *corpus* é perceber o crescimento na aplicação desta estratégia em relação ao “se” (cf. tabela 36).

Tabela 36 - O uso de “Ø+V3PP” X “Ø+V+SE” em relação ao período.

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	22/149	14,8	0.357
1851-1900	44/210	21,0	0.542
1901-1950	16/73	21,9	0.496
1951-2000	15/33	45,5	0.835

Nessa tabela, percebe-se um comportamento similar ao encontrado na análise da estratégia verbal com o “se”, ou seja, o favorecimento na segunda metade do século XIX e do século XX. Assim, a análise da distribuição da frequência se faz necessário para melhor compreensão do comportamento apresentado pela forma verbal na terceira pessoa do plural sem sujeito lexical:

Tabela 37 - Distribuição da frequência de uso de “Ø+V3PP” X “Ø+V+SE” em relação aos gêneros textuais e o período.

Período	Cartas de Leitores		Cartas de Redatores		Peças Teatrais		Total	%
	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%		
1801-1850	4/35	11	2/43	5	16/71	23	22/149	15
1851-1900	4/46	9	9/81	11	31/83	37	44/210	21
1901-1950	5/14	36	3/10	30	8/49	16	16/73	22
1951-2000	1/12	8	0/5	0	14/16	88	15/33	45
Total	14/107		14/139		69/219		465	

A leitura da porcentagem dos resultados totais indicam um aumento no uso da estratégia “Ø+V3PP” com o passar o tempo, porém se percebe uma menor frequência de uso ao analisar a quantidade total de dados que diminui drasticamente. Os poucos dados dificultam uma análise mais definida dessa estratégia, indicando, portanto, uma ampliação dos gêneros textuais em uma futura pesquisa.

4.4.3.4 Flexão do verbo

A flexão do verbo foi a quarta variável selecionada e que apresentou um resultado não tão importante, tendo em vista que a estratégia de aplicação já traz em sua estrutura um verbo finito (cf. exemplo 128), mesmo assim, o peso relativo de 0.519 para esse tipo de flexão verbal foi muito próximo ao ponto neutro (cf. tabela 38).

Tabela 38 - O uso de “Ø+V3PP” X “Ø+V+SE” em relação à flexão do verbo.

Flexão do verbo	Apl./T.	%	P.R.
Finito	95/402	23,6	0.519
Gerúndio	2/21	9,5	0.194

- (128) “Vê NEGÓCIO TORTO e fica desesperada Brigadeiro! Ô, Brigadeiro! O que foi isso aqui, rapaz? Mataram o cara aqui, dentro do meu estabelecimento? Porra! É Negócio Torto! Ø **Vão** me chamar de ladrona, de assassina! Olha a cara dela no jornal! [...]” (Personagem Neuzão em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995).

4.4.3.5 Grau de indeterminação

O grau de indeterminação foi o último grupo de fatores selecionados, evidenciando que o emprego do verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito lexicalmente preenchido é favorecido quando se indetermina o sujeito de forma

completa, ou seja, quando não há qualquer maneira de se identificar um possível referente. Esse fator teve peso relativo de 0.554, também próximo ao ponto neutro, conforme dados da tabela 39.

Tabela 39 - O uso de "Ø+V3PP" X "Ø+V+SE" em relação ao grau de indeterminação.

Grau de indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Indeterminação completa	63/296	21,3	0.554
Indeterminação parcial	34/169	20,1	0.406

Em consonância com o que já foi dito, há indeterminação completa quando não é possível se identificar qualquer que seja o referente ligado ao verbo. Tal classificação leva em consideração todo o contexto de uso, não apenas o imediato, por esse motivo, nem sempre o exemplo é tão revelador, como o exemplo 129 a seguir:

- (129) “Ali vocês podem ver a casa azul e a casa amarela aonde **Ø vendiam** e **Ø leiloavam** os negros.” (Personagem Lord Black em “Essa é a nossa praia” de Márcio Meirelles – 1991).

Ao analisar a estratégia Ø+V3PP em relação ao Ø+V+SE, esperava-se que os resultados fossem equiparados, tendo em vista que a forma verbal de terceira pessoa do plural sem sujeito lexicalmente preenchido aparece em boa parte das gramáticas normativas consultadas. No entanto, percebeu-se o contrário.

Torna-se necessário uma ampliação dessa discussão, analisando outros gêneros textuais e, também, na modalidade oral da língua quando possível a fim de se verificar o motivo pelo qual a forma de expressão da indeterminação do sujeito Ø+V3PP aparece com frequência nos compêndios de consulta gramatical considerados normativos.

4.4.4 Sintagmas nominais – SN

Nesta nova análise, o fator de aplicação são os “sintagmas nominais” também em relação à estratégia constituída de um verbo na terceira pessoa com a partícula “se” sem qualquer tipo de sujeito lexicalmente preenchido – $\emptyset+V+SE$.

Não houve qualquer tipo de nocaute, embora algumas variáveis tenham sido excluídas, tais como: o preenchimento do sujeito, pois os sintagmas nominais só podem se configurar como uma possibilidade de indeterminação se aparecer preenchido, caso contrário seria de difícil definição, uma vez que o verbo estaria flexionado na terceira pessoa do singular ou do plural, confundindo-se com outras possibilidades de indeterminação; e outras variáveis mencionadas anteriormente que fazem referência unicamente ao “se”.

Uma vez esclarecidos os procedimentos adotados para a realização da rodada, os dados numéricos foram gerados, apresentando *Input* de 0.043, *Log likelihood* de -106.226 e significância de 0.038, selecionando cinco variáveis, a saber na ordem dada pelo programa:

4.4.4.1 Função da indeterminação

Os sintagmas nominais, ao serem analisados com a estratégia composta pelo “se”, consideraram a função da indeterminação como principal conjunto de fatores favoráveis à sua aplicação como uma estratégia de indeterminação do sujeito em textos escritos nos séculos XIX e XX na Bahia.

Tabela 40 - O uso dos “SN” X “ $\emptyset+V+SE$ ” em relação à função da indeterminação.

Função da indeterminação	Apl./T.	%	P.R.
Exemplificação	37/145	25,5	0.776
Economia linguística	3/25	12,0	0.771
Ocultação do sujeito	9/46	19,6	0.769
Descomprometimento	3/58	5,2	0.341
Desfocalização do sujeito	2/148	1,4	0.177

Nos dados apresentados na tabela 40, as funções que favorecem o emprego dos SN são as que tratam da exemplificação, ou seja, quando o escritor cita alguma situação genérica, com peso relativo 0.776 (cf. exemplo 130); quando existe a possibilidade de economizar informações tendo em vista algumas informações presentes no texto sobre o possível referente, com peso relativo 0.771 (cf. exemplo 131); ou quando a intenção é de ocultar um sujeito de terceira pessoa, com peso relativo 0.769 (cf. exemplo 132). As demais funções desfavorecem esse tipo de indeterminação.

- (130) “Parece que podem algumas vezes, | e em certos casos, moderar este | rigor por duas razões: 1.^a porque | **o homem** he tão fraco, e imperfei- | to, que nenhuma comparação tem | com a força, e perfeição do Crea | dor: [...] (Carta de Leitor - Gazeta da Bahia 22/05/1830).
- (131) “E’, portanto, summamente estranhavel que | ao mesmo tempo que se censura o systema | em que **o individuo** é absorvido pelo poder, o | cidadão pelo estado, se queira perpetuar o mal, | exigindo-se que, em quanto não mudarem as com | dições administrativas do paiz, coninue-se essa | substituição.” (Carta de Redator - Correio da Bahia 09/01/1876).
- (132) “Eu tou doida qui já se findilize esse casamento pra vê se **o povo** deixa de metê livuzia na cabeça de Generosa, dizendo a ella qui Totonho é muito involuve, qui nem tem amô a ella.” (Personagem Calú em “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida Sampaio – 1930).

4.4.4.2 Período

O período das cartas e peças teatrais também revelou um resultado praticamente idêntico ao uso do Ø+V3PP (cf. seção anterior), conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 41 - O uso dos "SN" X "Ø+V+SE" em relação ao período.

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	6/133	4,5	0.318
1851-1900	19/185	10,3	0.536
1901-1950	11/68	16,2	0.480
1951-2000	18/36	50,0	0.903

A segunda metade do século XX é a que mais favorece o uso dos sintagmas nominais para se indeterminar o sujeito, com peso relativo de 0.903, caracterizando-se uma inovação desse período, embora tenha havido também um leve favorecimento na segunda metade do século XIX, o que parece ser influenciado pela baixa frequência de dados. Mais uma vez, torna-se necessária uma ampliação dos gêneros textuais em uma pesquisa futura.

4.4.4.3 *Transitividade verbal*

Os verbos de ligação (cf. exemplo 133) apresentam peso relativo de 0.913 bastante elevado quando se trata de favorecer o emprego dos sintagmas nominais como uma das possibilidades de indeterminação do sujeito (cf. tabela 42).

Tabela 42 - O uso dos "SN" X "Ø+V+SE" em relação à transitividade verbal.

Transitividade verbal	Apl./T.	%	P.R.
Ligação	7/16	43,8	0.913
Intransitivo	4/18	22,2	0.772
Transitivo	43/388	11,1	0.462

Além dos verbos de ligação, os verbos intransitivos (cf. exemplo 134) também favoreceram a indeterminação com a estratégia em **evidência** nesta análise, com peso relativo de 0.772.

- (133) “Então deixa-me pagar adiantado; e não estranhes, que **o homem seja** útil ao homem: vem; e tu espera.” (Personagem Palafox em “Palafox em Saragoça, ou Batalha de 10 de agosto do anno de 1808” de A. X. F. A. - 1812).
- (134) “E o **sugeito ficou vendo**, está visto” (Personagem José em “O médico dos pobres” de A. Dourado – 1876).

4.4.4.4 Gênero textual

Os sintagmas nominais parecem figurar com maior intensidade nas peças teatrais quando diz respeito à indeterminação do sujeito, pois foi justamente esse o único fator favorável, com peso relativo de 0.643 (cf. tabela 43).

Tabela 43 - O uso dos “SN” X “Ø+V+SE” em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Peças Teatrais	39/189	20,6	0.643
Cartas de Leitores	9/102	8,8	0.492
Cartas de Redatores	6/131	4,6	0.305

Espera-se que as peças teatrais busquem empregar uma linguagem próxima da oralidade, tendo em vista os diálogos entre personagens. Estes estão inseridos supostamente num determinado estrato social, o que pode caracterizar, inclusive, um uso próximo da fala popular, ao se pensar, por exemplo, na peça “Como se casa um matuto”, Jacintho d’Almeida Sampaio (1930), na qual há todo indício de representação da oralidade, fazendo uso de uma escrita que tenta imitar a fala. Isso talvez explique o motivo do seu favorecimento, tendo em vista que os sintagmas nominais podem ser vários e de diferentes constituições.

4.4.4.5 Tipos de oração

Os tipos de oração foi a última variável selecionada, apontando praticamente todas as formas de oração como favoráveis ao uso dos sintagmas nominais na composição de um sujeito indeterminado.

Tabela 44 - O uso dos "SN" X "Ø+V+SE" em relação ao tipo de oração.

Tipos de Oração	Apl./T.	%	P.R.
Principal	22/116	19,0	0.637
Subordinada	15/95	15,8	0.622
Absoluta	7/39	17,9	0.536
Coordenada	10/172	5,8	0.334

Nessa tabela, observa-se que as orações principais (cf. exemplo 135), com peso relativo 0.637, e as subordinadas (cf. exemplo 136), com 0.622, são as que mais favorecem a indeterminação do sujeito com os sintagmas nominais. E por último, e próximas ao ponto neutro, as orações absolutas (cf. exemplo 137), com 0.536.

- (135) “**O publico** recorda-se de que ha poucos dias | foi regeitada uma proposta á Assembleia para | a publicação de seus debates.” (Carta de Redator - Jornal da Bahia 12/05/1860).
- (136) “Somos chegados a esse estado fatal de scre | pticismo em que **o povo** descrê de tudo e de | seus representantes mais legitimos || E com razão; [...]” (Carta de Redator - Jornal da Bahia 12/05/1860).
- (137) “**Gente** só se bebeno corqué pinga. Xiquinha, minha fia, nois non bene corqué coisa não?” (Personagem Euzebio em “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida Sampaio – 1930).

A estratégia em evidência nesta seção aponta mais uma vez para a importância da função da indeterminação para a seleção das estratégias de indeterminação que os escritores adotaram em seus textos. Parece, pois, uma tendência.

4.4.5 O infinitivo impessoal – Ø+VINF

O infinitivo impessoal é uma das formas de indeterminação que são mencionadas por algumas gramáticas consultadas, inclusive contemporâneas, tais como Rabello (1872), Pereira (1907), Tersariol (1969) e Cegalla (2008). Por esse motivo, coube considerá-lo assim e ter buscado sua análise nos textos baianos dos séculos XIX e XX, que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa.

É sabido que há uma restrição em relação às variáveis possíveis de participar da rodada, além das já mencionadas específicas do “se”, o outro conjunto de fatores excluído foi a “flexão verbal”, porque o infinitivo impessoal obviamente estará sempre no infinitivo, o que seria redundante colocá-lo.

Feitas as alterações iniciais, alguns nocautes ainda foram gerados. Primeiro, não houve dados no período de 1901-1950, assim como também não houve seu uso quando se tratava do grau de indeterminação parcial de referência implícita no contexto, optando-se mais uma vez em se considerar apenas os fatores “parcial” *versus* “completa” nesta análise. Além dessas alterações, também não houve registro de orações absolutas com essa estratégia. Realizadas essas alterações, fez-se a rodada que teve *Input* de 0.050, *Log likelihood* de -87.447 e significância de 0.002. Apenas três variáveis foram selecionadas, na ordem dada pelo GoldVarb X:

4.4.5.1 Tipos de oração

As orações principais (cf. exemplo 138) são as únicas que favorecem o uso do verbo no infinitivo impessoal para se indeterminar o sujeito, com peso relativo de 0.771 (cf. tabela 45).

Tabela 45 - O uso de “Ø+VINF” X “Ø+V+SE” em relação aos tipos de oração.

Tipos de Oração	Apl./T.	%	P.R.
Principal	21/115	18,3	0.771
Coordenada	10/172	5,8	0.477
Subordinada	1/81	1,2	0.178

Os demais tipos de oração desfavorecem, considerando também que não houve dado de oração absoluta.

- (138) “**Ø Passar** entre os vivos, alegres, e ter o coração despedaçado?!”
(Personagem Médico em “O médico dos pobres” de A. Dourado - 1876).

4.4.5.2 Período

O período de publicação das cartas e das peças teatrais foi um segundo grupo de fatores selecionado, embora não houvesse dados no período de 1901-1950 conforme mencionado anteriormente (cf. tabela 46).

Tabela 46 - O uso de “Ø+VINF” X “Ø+V+SE” em relação ao período.

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	9/136	6,6	0.433
1851-1900	14/180	7,8	0.474
1901-1950	-	-	-
1951-2000	9/27	33,3	0.886

Nessa tabela, o infinitivo impessoal foi favorecido nos textos publicados na segunda metade do século XX, com peso relativo de 0.886, porém os poucos dados não permitem afirmar se seria uma tendência desse período. Caberá uma ampliação dos gêneros textuais, aumentando o *corpus*, para tentar compreender melhor o seu uso.

4.4.5.3 Gênero textual

Por fim, e não menos importante, o gênero textual, que apresentou maior favorecimento pelo uso do infinitivo impessoal nas peças teatrais, com peso relativo de 0.615, conforme tabela a seguir:

Tabela 47 - O uso de "Ø+VINFIN" X "Ø+V+SE" em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Peças Teatrais	18/168	10,7	0.615
Cartas de Redatores	11/136	8,1	0.569
Cartas de Leitores	3/96	3,1	0.229

Além das peças teatrais, as cartas de redatores também foram as que mais favoreceram, com peso relativo de 0.569. Sendo eles profissionais que lidam com as letras e responsáveis pelo que se publica em um jornal, talvez se explique o fato de o infinitivo impessoal figurar como uma das estratégias de indeterminação em algumas gramáticas.

4.4.6 Verbo na terceira pessoa do singular - Ø+V3PS

Analisar se a terceira pessoa do singular sem sujeito lexicalmente expresso (Ø+V3PS) como uma das possibilidades de se indeterminar o sujeito é levar em consideração que ela é tida como uma possibilidade de caráter mais popular, conforme atestado por Neves (2000), em relação à oralidade no século XX. Contudo, essa possibilidade figurou em textos escritos nos séculos XIX e XX na Bahia, por isso ela foi verificada e seus dados serão expostos a seguir.

Houve restrições nesta análise devido ao número de dados (18 ocorrências). Por esse motivo, os nocautes encontrados foram assim resolvidos:

- Variável grau de indeterminação: não houve dados com grau parcial de referência implícita, por esse motivo, serão mostrados os resultados fazendo-se referência apenas aos graus “parcial” e “completa”;
- Variável função da indeterminação: não houve dados em relação ao “descomprometimento” do sujeito (amenizar o uso da primeira pessoa);
- Variável flexão verbal: foi excluída por haver apenas verbos finitos, tendo em vista que o fator ora em análise é assim constituído;
- Variável tipos de verbos: não houve dados com verbos intransitivos.

Uma vez excluídos os fatores ou grupos de fatores que não apresentavam os dados necessários, procedeu-se à rodada que teve *Input* de 0.010, *Log likelihood* de -42.258 e significância de 0.001. Com as restrições anteriormente apresentadas, apenas dois foram as variáveis selecionadas:

4.4.6.1 Período

O verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexicalmente preenchido foi realizado nos séculos XIX e XX, mas havendo maior favorecimento na segunda metade do XX, com peso relativo de 0.981 (cf. tabela 48).

Tabela 48 - O uso de "Ø+V3PS" X "Ø+V+SE" em relação ao período.

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	3/130	2,3	0.551
1851-1900	1/167	0,6	0.286
1901-1950	2/59	3,4	0.534
1951-2000	12/30	40,0	0.981

Embora o período de 1951-2000 tenha se destacado, o seu período anterior (ou seja, de 1901-1950) também favoreceu levemente o emprego do Ø+V3PS, com peso relativo de 0.534. A primeira metade do século XIX também favoreceu o uso dessa estratégia de indeterminação, com peso relativo de 0.551, conforme resultados vislumbrados na tabela 45. Acredita-se que os poucos dados fizeram com que o peso relativo referente à segunda metade do século XIX fosse baixo, desfavorecendo o seu uso.

4.4.6.2 Gênero textual

O gênero textual trouxe um resultado que era esperado: as peças teatrais foi o único fator que favoreceu o uso de uma estratégia considerada de uso mais popular, com peso relativo de 0.806 (cf. tabela 49).

- (139) “Eu nem digo qui Ø dê nas fias femmas de pau, mais porens, digo, qui pé de galinha nom mata pinto.” (Personagem Sebastião em “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida Sampaio – 1930).
- (140) “Brincando, brin-cando, completa quatro, não quer sair que a lei protege. Tem cabimento se passar por dono das casas alheias? Mas Ø vai sair!” (Personagem Dona Edna em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995)

Tabela 49 - O uso de “Ø+V3PS” X “Ø+V+SE” em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Peças Teatrais	15/165	9,1	0.806
Cartas de Leitores	2/95	2,1	0.271
Cartas de Redatores	1/126	0,8	0.247

Parece haver aí uma relação com o gênero textual que foi produzido para ser oralizado. Se se trata de uma possibilidade muito comum na oralidade, tendo em vista o que foi dito por Neves (2000), era de se esperar o seu emprego nas peças teatrais, especialmente nas publicadas no século XX, havendo relação, portanto, com a variável anteriormente analisada.

4.4.7 “A gente”: uma característica do século XX

Eis outra estratégia de indeterminação do sujeito que apresentou poucos dados (16 ocorrências apenas). Isso fez com que alguns nocautes ocorressem:

- Não houve dados nas cartas de redatores;

- Não houve dados na primeira metade do século XIX;
- Não foi utilizada para “ocultação do sujeito” no que diz respeito à função da indeterminação;
- Não foi empregada com verbos de ligação.

Diante dessas impossibilidades, o arquivo de condições foi modificado de forma a possibilitar a rodada sem considerar os fatores mencionados (inserindo o código de não aplicação do fator), obtendo por fim o *Input* de 0.029, *Log likelihood* de -39.608 e significância de 0.013, tendo quatro variáveis selecionadas na ordem de importância:

4.4.7.1 Período

A forma “a gente” gramaticalizada parece ser uma inovação do século XX, o que fez com que ela fosse mais proeminente no período de 1951-2000, quando se trata de indeterminar o sujeito, com peso relativo de 0.909 (cf. tabela 50).

Tabela 50 - O uso de “a gente” X “Ø+V+SE” em relação ao período.

Período das cartas/peças teatrais	Apl./T.	%	P.R.
1801-1850	-	-	-
1851-1900	3/169	1,8	0.354
1901-1950	8/65	12,3	0.679
1951-2000	5/23	21,7	0.909

Verifica-se ainda que a primeira metade também do século XX favoreceu o uso de “a gente” indeterminado, com peso relativo de 0.679, portanto, crescendo da primeira metade para a segunda desse século.

4.4.7.2 Estrutura do núcleo do predicado (verbo)

A estrutura do verbo, ou o que se chama aqui de núcleo do predicado, foi a segunda variável selecionada, apresentando o seguinte resultado:

Tabela 51 - O uso de “a gente” X “Ø+V+SE” em relação à estrutura do núcleo do predicado.

Estrutura do núcleo do predicado (verbo)	Apl./T.	%	P.R.
Composta	6/61	9,8	0.638
Simples	10/323	3,1	0.473

Nota-se que os verbos compostos (cf. exemplos 141 e 142) favoreceram o emprego de “a gente” como expressão de indeterminação do sujeito, com peso relativo de 0.0638.

- (141) “Meu cumpade **ajente** só deve botá o chapéo aonde o braço arcança; eu no seu caso nem bolia nas coiza da finada... só memo no urtimo furo, condo não tivesse mais nada in qui pegá.” (Personagem Calú em “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida Sampaio – 1930).
- (142) “Diz a minha cumade qui a farinha não sahiu muito bôa não, pruvia das mandioca tá munto cheia d’aua; **a gente** ta mexeno, iá imbolano.” (Personagem Euzebio em “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida Sampaio – 1930).

4.4.7.3 Gênero textual

O gênero textual foi o terceiro grupo de fatores selecionados quando se trata de “a gente” indeterminado.

Tabela 52 - O uso de “a gente” X “Ø+V+SE” em relação ao gênero textual.

Gênero Textual	Apl./T.	%	P.R.
Peças Teatrais	15/165	9,1	0.733
Cartas de Leitores	1/94	1,1	0.145

A tabela 52 revela que as peças teatrais mais uma vez favorecem uma estratégia que pode ser considerada inovadora no século XX, com peso relativo de 0.733. Nota-se também que só há um dado nas cartas de leitores, o qual merece ser citado:

- (143) “Ora, se **a gente**, pedindo e| chorando neste vale de lagrimas,| entra, muita vez, em certos em-|brulhos como Pilatos entrou no| Crédo e até hoje não conseguiu| sahir dêle, quanto mais se re-|clamando pela imprensa, n’um| tom que, talvez, julguem arro-|gante.” (Carta de Leitor - Folha do Norte 08/03/1941).

4.4.7.4 Flexão do verbo

Por fim, a última variável selecionada pelo GoldVarb X, a flexão do verbo, a qual apresentou favorecimento quando o verbo está flexionado em sua forma de gerúndio (cf. exemplo 144), com peso relativo de 0.863 (cf. tabela 53).

- (144) “Diz a minha cumade qui a farinha não sahiu muito bôa não, pruvia das mandioca tá munto cheia d’aua; **a gente** ta mexeno, iá imbolano.” (Personagem Euzebio em “Como se casa um matuto” de Jacintho d’Almeida Sampaio – 1930).

No resultado da tabela a seguir, ainda se percebe que os verbos flexionados estão com peso neutro, ou seja, nem favorecem e nem desfavorecem.

Tabela 53 - O uso de “a gente” X “Ø+V+SE” em relação à flexão do verbo.

Flexão do verbo	Apl./T.	%	P.R.
Gerúndio	4/23	17,4	0.863
Finito	11/318	3,5	0.500
Infinitivo	1/43	2,3	0.272

A variável “preenchimento do sujeito” não pode participar da rodada pelos motivos que já foram expostas, mas não impediu de se verificar a distribuição das ocorrências, conforme tabela 54 a seguir:

Tabela 54 - Frequência de "a gente" em relação ao preenchimento do sujeito em cada metade dos Séculos XIX e XX.

Período das cartas/ peças teatrais	Preenchimento do sujeito		Nulo		Pleno	
	Apl./T.	%	Apl./T.	%	Apl./T.	%
1801-1850	-	-	-	-	-	-
1851-1900	1/3	33,3	2/3	66,7		
1901-1950	0/6	0,0	6/6	100		
1951-2000	0/5	0,0	5/5	100		
TOTAL	1/14	7,1	13/14	92,9		

Nota-se que a indeterminação do sujeito com a forma “a gente” é mais frequentemente preenchida, como era de se esperar, tendo em vista que a flexão do verbo para essa estratégia é igual ao uso da “terceira pessoa do singular”, outra possibilidade de indeterminação, como também da flexão verbal com os “sintagmas nominais” e o “você”, o que poderia gerar uma confusão no entendimento dos enunciados.

4.4.8 E as outras estratégias, o que aconteceu com elas?

As outras estratégias não mencionadas anteriormente tiveram pouquíssimos dados, o que impossibilitou qualquer tipo de análise multivariada, a saber:

- a) A estratégia pronominal “você” só teve quatro dados e todos do período de 1951 a 2000, um encontrado em carta de redatores e os outros três em peças teatrais. Mesmo sendo poucos dados, todos os casos foram de indeterminação completa quanto ao grau. Ao tratar da função da

indeterminação, todos exerceram a função de focar na ação verbal ou situação genérica (exemplificação). Vale ainda ressaltar que todas as ocorrências foram de sujeito pleno, ou seja, preenchido.

(145) “A| agência tal entrega <facilmente| e imediatamente> o que **você**| desejar em bicicletas etc. Pare-|ce-me, que a agência referida| deveria entregar facil e imedia-|tamente o que o comprador ad-|quirir em base de credito etc.” (Carta de Redator - Folha do Norte 05/05/1951);

b) A estratégia pronominal “eles” apareceu cinco vezes apenas, e em peças teatrais publicadas na segunda metade do século XX. Todos os casos foram também de indeterminação completa, buscando ocultar uma terceira pessoa, o que era de se esperar, tendo em vista que se trata de um pronome de terceira pessoa. Todos com verbos finitos e a maioria com verbos de estrutura simples. Em relação ao preenchimento do sujeito, três ocorrências foram de sujeito “nulo” e duas de sujeito “pleno”.

(146) “É uma tal de liberdade, igualdade, fraternidade. **Eles** acham que podem tudo. Acham que foram eles quem libertou Nelson Mandela. Que foram eles quem derrubou o muro de Berlim. Se vacilar, tão acreditando que foram eles quem derrubou Collor do poder. Derrubou, derrubou?” (Personagem Dona Edna em “Bai bai, Pelô” de Márcio Meirelles – 1995);

c) A estratégia “voz passiva sem agente” também só obteve cinco dados. Não ocorrendo nas peças teatrais e nem nos períodos de 1851-1900 e 1901-1950. Todos os casos tinham como função da indeterminação de focar na ação verbal ou no objeto, e somente com verbos transitivos.

(147) “Declaro ao público de Feira| de Santana e de outras cidades| vizinhas que os bois pôdres que| foram apanhados na Queimadi-|nha, suburbio desta cidade, es-|tiveram á porta de minha fáabri-|ca de carne do sol, levados por| alguns senhores meus conheci-|dos; eu fiz porém, retirá-los ime-|diatamente e foram conduzidos| para lugar ignorado por mim.” (Carta de Leitor - Folha do Norte 21/02/1942).

4.5 O QUE OS OLHOS NÃO VÊM, OS RESULTADOS MOSTRAM

Os resultados até então vislumbrados chamaram a atenção para as variáveis funcionais elencadas nesta pesquisa: a função da indeterminação e o grau de indeterminação.

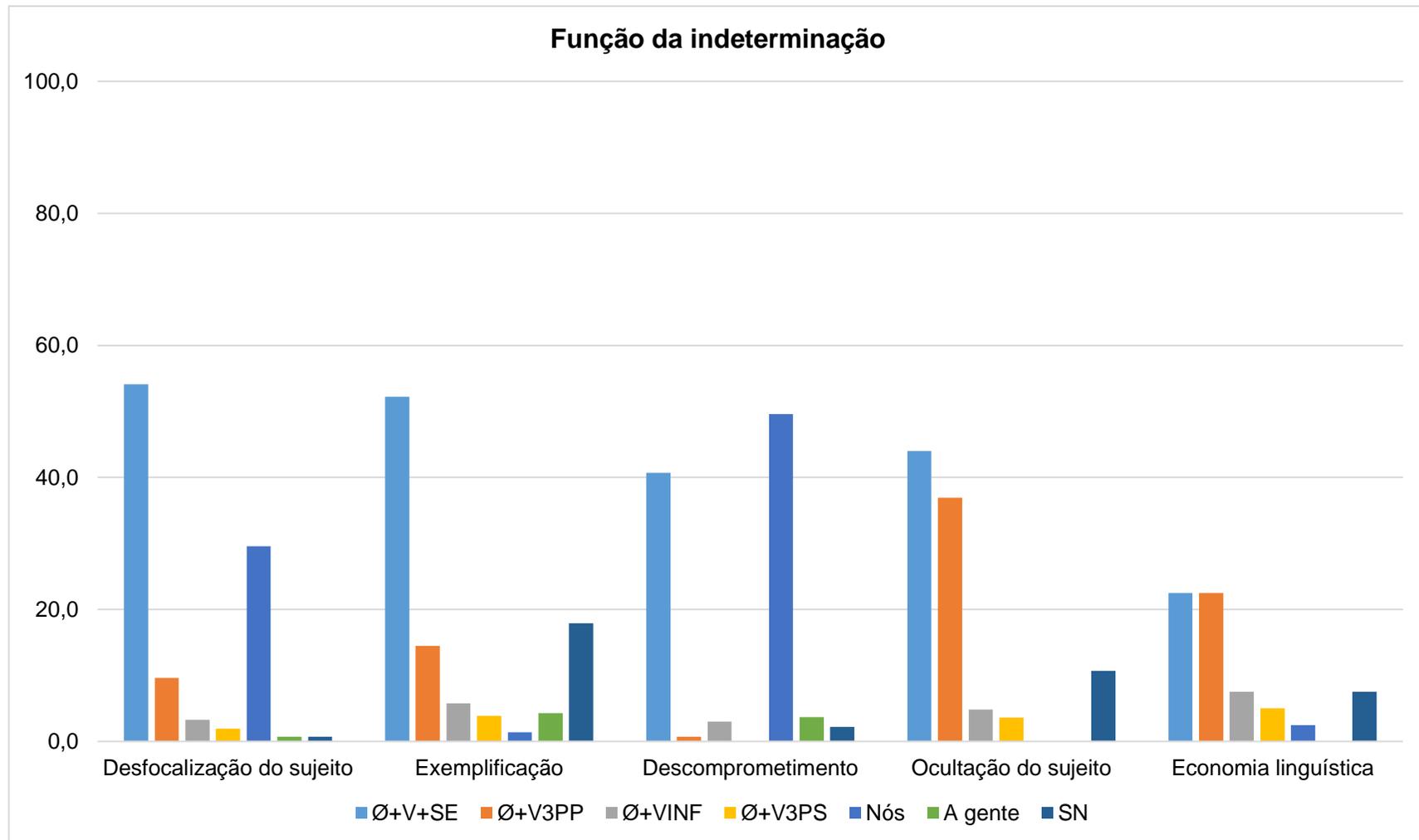
Assim, cabe uma reflexão maior sobre suas aplicações através das estratégias de indeterminação investigadas a fim de buscar compreender se uma análise em um nível morfossintático consegue dar conta do que se entende por variantes linguísticas no escopo da sociolinguística laboviana.

No que tange às estratégias pronominais “você” e “eles”, não foram consideradas nesta etapa final da análise, pois ambas obtiveram poucos dados, os quais só foram empregadas com a função de “ocultação do sujeito” e o “grau de indeterminação completo”.

Além delas, desconsiderou-se também a “voz passiva sem agente” uma vez que os poucos dados foram usados para desfocalizar o sujeito, sendo 60% com indeterminação completa e 40% com indeterminação parcial.

As demais estratégias foram analisadas tendo em vista o cruzamento dessas variáveis a fim de se verificar a frequência e, com isso, obter uma melhor especificação de qual estratégia é mais empregada em determinado grau e com qual função.

Inicialmente, verifica-se a frequência das estratégias de indeterminação em relação à sua função, distribuídas conforme gráfico 4 na próxima página.



Observa-se que quando se trata das funções de “desfocalização do sujeito” e “exemplificação”, a estratégia que tem o núcleo verbal com a partícula “se” sem sujeito lexicalmente preenchido (\emptyset +V+SE) aparece com mais evidência, com 54,1% e 52,2% respectivamente, ultrapassando mais da metade de uso.

Em relação à função “descomprometimento”, ou seja, quando o texto apresenta marcas de primeira pessoa do singular, mas para não se comprometer faz uso de uma estratégia de indeterminação, a escolha do escritor é o emprego de “nós”, com 49,6% de frequência. Nota-se também nessa mesma função um percentual também elevado da estratégia verbal com o “se” (\emptyset +V+SE), com 40,7% de frequência.

Ao tratar da “ocultação do sujeito”, sendo um referente qualquer de terceira pessoa, as estratégias com o “se” (\emptyset +V+SE) e o verbo na terceira pessoa do plural (\emptyset +V3PP), ambas sem sujeito lexicalmente preenchido, são as mais frequentes, perfazendo um total de 44% e 36,9% nessa ordem.

Essas estratégias apresentaram o mesmo perfil de frequência em relação à função “economia linguística”, com 22,5% de frequência cada uma respectivamente. Os demais dados numéricos poderão ser visualizados na tabela 55 a seguir.

Tabela 55 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação à sua função.

Função da indeterminação	Ø+V+SE		Ø+V3PP		Ø+VINFIN		Ø+V3PS		Nós		A gente		SN		T.	%
	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%		
Desfocalização do sujeito	146	54,1	26	9,6	9	3,3	5	1,9	80	29,6	2	0,7	2	0,7	270	36,7
Exemplificação	108	52,2	30	14,5	12	5,8	8	3,9	3	1,4	9	4,3	37	17,9	207	28,1
Descomprometimento	55	40,7	1	0,7	4	3,0	0	0,0	67	49,6	5	3,7	3	2,2	135	18,3
Ocultação do sujeito	37	44,0	31	36,9	4	4,8	3	3,6	0	0,0	0	0,0	9	10,7	84	11,4
Economia linguística	9	22,5	9	22,5	3	7,5	2	5,0	1	2,5	0	0,0	3	7,5	40	5,4
TOTAL	368	50,0	97	13,2	32	4,3	18	2,4	151	20,5	16	2,2	54	7,3	736	

A análise dos dados em relação às variáveis funcionais continua agora com o grau de indeterminação, cujos dados de frequência foram distribuídos e se encontram representados no gráfico 5.

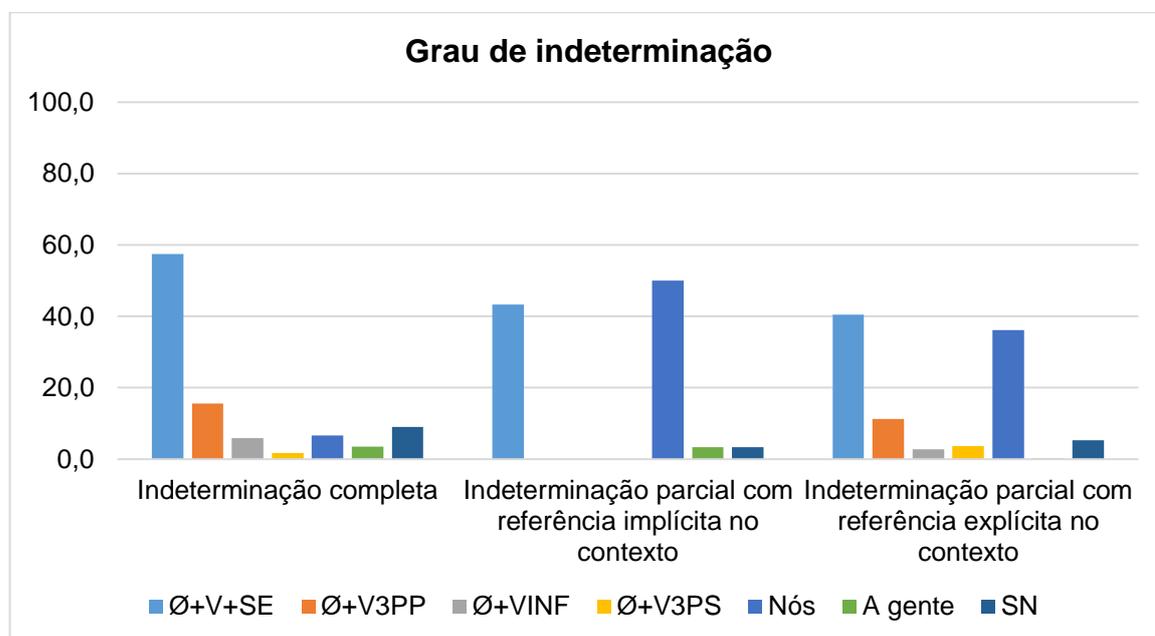


Gráfico 5 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação ao seu grau.

Quando se pensa em um *continuum* em relação à indeterminação do sujeito, ou seja, em um extremo a determinação e no outro a indeterminação, que seria o caso de não se pode resgatar qualquer possibilidade de informação relacionada ao referente, percebe-se que há uma frequência maior do “se” com verbos sem sujeito lexicalmente preenchido (Ø+V+SE), com percentual que ultrapassa os 50%.

Nos dados dos textos escritos da Bahia, nos séculos XIX e XX, a estratégia Ø+V+SE obteve 57,5% de uso em relação às demais estratégias, corroborando para considerá-la, de fato, a estratégia mais indeterminada dentre as demais.

O grau de indeterminação parcial com referência implícita no contexto diz respeito à possibilidade de resgatar um suposto referente a partir de inferências que estão relacionadas também ao próprio gênero textual, à forma como o discurso foi construído, à temática desenvolvida no texto, entre outras. Nesse caso, as estratégias mais empregadas foram o “nós”, com 50% de frequência, e seguida pela forma verbal sem sujeito lexical e o “se” (Ø+V+SE), que obteve 43,3% de uso.

O menor grau de indeterminação é atribuído à sua parcialidade com referência explícita no contexto, ou seja, há marcas no próprio texto que levam o escritor ou o

leitor a identificar um possível referente, ainda por inferência. Nesse sentido, ainda se destacam a forma verbal com o “se” ($\emptyset+V+SE$) e a estratégia pronominal “nós”, com frequência de 40,5% e 36,2% exatamente nessa ordem.

As demais estratégias figuraram com pouca ou nenhuma frequência, distribuídas praticamente de forma equilibrada, cujos dados numéricos podem ser conferidos na tabela 56 na próxima página.

Diante dos dados apresentados, levando-se em consideração a frequência da distribuição das estratégias de indeterminação pelos três graus de indeterminação delimitados nesta pesquisa, os recursos para se indeterminar o sujeito foram distribuídos em um esquema no intento de representar um possível *continuum*. Não se trata aqui de uma informação categórica e conclusiva, apenas mais uma alternativa para distribuir os dados relativos a cada forma de indeterminação investigada:

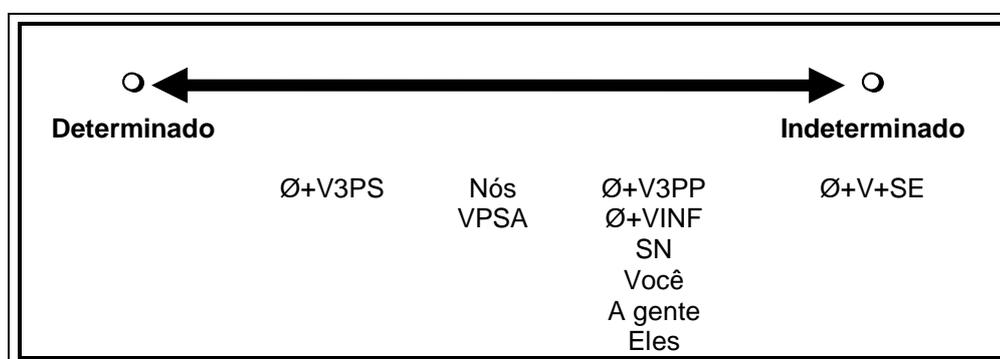


Figura 20 - Distribuição das estratégias de indeterminação na representação de um *continuum*.

O $\emptyset+V+SE$, devido ao seu alto índice de frequência em todos os graus estabelecidos para caracterizar a indeterminação, pode ser considerada a estratégia mais indeterminada dentre as demais.

Tabela 56 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação ao seu grau.

Grau de indeterminação	Ø+V+SE		Ø+V3PP		Ø+VINF		Ø+V3PS		Nós		A gente		SN		T.	%
	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%		
Indeterminação completa	233	57,5	63	15,6	24	5,9	7	1,7	27	6,7	14	3,5	37	9,1	405	55,0
Indeterminação parcial com referência implícita no contexto	13	43,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	50,0	1	3,3	1	3,3	30	4,1
Indeterminação parcial com referência explícita no contexto	122	40,5	34	11,3	8	2,7	11	3,7	109	36,2	1	0,3	16	5,3	301	40,9
TOTAL	368	50,0	97	13,2	32	4,3	18	2,4	151	20,5	16	2,2	54	7,3	736	

Os resultados apontados até então revelaram as diferenças existentes nos usos das estratégias de indeterminação do sujeito em relação às suas funções e ao seu grau ao longo dos textos escritos consultados dos séculos XIX e XX na Bahia.

Para compreender melhor esses resultados, fez-se um cruzamento das variáveis envolvidas nesta análise a fim de estabelecer definitivamente qual seria a estratégia mais indeterminadora no *corpus* consultado, revelando uma possível tendência dos períodos consultados.

Dessa forma, cruzando o grau com a função da indeterminação, tem-se a seguinte distribuição:

- A estratégia $\emptyset+V+SE$ é a mais frequente em todas as funções de indeterminação elencadas neste trabalho, especialmente quando se trata da indeterminação completa. Ele aparece também com maior frequência quando a indeterminação é parcial com referência implícita no contexto se a função for de exemplificação, descomprometimento ou ocultação do sujeito. Quanto ao grau de indeterminação parcial com referência explícita, ocorre apenas quando se trata de desfocalização do sujeito ou por economia linguística;
- A forma pronominal “nós” é mais usada quando de indeterminação parcial, sendo com referência implícita no contexto quando as funções são de desfocalização do sujeito e descomprometimento e com referência explícita quando se trata também do descomprometimento;
- O item $\emptyset+V3PP$ figura com maior frequência apenas quando de indeterminação parcial: se com referência implícita no contexto, destaque para a função de economia linguística, se com referência explícita, quando pretende ocultar o sujeito;
- Os sintagmas nominais têm um uso mais frequente quando se trata de indeterminação parcial com referência explícita no contexto e para exemplificar uma situação genérica qualquer.

Todos os dados numéricos do cruzamento das variáveis grau e função de indeterminação estão contemplados na tabela 57 na próxima página.

Tabela 57 - Frequência das estratégias de indeterminação em relação à sua função e ao seu grau.

Grau de indeterminação	Função da indeterminação	Desfocalização do sujeito		Exemplificação		Descomprometimento		Ocultação do sujeito		Economia linguística		TOTAL	%
		Estratégias	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.	%	Apl.		
Indeterminação o completa	Ø+V+SE	78	64	97	55	38	64	18	40	2	67	233	58
	Ø+V3PP	19	16	29	16	1	2	14	31	0	0	63	16
	Ø+VINF	7	6	9	5	3	5	4	9	1	33	24	6
	Ø+V3PS	1	1	5	3	0	0	1	2	0	0	7	2
	Nós	15	12	1	1	11	19	0	0	0	0	27	7
	A gente	1	1	8	5	5	8	0	0	0	0	14	3
	SN	1	1	27	15	1	2	8	18	0	0	37	9
TOTAL		122		176		59		45		3		405	
Indeterminação o parcial com referência implícita no contexto	Ø+V+SE	1	7	4	80	2	40	3	100	0	0	13	43
	Ø+V3PP	0	0	0	0	0	0	0	0	3	100	0	0
	Ø+VINF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ø+V3PS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nós	13	93	0	0	2	40	0	0	0	0	15	50
	A gente	0	0	1	20	0	0	0	0	0	0	1	3
	SN	0	0	0	0	1	20	0	0	0	0	1	3
TOTAL		14		5		5		3		3		30	
Indeterminação o parcial com referência explícita no contexto	Ø+V+SE	67	50	7	27	15	21	16	44	17	50	122	41
	Ø+V3PP	7	5	1	4	0	0	17	47	9	26	34	11
	Ø+VINF	2	1	3	12	1	1	0	0	2	6	8	3
	Ø+V3PS	4	3	3	12	0	0	2	6	2	6	11	4
	Nós	52	39	2	8	54	76	0	0	1	3	109	36
	A gente	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	SN	1	1	10	38	1	1	1	3	3	9	16	5
TOTAL		134		26		71		36		34		301	

Legenda:

Ø+V+SE – Verbo na terceira pessoa com o “se” sem sujeito lexicalmente expresso.

Ø+V3PP – Verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito lexicalmente expresso.

Ø+VINF – Verbo no infinitivo impessoal

Ø+V3PS – Verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexicalmente expresso.

Esses resultados revelaram que o fenômeno linguístico da indeterminação do sujeito não é empregado do mesmo jeito em todas as situações de uso levando em consideração os textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX, que compõem o *corpus* analisado neste trabalho.

As estratégias de indeterminação do sujeito se configuraram como variantes linguísticas levando em consideração a metodologia da sociolinguística quantitativa empregada, mas não como variantes que podem substituir uma as outras em qualquer situação de comunicação.

Percebeu-se que uma determinada estratégia pode ser substituída por outra com o mesmo valor de verdade quando elas apresentam a mesma função e o mesmo grau, caso contrário, a estrutura oracional poderá sofrer alguma adaptação para dar conta da ideia ou o conteúdo semântico poderá ser entendido também de outras formas que não sejam aquelas pretendidas pelo escritor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEM PESQUISA SEMPRE ALCANÇA

A pesquisa empreendida nesta tese buscou, inicialmente, descrever as estratégias de indeterminação do sujeito presentes em textos escritos na Bahia, nos séculos XIX e XX. Registraram-se usos diferentes das estratégias, tais como: sem sujeito lexicalmente expresso (o verbo na terceira pessoa mais o clítico “se” – **Ø+V+SE**; o verbo na terceira pessoa do plural – **Ø+V3PP**; o verbo no infinitivo impessoal – **Ø+VINF**; o verbo na terceira pessoa do singular – **Ø+V3PS**; e a passiva sem agente – **VPSA**, com sujeito preenchido pronominalmente (**nós, você, eles e a gente**) e diferentes **sintagmas nominais**, tal como “o indivíduo”, “o povo”, “gente” etc.

Esses usos praticamente foram os mesmos encontrados por Carvalho (2010), com exceção da estratégia VPSA que não foi registrada em seu *corpus* de análise. Além disso, a estratégia pronominal “eu” encontrada por esse autor não foi encontrada nesta pesquisa.

A estratégia **Ø+V+SE** foi a mais empregada, com 49,1% de frequência, tendo em vista os 750 registros de indeterminação no *corpus* analisado. Esse alto índice de frequência também foi atestado por Vargas (2010) até 1950, na cidade do Rio de Janeiro. Ressalta-se que essa é praticamente a estratégia mais tratada pelas gramáticas normativas consultadas, inclusive contemporâneas.

A forma pronominal **nós** foi a segunda possibilidade de se indeterminar o sujeito preferida pelos autores dos textos, com 20,1%. Resultado esse equivalente ao demonstrado por Campos (2010) no que diz respeito às cartas escritas no Rio de Janeiro no século XIX. Essa estratégia praticamente não foi mencionada pelas gramáticas tradicionais, com exceção de uma única obra consultada, de Vasconceloz (1900).

Praticamente, não houve registros das formas pronominais **eles** e **você**, como também da estratégia sem sujeito lexical VPSA, as quais, juntas, não atingiram nem 2,0% de frequência. Carvalho (2010) identificou a estratégia “você” como a mais empregada na fala urbana de Salvador, na década de 1990. Ao recuar no tempo, os dados não foram esclarecedores, o que parece indicar ser uma inovação da

oralidade no final do século XX, ainda não registrada nos textos desse mesmo período, ou iniciando seu aparecimento de maneira pouco saliente.

Os gêneros textuais quando passaram a ser usados como se fossem a variável dependente, revelaram que nos gêneros epistolares se encontram mais estratégias de indeterminação quando exercem a função de “desfocalização do sujeito”, ou seja, quando se pretende focar na ação verbal ou em seu objeto, ou quando a intenção é apenas evitar repetições, se tratando de uma “economia linguística”.

As cartas, independentemente de serem de redatores ou de leitores, apresentam mais o sujeito nulo ou não preenchido, estando em consonância com o que apontou Duarte (1995).

Ainda em relação aos gêneros epistolares, estes favoreceram mais a indeterminação no século XIX, enquanto as peças teatrais passaram a empregar mais e diferentes estratégias no século XX, talvez sendo esse o indício das diferentes estratégias encontradas na oralidade por Carvalho (2010), uma vez que são textos escritos que buscam simular a fala real, expressas por personagens engajados num determinado tempo/espço do desenvolvimento da ação.

Ao se analisar as estratégias de indeterminação do sujeito agrupadas em “não-pronominais” (\emptyset +V+SE, \emptyset + V3PP, \emptyset +VINF, \emptyset +V3PS e VPSA) versus “pronominais” (nós, você, a gente e eles), como também fazendo uma distinção entre as estratégias consideradas tradicionais (\emptyset +V+SE, \emptyset + V3PP e \emptyset +VINF) *versus* as estratégias consideradas inovadoras (\emptyset +V3PS, nós, você, a gente, eles e os sintagmas nominais), percebeu-se um comportamento que pode ser equiparado da seguinte forma: as estratégias não-pronominais comportam-se como as tradicionais, algumas bem antigas na língua, enquanto as estratégias pronominais como as inovadoras.

Refletindo sobre as possíveis diferenças nas influências de cada variável analisada em relação às diferentes formas de se indeterminar o sujeito, verificou-se que as variáveis sociolinguísticas foram as que mais colaboraram para o emprego das estratégias de indeterminação: em primeiro lugar, o gênero textual foi a variável mais selecionada, figurando nas rodadas específicas das estratégias \emptyset +V+SE, \emptyset +V3PP, \emptyset +VINF, \emptyset +V3PS, VPSA, nós e a gente. Depois, o período de publicação

das cartas e das peças teatrais, selecionadas pelo \emptyset +V+SE, \emptyset +V3PS, nós, a gente e os sintagmas nominais.

Em relação às variáveis funcionais, o grau de indeterminação foi destaque pelas estratégias \emptyset +V+SE, \emptyset +V3PP, \emptyset +V3PS, nós e a gente; enquanto a função da indeterminação pelo \emptyset +V3PP, nós e sintagmas nominais.

As variáveis linguísticas foram as que mais apresentaram restrições, uma vez que algumas não puderam fazer parte das análises, ou por serem próprias da estratégia \emptyset +V+SE ou por serem próprias das estratégias pronominais. Dito isso, a flexão do verbo foi selecionada pelas rodadas de aplicação do \emptyset +V+SE, \emptyset +V3PP, VPSA e nós. O tipo de oração foi selecionado pelo \emptyset +V+SE, \emptyset +VINFINF e os sintagmas nominais.

Esses resultados são bastante gerais, por isso mesmo a análise foi refinada, partindo para um entendimento centrado em cada estratégia quando foi possível, tendo em vista os números de dados.

A forma verbal constituída da partícula “se” sem sujeito lexicalmente expresso (\emptyset +V+SE) se colocou à frente das demais estratégias no *continuum* da indeterminação, pois se trata da forma mais indeterminada de todas, uma vez que há preferência pelo seu uso quando a indeterminação é completa ou parcial de referência implícita, o que dificulta qualquer possibilidade de identificação do referente.

No que diz respeito à função da indeterminação, o \emptyset +V+SE praticamente é favorecido por todas as funções elencadas: economia linguística, ocultação do sujeito e desfocalização do sujeito, desfavorecendo apenas quando se trata de exemplificação ou descomprometimento.

Ainda sobre os dados do \emptyset +V+SE, embora as variáveis “concordância com o argumento interno do verbo” e a “posição do argumento” não tenham sido selecionadas nas rodadas realizadas, os seus dados gerais revelaram maior concordância, independente se a posição do argumento interno era posposta ou anteposta, diferentemente dos resultados de Cavalcante (1999) que mostraram maior favorecimento da não-concordância quando o argumento interno for posposto, relativizado ou não realizado foneticamente.

A variável “ausência versus presença de preposição” não foi selecionada na rodada com os dados do Ø+V+SE, porém se verificou uma frequência levemente maior quando há presença da preposição, com 55,6%, estando, portanto, de acordo com os resultados de Cavalcante (1999).

A forma pronominal **nós** se revelou como uma estratégia inovadora para se indeterminar o sujeito nos séculos XIX e XX, elegendo a variável função da indeterminação como a principal favorecedora do seu uso, especialmente quando a intenção é o descomprometimento do agente ou desfocalização do sujeito, centrando, portanto, na ação verbal ou em seu objeto.

Nessa análise, o grau de indeterminação também se revelou uma importante variável. Contudo, diferentemente do Ø+V+SE, o emprego de “nós” é mais favorecido quando de indeterminação parcial, independentemente de ser implícita ou não. Se for explícita, ainda mais.

A variável período das cartas/peças teatrais apresentou um resultado bastante significativo no que diz respeito ao uso de “nós” como estratégia de indeterminação: à medida que os anos avançam, maior é seu uso. Há uma escala ascendente significativa da primeira metade do século XIX à segunda metade do século XX.

A estratégia **Ø+V3PP** não foi muito frequente nos dados desta pesquisa. Esperava-se um maior uso, tendo em vista que ela é bastante citada pelas gramáticas normativas consultadas. Para essa forma de indeterminação, seria interessante um estudo mais aprofundado, ampliando os gêneros textuais, como também a própria modalidade da língua portuguesa, uma vez que aqui se deteve na escrita em detrimento da fala. Mesmo assim, a função da indeterminação foi o principal grupo de fatores para o seu uso, especial quando da ocultação do sujeito, economia linguística ou desfocalização do sujeito.

Os **sintagmas nominais** selecionaram a função da indeterminação como principal variável que favorece o seu uso, especialmente para tratar de situações genéricas quando há a exemplificação, na economia linguística ou ainda com a ocultação do sujeito que necessariamente é de terceira pessoa. A frequência de uso dos sintagmas nominais se tornou mais significativa na segunda metade do século XX, ou seja, de 1951-2000.

O infinitivo impessoal sem sujeito lexical - **Ø+VINFINF** não foi uma das estratégias mais empregadas. Os poucos dados apresentados indicam sua predileção em orações principais, também na segunda metade do século XIX.

O verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexical – **Ø+V3PS** identificou um comportamento parecido com o que atestou Neves (2000), ao atribuir-lhe um uso mais popular, pois seu emprego mais elevado na segunda metade do século XX, associado ao alto peso relativo de uso em peças teatrais, indicam essa preferência pelo possível vernáculo, salientando, mais uma vez, que esse gênero textual permite o autor representar a fala real de uma dada época, comunidade etc. através de seus personagens.

A estratégia pronominal **a gente** praticamente só figurou no século XX, principalmente nas peças teatrais, caracterizando-se como uma inovação mais recente dentre as estratégias de indeterminação do sujeito identificadas em textos baianos nos séculos XIX e XX.

As demais estratégias não obtiveram frequência significativa, conforme já foi mencionado, o que se torna mais um indicativo de prosseguir com a pesquisa em outros gêneros textuais, ampliando também a modalidade de língua a ser investigada, como também um recuo ainda maior no tempo.

A variável estrutura do núcleo do predicado se mostrou pouco importante, sendo selecionada apenas nas rodadas sobre o **Ø+V+SE** e o “a gente”, nas quais o favorecimento foi por estruturas compostas. Contudo, ao se verificar a frequência nos dados gerais, 84,7% das ocorrências foram de estruturas simples, estando em consonância com os dados encontrados por Cavalcante (1999).

Ao fim, merece retomar o questionamento feito por Lavandera (1978) quando se indagou não ser possível levar a cabo uma pesquisa variacionista como formulou Labov (1972) no nível morfossintático, sem envolver os aspectos funcionais do fenômeno linguístico. E foi exatamente isso que aconteceu: as variáveis funcionais foram as mais selecionadas de uma forma geral em todas as análises empreendidas e tratadas no capítulo quatro.

Para considerar as estratégias de indeterminação do sujeito analisadas nesta pesquisa como variantes, consideradas como as diversas alternativas de dizer mais ou menos a mesma coisa (LABOV, 1972), seria necessário, por exemplo, tomar o

Ø+V+SE e o “nós” ocupando igualmente a função de desfocalização do sujeito com grau de indeterminação completa; ou, por exemplo, o Ø+VINFIN e os sintagmas nominais sendo usados com a função de exemplificação com grau de indeterminação parcial com referência implícita. Portanto, seria necessário que cada estratégia investigada ocupasse a mesma função e o mesmo grau para serem variantes, conforme proposta laboviana. Seria uma análise difícil de se empreender e compreender os seus resultados.

Daí, conclui-se que as variáveis funcionais se prestam a contribuir para uma análise variacionista no nível morfossintático de forma mais eficaz, não se distanciando dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, mas aliando-se à perspectiva Funcionalista para a compreensão dos usos concretos da língua, especialmente a indeterminação do sujeito.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. Cap. 1, p. 21-47.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 45.ed. 2.tir. São Paulo: Saraiva, 2005.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. de et al (Org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 483-498.

BARBOSA, Jerónimo Soares. **Gramatical philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BARBOZA, Jeronymo Soares. **Gramatical philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem**. 2.ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1830.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 10.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística: I. objetos teóricos**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BENTIVOGLIO, Paola. A variação nos estudos sintáticos. **Estudos Lingüísticos**, XIV. Anais de seminários do GEL. Campinas: UNICAMP, 1987, p.7-29.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. 1988. 288 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

BRAGA, Maria Luiza. Discurso e abordagens quantitativas. In: TARALLO, Fernando (Org.). **Fotografias sociolinguísticas**. São Paulo: Pontes, 1989. p. 269-282.

CALLOU, Dinah; OMENA, Nelize & PAREDES, Vera. Teoria da variação e suas relações com a semântica, pragmática e análise do discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (20), Jan/Jun, 1991, p.17-21.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMPOS, Vitor Cezário Silveira. **Estratégias de indeterminação em cartas do século XIX**. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Valter de. **Você, a gente et allia indeterminam o sujeito em Salvador**. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de et al. **Funcionalismo linguístico**: Novas tendências teóricas. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-42.

CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. **A indeterminação do sujeito na escrita padrão**: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX. 1999. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

CHESHIRE, Jenny. **Syntatic variation and spoken language**. Disponível em: <<http://webpace.qmul.ac.uk/jlcheshire/pdf%20papers/syn%20varn%20and%20spoken%20lang.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2017. [2005].

CONCEIÇÃO, Sanir da. PRO e a Teoria Gerativa. Working Papers em Linguística, Florianópolis, v. 3, n. 1, p.25-37, 1999.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. 8.imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Cláudia de Souza. **Indeterminação pronominal do sujeito**. 1993. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CYRINO, Sonia M. L. Construções como se e promoção de argumento no português brasileiro: uma investigação diacrônica. **Revista da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística**, [Belo Horizonte], v.6. n.2., p. 85-116, jul./dez. 2007. Semestral.

CYRINO, Sonia M. L.; DUARTE, M. Eugênia; KATO, Mary A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: Kato, M.A. & Negrão, E.V. (eds.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Frankfurt am Main: Vervuert, Madrid: Iberoamericana, 2000. p. 55-73.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 107-128.

_____. **A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro**. 1995. 161 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

_____. Termos da oração. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 185-203.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; MOURÃO, Gabriela Costa; SANTOS, Heitor Mendonça. Os sujeitos de 3ª pessoa: Revisitando Duarte 1993. In: DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (Org.). **O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 21-44.

FAGGION, Carmen Maria. **A indeterminação em português: uma perspectiva diacrônico-funcional**. 2008. 1999 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G.. Memórias gramaticais: João Ribeiro para jovens e crianças. **Letras**, Santa Maria-Rs, v. 24, n. 48, p.49-67, 27 jun. 2014. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2176148514424>.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. 4.ed. corrigida e atualizada. Barcelona: Ariel Letras, 2009.

FERREIRA, Carlota et al. A pessoa e a não-pessoa em discursos de informantes do projeto NURC/Salvador. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 11, p. 39-51, 1991.

FISCHER, Steven Roger. **Uma breve história da linguagem: introdução à origem das línguas**. Osasco, SP: Novo Século, 2009.

GADET, Françoise. La variation, plus qu'une écume. **Langue Française**, 115. Paris: Larousse, 1997, p.5-18.

GARCÍA, E. C. Shifting variation. **Lingua**, Amsterdam, v.67, p.189-224, 1985.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GRYNER, Helena. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 28, n. 1, p.69-83, Jan./Jun., 1995. Quadrimestral.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HASTY, J. Daniel. **We might should be thinking this way**: Theory and practice in the study of syntactic variation. Disponível em: <<https://msu.edu/~hastyjam/images/Theory%20and%20Practice%20in%20syntactic%20variation.pdf>>. Acesso: 10 jan.2017. [2014]

HAUY, Amini Boainain. **Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York City**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, [1966] 2006.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: LABOV, William. **Sociolinguistic working paper**, Austin, n.44, p. 6-21. abr.1978. Southwest Educational Development Laboratory.

_____. **Principle of linguistic change**: internal factors. Oxford: Blackwell, 1994. 1 v.

_____. **Principle of linguistic change**: social factors. Oxford: Blackwell, 2001. 2 v.

_____. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Lingua[gem] 26). Tradução de: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso.

_____. **Principle of linguistic change**: cognitive and cultural factors. Oxford: Blackwell, 2010. 3 v.

LAVANDERA, Beatriz R.. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language in society**, [s.l.], v.7, n.02, p.171-182, ago.1978. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0047404500005510>.

LEONI, Francisco Evaristo. **Genio da Língua Portuguesa, ou Causas Racionais e Philológicas**. Lisboa: Typographia do Panorama, 1858.

LONDOÑO, Rafael Areiza; ESTUPIÑÁN, Mireya Cisneros; IDÁRRAGA, Luis E. Tabares. **Sociolingüística: enfoques pragmático y variacionista**. 2.ed. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2012.

LOPES, Célia Regina dos Santos; RUMEU, Márcia Cristina de Brito. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, Ataliba T. de *et alii* (Org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes, 2007. p. 241-277.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português**. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003, v.18.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3.ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015. Cap. 1. p. 11-20.

MARTIN, Robert. A linguística histórica. In: MARTIN, Robert. **Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina**. Trad. por Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa, PT: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

MELO, João Crisóstomo do Couto e. **Gramática Filosófica da Linguagem Portuguêsa: composta e oferecida a El Rei Nosso Senhor**. Lisboa: Impressão Régia, 1818.

MENON, Odete Pereira da Silva. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino. **Variação, mudança e contato linguístico no Português da Região Sul**. Pelotas: Educat, 2006. Cap. 7, p. 125-167.

_____. «Homem»: um caso de desgramaticalização?. Caligrama: Revista de Estudos Românicos, [s.l.], v. 16, n. 2, p.7-32, 31 dez. 2011. Faculdade de Letras da UFMG. <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.16.2.7-32>.

MILANEZ, Wânia. **Recursos de indeterminação do sujeito**. 1982. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. **Sociolinguistics: method and interpretation**. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell Publishing, 2003.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. Cap. 1, p. 9-14.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NOLL, Volker. **O português brasileiro**: formação e contrastes. São Paulo: Globo, 2008.

NUNES, Jairo Morais. **O famigerado se**: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador. 1990. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje**: variação e mudança. 2006. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OMENA, N. P.; BRAGA, L. M.. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). **Variação e Discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.75–84.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência; ciência e pureza. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 2, p.49-68, jul. 1998.

PAIVA, Maria da Conceição. Cláusulas causais: iconicidade e funcionalidade. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 28, p.59-68, Jan./Jun., 1995. Quadrimestral.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica expositiva**. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co., 1907.

_____. **Grammatica historica**. 9.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

PEREIRA, Deize Crespim. Uma análise funcionalista da indeterminação do sujeito no Português Popular falado em São Paulo. **Filologia e Linguística Portuguesa**, Brasil, v. 15, n. 2, p. 475-518, apr. 2013. ISSN 2176-9419. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79803>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PEZATTI, Erolde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos, volume 3. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004. Cap. 5. p. 165-218.

PONTES, Natália Gilvaz. **As estratégias de indeterminação do sujeito: tradição textual e mudança linguística.** 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RABELLO, Laurindo José da Silva. **Compendio de grammatica da lingua portugueza.** Obra adaptada pelo Governo Imperial para uso das escolas regimentaes do exercito e para o ensino dos aprendizes artilheiros. 2.ed. Rio de Janeiro: Esperança, 1872.

RIBEIRO, Julio. **Grammatica portugueza.** São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

_____. **Grammatica portugueza.** 5.ed. revista por João Vieira de Almeida. São Paulo: Miguel Melillo, 1899.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza.** 6.ed. Salvador: Progresso, 1955.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza: curso superior.** 15.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1909.

_____. **Grammatica portugueza curso superior.** 22.ed. inteiramente refundida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 47.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ROMAINE, Suzanne. The status of variable rules in sociolinguistic theory. **Journal Of Linguistics**, Cambridge, n. 17, p.93-119, mar. 1981. Anual.

RONCARATI, Cláudia. Domínios referenciais e a hipótese da trajetória universal. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇACO, Jussara (Orgs.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 144-159.

SAID ALI, M.. **Grammatica secundaria da língua portugueza.** São Paulo Companhia Melhoramentos, [sd.].[1923]

_____. **Grammatica historica da lingua portugueza.** 2.ed. melhorada e augmentada. São Paulo: Melhoramentos, [sd]. [1931]

_____. **Investigações filológicas.** 3.ed. rev. e ampl. Estudo e organização de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Lucerna, [1976] 2006.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. **A indeterminação do sujeito no português rural do semi-árido baiano.** 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTANA, Noemi Pereira de. **Seu e dele em correspondências de professores na Bahia do século XIX.** 2014. 198 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, Giselle Machline de O. e; SCHERRE, Maria Marta P.. **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ, 1998.

SOUSA, Valéria Viana. **Os (des)caminhos do você**: uma análise sobre a variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome você. 2008. 184 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. **A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador**. 2003. 284 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p.69-105.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.

TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de e, aí, daí e então**: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações - um estudo sociofuncionalista. 2003. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TERSARIOL, Alpheu. **Origem da língua portuguesa**. 10.ed. São Paulo: LISA, 1969.

VARGAS, Amanda de Santana Campos. **Estratégias pronominais de indeterminação**: um estudo diacrônico. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. A evolução na representação das estratégias pronominais de indeterminação. In: DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (Org.). **O sujeito em peças de teatro (1833-1992)**: estudos diacrônicos. São Paulo: Parábola, 2012. p. 45-67.

VASCONCÉLLOZ, António Garcia Ribeiro de. **Grammática histórica da língua portuguesa**: VI e VII Classes do Curso dos Lyceus. Paris: Aillaud & Cia, 1900.

VILLEGAS, Óscar Uribe. **Sociolingüística**: una introducción a su estudio. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1970.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I.. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, [1968] 2006.